

Expediente:**Federação das Associações dos Municípios da Paraíba - FAMUP****DIRETORIA-EXECUTIVA****PRESIDENTE: GEORGE JOSÉ PORCIÚNCULA PEREIRA COELHO – SOBRADO****1º VICE- PRESIDENTE: ROBERTO BANDEIRA DE MELO BARBOSA - BOM JESUS****2º VICE- PRESIDENTE: ANDRÉ LUIZ GOMES DE ARAÚJO - BOA VISTA****3º VICE- PRESIDENTE: ANNA LORENA NOBREGA – MONTEIRO****4º VICE- PRESIDENTE: EUCLIDES SÉRGIO COSTA DE LIMA JÚNIOR - BAÍA DA TRAIÇÃO****1º SECRETÁRIO: ALLAN FELIPHE BASTOS DE SOUSA - PEDRA BRANCA****2º SECRETÁRIO: BEVILACQUA MATIAS MARACAJÁ – JUAZEIRINHO****3º SECRETÁRIO: TIAGO MARCONE CASTRO DA ROCHA – CABACEIRAS****1º TESOUREIRO: FÁBIO RAMALHO DA SILVA - LAGOA SECA****2º TESOUREIRO: LÚCIO FLÁVIO ARAÚJO COSTA – ITABAIANA****CONSELHO FISCAL****EFETIVOS****RONALDO R. DE QUEIROZ – GURIÃO****JOSÉ ALEXANDRE DE ARAÚJO - SANTA LUZIA****JOYCE RENALLY FELIX NUNES - DUAS ESTRADAS****CLÁUDIA MACÁRIO LOPES – QUIXABA****MARIA RODRIGUES DE ALMEIDA FARIAS – ALAGOINHA****SUPLENTES****AGUIFAILDO LIRA DANTAS - FREI MARTINHO****ROSALBA GOMES DA NÓBREGA - SÃO JOSÉ DO BONFIM****JOAQUIM HUGO VIEIRA CARNEIRO - RIACHO DOS CAVALOS****JOSÉ BENICIO DE ARAÚJO NETO – PILAR****DIOGO RICHELLI ROSAS - NOVA OLINDA**

O Diário Oficial dos Municípios do Estado da Paraíba é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE CAAPORÃ**LICITAÇÃO****AVISO DE ADIAMENTO - CHAMADA PÚBLICA DE COMPRA Nº 00001/2024**

A Pregoeira Oficial comunica o adiamento da abertura da sessão pública da Chamada Pública de Compra 00001/2024 objetivando: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL DESTINADO AO ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE, **para o dia 08 de Abril de 2024 às 09:00 horas**; Referência: horário de Brasília - DF. Informações: das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, na Rua Salomão Veloso, 49 - Centro - Caaporã - PB. Telefone: (83) 3113-8200. E-mail: licitacaocaapora2017@gmail.com. Site: www.portaldecompraspublicas.com.br

Caaporã - PB, 21 de Março de 2024

MARIA LUIZA CESAR DE MOURA

Pregoeira Oficial

Publicado por:

Kalinna Helen Ferreira Franco Borges

Código Identificador:477F23BE**LICITAÇÃO****EXTRATO DE CONTRATO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00030/2023**

OBJETO: LOCAÇÃO DE VEÍCULO COM CONDUTOR TIPO CAMINHÃO ABERTO, CAÇAMBA E COMPACTADOR PARA REALIZAÇÃO DE COLETA DE RESÍDUOS (LIXO) DOMICILIARES E COMERCIAIS. **FUNDAMENTO LEGAL:** Pregão Eletrônico nº 00030/2023. **DOTAÇÃO:** 02.0000 – EXECUTIVO 02.090 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS 02090.15.452.1031.2068 – MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA 3.3.90.39.00.00.500 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA ESSAS DOTAÇÕES PODERÃO SOFRER ALTERAÇÕES. **VIGÊNCIA:** até 21/03/2025. **PARTES CONTRATANTES:** Prefeitura Municipal de Caaporã e a Empresa: Prefeitura Municipal de Caaporã e: CT Nº 00041/2024 - 21.03.24 - RUMOS LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA – VALOR TOTAL R\$ 1.692.000,00.(UM MILHÃO SEISCENTOS E NOVENTA E DOIS MIL REAIS)

Caaporã - PB, 21 de Março de 2023.

CRISTIANO FERREIRA MONTEIRO

Prefeito Constitucional

Publicado por:

Kalinna Helen Ferreira Franco Borges

Código Identificador:A8B3430A**LICITAÇÃO****TERMO DE ADJUDICAÇÃO - DISPENSA Nº DV00005/2024****DECRETO Nº DV 00005/2024**

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CAAPORÃ, no uso de suas atribuições legais, R E S O L V E: ADJUDICAR o objeto da Dispensa de licitação nº DV00005/2024, que objetiva AQUISIÇÃO DE GULOSEIMAS PARA A DISTRIBUIÇÃO EM EVENTOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.; com base nos elementos constantes do processo correspondente fundamentados na Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021, a: EMPRESA: ANNA C. MARINHO SIMÕES CNPJ: 29.293.373/0001-80 Valor: R\$ 35.360,00

Publique-se e cumpra-se.

Caaporã - PB, 21 de Março de 2024.

CRISTIANO FERREIRA MONTEIRO

Prefeito Constitucional

Publicado por:

Kalinna Helen Ferreira Franco Borges

Código Identificador:4B9B268C**LICITAÇÃO****GESTOR E FISCAL DO CONTRATO - DISPENSA Nº DV00005/2024****DECRETO Nº DV 00005/2024-02**

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CAAPORÃ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E: DESIGNAR o servidor Euriclea Ferreira Santos de Souza, Secretária, como **Gestor** e a servidora Maria José Felix do Nascimento, Chefe de divisão de recursos humanos para **Fiscal Técnico**; do contrato decorrente da Dispensa de Licitação nº DV00001/2024, que objetiva: AQUISIÇÃO DE GULOSEIMAS PARA A DISTRIBUIÇÃO EM EVENTOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO ATRAVÉS DA SECERTARIA DE EDUCAÇÃO, com as atribuições nos termos da norma vigente, especialmente para coordenar as atividades relacionadas à fiscalização do referido contrato.

Publique-se e cumpra-se.

Caaporã - PB, 21 de Março de 2024.

CRISTIANO FERREIRA MONTEIRO

Prefeito Constitucional

Publicado por:

Kalinna Helen Ferreira Franco Borges

Código Identificador:8BEAD082

LICITAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO - DISPENSA Nº DV00005/2024

DECRETO Nº DV 00005/2024

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CAAPORÃ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E: RATIFICAR a Dispensa de Licitação nº DV00005/2024, que objetiva: AQUISIÇÃO DE GULOSEIMAS PARA A DISTRIBUIÇÃO EM EVENTOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO ATRAVÉS DA SECERTARIA DE EDUCAÇÃO.

; com base nos elementos constantes da exposição de motivos correspondente fundamentados na Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021, a qual sugere a contratação de:

EMPRESA: ANNA C. MARINHO SIMÕES

CNPJ: 29.293.373/0001-80

Valor: R\$ 35.360,00

Publique-se e cumpra-se.

Caaporã - PB, 21 de Março de 2024

CRISTIANO FERREIRA MONTEIRO

Prefeito Constitucional

Publicado por:

Kalinna Helen Ferreira Franco Borges

Código Identificador:C1A994F8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS

RESOLUÇÃO N.º 02 - CMAS/2024

Conselho Municipal de Assistência Social de Caaporã

RESOLUÇÃO Nº 02/2024 DE 20 DE MARÇO DE 2024.

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS RECURSOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, ESPECIAL, GESTÃO E BENEFÍCIO EVENTUAL REFERENTE AO EXERCÍCIO 2023, DESTINADOS AO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS, ORIUNDOS DO FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FEAS, PELO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei Municipal nº 482 de 14/06/2005, e com base nas deliberações tomadas na reunião ordinária de 20 de março de 2024.

Em Observância a Lei Estadual nº 10.546 de 03 de Novembro de 2015 e Decreto Estadual nº 36.389 de 25 de Novembro de 2015, que estabelecem normas que regulamentam a transferência de recursos financeiros do Fundo Estadual de Assistência Social aos Fundos Municipais de Assistência Social;

Considerando a Portaria/SEDH nº 59/2017, Dispõe sobre a utilização dos recursos do cofinanciamento estadual do Sistema Único de Assistência Social destinado à aquisição de equipamentos e materiais

permanentes em unidades públicas da rede socioassistencial dos Municípios do Estado da Paraíba, e dá outras providências;

Considerando a Nota Técnica SEDH-CIB-COEGEMAS Nº 01/2017 que dispõe sobre a utilização e prestação de contas dos recursos repassados pelo Cofinanciamento Estadual para a Política de Assistência Social.

Considerando a Resolução CIB nº 02 de 3 de março de 2023 que dispõe sobre os critérios de transferência regular e automática de recursos do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, para os Fundos Municipais de Assistência Social – FMAS visando o cofinanciamento dos Blocos da Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média e de Alta Complexidade, Gestão e Benefício Eventual para o exercício de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º - **Aprovar** a Prestação de Contas do Exercício 2023, referente aos Recursos da Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, Gestão e Benefício Eventual, oriundos do Cofinanciamento Estadual - através da transferência de recursos financeiros do Fundo Estadual de Assistência Social ao Fundo Municipal de Assistência Social de Caaporã.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

MAURIEDNA FERREIRA DE SOUZA

Presidente do CMAS

Publicado por:

Gabriela Leal de Miranda

Código Identificador:B25DA5CE

ESTADO DA PARAÍBA MUNICÍPIO DE CABACEIRAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO ADJUDICAÇÃO E AUTORIZAÇÃO - INEXIGIBILIDADE Nº 00006/2024

ADJUDICAÇÃO E AUTORIZAÇÃO - INEXIGIBILIDADE Nº 00006/2024

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a **Inexigibilidade de Licitação nº 00006/2024**, que objetiva: **CONTRATAÇÃO DE ENGENHEIRO PARA SERVIÇOS TÉCNICOS NO ACOMPANHAMENTO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA, HABITAÇÃO, ESPORTE, LAZER E SAÚDE PÚBLICA. COM EMISSÃO DE BOLETIM DE MEDICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E ELABORAÇÕES DE PROJETOS**; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: **FERNANDO GOMES ARAÚJO FILHO - R\$ 23.000,00 -**

Cabaceiras - PB, 18 de Março de 2024 -

TIAGO MARCONE CASTRO DA ROCHA

Prefeito Constitucional.

Publicado por:

José Djanilson Galdino de Farias

Código Identificador:277385FE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE ENGENHEIRO PARA SERVIÇOS TÉCNICOS NO ACOMPANHAMENTO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA, HABITAÇÃO, ESPORTE, LAZER E SAÚDE PÚBLICA. COM EMISSÃO DE BOLETIM DE MEDICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E ELABORAÇÕES DE PROJETOS**. FUNDAMENTO LEGAL: **Dispensa de Licitação nº 00006/2024**. DOTAÇÃO: RECURSOS PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO DE CABACEIRAS: RECURSOS PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO DE CABACEIRAS: 02.801 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS - 15 122 1003 2031 DESENVOLVER AS ATIVIDADES DE

OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS. VIGÊNCIA: ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2024. PARTES CONTRATANTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE CABACEIRAS e: CT Nº 01601/2024 - 18.03.24 - FERNANDO GOMES ARAÚJO FILHO - R\$ 23.000,00.

Publicado por:
José Djanilson Galdino de Farias
Código Identificador: E3D39B94

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO INSTRUMENTO:
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 05501/2023.
PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE CABACEIRAS E A
EMPRESA A. B. CONSTRUÇÕES EIRELI, CNPJ SOB Nº
29.102.608/0001-09. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA
ESPECIALIZADA PARA O E

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 05501/2023. PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE CABACEIRAS e a empresa A. B. CONSTRUÇÕES EIRELI, CNPJ sob nº 29.102.608/0001-09. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROJETO DE CONSTRUÇÃO DE PRAÇA NA COMUNIDADE CURRAL DE BAIXO NO MUNICÍPIO DE CABACEIRAS-PB. Constitui objeto do presente Termo Aditivo a Acréscimo, o valor de R\$ 26.414,52, equivalente a 11,08% do valor contratado, ficando assim um valor global do contrato em R\$ 264.734,77, a partir da assinatura do presente. FUNDAMENTAÇÃO: este 1º Termo Aditivo, com base na Cláusula Oitava do Contrato Inicial e em conformidade com o Art. 65, §1º, inciso I, da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores. ASSINATURA: 21.03.2024.

Cabaceiras – PB, 21 de Março de 2024.

TIAGO MARCONE CASTRO DA ROCHA -
Prefeito Constitucional

Publicado por:
José Djanilson Galdino de Farias
Código Identificador: 5B9BEF33

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO
ADJUDICAÇÃO E AUTORIZAÇÃO - DISPENSA Nº 0001/2024

CÂMARA MUNICIPAL DE CABACEIRAS
ADJUDICAÇÃO E AUTORIZAÇÃO - DISPENSA Nº 0001/2024

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº 0001/2024, que objetiva: ADJUDICO e o correspondente procedimento o seu objeto a: ADRIELLY DE CASTRO SILVA OLIVEIRA, CNPJ: 23.107.540/0001-74 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DOS SISTEMAS DE CONTROLE LEGISLATIVO, PORTAL INSTITUCIONAL E DE PUBLICAÇÃO DOS ATOS LEGISLATIVOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE CABACEIRAS – PB -- R\$ 29.000,00 -

Cabaceiras - PB, 20 de março de 2024 -

AGNELO DE FREITAS CAVALCANTI FILHO -
Presidente da Câmara.

Publicado por:
José Djanilson Galdino de Farias
Código Identificador: 2ED6E5AF

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO - CAMARA

CÂMARA MUNICIPAL DE CABACEIRAS
EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DOS SISTEMAS DE CONTROLE LEGISLATIVO, PORTAL INSTITUCIONAL E DE PUBLICAÇÃO DOS ATOS LEGISLATIVOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE CABACEIRAS – PB. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº 0001/2024 DOTAÇÃO: 01.001 – CÂMARA MUNICIPAL - 01.031.1001.2001 Desenvolvimento das Atividades Legislativas. VIGÊNCIA: até 31/12/2024. PARTES CONTRATANTES: Câmara Municipal de Cabaceiras e: CT Nº 0003/2023 - 20.03.24 – ADRIELLY DE CASTRO SILVA OLIVEIRA - R\$ 29.000,00.

Publicado por:
José Djanilson Galdino de Farias
Código Identificador: AF35BB12

ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº
0023/2023

INSTRUMENTO: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0023/2023

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: PREGÃO ELETRÔNICO 0005/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO-PB, CNPJ: 08.943.227/0001-82

CONTRATADO: POSTO DIESEL SÃO JOSÉ LTDA, CNPJ/MF sob o nº. 35.419.936/0001-36

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO da vigência do Contrato firmado entre as partes em 20.03.2023, nos termos previstos na cláusula sétima do presente contrato originário.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO
Pelo presente termo aditivo, fica prorrogada a vigência do contrato em 12 meses, sendo iniciado o presente aditivo no dia 17 de março de 2024 e tendo seu término no dia 17 de março de 2025.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR
O valor total do contrato originário que é de R\$ 927.624,50 (Novecentos e vinte e sete mil, seiscentos e vinte e quatro reais e cinquenta centavos), permanecerá inalterado.

CLÁUSULA QUARTA – DO FUNDAMENTO LEGAL
O presente termo aditivo decorre de autorização do Prefeito da contratante, exarada no parecer jurídico do assessor deste município, e encontra amparo legal no artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO
Subsistem firmes, inalteradas, e em pleno vigor, todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato original.

E, por estarem, as partes contratantes, mutuamente justas e acordadas, mandaram lavrar o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, que assinam na presença das testemunhas abaixo firmadas.

Conceição/PB, 15 de março de 2024.

SAMUEL SOARES LAVOR DE LACERDA
Prefeito Constitucional
Contratante

Publicado por:
Luanna Francis Lopes Fonseca
Código Identificador: 7C1BD783

ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE CONDADO

COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº
00008/2024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para execução de serviços de consultas, exames e procedimentos médicos especializados, destinados a manutenção das atividades da Secretaria de Saúde do Município de Condado. Data e Local: 11 de abril de 2024 às 09:00 horas, na sala de Reuniões da CPC, Rua Padre Amâncio Leite, 395 - Centro - Condado - PB. A íntegra do edital está disponível nos seguintes endereços eletrônicos: www.condado.pb.gov.br; www.tce.pb.gov.br; www.gov.br/pncp. Condado-PB, 21 de Março de 2024.

FRANCISCA LIDIANE ALVES DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Francisca Lidiane Alves da Silva
Código Identificador:898695AF

ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE JUAREZ TÁVORA

SETOR LICITAÇÃO
AVISO DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 001/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 00001/2024
A Prefeitura Municipal de Juarez Távora, através do Pregoeiro Oficial do Município, torna público que realizará licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 00001/2024, DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM**, objetivando a contratação de Empresa Especializada no Ramo de Construção Civil, para empreitada por menor preço global de obra de construção de uma praça na Comunidade Nossa Senhora da Penha II, no Município de Juarez Távora-PB - Emenda Parlamentar Especial nº 2715.0014 - Ministério da Economia e Recursos Próprios do Município, no dia 17/04/2024 às 9:00 horas, horário de Brasília - DF, no site: www.bnc.org.br.
O Edital e demais informações encontram-se à disposição dos interessados na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Juarez Távora, no horário das 08:00 às 12:00 horas. Informações pelo e-mail: setordelicitacaopmjt@gmail.com, até o dia 12/04/2024. O edital pode ser adquirido também através do Portal da Transparência do Município, no site do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba e no site www.bnc.org.br.
Juarez Távora(PB), 19 de março de 2024.

MARCUS AURÉLIO DUARTE SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Marcus Aurélio Duarte Silva
Código Identificador:94D3BEC6

SETOR LICITAÇÃO
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO 003/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 00003/2024
A Prefeitura Municipal de Juarez Távora, através do Pregoeiro Oficial do Município, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 00003/2024, DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM**, objetivando a aquisição parcelada de matérias de expediente, para atender as necessidades das diversas secretarias do

Município de Juarez Távora, no dia 09/04/2024 às 08:30 horas, horário de Brasília - DF, no site: www.bnc.org.br.
O Edital e demais informações encontram-se à disposição dos interessados na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Juarez Távora, no horário das 08:00 às 12:00 horas. Informações pelo e-mail: setordelicitacaopmjt@gmail.com, até o dia 08/04/2024. O edital pode ser adquirido também através do Portal da Transparência do Município, no site do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba e no site www.bnc.org.br.
Juarez Távora(PB), 22 de março de 2024.

MARCUS AURÉLIO DUARTE SILVA
Pregoeiro

Publicado por:
Marcus Aurélio Duarte Silva
Código Identificador:BA414AA3

SETOR LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE PREGÃO ELETRÔNICO
004/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 00004/2024
A Prefeitura Municipal de Juarez Távora, através do Pregoeiro Oficial do Município, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 00004/2024, DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM**, objetivando a aquisição parcelada de gêneros alimentícios, para atender as necessidades do Programa Nacional de Alimentação Escolar e dos programas sociais geridos pela Secretaria de Assistência Social do Município de Juarez Távora, no dia 10/04/2024 às 08:30 horas, horário de Brasília - DF, no site: www.bnc.org.br.
O Edital e demais informações encontram-se à disposição dos interessados na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Juarez Távora, no horário das 08:00 às 12:00 horas. Informações pelo e-mail: setordelicitacaopmjt@gmail.com, até o dia 09/04/2024. O edital pode ser adquirido também através do Portal da Transparência do Município, no site do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba e no site www.bnc.org.br.
Juarez Távora(PB), 22 de março de 2024.

MARCUS AURÉLIO DUARTE SILVA
Pregoeiro

Publicado por:
Marcus Aurélio Duarte Silva
Código Identificador:18799522

SETOR LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 001/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA

PROCESSO N.º 005/2024
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 0001/2024
OBJETO: Aquisição de um veículo tipo Van, destinado ao atendimento das necessidades da Secretaria de Assistência Social do Município de Juarez Távora.
HOMOLOGAÇÃO
Expirado o prazo recursal, torna-se pública a homologação do procedimento licitatório em epígrafe a empresa CAMMINARE MAQUINAS E EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ nº 35.741.144/0001-83 - Valor Total de R\$ 295.000,00 (Duzentos e noventa e cinco mil reais).

Juarez Távora(PB), 21 de março de 2024.

WILSON EVANGELISTA FEITOSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcus Aurélio Duarte Silva
Código Identificador:55E760C0

ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE LAGOA

GABINETE DO PREFEITO
HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00005/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Eletrônico nº 00005/2024, que objetiva: AQUISIÇÃO GRADATIVA DE COMBUSTÍVEIS PARA ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL EM DESLOCAMENTO NA CIDADE DE JOÃO PESSOA–PB, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA–PB; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório: **Licitação Deserta.**

Lagoa - PB, 21 de março de 2024

MARIA RODRIGUES LINHARES DE LIMA –
Prefeita Municipal

Publicado por:
Livalci Otacilio da Silva
Código Identificador:58D5EE5E

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 00005/2024. OBJETO: AQUISIÇÃO GRADATIVA DE COMBUSTÍVEIS PARA ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL EM DESLOCAMENTO NA CIDADE DE JOÃO PESSOA–PB, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA–PB. ABERTURA: 20/03/2024 as 09:00 horas. JUSTIFICATIVA: Licitação Deserta. DATA: 21/03/2024.

Publicado por:
Livalci Otacilio da Silva
Código Identificador:55A5CBFD

GABINETE DO PREFEITO
RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº DV00008/2024, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HORAS/MÁQUINAS, DE FORMA PARCELADA, POR MEIO DE LOCAÇÃO DE TRATOR COM OPERADOR E EQUIPADO COM IMPLEMENTO AGRÍCOLA TIPO ARADO CUJA FINALIDADE É O CORTE DE TERRA DESTINADO AOS PEQUENOS AGRICULTORES RURAIS DO MUNICÍPIO DE LAGOA–PB; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: R2 EMPREENDIMENTOS E NEGOCIOS EIRELI - R\$ 55.000,00.

Lagoa - PB, 21 de março de 2024

MARIA RODRIGUES LINHARES DE LIMA
- Prefeita Municipal

Publicado por:
Livalci Otacilio da Silva
Código Identificador:10DF9EA7

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

REFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA

PROCESSO: Exposição de Motivos nº DV00008/2024. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HORAS/MÁQUINAS, DE FORMA PARCELADA, POR MEIO DE LOCAÇÃO DE TRATOR COM OPERADOR E EQUIPADO COM IMPLEMENTO AGRÍCOLA TIPO ARADO CUJA FINALIDADE É O CORTE DE TERRA DESTINADO AOS PEQUENOS AGRICULTORES RURAIS DO MUNICÍPIO DE LAGOA–PB. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21. AUTORIZAÇÃO: Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, meio Ambiente e Recursos Hídricos. RATIFICAÇÃO: Prefeita Municipal, em 21/03/2024.

Publicado por:
Livalci Otacilio da Silva
Código Identificador:C8892214

GABINETE DO PREFEITO
GESTOR E FISCAL DO CONTRATO - DISPENSA Nº
DV00008/2024

Nos termos da norma vigente e observado o disposto no respectivo processo, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HORAS/MÁQUINAS, DE FORMA PARCELADA, POR MEIO DE LOCAÇÃO DE TRATOR COM OPERADOR E EQUIPADO COM IMPLEMENTO AGRÍCOLA TIPO ARADO CUJA FINALIDADE É O CORTE DE TERRA DESTINADO AOS PEQUENOS AGRICULTORES RURAIS DO MUNICÍPIO DE LAGOA–PB; DESIGNO os servidores Maria Elisangela Andrade de Oliveira, Professora, como Gestor; e Rosiana Pereira Rodrigues Leite, Fiscal de Contratos, para Fiscal, do contrato decorrente da Dispensa de Licitação nº DV00008/2024, especialmente para acompanhar e fiscalizar a execução do referido contrato, respectivamente.

Lagoa - PB, 21 de março de 2024

MARIA RODRIGUES LINHARES DE LIMA
- Prefeita Municipal

Publicado por:
Livalci Otacilio da Silva
Código Identificador:4B87EB95

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HORAS/MÁQUINAS, DE FORMA PARCELADA, POR MEIO DE LOCAÇÃO DE TRATOR COM OPERADOR E EQUIPADO COM IMPLEMENTO AGRÍCOLA TIPO ARADO CUJA FINALIDADE É O CORTE DE TERRA DESTINADO AOS PEQUENOS AGRICULTORES RURAIS DO MUNICÍPIO DE LAGOA–PB. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº DV00008/2024. DOTAÇÃO: 20.90 SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA, PECUÁRIA, MEIO AMBIENTE E RECURSOS 20.605.1003.2096 ASSISTÊNCIA AOS PEQUENOS CRIADORES, AGRICULTORES E MEEIROS 500 Recursos não Vinculados de Impostos 3.3.90.36.01 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA 3.3.90.39.01 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2024.PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Lagoa e: Contrato Nº 00030/2024 - 21.03.24 - R2 EMPREENDIMENTOS E NEGOCIOS EIRELI - R\$ 55.000,00.

Publicado por:
Livalci Otacilio da Silva
Código Identificador:01773AC3

ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE OLHO D'ÁGUA

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO**INSTRUMENTO:** PREGÃO PRESENCIAL nº 0005/2024.**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Olho D'água-PB**CONTRATADA:** CLAUDIO ROMUALDO DOS SANTOS SILVA-ME - CNPJ Nº 17.271.455/0001-44, **OBJETO:** aquisição de peças automotivas para atender as necessidades da todas as secretarias do município de Olho D'água-PB.**VALOR GLOBAL:** R\$ 186.966,98 (cento e oitenta e seis mil, novecentos e sessenta e seis reais e noventa e oito centavos).

Olho D'água-PB – PB, 21 de Março de 2024

JOANA SABINO DE ALMEIDA CARVALHO

Prefeita Municipal

Publicado por:

Rossivan de Oliveira Ferreira

Código Identificador:98A15140**GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE CONTRATO****EXTRATO DE CONTRATO****INSTRUMENTO:** PREGÃO PRESENCIAL nº 0005/2024.**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Olho D'água-PB**CONTRATADA:** GRANPEÇAS COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO DE PEÇAS, RETIFICA E SERVIÇOS LTDA - CNPJ Nº 04.096.156/0001-97,**OBJETO:** aquisição de peças automotivas para atender as necessidades da todas as secretarias do município de Olho D'água-PB.**VALOR GLOBAL:** R\$ 810.997,04 (oitocentos e dez mil, novecentos e noventa e sete reais e quatro centavos).

Olho D'água-PB – PB, 21 de Março de 2024

JOANA SABINO DE ALMEIDA CARVALHO

Prefeita Municipal

Publicado por:

Rossivan de Oliveira Ferreira

Código Identificador:1D719CA4**GABINETE DA PREFEITA
AVISO DE LICITAÇÃO****AVISO DE LICITAÇÃO**

CREDENCIAMENTO Nº. 00002/2024

A Prefeitura de Olho D'água-PB, torna público, com fundamento no art. 78, I da Lei 14.133/2024, o Credenciamento n. 0002/2024, com objeto: **credenciamento de pessoa Jurídica para prestar os serviços especializados de consultas médica para atender a demanda da secretaria de Saúde do Município de Olho D'água-PB**, que estar aberto o credenciamento de interessados, a partir do dia 25 de março de 2024, das 08:00 às 14:00 horas, até 31/12/2024, por ordem de credenciamento. O edital está disponível em: www.olhodagua.pb.gov.br e www.tce.pb.gov.br.

Olho D'água-PB, 21 de março de 2024.

ALAELO SAMPÃO LEITE

Agente de contratação

Publicado por:

Rossivan de Oliveira Ferreira

Código Identificador:F6EF5F06**GABINETE DA PREFEITA
AVISO DE LICITAÇÃO****AVISO DE LICITAÇÃO**

CREDENCIAMENTO Nº. 00003/2024

A Prefeitura de Olho D'água-PB, torna público, com fundamento no art. 78, I da Lei 14.133/2024, o Credenciamento n. 0003/2024, com objeto: **credenciamento de pessoa Jurídica para posterior contratação de serviços de Médico Plantonista para atender na UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO do Município de Olho D'água-PB**, que estar aberto o credenciamento de interessados, a partir do dia 25 de março de 2024, das 08:00 às 14:00 horas, até 31/12/2024, por ordem de credenciamento. O edital está disponível em: www.olhodagua.pb.gov.br e www.tce.pb.gov.br.

Olho D'água-PB, 21 de março de 2024.

ALAELO SAMPÃO LEITE

Agente de contratação

Publicado por:

Rossivan de Oliveira Ferreira

Código Identificador:A3AAA850**GABINETE DA PREFEITA
AVISO DE LICITAÇÃO****Aviso de licitação****CONCORRÊNCIA Nº 0001/2024**

O Município de Olho D'água-PB torna público a licitação na modalidade CONCORRÊNCIA na forma eletrônica, com o tipo menor preço, através do modo de disputa aberto e fechado, nos termos da Lei nº 14.133/2021, para o Objeto: **reforma de praça no distrito do Socorro do município de Olho D'água -PB**. Início de cadastro das propostas: dia 22/03/2024 às 17:00hs. Limite para Impugnação e esclarecimento: 04/04/2024 às 8hs59min. Data Final de cadastro das Propostas: 09/04/2024 às 8hs59min. Data de sessão de disputa: 09/04/2024 às 09hs00min. Local de realização da sessão pública eletrônica: www.portaldecompraspublicas.com.br. Informações, esclarecimentos impugnações e recursos devem ser formalizados eletronicamente.

Olho D'água -PB, 21 de Março de 2024

ALAELO SAMPÃO LEITE –

Agente de Contratação

Publicado por:

Rossivan de Oliveira Ferreira

Código Identificador:47F888D9**GABINETE DA PREFEITA
AVISO DE LICITAÇÃO****AVISO DE LICITAÇÃO**

CREDENCIAMENTO Nº. 00004/2024

A Prefeitura de Olho D'água-PB, torna público, com fundamento no art. 78, I da Lei 14.133/2024, o Credenciamento n. 0004/2024, com objeto: **credenciamento de pessoa Jurídica para serviços de exames de HOLTER e MAPA para atender a demanda da secretaria de Saúde do Município de Olho D'água-PB**, que estar aberto o credenciamento de interessados, a partir do dia 25 de março de 2024, das 08:00 às 14:00 horas, até 31/12/2024, por ordem de credenciamento. O edital está disponível em: www.olhodagua.pb.gov.br e www.tce.pb.gov.br.

Olho D'água-PB, 21 de março de 2024.

ALAELO SAMPÃO LEITE

Agente de Contratação

Publicado por:

Rossivan de Oliveira Ferreira

Código Identificador:D915E2BD**ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE PATOS**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 576/2024**

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 050/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2024
CONTRATO Nº 576/2024
CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
CONTRATADO: PANORAMA COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E FARMACEUTICOS LTDA.
CNPJ: 01.722.296/0001-17.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE INSUMOS E MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES A CARGO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PATOS/PB.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 30.087,00 (TRINTA MIL E OITENTA E SETE REAIS).
PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação vai até o final do exercício financeiro vigente, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
Dotação Orçamentária: Conforme orçamento vigente.
Fundamento Legal: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável.

Patos - PB, 20 de Março de 2024.

LEÔNIDAS DIAS DE MEDEIROS

Secretário Municipal de Saúde
 Ordenador de Despesas

Publicado por:
 Renato Montero Campos
Código Identificador:0BCBC275

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 566/2024**

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 050/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2024
CONTRATO Nº 566/2024
CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
CONTRATADO: LA MAISON DISTRIBUIDORA LTDA.
CNPJ: 46.743.542/0001-55.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE INSUMOS E MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES A CARGO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PATOS/PB.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 9.500,00 (NOVE MIL E QUINHENTOS REAIS).
PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação vai até o final do exercício financeiro vigente, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
Dotação Orçamentária: Conforme orçamento vigente.
Fundamento Legal: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável.

Patos - PB, 20 de Março de 2024.

LEÔNIDAS DIAS DE MEDEIROS

Secretário Municipal de Saúde
 Ordenador de Despesas

Publicado por:
 Renato Montero Campos
Código Identificador:B8D00EDC

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 553/2024**

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 025/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2024

CONTRATO Nº 553/2024
CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
CONTRATADO: JP2 COMERCIO E SERVICOS DE SAUDE LTDA.
CNPJ: 03.969.925/0001-33.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS DO TIPO LEITES E SUPLEMENTOS ESPECIAIS DESTINADOS A ATENDER AS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO DE PATOS/PB.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 48.813,60 (QUARENTA E OITO MIL, OITOCENTOS E TREZE REAIS E SESSENTA CENTAVOS).
PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação vai até o final do exercício financeiro vigente, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
Dotação Orçamentária: Conforme orçamento vigente.
Fundamento Legal: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável.

Patos - PB, 21 de Março de 2024.

LEÔNIDAS DIAS DE MEDEIROS

Secretário Municipal de Saúde
 Ordenador de Despesas

Publicado por:
 Renato Montero Campos
Código Identificador:F3140C5A

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 555/2024**

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 025/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2024
CONTRATO Nº 555/2024
CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
CONTRATADO: MEDERI DISTRIBUICAO E IMPORTACAO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA.
CNPJ: 29.329.985/0001-85.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS DO TIPO LEITES E SUPLEMENTOS ESPECIAIS DESTINADOS A ATENDER AS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO DE PATOS/PB.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 1.068.287,80 (UM MILHÃO, SESSENTA E OITO MIL, DUZENTOS E OITENTA E SETE REAIS E OITENTA CENTAVOS).
PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação vai até o final do exercício financeiro vigente, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
Dotação Orçamentária: Conforme orçamento vigente.
Fundamento Legal: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável.

Patos - PB, 21 de Março de 2024.

LEÔNIDAS DIAS DE MEDEIROS

Secretário Municipal de Saúde
 Ordenador de Despesas

Publicado por:
 Renato Montero Campos
Código Identificador:45385410

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 550/2024**

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 025/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2024

CONTRATO Nº 550/2024

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
CONTRATADO: CENTRO ESPECIALIZADO EM NUTRICAÇÃO ENTERAL E PARENTERAL - CENEP LTDA.

CNPJ: 01.687.725/0002-43.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS DO TIPO LEITES E SUPLEMENTOS ESPECIAIS DESTINADOS A ATENDER AS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO DE PATOS/PB.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 32.088,30 (TRINTA E DOIS MIL, OITENTA E OITO REAIS E TRINTA CENTAVOS).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação vai até o final do exercício financeiro vigente, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

Dotação Orçamentária: Conforme orçamento vigente.

Fundamento Legal: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável.

Patos - PB, 21 de Março de 2024.

LEÔNIDAS DIAS DE MEDEIROS

Secretário Municipal de Saúde

Ordenador de Despesas

Publicado por:

Renato Montero Campos

Código Identificador:7F220E34

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 594/2024

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 025/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2024

CONTRATO Nº 594/2024

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADO: MVL HOSPITALAR LTDA.

CNPJ: 47.171.763/0001-69.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS DO TIPO LEITES E SUPLEMENTOS ESPECIAIS DESTINADOS A ATENDER AS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO DE PATOS/PB.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 55.640,00 (CINQUENTA E CINCO MIL, SEISCENTOS E QUARENTA REAIS).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação vai até o final do exercício financeiro vigente, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

Dotação Orçamentária: Conforme orçamento vigente.

Fundamento Legal: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável.

Patos - PB, 21 de Março de 2024.

LEÔNIDAS DIAS DE MEDEIROS

Secretário Municipal de Saúde

Ordenador de Despesas

Publicado por:

Renato Montero Campos

Código Identificador:64C68023

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 590/2024

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 068/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2024

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 590/2024

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

CONTRATADO: COSTEIRA LOCADORA DE VEÍCULOS EIRELI

CNPJ:08.228.979/0001-61

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS DE PASSEIO E UTILITÁRIO DO TIPO HATCH E PICK-UP PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS/PB.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 546.924,00 (QUINHENTOS E QUARENTA E SEIS MIL E NOVECENTOS E VINTE QUATRO REAIS).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

Dotação Orçamentária: Conforme orçamento vigente.

Fundamento Legal: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

Patos/PB, 19 de Março de 2024.

FRANCIVALDO DIAS DE FREITAS

Secretaria Municipal de Administração

Publicado por:

Arthur Daniel Gomes da Nobrega Candeia

Código Identificador:9B323BA8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO
CONTRATO Nº 1994/2023

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS.
CONTRATADO: SILVAS CONSTRUÇÕES LTDA, inscrito no CNPJ Nº 29.203.027/0001-63. **OBJETO CONTRATUAL:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA DO ESTÁDIO JOSÉ CAVALCANTE - 2º ETAPA, LOTE 2 (RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL) REFERENTE AO CONTRATO DE REPASSE Nº 1058030-80. **OBJETO DO TERMO ADITIVO:** acrescentar ao valor contratual o total R\$ 83.744,67 (Oitenta e Três Mil e Setecentos e Quarenta e Quatro Reais e Sessenta e Sete Centavos), sendo que o valor atual de R\$ R\$ 221.281,95 (Duzentos e Vinte e Um Mil e Duzentos e Oitenta e Um Reais e Noventa e Cinco Centavos), passando o seu valor global pós formalização do termo de aditivo o valor de R\$ 305.026,92. (Trezentos e Cinco Mil e Vinte e Seis Reais e Noventa e Dois Centavos), que representa um aumento aproximado de 37,85% (trinta e sete vírgula oitenta e cinco por cento), conforme preconiza as cláusulas contratuais e obedecendo a lei de licitações e suas alterações. **DA FUNDAMENTAÇÃO:** Lei Federal 14.133/2021 e alterações posteriores. **SIGNATÁRIOS:** SECRETÁRIO MUNICIPAL DE JUVENTUDE, ESPORTES E LAZER **JOSÉ DAMIÃO LODE DE SOUSA** e **SILVAS CONSTRUÇÕES LTDA.**

15 de março de 2024

JOSÉ DAMIÃO LODE DE SOUSA

Secretário Municipal de Juventude, Esporte e Lazer

Publicado por:

Leandro de Jesus Mendes Bento

Código Identificador:971FBF03

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO RATIFICAÇÃO DISPENSA N.º 035/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 111/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A FABRICAÇÃO DE MÓVEIS PLANEJADOS DESTINADOS AO ESPAÇO “PATOS RESOLVE”, A CARGO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA E ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DE PATOS/PB.

INTERESSADO: RIBAMAR ROGÉRIO DA COSTA MEDEIROS

CNPJ: 885.558.954-72

Fundamento Art. 75, Inciso II da Lei 14.133/2021.

FONTE DE RECURSO: Orçamento Vigente 2024.

VALOR GLOBAL: R\$ 25.250,00 (VINTE E CINCO MIL DUZENTOS E CINQUENTA REAIS).

PERÍODO DA EXECUÇÃO: Até o final do exercício financeiro.

Ratifico, com base no parecer emitido pela Assessoria Jurídica, o referido processo de dispensa.

Patos/PB, 21 de março de 2024.

ANTONIO MARCOS HONORIO DE OLIVEIRA

Secretário de Receita e Administração Tributária

Publicado por:

Rachel da Costa Medeiros

Código Identificador:6E96418B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 611/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 111/2024

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº: 035/2024 - Dispensa de Licitação.

CONTRATO Nº: 611/2024

CONTRATANTE: SECRETARIA DE RECEITA E ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

CONTRATADO: RIBAMAR ROGÉRIO DA COSTA MEDEIROS

CPF Nº: 885.558.954-72

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A FABRICAÇÃO DE MÓVEIS PLANEJADOS DESTINADOS AO ESPAÇO “PATOS RESOLVE”, A CARGO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA E ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DE PATOS/PB.

VALOR GLOBAL: R\$ 25.250,00 (VINTE E CINCO MIL DUZENTOS E CINQUENTA REAIS).

PRAZO DE VIGÊNCIA: Até o final do exercício financeiro, com início na data da assinatura.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Conforme orçamento vigente.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, Inciso III da Lei 14.133/2021.

Patos/PB, 21 de março de 2024.

ANTONIO MARCOS HONORIO DE OLIVEIRA

Secretário de Receita e Administração Tributária

Publicado por:

Rachel da Costa Medeiros

Código Identificador:2A1E7CBF

ESTADO DA PARAÍBA MUNICÍPIO DE SALGADINHO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADINHO EXTRATO DE RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE Nº IN00002/2024

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Inexigibilidade de Licitação nº IN00002/2024, que objetiva: Contratação de Serviços Técnicos Especializados na área jurídica, visando à defesa dos interesses do Município de Salgadinho–PB, nas ações que versam sobre a responsabilização do gestor por irregularidades na execução de convênios públicos através do ingresso da competente ação para suspensão de inadimplências, bem como nas demandas que tramitam na cidade de João Pessoa, especificamente nos Tribunais de Justiça do Estado da Paraíba, no Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, Tribunal de Contas;

RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: RODRIGO MAIA ADVOCACIA - R\$ 48.000,00.

Salgadinho - PB, 04 de Janeiro de 2024.

MARCOS ANTÔNIO ALVES

Prefeito Constitucional

Publicado por:

José Leandro Moraes

Código Identificador:9B1D0137

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADINHO EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 05/2024

INEXIGIBILIDADE Nº 02/2024

OBJETO: Contratação de Serviços Técnicos Especializados na área jurídica, visando à defesa dos interesses do Município de Salgadinho–PB, nas ações que versam sobre a responsabilização do gestor por irregularidades na execução de convênios públicos através do ingresso da competente ação para suspensão de inadimplências, bem como nas demandas que tramitam na cidade de João Pessoa, especificamente nos Tribunais de Justiça do Estado da Paraíba, no Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, Tribunal de Contas. **FUNDAMENTO LEGAL:** Inexigibilidade de Licitação nº IN00002/2024.

DOTAÇÃO: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA – 03.00 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL – 04.122.2001.2003 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO ELEMENTO DE DESPESA – 339039 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.

VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2024.

PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Salgadinho e: CT Nº 00005/2024 - 05.01.24 - RODRIGO MAIA ADVOCACIA - R\$ 48.000,00.

Salgadinho – PB, em 05 de janeiro de 2024.

MARCOS ANTÔNIO ALVES

Prefeito Constitucional

Publicado por:

José Leandro Moraes

Código Identificador:23C625CD

ESTADO DA PARAÍBA MUNICÍPIO DE SERRA REDONDA

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº. 546, DE 02 DE MAIO DE 2014 (REPÚBLICAÇÃO)

Dispõe sobre o Sistema Municipal de Cultura de Serra Redonda - Paraíba, seus princípios, objetivos, estrutura, organização, gestão, interrelações entre Os seus componentes, recursos humanos, financiamento e dá outras providências.

O Prefeito Constitucional do Município de Serra Redonda — PB, no uso de suas atribuições legais faz saber a Câmara Municipal que aprovou à ele sancionou a seguinte LEI;

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR¹_{SEP}

Art. 1º Esta lei regula no município de Serra Redonda /PB e em conformidade com a Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei Orgânica do Município, o Sistema Municipal de Cultura - SMC, que tem por finalidade promover o desenvolvimento humano, social e econômico, com pleno exercício dos direitos culturais.

Parágrafo único. O Sistema Municipal de Cultura - SMC integra o Sistema Nacional de Cultura — SNC e se constitui no principal articulador, no âmbito municipal, das políticas públicas de cultura, estabelecendo mecanismos de gestão compartilhada com os demais entes federados e a sociedade civil.

TÍTULO I DA POLÍTICA MUNICIPAL DE CULTURA

Art. 2º A política municipal de cultura estabelece o papel do Poder Público Municipal na gestão da cultura, explicita os direitos culturais que devem ser assegurados a todos os munícipes e define pressupostos que fundamentam as políticas, programas, projetos e ações formuladas e executadas pela Prefeitura Municipal de Serra Redonda /PB com a participapção da sociedade, no campo da cultura.

CAPÍTULO I

Do Papel do Poder Público Municipal na Gestão da Cultura

Art. 3º A cultura é um direito fundamental do ser humano, devendo o Poder Público Municipal prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício, no âmbito do Município de Serra Redonda /PB.

Art. 4º A cultura é um importante vetor de desenvolvimento humano, social e econômico, devendo ser tratada como uma área estratégica para o desenvolvimento sustentável e para a promoção da paz no Município de Serra Redonda /PB

Art. 5º É responsabilidade do Poder Público Municipal, com a participação da sociedade, planejar e fomentar políticas públicas de cultura, assegurar a preservação e promover a valorização do patrimônio cultural material e imaterial do Município de Serra Redonda /PB e estabelecer condições para o desenvolvimento da economia da cultura, considerando em primeiro plano o interesse público e o respeito à diversidade cultural.

Art. 6º Cabe ao Poder Público do Município de Serra Redonda/PB planejar e implementar políticas públicas para:

I - assegurar os meios para o desenvolvimento da cultura como direito de todos os cidadãos, com plena liberdade de expressão e criação;

II - universalizar o acesso aos bens e serviços culturais;

III - contribuir para a construção da cidadania cultural;

IV - reconhecer, proteger, valorizar e promover a diversidade das expressões culturais presentes no município;

V - combater a discriminação e o preconceito de qualquer espécie e natureza;

VI — promover a equidade social e territorial do desenvolvimento cultural;

VII - qualificar e garantir a transparência da gestão cultural;

VIII - democratizar os processos decisórios, assegurando a participação e o controle social;

IX - estruturar e regulamentar a economia da cultura, no âmbito local;

X - consolidar a cultura como importante vetor do desenvolvimento sustentável;

XI - intensificar as trocas, os intercâmbios e os diálogos interculturais;

XII - contribuir para a promoção da cultura da paz.

Art. 7º A atuação do Poder Público Municipal no campo da cultura não se contrapõe ao setor privado, com o qual deve, sempre que possível, desenvolver parcerias e buscar a complementaridade das ações, evitando superposições e desperdícios.

Art. 8º A política cultural deve ser transversal, estabelecendo uma relação estratégica com as demais políticas públicas, em especial com as políticas de educação, comunicação social, meio ambiente, turismo, ciência e tecnologia, esporte, lazer, saúde e segurança pública.

Art. 9º Os planos e projetos de desenvolvimento, na sua formulação e execução, devem sempre considerar os fatores culturais e na sua avaliação uma ampla gama de critérios, que vão da liberdade política, econômica e social às oportunidades individuais de saúde, educação, cultura, produção, criatividade, dignidade pessoal e respeito aos direitos humanos, conforme indicadores sociais.

CAPÍTULO II

Dos Direitos Culturais

Art. 10. Cabe ao Poder Público Municipal garantir a todos os munícipes o pleno exercício dos direitos culturais, entendidos como:

I — o direito à identidade e à diversidade cultural;

II - o direito à participação na vida cultural, compreendendo:

a) livre criação e expressão;

b) livre acesso;

c) livre difusão;

d) livre participação nas decisões de política cultural.

III - o direito autoral;

IV - o direito ao intercâmbio cultural nacional e internacional.

CAPÍTULO III

Da Concepção Tridimensional da Cultura

Art. 11. O Poder Público Municipal compreende a concepção tridimensional da cultura — simbólica, cidadã e econômica — como fundamento da política municipal de cultura.

SEÇÃO I

Da Dimensão Simbólica da Cultura

Art. 12. A dimensão simbólica da cultura compreende os bens de natureza material e imaterial que constituem o patrimônio cultural do Município de Serra Redonda /PB abrangendo todos os modos de viver, fazer e criar dos diferentes grupos formadores da sociedade local, conforme o Art. 216 da Constituição Federal.

Art. 13. Cabe ao Poder Público Municipal promover e proteger as infinitas possibilidades de criação simbólica expressas em modos de vida, crenças, valores, práticas, rituais e identidades.

Art. 14. A política cultural deve contemplar as expressões que caracterizam a diversidade cultural do Município, abrangendo toda a produção nos campos das culturas populares, eruditas e da indústria cultural.

Art. 15. Cabe ao Poder Público Municipal promover diálogos interculturais, nos planos local, regional, nacional e internacional, considerando as diferentes concepções de dignidade humana, presentes em todas as culturas, como instrumento de construção da paz, moldada em padrões de coesão, integração e harmonia entre os cidadãos, as comunidades, os grupos sociais, os povos e nações.

SEÇÃO II

Da Dimensão Cidadã da Cultura

Art. 16. Os direitos culturais fazem parte dos direitos humanos e devem se constituir numa plataforma de sustentação das políticas culturais, posto que a cidadania plena só possa ser atingida quando a cidadania cultural puder ser usufruída por todos os cidadãos do Município de Serra Redonda /PB

Art. 17. Cabe ao Poder Público Municipal assegurar o pleno exercício dos direitos culturais a todos os cidadãos, promovendo o acesso universal à cultura por meio do estímulo à criação artística, da democratização das condições de produção, da oferta de formação, da expansão dos meios de difusão, da ampliação das possibilidades de fruição e da livre circulação de valores culturais.

Art. 18 O direito à identidade e à diversidade cultural deve ser assegurado pelo Poder Público Municipal por meio de políticas públicas de promoção e proteção do patrimônio cultural do município, de promoção e proteção das culturas indígenas, populares e afro-brasileiras e, ainda, de iniciativas voltadas para o reconhecimento e valorização da cultura de outros grupos sociais, étnicos e de gênero, conforme os Arts. 215 e 216 da Constituição Federal.

Art. 19. O direito à participação na vida cultural deve ser assegurado pelo Poder Público Municipal com a garantia da plena liberdade para criar, fruir e difundir a cultura e não ingerência estatal na vida criativa da sociedade.

Art. 20. O direito à participação na vida cultural deve ser assegurado igualmente às pessoas com deficiência, que devem ter garantidas condições de acessibilidade e oportunidades de desenvolver e utilizar seu potencial criativo, artístico e intelectual.

Art. 21. O estímulo à participação da sociedade nas decisões de política cultural deve ser efetivado por meio da criação e articulação de conselhos paritários, com os representantes da sociedade democraticamente eleitos pelos respectivos segmentos, bem como, da realização de conferências e da instalação de colegiados, comissões e foruns.

SEÇÃO III

Da Dimensão Econômica da Cultura

Art. 22. Cabe ao Poder Público Municipal criar as condições para o desenvolvimento da cultura como espaço de inovação e expressão da criatividade local e fonte de oportunidades de geração de ocupações produtivas e de renda, fomentando a sustentabilidade e promovendo a desconcentração dos fluxos de formação, produção e difusão das distintas linguagens artísticas e múltiplas expressões culturais.

Art. 23. O Poder Público Municipal deve fomentar a economia da cultura como:

I - sistema de produção, materializado em cadeias produtivas, num processo que envolva as fases de pesquisa, formação, produção, difusão, distribuição e consumo;

II - elemento estratégico da economia contemporânea, em que se configura como um dos segmentos mais dinâmicos e importante fator de desenvolvimento econômico e social; e

III - conjunto de valores e práticas que têm como referência a identidade e a diversidade cultural dos povos, possibilitando compatibilizar modernização e desenvolvimento humano.

Art. 24. As políticas públicas no campo da economia da cultura devem entender os bens culturais como portadores de ideias, valores e sentidos que constituem a identidade e a diversidade cultural do município, não restritos ao seu valor mercantil.

Art. 25. As políticas de fomento à cultura devem ser implementadas de acordo com as especificidades de cada cadeia produtiva.

Art. 26. O objetivo das políticas públicas de fomento à cultura no Município de Serra Redonda/PB deve se estimular a criação e o desenvolvimento de bens, produtos e serviços e a geração de conhecimentos que sejam compartilhados por todos.

Art. 27. O Poder Público Municipal deve apoiar os artistas e produtores culturais atuantes no município para que tenham assegurado o direito autoral de suas obras, considerando o direito de acesso a cultura por toda sociedade.

TÍTULO II

DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA^[1]

CAPÍTULO I

Das Definições e dos Princípios

Art. 28. O Sistema Municipal de Cultura - SMC se constitui num instrumento de articulação, gestão, fomento e promoção de políticas públicas, bem como de informação e formação na área cultural, tendo como essência a coordenação e cooperação intergovernamental com vistas ao fortalecimento institucional, à democratização dos processos decisórios e à obtenção de economicidade, eficiência, eficácia, equidade e efetividade na aplicação dos recursos públicos.

Art. 29. O Sistema Municipal de Cultura - SMC fundamenta-se na política municipal de cultura expressa nesta lei e nas suas diretrizes, estabelecidas no Plano Municipal de Cultura, para instituir um processo de gestão compartilhada com os demais entes federativos da República Brasileira - União, Estados, Municípios e Distrito Federal - com suas respectivas políticas e instituições culturais e a sociedade civil.

Art. 30. Os princípios do Sistema Municipal de Cultura - SMC que devem orientar a conduta do Governo Municipal, dos demais entes federados e da sociedade civil, nas suas relações como parceiros e responsáveis pelo seu funcionamento são:

I - diversidade das expressões culturais;^[1]

II - universalização do acesso aos bens e serviços culturais;^[1]

III - fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais; IV - cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural;^[1]

V - integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas;^[1]

VI - complementaridade nos papéis dos agentes culturais;^[1]

VII - transversalidade das políticas culturais;^[1]

VIII - autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil;^[1]

IX - transparência e compartilhamento das informações;^[1]

X - democratização dos processos decisórios com participação e controle social;^[1]

XI - descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações;

XII - ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura.

CAPÍTULO II

Dos Objetivos

Art. 31. O Sistema Municipal de Cultura - SMC tem como objetivo formular e implantar políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas com a sociedade civil e com os demais entes da federação, promovendo o desenvolvimento - humano, social e econômico - com pleno exercício dos direitos culturais e acesso aos bens e serviços culturais, no âmbito do Município.

Art. 32. São objetivos específicos do Sistema Municipal de Cultura — SMC:

I - estabelecer um processo democrático de participação na gestão das políticas e dos recursos públicos na área cultural;^[1]

II - assegurar uma partilha equilibrada dos recursos públicos da área da cultura entre os diversos segmentos artísticos e culturais, distritos, regiões e bairros do município; II - articular e implementar políticas públicas que promovam a interação da cultura com as demais áreas, considerando seu papel estratégico no processo do desenvolvimento sustentável do Município; IV - promover o intercâmbio com os demais entes federados e instituições municipais para a formação, capacitação e circulação de bens e serviços culturais, viabilizando a cooperação técnica e a otimização dos recursos financeiros e humanos disponíveis; V - criar instrumentos de gestão para acompanhamento e avaliação das políticas públicas de cultura desenvolvidas no âmbito do Sistema Municipal de Cultura — SMC; VI - estabelecer parcerias entre os setores público e privado nas áreas de gestão e de promoção da cultura.

CAPÍTULO III^[1] Da Estrutura

SEÇÃO I

Dos Componentes

Art. 33. Integram o Sistema Municipal de Cultura — SMC: I - Coordenação: a) Secretaria Municipal de Cultura e Esporte - SECULTEII - Instâncias de Articulação, Pactuação e Deliberação:^[1] a) Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC;^[1] b) Conferência Municipal de Cultura - CMC.

III - Instrumentos de Gestão:

^[1]_{SEP} a) Plano Municipal de Cultura - PMC;

b) Sistema Municipal de Financiamento à Cultura - SMFC;

c) Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC;

d) Programa Municipal de Formação na Área da Cultura - PROMFAC.

Parágrafo único. O Sistema Municipal de Cultura — SMC estará articulado com os demais sistemas municipais ou políticas setoriais, em especial, da educação, da comunicação, da ciência e tecnologia, do planejamento urbano, do desenvolvimento econômico e social, da indústria e comércio, das relações internacionais, do meio ambiente, do turismo, do esporte, da saúde, dos direitos humanos e da segurança, conforme regulamentação.

SEÇÃO II

Da Coordenação do Sistema Municipal de Cultura - SMC

Art. 34. A Secretaria Municipal de Cultura e Esporte — SECULTE é órgão superior, subordinado diretamente ao Prefeito, e se constitui no órgão gestor e coordenador do Sistema Municipal de Cultura — SMC.

Art. 35. São atribuições da Secretaria Municipal de Cultura e Esporte - SECULTE:

I - formular e implementar, com a participação da sociedade civil, o Plano Municipal de Cultura - PMC, executando as políticas e as ações culturais definidas;

II - implementar o Sistema Municipal de Cultura - SMC, integrado aos Sistemas Nacional e Estadual de Cultura, articulando os atores públicos e privados no âmbito do Município, estruturando e integrando a rede de equipamentos culturais, descentralizando e democratizando a sua estrutura e atuação;^[1]_{SEP}

III - promover o planejamento e fomento das atividades culturais com uma visão ampla e integrada no território do Município, considerando a cultura como uma área estratégica para o desenvolvimento local;^[1]_{SEP}

IV - valorizar todas as manifestações artísticas e culturais que expressam a diversidade étnica e social do Município;

V - preservar e valorizar o patrimônio cultural do Município;

VI - pesquisar, registrar, classificar, organizar e expor ao público a documentação e os acervos artísticos, culturais e históricos de interesse do Município;

VII - manter articulação com entes públicos e privados visando à cooperação em ações na área da cultura;

VIII - promover o intercâmbio cultural a nível regional, nacional e internacional;

IX — assegurar o funcionamento do Sistema Municipal de Financiamento & Cultura — SMFC e promover ações de fomento ao desenvolvimento da produção cultural no âmbito do Município;

X - descentralizar os equipamentos, as ações e os eventos culturais, democratizando o acesso aos bens culturais;

XI - estruturar e realizar cursos de formação e qualificação profissional nas áreas de criação, produção e gestão cultural;

XII - estruturar o calendário dos eventos culturais do Município;

XIII - elaborar estudos das cadeias produtivas da cultura para implementar políticas específicas de fomento e incentivo;

XIV - captar recursos para projetos e programas específicos junto a ações, entidades e programas internacionais, federais e estaduais.

XV - operacionalizar as atividades do Conselho Municipal de Política Cultural — CMPC e do Fórum de Cultura do Município;

XV - realizar a Conferência Municipal de Cultura - CMC, colaborar na realização e participar das Conferências Estadual e Nacional de Cultura;

XVII - exercer outras atividades correlatas com as suas atribuições.

Art. 36. A Secretaria Municipal de Cultura e Esporte — SECULTE como órgão coordenador do Sistema Municipal de Cultura - SMC, compete:

| - exercer a coordenação geral do Sistema Municipal de Cultura - SMC;

II — promover a integração do Município ao Sistema Nacional de Cultura — SNC e ao Sistema Estadual de Cultura — SEC, por meio da assinatura dos respectivos termos de adesão voluntária;

III - instituir as orientações e deliberações normativas e de gestão, aprovadas no plenário do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC e nas suas instâncias setoriais;

IV - implementar, no âmbito do governo municipal, as pactuações acordadas na Comissão Intergestores Tripartite — CIT e aprovadas pelo Conselho Nacional de Política Cultural — CNPC e na Comissão Intergestores Bipartite — CIB e aprovadas pelo Conselho Estadual de Política Cultural - CNPC;

V - emitir recomendações, resoluções e outros pronunciamentos sobre matérias relacionadas com o Sistema Municipal de Cultura - SMC, observadas as diretrizes aprovadas pelo Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC;

VI — colaborar para o desenvolvimento de indicadores e parâmetros quantitativos e qualitativos que contribuam para a descentralização dos bens e serviços culturais promovidos ou apoiados, direta ou indiretamente, com recursos do Sistema Nacional de Cultura — SNC e do Sistema Estadual de Cultura — SEC, atuando de forma colaborativa com os Sistemas Nacional e Estadual de Informações e Indicadores Culturais;

VII — colaborar, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura — SNC, para a compatibilização e interação de normas, procedimentos técnicos e sistemas de gestão;

VIII - subsidiar a formulação e a implementação das políticas e ações transversais da cultura nos programas, planos e ações estratégicos do Governo Municipal.

IX - auxiliar o Governo Municipal e subsidiar os demais entes federados no estabelecimento de instrumentos metodológicos e na classificação dos programas e ações culturais no âmbito dos respectivos planos de cultura;

X — colaborar, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura — SNC, com o Governo do Estado e com o Governo Federal na implementação de Programas de Formação na Área da Cultura, especialmente capacitando e qualificando recursos humanos responsáveis pela gestão das políticas públicas de cultura do Município; e

XI - coordenar e convocar a Conferência Municipal de Cultura - CMC.

SEGAO II

Das Instâncias de Articulação, Pactuação e Deliberação

Art. 37. Constituem-se instâncias de articulação, pactuação e deliberação do Sistema Municipal de Cultura - SMC:

I - Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC;

II - Conferência Municipal de Cultura - CMC;

Do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC

Art. 38. O Conselho Municipal de Política Cultural — CMPC, órgão colegiado consultivo, deliberativo e normativo, integrante da estrutura básica da Secretaria de Cultura, com composição paritária entre Poder Público e Sociedade Civil, se constitui no principal espaço de participação social institucionalizada, de caráter permanente, na estrutura do Sistema Municipal de Cultura - SMC.

§ 1º. O Conselho Municipal de Política Cultural — CMPC tem como principal atribuição atuar, com base nas diretrizes propostas pela Conferência Municipal de Cultura - CMC, na elaboração, acompanhamento da execução, fiscalização e avaliação das políticas públicas de cultura, consolidadas no Plano Municipal de Cultura - PMC.

§ 2º Os integrantes do Conselho Municipal de Política Cultural — CMPC que representam a sociedade civil são eleitos democraticamente, conforme regulamento, pelos respectivos segmentos e têm mandato de dois anos, renovável, uma vez, por igual período.

§ 3º. A representação da sociedade civil no Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC deve contemplar os diversos segmentos artísticos e culturais, considerando as dimensões simbólica, cidadã e econômica da cultura, bem como o critério territorial, na sua composição.

§ 4º. A representação do Poder Público no Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC deve contemplar a representação do Município de Serra Redonda /PB por meio da Secretaria Municipal de Cultura e Esporte — SECULTE e de outros Órgãos e Entidades do Governo Municipal e dos demais entes federados.

Art. 39. O Conselho Municipal de Política Cultural será constituído por 12 (doze) membros titulares e igual número de suplentes, com a seguinte composição:

I — 06 membros titular e respectivo suplente representando o Poder Público, através dos seguintes órgãos e quantitativos:

- a) Secretaria Municipal de Cultura e Esporte, 02 representantes, sendo um para representar a cultura e outro para representar o esporte;
- b) Secretaria Municipal de Educação, 01 representante;
- c) Secretaria Municipal de Assistência Social, 01 representante;
- d) Secretaria Municipal da Saúde, 01 representantes;
- e) Secretaria Municipal de Agricultura; 01 representante;

II = 06 membros titulares e respectivos suplentes, representando a sociedade civil, através dos seguintes setores e quantitativos:

- a) Setor do Artesanato - 01 representante;
- b) Setor de Arquivo público, Bibliotecas, Livro, Leitura e Literatura - 01 representante;
- c) Setor do Audio Visual, Cinema e Artes visuais. 01 representante;
- d) Setor da Cultura Afro-brasileira, 01 representante;
- e) Setor da identidade cultural, patrimônio público, museu e acervo cultural - 01 representante;
- f) Setor da Dança, da Música e da Cultura Popular — 01 representante.

§ 1º Os membros titulares e suplentes representantes do Poder Público serão designados pelo respectivo órgão e os representantes da sociedade civil serão eleitos Por meio de edital público.

§ 2º O Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC deverá eleger, entre seus membros, o Presidente, vice- Presidente, Secretário-Geral e Secretário Geral Adjunto.

§ 3º Nenhum membro representante da sociedade civil, titular ou suplente, poderá ser detentor de cargo em comissão ou função de confiança vinculada ao Poder Executivo do Município;

§ 4º O Presidente do Conselho Municipal de Política Cultural — CMPC é detentor do voto de Minerva.

Art. 40. O Conselho Municipal de Política Cultural — CMPC é constituído pelas seguintes instâncias:

I - Plenário;

II- Colegiados Setoriais;

III - Fóruns Setoriais e Territoriais

Art. 41. Ao Plenário, instância máxima do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC, compete:

I — propor e aprovar as diretrizes gerais, acompanhar e fiscalizar a execução do Plano Municipal de Cultura - PMC;

II - estabelecer normas e diretrizes pertinentes às finalidades e aos objetivos do Sistema Municipal de Cultura - SMC;

III - colaborar na implementação das pactuações acordadas na Comissão Intergestores Tripartite — CIT e na Comissão Intergestores Bipartite — CIB, devidamente aprovadas, respectivamente, nos Conselhos Nacional e Estadual de Política Cultural;

IV - aprovar as diretrizes para as políticas setoriais de cultura, oriundas dos sistemas setoriais municipais de cultura e de suas instâncias colegiadas;

V - definir parâmetros gerais para aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC no que concerne à distribuição territorial e ao peso relativo dos diversos segmentos culturais;

VI - estabelecer para a Comissão Municipal de Incentivo à Cultura — CMIC do Fundo Municipal de Cultura as diretrizes de uso dos recursos, com base nas políticas culturais definidas no Plano Municipal de Cultura — PMC;

VII - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC;

VIII - apoiar a descentralização de programas, projetos e ações e assegurar os meios necessários à sua execução e à participação social relacionada ao controle e fiscalização;

IX — contribuir para o aprimoramento dos critérios de partilha e de transferência de recursos, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura — SNC;

X - apreciar e aprovar as diretrizes orçamentárias da área da Cultura;

XI - contribuir para a definição das diretrizes do Programa Municipal de Formação na Área da Cultura — PROMFAC, especialmente no que tange à formação de recursos humanos para a gestão das políticas culturais;

XII — acompanhar a execução do Acordo de Cooperação Federativa assinado pelo Município de Serra Redonda /PB para sua integração ao Sistema Nacional de Cultura - SNC.

XIII - promover cooperação com os demais Conselhos Municipais de Política Cultural, bem como com os Conselhos Estaduais, do Distrito Federal e Nacional;

XIV - promover cooperação com os movimentos sociais, organizações não-governamentais e o setor empresarial;

XV - incentivar a participação democrática na gestão das políticas e dos investimentos públicos na área cultural;

XVI - delegar as diferentes instâncias componentes do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC a deliberação e acompanhamento de matérias;

XVII - aprovar o regimento interno da Conferência Municipal de Cultura - CMC.

XVIII - estabelecer o regimento interno do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC.

Art. 42. Compete ao Conselho de Integração de Políticas Públicas de Cultura — CIPOC promover a articulação das políticas de cultura do Poder Público, no âmbito municipal, para o desenvolvimento de forma integrada de programas, projetos e ações.

Art. 43. Compete aos Colegiados Setoriais fornecer subsídios ao Plenário do Conselho Municipal de Política Cultural — CMPC para a definição de políticas, diretrizes e estratégias dos respectivos segmentos culturais.

Art. 44. Compete às Comissões Temáticas, de caráter permanente, e aos Grupos de Trabalho, de caráter temporário, fornecer subsídios para a tomada de decisão sobre temas específicos, transversais ou emergenciais relacionados à área cultural.

Art. 45. Compete aos Fóruns Setoriais e Territoriais, de caráter permanente, a formulação e o acompanhamento de políticas culturais específicas para os respectivos segmentos culturais, e territórios.

Art. 46. O Conselho Municipal de Política Cultural — CMPC deve se articular com as demais instâncias colegiadas do Sistema Municipal de Cultura - SMC - territoriais e setoriais - para assegurar a integração, funcionalidade e racionalidade do sistema e a coerência das políticas públicas de cultura implementadas no âmbito do Sistema Municipal de Cultura — SMC.

Da Conferência Municipal de Cultura - CMC

Art. 47. A Conferência Municipal de Cultura — CMC constitui-se numa instância de participação social, em que ocorre articulação entre o Governo Municipal e a sociedade civil, por meio de organizações culturais e segmentos sociais, para analisar a conjuntura da área cultural no município e propor diretrizes para a formulação de políticas públicas de Cultura, que comporão o Plano Municipal de Cultura - PMC.

§ 1º É de responsabilidade da Conferência Municipal de Cultura — CMC analisar, aprovar moções, proposições e avaliar a execução das metas concernentes ao Plano Municipal de Cultura - PMC e às respectivas revisões ou adequações.

§ 2º. Cabe à Secretaria Municipal de Cultura — SECULT convocar e coordenar a Conferência Municipal de Cultura — CMC, que se reunirá ordinariamente a cada dois anos ou extraordinariamente, a qualquer tempo, a critério do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC. A data de realização da Conferência Municipal de Cultura — CMC deverá estar de acordo com o calendário de convocação das Conferências Estadual e Nacional de Cultura.

§ 3º. A Conferência Municipal de Cultura — CMC será precedida de Conferências Setoriais e Territoriais.

§ 4º. A representação da sociedade civil na Conferência Municipal de Cultura — CMC será, no mínimo, de dois terços dos delegados, sendo os mesmos eleitos em Conferências Setoriais e Territoriais.

SEÇÃO IV

Dos Instrumentos de Gestão

Art. 48. Constituem-se em instrumentos de gestão do Sistema Municipal de Cultura - SMC:

I - Plano Municipal de Cultura - PMC;

II - Sistema Municipal de Financiamento & Cultura - SMFC;

III - Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC;

IV - Programa Municipal de Formação na Área da Cultura - PROMFAC.

Parágrafo único. Os instrumentos de gestão do Sistema Municipal de Cultura — SMC se caracterizam como ferramentas de planejamento, inclusive técnico e financeiro, e de qualificação dos recursos humanos.

Do Plano Municipal de Cultura - PMC^[1]_{SEP}

Art. 49. O Plano Municipal de Cultura - PMC tem duração decenal e é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da Política Municipal de Cultura na perspectiva do Sistema Municipal de Cultura - SMC.

Art. 50. A elaboração do Plano Municipal de Cultura - PMC e dos Planos Setoriais de âmbito municipal é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura — SECULT e Instituições Vinculadas, que, a partir das diretrizes propostas pela Conferência Municipal de Cultura - CMC, desenvolve Projeto de Lei a ser submetido ao Conselho Municipal de Política Cultural — CMPC e, posteriormente, encaminhado à Câmara de Vereadores.

Parágrafo único. Os Planos devem conter:

I - diagnóstico do desenvolvimento da cultura;

II - diretrizes e prioridades;

III - objetivos gerais e específicos;

IV - estratégias, metas e ações;

V - prazos de execução;

VI - resultados e impactos esperados;

VII - recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários;

VIII - mecanismo e fontes de financiamento; e

IX - indicadores de monitoramento e avaliação.

Do Sistema Municipal de Financiamento à Cultura — SMFC

51. O Sistema Municipal de Financiamento à Cultura — SMFC é constituído pelo conjunto de mecanismos de financiamento público da cultura, no âmbito do Município de Serra Redonda /PB, que devem ser diversificados e articulados.

Parágrafo único. São mecanismos de financiamento público da cultura, no âmbito do Município de Serra Redonda /PB :

I - Orçamento Público do Município, estabelecido na Lei Orçamentária Anual (LOA);

II = Fundo Municipal de Cultura, definido nesta lei;

III - Incentivo Fiscal, por meio de renúncia fiscal do IPTU e do ISS, conforme lei específica; e

IV - outros que venham a ser criados.

Do Fundo Municipal de Cultura - FMC

52. Fica criado o Fundo Municipal de Cultura - FNC, vinculado à Secretaria Municipal de Cultura e Esporte como fundo de natureza contábil e financeira, com prazo indeterminado de duração, de acordo com as regras definidas nesta Lei.

Art. 53. O Fundo Municipal de Cultura — FMC se constitui no principal mecanismo de financiamento das políticas públicas de cultura no município, com recursos destinados a programas, projetos e ações culturais implementados de forma descentralizada, em regime de colaboração e co- financiamento com a União e com o Governo do Estado de Serra Redonda /PB

Parágrafo único. É vedada a utilização de recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC com despesas de manutenção administrativa dos Governos Municipal, Estadual e Federal, bem como de suas entidades vinculadas.

Art. 54. São receitas do Fundo Municipal de Cultura - FMC:

I - dotações consignadas na Lei Orgamentaria Anual (LOA) do Município de Serra Redonda /PB e seus créditos adicionais;

II - transferências federais e/ou estaduais à conta do Fundo Municipal de Cultura - FMC;

III - contribuições de mantenedores;

IV - produto do desenvolvimento de suas finalidades institucionais, tais como: arrecadação dos preços públicos cobrados pela cessão de bens municipais sujeitos à administração da Secretaria Municipal de Cultura; resultado da venda de ingressos de espetáculos ou de outros eventos artísticos e promoções, produtos e serviços de caráter cultural;

V - doações e legados nos termos da legislação vigente;

VI - subvenções e auxílios de entidades de qualquer natureza, inclusive de organismos internacionais;

VII - reembolso das operações de empréstimo porventura realizadas por meio do Fundo Municipal de Cultura - FMC, a título de financiamento reembolsável, observados critérios de remuneração que, no mínimo, lhes preserve o valor real;

VIII - retomo dos resultados econômicos provenientes dos investimentos porventura realizados em empresas e projetos culturais efetivados com recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC;

IX- resultado das aplicações em títulos públicos federais, obedecida a legislação vigente sobre a matéria;

X- empréstimos de instituições financeiras ou outras entidades;

XI- saldos não utilizados na execução dos projetos culturais financiados com recursos dos mecanismos previstos no Sistema Municipal de Financiamento à Cultura - SMFC;

XII- devolução de recursos determinados pelo não cumprimento ou desaprovação de contas de projetos culturais custeados pelos mecanismos previstos no Sistema Municipal de Financiamento à Cultura - SMFC;

XIII - saldos de exercícios anteriores; e

XIV — outras receitas legalmente incorporáveis que lhe vierem a ser destinadas.

Art. 55. O Fundo Municipal de Cultura - FMC será administrado pela Secretaria Municipal de Cultura e Esporte — SECULTE na forma estabelecida no regulamento, e apoiará projetos culturais por meio das seguintes modalidades:

I - não reembolsáveis, na forma do regulamento, para apoio a projetos culturais apresentados por pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, com ou sem fins lucrativos, preponderantemente por meio de editais de seleção pública; e

II- reembolsáveis, destinados ao estímulo da atividade produtiva das empresas de natureza cultural e pessoas físicas, mediante a concessão de empréstimos.

§ 1º Nos casos previstos no inciso 1 do caput, a Secretaria Municipal de Cultura e Esporte — SECULT definirá com os agentes financeiros credenciados a taxa de administração, os prazos de carência, os juros limites, as garantias exigidas e as formas de pagamento.

§ 2º Os riscos das operações previstas no parágrafo anterior serão assumidos, solidariamente pelo Fundo Municipal de Cultura - FMC e pelos agentes financeiros credenciados, na forma que dispuser o regulamento.

§ 3º A taxa de administração a que se refere o § 1º não poderá ser superior a três por cento dos recursos disponibilizados para o financiamento.

§ 4º Para o financiamento de que trata o inciso II, serão fixadas taxas de remuneração que, no mínimo, preservem o valor originalmente concedido.

Art. 56. Os custos referentes à gestão do Fundo Municipal de Cultura - FMC com planejamento, estudos, acompanhamento, avaliação e divulgação de resultados, incluídas a aquisição ou a locação de equipamentos e bens necessários ao cumprimento de seus objetivos, não poderão ultrapassar cinco por cento de suas receitas, observados o limite fixado anualmente por ato da CMPC

Art. 57 O Fundo Municipal de Cultura - FMC financiará projetos culturais apresentados por pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, com ou sem fins lucrativos.

§ 1º Poderá ser dispensada contrapartida do proponente no âmbito de programas setoriais definidos pela comissão Municipal de Incentivo à Cultura - CMIC.

§ 2º Nos casos em que a contrapartida for exigida, o proponente deve comprovar que dispõe de recursos financeiros ou de bens ou serviços se economicamente mensuráveis, para complementar o montante aportado pelo Fundo Municipal de Cultura FMC, ou que está assegurada a obtenção de financiamento por outra fonte.

§ 3º Os projetos culturais previstos no caput poderão conter despesas administrativas de até dez por cento de seu custo total, excetuados aqueles apresentados por entidades privadas sem fins lucrativos, que poderão conter despesas administrativas de até quinze por cento de seu custo total.

Art. 58. Fica autorizada a composição financeira de recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC com recursos de pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado, com fins lucrativos para apoio compartilhado de programas, projetos e ações culturais de interesse estratégico, para o desenvolvimento das cadeias produtivas da cultura,

§ 1º O aporte dos recursos das pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado previsto neste artigo não gozará de incentivo fiscal.

§ 2º A concessão de recursos financeiros, materiais ou de infraestrutura pelo Fundo Municipal de Cultura - FMC será formalizada por meio de convênios e contratos específicos.

Art. 59. Para seleção de projetos apresentados ao Fundo Municipal de Cultura - FMC fica criada a Comissão Municipal de Incentivo à

Cultura — CMIC, de composição paritária entre membros do Poder Público e da Sociedade Civil.

Art. 60. A Comissão Municipal de Incentivo à Cultura - CMIC será constituída por 04 membros titulares e igual número de suplentes.

§ 1º Os 02 membros do Poder Público serão indicados pela Secretaria Municipal de Cultura e Esporte - SECULTE.

§ 2º Os 02 membros da Sociedade Civil serão escolhidos conforme regulamento.

Art. 61. Na seleção dos projetos a Comissão Municipal de Incentivo à Cultura - CMIC deve ter como referência maior o Plano Municipal de Cultura - PMC e considerar as diretrizes e prioridades definidas anualmente pelo Conselho Municipal de Cultura - CMPC.

Art. 62. A Comissão Municipal de Incentivo à Cultura — CMIC deve adotar critérios objetivos na seleção das propostas:

I - avaliação das três dimensões culturais do projeto - simbólica, econômica e social;

II - adequação orçamentária;

III - viabilidade de execução; e

IV - capacidade técnico-operacional do proponente.

Do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC

Art. 63. Cabe à Secretaria Municipal de Cultura e Esporte - SECULTE desenvolver o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC, com a finalidade de gerar informações e estatísticas da realidade cultural local com cadastros e indicadores culturais construídos a partir de dados coletados pelo Município.

§ 1º. O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC é constituído de bancos de dados referentes a bens, serviços, infra-estrutura, investimentos, produção, acesso, consumo, agentes, programas, instituições e gestão cultural, entre outros, e estará disponível ao público e integrado aos Sistemas Estadual e Nacional de Informações e Indicadores Culturais.

§ 2º O processo de estruturação do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC terá como referência o modelo nacional, definido pelo Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais — SNIIC.

Art. 64. O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC tem como objetivos:

I - coletar, sistematizar e interpretar dados, fornecer metodologias e estabelecer parâmetros a mensuração da atividade do campo cultural e das necessidades sociais por cultura, que permitam a formulação, monitoramento, gestão e avaliação das políticas públicas, de cultura e das políticas culturais em geral, verificando e racionalizando a implementação do Plano Municipal de Cultura - PMC e sua revisão nos prazos previstos.

II - disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e oferta de bens culturais, para a construção de modelos de economia e sustentabilidade da cultura, para a adoção de mecanismos de indução e regulação da atividade econômica no campo cultural, dando apoio aos gestores culturais públicos e privados, no âmbito do Município;

III - exercer e facilitar o monitoramento e avaliação das políticas públicas de cultura e das políticas culturais em geral, assegurando ao poder público e à sociedade civil o acompanhamento do desempenho do Plano Municipal de Cultura — PMC.

Art. 65. O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC fará levantamentos para realização de mapeamentos culturais para conhecimento da diversidade cultural local e transparência dos investimentos públicos no setor cultural.

Art. 66. O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC estabelecerá parcerias com os Sistemas Nacional e Estadual de Informações e Indicadores Culturais, e com institutos de pesquisa, para desenvolver uma base consistente e contínua de informações relacionadas ao setor cultural e elaborar indicadores culturais que contribuam tanto para a gestão das políticas públicas da área, quanto para fomentar estudos e pesquisas nesse campo.

Do Programa Municipal de Formação na Área da Cultura - PROMFAC

Art. 67. Cabe à Secretaria Municipal de Cultura elaborar, regulamentar e implementar o Programa Municipal de Formação na Área da Cultura - PROMFAC, em articulação com os demais entes federados e parceria com a Secretaria Municipal de Educação e instituições educacionais, tendo como objetivo central capacitar os gestores públicos e do setor privado e conselheiros de cultura, responsáveis pela formulação e implementação das políticas públicas de cultura, no âmbito do Sistema Municipal de Cultura.

Art. 68. O Programa Municipal de Formação na Área da Cultura - PROMFAC deve promover:

I - a qualificação técnico-administrativa e capacitação em política cultural dos agentes envolvidos na formulação e na gestão de programas, projetos e serviços culturais oferecidos à população;

II - a formação nas áreas técnicas e artísticas.

SEÇÃO V

Dos Sistemas Setoriais

Art. 69. Para atender à complexidade e especificidades da área cultural são constituídos Sistemas Setoriais como subsistemas do Sistema Municipal de Cultura - SMC.

Art. 70. Constituem-se Sistemas Setoriais integrantes do Sistema Municipal de Cultura — SMC:

I - Sistema Municipal de Patrimônio Cultural - SMPC;

II - Sistema Municipal de Museus - SMM;

III - Sistema Municipal de Bibliotecas, Livros, Leitura e Literatura SMNLLL;

IV - Outros que venham a ser constituídos.

Art. 71. As políticas culturais setoriais devem seguir as diretrizes gerais advindas da Conferência Municipal de Cultura — CMC e do Conselho Municipal de Política Cultural — CMPC consolidadas no Plano Municipal de Cultura - PMC.

Art. 72. Os Sistemas Municipais Setoriais constituídos e os que venham a ser criados, integram o Sistema Municipal de Cultura, - SMC conformando subsistemas que se conectam à estrutura federativa, à medida que os sistemas de cultura nos demais níveis de governo forem sendo constituídos.

Art. 73. As interconexões entre os Sistemas Setoriais e o Sistema Municipal de Cultura - SMC são estabelecidas por meio das coordenações e das instâncias colegiadas dos Sistemas Setoriais.

Art. 74. As instâncias colegiadas dos Sistemas Setoriais devem ter participação da sociedade civil e considerar o critério territorial na escolha dos seus membros.

Art. 75. Para assegurar as conexões entre os Sistemas Setoriais, seus colegiados e o Sistema Municipal de Cultura - SMC, as coordenações

e as instâncias colegiadas setoriais devem ter assento no Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC com a finalidade de propor diretrizes para elaboração das políticas próprias referentes às suas áreas e subsidiar nas definições de estratégias de sua implementação.

TÍTULO III **DO FINANCIAMENTO**

CAPÍTULO I **Dos Recursos**

Art. 76. O Fundo Municipal da Cultura - FMC e o orçamento da Secretaria Municipal de Cultura e Esporte e de suas instituições vinculadas são as principais fontes de recursos do Sistema Municipal de Cultura.

Art. 77. O financiamento das políticas públicas de cultura estabelecidas no Plano Municipal de Cultura far-se-á com os recursos do Município, do Estado e da União, além dos demais recursos que compõem o Fundo Municipal da Cultura — FMC.

Art. 78. O Município de Serra Redonda/PB deverá destinar recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC, para uso como contrapartida de transferências dos Fundos Nacional e Estadual de Cultura.

§ 1º Os recursos previstos no caput serão destinados a:

I- políticas, programas, projetos e ações previstas nos Planos Nacional, Estadual e/ou Municipal de Cultura;

II- para o financiamento de projetos culturais escolhidos pelo Município por meio de seleção pública.

§ 2º A gestão municipal dos recursos oriundos de repasses dos Fundos Nacional e Estadual de Cultura deverá ser submetida ao Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC.

Art. 79. Os critérios de aporte de recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC deverão considerar a participação dos diversos segmentos culturais e territórios na distribuição total de recursos municipais para a cultura, com vistas a promover a desconcentração do investimento, devendo ser estabelecido anualmente um percentual mínimo para cada segmento/território.

CAPÍTULO II **Da Gestão Financeira**

Art. 80. Os recursos financeiros da Cultura serão depositados em conta específica, e administrados pela Secretaria Municipal de Cultura e Esporte e instituições vinculadas, sob fiscalização do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC.

§ 1º. Os recursos financeiros do Fundo Municipal de Cultura — FMC serão administrados pela Secretaria Municipal de Cultura e Esporte

§ 2º A Secretaria Municipal de Cultura e Esporte —acompanhará a conformidade à programação aprovada da aplicação dos recursos repassados pela União e Estado ao Município.

Art. 81. O Município deverá tornar público os valores e a finalidade dos recursos recebidos da União e do Estado, transferidos dentro dos critérios estabelecidos pelo Sistema Nacional e pelo Sistema Estadual de Cultura.

§ 1º. O Município deverá zelar e contribuir para que sejam adotados pelo Sistema Nacional de Cultura critérios públicos e transparentes, com partilha e transferência de recursos de forma equitativa, resultantes de uma combinação de indicadores sociais, econômicos, demográficos e outros específicos da área cultural, considerando as diversidades regionais.

Art. 82. O Município deverá assegurar a condição mínima para receber os repasses dos recursos da União, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura, com a efetiva instituição e funcionamento dos

componentes mínimos do Sistema Municipal de Cultura e a alocação de recursos próprios destinados à Cultura na Lei Orçamentária Anual (LOA) e no Fundo Municipal de Cultura.

CAPÍTULO II **Do Planejamento e do Orçamento**

Art. 83. O processo de planejamento e do orçamento do Sistema Municipal de Cultura — SMC deve buscar a integração do nível local ao nacional, ouvindo seus órgãos deliberativos, compatibilizando-se as necessidades da política de cultura com a disponibilidade de recursos próprios do Município, as transferências do Estado e da União e outras fontes de recursos.

§ 1º O Plano Municipal de Cultura será a base das atividades e programações do Sistema Municipal de Cultura e seu financiamento será previsto no Plano Plurianual - PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e na Lei Orçamentária Anual - LOA.

Art. 84. As diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Cultura serão propostas pela Conferência Municipal de Cultura e pelo Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 85. O Município de Serra Redonda /PB deverá se integrar ao Sistema Nacional de Cultura — SNC por meio da assinatura do termo de adesão voluntária, na forma do regulamento.

Art. 88. Sem prejuízo de outras sanções cabíveis, constitui crime de emprego irregular de verbas ou rendas públicas, previsto no artigo 315 do Código Penal, a utilização de recursos financeiros do Sistema Municipal de Cultura — SMC em finalidades diversas das previstas nesta lei.

Art. 87. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Serra Redonda/PB, 02 de maio de 2014.

MANOEL MARCELO DE ANDRADE
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Jose Wilson da Silva Rocha
Código Identificador:DFA3559A

ESTADO DA PARAÍBA **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOA GRANDE**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOA GRANDE **AVISO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO TOMADA DE** **PREÇOS 006/2023**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOA GRANDE

AVISO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO **TOMADA DE PREÇOS N.º 006/2023**

A Prefeitura Municipal de Alagoa Grande, através de sua CPL, torna público que a empresa MONTBRAVO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI-EPP interpôs Recurso Administrativo quanto a decisão que habilitou as empresas PRIIMEE CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA e APN CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI-ME na Tomada de Preços nº 006/2023. Ficam as demais empresas participantes notificadas a apresentarem contra razões, caso queiram, no prazo de 05 (cinco) dias úteis. Fica suspensa a abertura dos envelopes das propostas de preços das empresas habilitadas, que estava aprazada para o dia 25/03/2024 às 09:00 horas, até o julgamento do recurso interposto. Alagoa Grande(PB), 21 de março de 2024.

ANTONIO SOARES DE LIMA
Presidente da Cpl

Publicado por:
Antônio Soares de Lima
Código Identificador:D63806DC

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOA NOVA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

EXTRATO DE ADITIVO

OBJETO: PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO E DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS NA RUA MANOEL ALVES PEQUENO- ALAGOA NOVA/PB. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 00002/2023. ADITAMENTO: Ajuste no quantitativo para adequação do projeto. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Alagoa Nova e: CT Nº 00257/2023 - E.p.s. Serviços de Construções Eireli - CNPJ: 34.235.824/0001-62 - 4º Aditivo - acréscimo de R\$ 45.146,17. ASSINATURA: 11.03.24

Publicado por:
Tatiara Gomes de Almeida
Código Identificador:752FDB90

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

EXTRATO DE ADITIVO

OBJETO: PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO E DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS NA RUA MANOEL ALVES PEQUENO- ALAGOA NOVA/PB. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 00002/2023. ADITAMENTO: Dar continuidade a execução do objeto contratado. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Alagoa Nova e: CT Nº 00257/2023 - E.p.s. Serviços de Construções Eireli - CNPJ: 34.235.824/0001-62 - 5º Aditivo - prorroga o prazo por mais 3 meses. ASSINATURA: 12.03.24

Publicado por:
Tatiara Gomes de Almeida
Código Identificador:F56AE55C

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATUAL

EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATUAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO E SEGURANÇA, COM FISCAIS DE CONDUTA, COORDENADORES E EQUIPAMENTOS DURANTE OS EVENTOS PROMOVIDOS POR ESTE MUNICÍPIO. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 00049/2023. RESCISÃO: Nos termos das disposições contidas no respectivo instrumento contratual e na legislação pertinente. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Alagoa Nova e: CT Nº 00292/2023 - Nilson Mota da Silva - CNPJ: 23.308.432/0001-60 - Rescindido - de comum acordo entre as partes. ASSINATURA: 20.03.24

Publicado por:
Tatiara Gomes de Almeida
Código Identificador:E1DD13C5

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO
ELETRÔNICO Nº 00006/2024

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 00006/2024

Nos termos do relatório final apresentado pela Pregoeira Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Eletrônico nº 00006/2024, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DAS CINZAS DE RESÍDUOS PROVENIENTES DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO; ADJUDICO o objeto e HOMOLOGO a licitação, com

base nos elementos constantes do processo correspondente, os quais apontam como proponente vencedor: CRIL EMPREENDIMENTO AMBIENTAL LTDA - R\$ 54.000,00.

Alagoa Nova - PB, 18 de Março de 2024

FRANCINILDO PIMENTEL DA SILVA –
Prefeito

Publicado por:
Tatiara Gomes de Almeida
Código Identificador:18646594

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DAS CINZAS DE RESÍDUOS PROVENIENTES DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 00006/2024. DOTAÇÃO: Recursos Próprios/Federais. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2024. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Alagoa Nova e: CT Nº 00092/2024 - 18.03.24 - CRIL EMPREENDIMENTO AMBIENTAL LTDA - R\$ 54.000,00.

Publicado por:
Tatiara Gomes de Almeida
Código Identificador:20874841

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE CESTAS BÁSICAS PARA DISTRIBUIÇÃO ÀS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE ECONÔMICA E SOCIAL DESTE MUNICÍPIO. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 00009/2024. DOTAÇÃO: Recursos Próprios/Federais. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2024. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Alagoa Nova e: CT Nº 00091/2024 - 18.03.24 - RAIMUNDO ADELMAIR FONSECA PIRES EPP - R\$ 531.920,00.

Publicado por:
Tatiara Gomes de Almeida
Código Identificador:92685AA7

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO
ELETRÔNICO Nº 00011/2024

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 00011/2024

Nos termos do relatório final apresentado pela Pregoeira Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Eletrônico nº 00011/2024, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS DESTINADOS AOS EVENTOS PROMOVIDOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOA NOVA-PB; ADJUDICO o objeto e HOMOLOGO a licitação, com base nos elementos constantes do processo correspondente, os quais apontam como proponente vencedor: ALEXANDRE LAURENTINO DA SILVA EIRELI - R\$ 87.300,00.

Alagoa Nova - PB, 19 de Março de 2024

FRANCINILDO PIMENTEL DA SILVA –
Prefeito

Publicado por:
Tatiara Gomes de Almeida
Código Identificador:6AC211F7

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS DESTINADOS AOS EVENTOS PROMOVIDOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOA NOVA-PB. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 00011/2024. DOTAÇÃO: Recursos Próprios VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2024. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Alagoa Nova e: CT Nº 00093/2024 - 19.03.24 - ALEXANDRE LAURENTINO DA SILVA EIRELI - R\$ 87.300,00.

Publicado por:
Tatiara Gomes de Almeida
Código Identificador:6C6DCB54

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00009/2024

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00009/2024

Nos termos do relatório final apresentado pela Pregoeira Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Eletrônico nº 00009/2024, que objetiva: AQUISIÇÃO PARCELADA DE CESTAS BÁSICAS PARA DISTRIBUIÇÃO ÀS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE ECONÔMICA E SOCIAL DESTE MUNICÍPIO; ADJUDICO o objeto e HOMOLOGO a licitação, com base nos elementos constantes do processo correspondente, os quais apontam como proponente vencedor: RAIMUNDO ADELMAR FONSECA PIRES EPP - R\$ 531.920,00.

Alagoa Nova - PB, 14 de Março de 2024

FRANCINILDO PIMENTEL DA SILVA –
Prefeito

Publicado por:
Tatiara Gomes de Almeida
Código Identificador:DAF19174

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00016/2024

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00016/2024
Torna público que fará realizar através da Pregoeira Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Praça Santa Ana, S/Nº - Centro - Alagoa Nova - PB, por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, para: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTE MUNICÍPIO. Abertura da sessão pública: 08:00 horas do dia 04 de Abril de 2024. Início da fase de lances: Para ocorrer na mesma sessão. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME/22; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (–) –. E-mail: pmanlicita@gmail.com. Edital: www.alagoanova.pb.gov.br; www.tce.pb.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br; www.gov.br/pncp.

Alagoa Nova - PB, 21 de Março de 2024

TATIARA GOMES DE ALMEIDA -
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Tatiara Gomes de Almeida
Código Identificador:945B04BC

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO AVISO DE PRETENSÃO CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº DV00001/2024

AVISO DE PRETENSÃO CONTRATAÇÃO DIRETA
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº DV00001/2024

A Prefeitura Municipal de Alagoa Nova manifesta o interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados na contratação direta, com base no Art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21, que objetiva: AQUISIÇÃO E RECARGA DE EXTINTORES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTA PREFEITURA. O interessado poderá obter o respectivo Termo de Referência com a especificação do objeto pretendido junto ao Setor de Contratação, sediado na Praça Santa Ana, S/Nº - Centro - Alagoa Nova - PB, ou acessando: www.alagoanova.pb.gov.br. O referido órgão de contratação estará recebendo as propostas até o dia 27 de Março de 2024, por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado.

Alagoa Nova - PB, 21 de Março de 2024

TATIARA GOMES DE ALMEIDA -
Presidente da Comissão

Publicado por:
Tatiara Gomes de Almeida
Código Identificador:6AC84F81

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO AVISO DE PRETENSÃO CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº DV00002/2024

AVISO DE PRETENSÃO CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº DV00002/2024

A Prefeitura Municipal de Alagoa Nova manifesta o interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados na contratação direta, com base no Art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA DESTINADO A FROTA VEICULAR DESTA PREFEITURA. O interessado poderá obter o respectivo Termo de Referência com a especificação do objeto pretendido junto ao Setor de Contratação, sediado na Praça Santa Ana, S/Nº - Centro - Alagoa Nova - PB, ou acessando: www.alagoanova.pb.gov.br. O referido órgão de contratação estará recebendo as propostas até o dia 27 de Março de 2024, por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado.

Alagoa Nova - PB, 21 de Março de 2024

TATIARA GOMES DE ALMEIDA -
Presidente da Comissão

Publicado por:
Tatiara Gomes de Almeida
Código Identificador:E8B4DD11

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO AVISO DE PRETENSÃO CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº DV00003/2024

AVISO DE PRETENSÃO CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº DV00003/2024

A Prefeitura Municipal de Alagoa Nova manifesta o interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados na contratação direta, com base no Art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE INTERNET PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTA PREFEITURA. O interessado poderá obter o respectivo Termo de Referência com a especificação do objeto pretendido junto ao Setor de Contratação, sediado na Praça Santa Ana, S/Nº - Centro - Alagoa Nova - PB, ou acessando: www.alagoanova.pb.gov.br. O referido órgão de contratação estará recebendo as propostas até o dia 27 de Março de 2024, por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei

Complementar nº 123/06; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado.

Alagoa Nova - PB, 21 de Março de 2024

TATIARA GOMES DE ALMEIDA -
Presidente da Comissão

Publicado por:
Tatiara Gomes de Almeida
Código Identificador:2E33F37F

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 007/2024 ALHANDRA 21 DE MARÇO DE 2024.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ALHANDRA, Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 202 do Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Alhandra,

Considerando Solicitação feita por intermédio da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, através da CI n.º 006/2024, para apuração de abandono de cargo de servidor efetivo desta municipalidade.

RESOLVE:

Art.1º - Determinar que a Comissão Permanente de Procedimentos Administrativos Disciplinares – PAD dos Servidores Públicos do Município de Alhandra, constituída pela Portaria nº 001/2024, de 03 de janeiro de 2024, instaure processo para apuração de abandono de cargo cometida pelo servidor **FAGNER LUIZ DA SILVA**, matrícula nº 9310, ocupante do cargo de Operador de Maquinas, lotado na Secretaria de Agricultura e Abastecimento, conforme consta da informação do seu Secretário.

Art. 2º. O processo administrativo que se instaura com a presente portaria obedecerá, no que couber, as disposições do CAPÍTULO III do Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Alhandra, aprovado pela LEI Nº 148/93, de 14 de outubro de 1993

Publique-se. Cumpra-se.

ALHANDRA- PB, 21 de março de 2024.

JEAN CARLOS CORREIA DE LUNA
Secretário de Administração

Publicado por:
Jean Carlos Correia de Luna
Código Identificador:7032892A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 008/2024 ALHANDRA 21 DE MARÇO DE 2024.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ALHANDRA, Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 202 do Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Alhandra,

Considerando Solicitação feita por intermédio da Secretaria de Educação, através da CI n.º 025/2024, para apuração de abandono de cargo de servidor efetivo desta municipalidade.

RESOLVE:

Art.1º - Determinar que a Comissão Permanente de Procedimentos Administrativos Disciplinares – PAD dos Servidores Públicos do Município de Alhandra, constituída pela Portaria nº 001/2024, de 03 de janeiro de 2024, instaure processo para apuração de abandono de cargo cometida pelo servidor **ALEX RODRIGUES DE LIMA**, matrícula nº 8020, ocupante do cargo de Assistente Administrativo,

lotado na Secretaria de Educação, conforme consta da informação do seu Secretário.

Art. 2º. O processo administrativo que se instaura com a presente portaria obedecerá, no que couber, as disposições do CAPÍTULO III do Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Alhandra, aprovado pela LEI Nº 148/93, de 14 de outubro de 1993

Publique-se. Cumpra-se.

ALHANDRA- PB, 21 de março de 2024.

JEAN CARLOS CORREIA DE LUNA
Secretário de Administração

Publicado por:
Jean Carlos Correia de Luna
Código Identificador:E340BF99

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARA

GABINETE DO PREFEITO
RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE Nº
IN00003/2024

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Inexigibilidade de Licitação nº IN00003/2024, que objetiva: Contratação da atração musical Tarcísio do Acordeon e Banda, para se apresentar na tradicional festa da Padroeira da Cidade de Arara PB, neste ano de 2024; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: TA SHOWS LTDA - R\$ 300.000,00.

Arara - PB, 16 de Fevereiro de 2024

JOSÉ AILTON PEREIRA DA SILVA -
Prefeito

Publicado por:
Maciel Chianca de Medeiros
Código Identificador:DDF4DD5C

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO: Exposição de Motivos nº IN00003/2024. OBJETO: Contratação da atração musical Tarcísio do Acordeon e Banda, para se apresentar na tradicional festa da Padroeira da Cidade de Arara PB, neste ano de 2024. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso II, da Lei 14.133/21. AUTORIZAÇÃO: Secretaria de Educação e Cultura. RATIFICAÇÃO: Prefeito, em 16/02/2024.

Publicado por:
Maciel Chianca de Medeiros
Código Identificador:91761159

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: Contratação da atração musical Tarcísio do Acordeon e Banda, para se apresentar na tradicional festa da Padroeira da Cidade de Arara PB, neste ano de 2024. FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº IN00003/2024. DOTAÇÃO: Recursos não Vinculados de Impostos: 05.00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA 13.392.2007.2021 PROMOVER APOIO A EVENTOS SÓCIO-CULTURAL 500. RECURSOS ORDINÁRIOS 3.3.90.39.01 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2024.PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Arara e: CT Nº 00092/2024 - 20.02.24 - TA SHOWS LTDA - R\$ 300.000,00.

Publicado por:
Maciel Chianca de Medeiros
Código Identificador:2D602CCA

**GABINETE DO PREFEITO
RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE Nº
IN00004/2024**

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Inexigibilidade de Licitação nº IN00004/2024, que objetiva: Contratação da atração musical Banda Magníficos para se apresentar na tradicional festa da Padroeira da Cidade de Arara PB, neste ano de 2024; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: **BANDA MAGNIFICOS PRODUCOES E EVENTOS ARTISTICOS LTDA - R\$ 150.000,00.**

Arara - PB, 11 de Março de 2024

JOSÉ AILTON PEREIRA DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Maciel Chianca de Medeiros
Código Identificador:245EDECF

**GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

PROCESSO: Exposição de Motivos nº IN00004/2024. OBJETO: Contratação da atração musical Banda Magníficos para se apresentar na tradicional festa da Padroeira da Cidade de Arara PB, neste ano de 2024. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso II, da Lei 14.133/21. AUTORIZAÇÃO: Secretaria de Educação e Cultura. RATIFICAÇÃO: Prefeito, em 11/03/2024.

Publicado por:
Maciel Chianca de Medeiros
Código Identificador:69FA476C

**GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO**

OBJETO: Contratação da atração musical Banda Magníficos para se apresentar na tradicional festa da Padroeira da Cidade de Arara PB, neste ano de 2024. FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº IN00004/2024. DOTAÇÃO: Recursos não Vinculados de Impostos: 05.00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA 13.392.2007.2021 PROMOVER APOIO A EVENTOS SÓCIO-CULTURAL 500. RECURSOS ORDINÁRIOS 3.3.90.39.01 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2024.PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Arara e: CT Nº 00102/2024 - 12.03.24 - **BANDA MAGNIFICOS PRODUCOES E EVENTOS ARTISTICOS LTDA - R\$ 150.000,00.**

Publicado por:
Maciel Chianca de Medeiros
Código Identificador:899280CA

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AREIAL**

**CÂMARA MUNICIPAL
RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE Nº
IN00002/2024**

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Inexigibilidade de Licitação nº IN00002/2024, que objetiva: Prestação de serviços técnicos profissionais de assessoria e consultoria jurídica de natureza singular, destacando-se a elaboração legislativa, o acompanhamento jurídico, assessoria na solução dos pontos de dificuldade administrativa; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: **MURILO DUARTE SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA - R\$ 55.000,00.**

Areial - PB, 1º de Março de 2024

JOSÉ RONALDO DE SOUZA -
Presidente

Publicado por:
Daniela Dos Santos Rodrigues
Código Identificador:99980096

**CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO**

OBJETO: Prestação de serviços técnicos profissionais de assessoria e consultoria jurídica de natureza singular, destacando-se a elaboração legislativa, o acompanhamento jurídico, assessoria na solução dos pontos de dificuldade administrativa. FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº IN00002/2024. DOTAÇÃO: Recursos Ordinários: Recursos Ordinários: 339039 – SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2024.PARTES CONTRATANTES: Câmara Municipal de Areial e: CT Nº 00002/2024 - 01.03.24 - **MURILO DUARTE SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA - R\$ 55.000,00.**

Publicado por:
Daniela Dos Santos Rodrigues
Código Identificador:0D110B2D

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE SANTA ROSA**

**CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DE SANTA ROSA
EXTRATO DE CONTRATO**

CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DE SANTA ROSA

EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA JURIDICA DE NOTORIA ESPECIALIZAÇÃO PARA ATENDER AS DEMANDAS DESTA CÂMARA DO MUNICIPIO DE BARRA DE SANTA ROSA. FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº IN00001/2024. DOTAÇÃO: Recursos Ordinários: 01.00-Câmara Municipal de Barra de Santa Rosa; 01.031.1001.2001–Manter as atividades do Poder Legislativo; 3.3.90.35.00.01-Servicos de Consultoria. VIGÊNCIA: 10 (dez) meses, considerada da data de sua assinatura.PARTES CONTRATANTES: Câmara Municipal de Barra de Santa Rosa e: CT Nº 0001/2024 - 15.03.24 – **JOSÉ DIOGO ALENCAR MARTINS SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA - R\$ 45.000,00.**

Publicado por:
Josenilson Lima Barbosa
Código Identificador:3568C016

**CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DE SANTA ROSA
RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE Nº
IN00001/2024**

CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DE SANTA ROSA

**RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE Nº
IN00001/2024**

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Inexigibilidade de Licitação nº IN00001/2024, que objetiva: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA JURIDICA DE NOTORIA ESPECIALIZAÇÃO PARA ATENDER AS DEMANDAS DESTA CÂMARA DO MUNICIPIO DE BARRA DE SANTA ROSA; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: **JOSÉ DIOGO ALENCAR MARTINS SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA - R\$ 45.000,00**

Barra de Santa Rosa - PB, 15 de Março de 2024

EDSON GUEDES MONTEIRO
Presidente

Publicado por:
Josenilson Lima Barbosa
Código Identificador:B51D9A9A

CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DE SANTA ROSA
EXTRATO DE CONTRATO

CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DE SANTA ROSA

EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM GESTÃO E CONTABILIDADE PÚBLICA DESTA CÂMARA DO MUNICÍPIO DE BARRA DE SANTA ROSA. FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº IN00002/2024. DOTAÇÃO: Recursos Ordinários: 01.00-Câmara Municipal de Barra de Santa Rosa; 01.031.1001.2001-Manter as atividades do Poder Legislativo; 3.3.90.35.00.01-Serviços de Consultoria. VIGÊNCIA: 10 (dez) meses, considerada da data de sua assinatura. PARTES CONTRATANTES: Câmara Municipal de Barra de Santa Rosa e: CT Nº 0002/2024 - 15.03.24 - JR CONTABILIDADE PÚBLICA EIRELI - R\$ 50.000,00

Publicado por:
Josenilson Lima Barbosa
Código Identificador:2235CE9A

CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DE SANTA ROSA
RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE Nº
IN00002/2024

CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DE SANTA ROSA

RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE Nº
IN00002/2024

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Inexigibilidade de Licitação nº IN00002/2024, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM GESTÃO E CONTABILIDADE PÚBLICA DESTA CÂMARA DO MUNICÍPIO DE BARRA DE SANTA ROSA; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: JR CONTABILIDADE PÚBLICA EIRELI - R\$ 50.000,00.

Barra de Santa Rosa - PB, 15 de Março de 2024

EDSON GUEDES MONTEIRO
Presidente

Publicado por:
Josenilson Lima Barbosa
Código Identificador:7C778752

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAYEUX

IPAM - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS
SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BAYEUX
PORTARIA Nº 27 /2024

PORTARIA Nº 27 /2024 DE 04 DE MARÇO DE 2024.

O SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BAYEUX – IPAM, Estado da Paraíba, em exercício de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Art. 3º, Parágrafo Único, da Lei Complementar nº 03/2022, de 30 de junho de 2022 e de acordo com o Protocolo nº 2316:

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO com proventos integrais da última remuneração a Sra. MARIA JOSÉ DE MEDEIROS MATIAS, matrícula nº. 4040, no cargo de Professora, lotada na Secretaria de Educação deste Município, inscrita no Cadastro de Pessoa Física – CPF/MF nº 318.973.044-04, portadora da Cédula de Identidade RG nº 859.208 – 2ª VIA - Orgão Emissor SEDS/PB, com fundamento do Artigo 38, §§ 4º, 5º e 6º, inciso I da Lei Complementar Municipal nº 03/2022.

Art. 2º- Registre-se, publique-se.

Bayeux, PB, 04 de março de 2024.

DIÊGO DE FRANÇA MEDEIROS
Superintendente do IPAM

Publicado por:
Enio Silva Nascimento
Código Identificador:942ECB20

IPAM - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS
SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BAYEUX
PORTARIA Nº 28 /2024

PORTARIA Nº 28 /2024 DE 04 DE MARÇO DE 2024.

O SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BAYEUX – IPAM, Estado da Paraíba, em exercício de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Art. 3º, Parágrafo Único, da Lei Complementar nº 03/2022, de 30 de junho de 2022, de acordo com o Processo nº 12/2024:

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO com proventos integrais da última remuneração a Sra. MARIA DA GLÓRIA SANTOS DE SOUZA, matrícula sob o nº. 1027, no cargo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria de Saúde deste Município, inscrita no Cadastro de Pessoa Física – CPF/MF nº 395.309.494-72, portadora da Cédula de Identidade RG nº 635.402 – 2ª VIA - SEDS/PB, com fundamento no Art. 6º, incisos I a IV, da Emenda Constitucional Nº 41 de 2003.

Art. 2º- Registre-se, publique-se.

Bayeux, PB, 04 de março de 2024.

DIÊGO DE FRANÇA MEDEIROS
Superintendente do IPAM

Publicado por:
Enio Silva Nascimento
Código Identificador:6E7705C2

IPAM - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS
SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BAYEUX
PORTARIA Nº 29 /2024

PORTARIA Nº 29 /2024 DE 04 DE MARÇO DE 2024.

O SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BAYEUX – IPAM, Estado da Paraíba, em exercício de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo art. 3º, Parágrafo Único, da Lei Complementar nº 03/2022, de 30 de junho de 2022 e de acordo com o Processo Nº 26/2023:

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO com proventos integrais da

última remuneração a Sra. MARIA DA CONCEIÇÃO DE ALMEIDA SILVEIRA, matrícula nº. 4124, no cargo de Professora, lotada na Secretaria de Educação deste Município, inscrita no Cadastro de Pessoa Física – CPF/MF nº 759.657.634-68, portadora da Cédula de Identidade RG nº 1.537.342 - SSP/PB, com fundamento no Art. 39, incisos I ao V, § 1º; §2º, inciso I e §3º, inciso I, da Lei Complementar nº 03/2022.

Art. 2º - Registre-se, publique-se.

Bayeux, PB, 04 de março de 2024.

DIÊGO DE FRANÇA MEDEIROS
Superintendente do IPAM

Publicado por:
Enio Silva Nascimento
Código Identificador:344FF0D0

**IPAM - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS
SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BAYEUX
PORTARIA Nº 30 /2024**

PORTARIA Nº 30 /2024 DE 04 DE MARÇO DE 2024.

O SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BAYEUX – IPAM, Estado da Paraíba, em exercício de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo art. 3º, Parágrafo Único, da Lei Complementar nº 03/2022, de 30 de junho de 2022 e de acordo com o Protocolo nº 281:

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO com proventos integrais da última remuneração a Sra. LEÔNIA MARTIS DE LIRA SILVA, matrícula nº. 4047, no cargo de Professora, lotada na Secretaria de Educação deste Município, inscrita no Cadastro de Pessoa Física – CPF/MF nº 788.994.194.34, portadora da Cédula de Identidade RG nº 1.563.176 - SSP/PB, com fundamento no Art. 39, incisos I ao V, § 1º; §2º, inciso I e §3º, inciso I, da Lei Complementar nº 03/2022.

Art. 2º - Registre-se, publique-se.

Bayeux, PB, 04 de março de 2024.

DIÊGO DE FRANÇA MEDEIROS
Superintendente do IPAM

Publicado por:
Enio Silva Nascimento
Código Identificador:C8F75D52

**IPAM - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS
SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BAYEUX
PORTARIA Nº 31/2024**

PORTARIA Nº 31/2024 DE 04 DE MARÇO DE 2024.

O SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BAYEUX – IPAM, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo art. 3º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 03/2022, de 30 de junho de 2022, e de acordo com o Processo nº 16/2024:

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER APOSENTADORIA COMPULSÓRIA com proventos proporcionais ao tempo de contribuição a Sra. **LÊDA MARIA SANTOS DE ASSIS**, matrícula nº 2023, no cargo de Dentista, lotada na Secretaria de Saúde deste Município, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF/MF nº 274.687.554-34, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.161.445 -2ª VIA – Órgão Expedidor

– SSDS/PB, de acordo com o disposto no Art. 40, § 1º, inciso II, da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 88/2015 c/c Art. 2º, inciso I, da Lei Complementar 152/2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/03/2021.

Art. 3º - Registre-se, publique-se.

Bayeux - PB, 04 de março de 2024.

DIÊGO DE FRANÇA MEDEIROS
Superintendente do IPAM

Publicado por:
Enio Silva Nascimento
Código Identificador:2CA51097

**IPAM - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS
SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BAYEUX
PORTARIA Nº32/2024**

PORTARIA Nº32/2024 DE 04 DE MARÇO DE 2024.

O SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BAYEUX – IPAM, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo art. 3º da Lei Complementar nº 03/2022, de 30 de junho de 2022, e de acordo com o Protocolo nº 268:

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO com provento integral da última remuneração à Servidora o Sra. **JOSECILDA DE LIRA FERREIRA**, no cargo de Auxiliar de Enfermagem, matrícula nº 2346, lotada na Secretaria de Saúde deste Município, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF/MF nº 600.852.404-78, portadora da Cédula de Identidade RG nº 1.221.925 – 2ª Via – Órgão Instituidor - SSDS/PB, com fundamento **Art. 3º, incisos I ao III, parágrafo único, da Emenda Constitucional nº 47/2005.**

Art. 2º - Registre-se, publique-se.

Bayeux - PB, 04 de março de 2024.

DIÊGO DE FRANÇA MEDEIROS
Superintendente do IPAM

Publicado por:
Enio Silva Nascimento
Código Identificador:48829C85

**IPAM - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS
SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BAYEUX
PORTARIA Nº 33 /2024**

PORTARIA Nº 33 /2024 DE 04 DE MARÇO DE 2024.

O SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BAYEUX – IPAM, Estado da Paraíba, em exercício de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo art. 3º, Parágrafo Único, da Lei Complementar nº 03/2022, de 30 de junho de 2022 e de acordo com o Protocolo nº 265:

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO com proventos integrais da última remuneração a Sra. **ADRIANA PATRÍCIA MOTA DE LUCENA**, matrícula nº. 3960, no cargo de Professora, lotada na

Secretaria de Educação deste Município, inscrita no Cadastro de Pessoa Física – CPF/MF nº 714.747.734-00, portadora da Cédula de Identidade RG nº 1.097.548 - SSDS/PB, com fundamento no Art. 39, incisos I ao V, § 1º, §2º, inciso I e §3º, inciso I, da Lei Complementar nº 03/2022.

Art. 2º- Registre-se, publique-se.

Bayeux, PB, 04 de março de 2024.

DIÊGO DE FRANÇA MEDEIROS
Superintendente do IPAM

Publicado por:
Enio Silva Nascimento
Código Identificador:B7D8C67A

**IPAM - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS
SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BAYEUX
PORTARIA Nº 34/2024**

PORTARIA Nº 34/2024 DE 04 DE MARÇO DE 2024

O SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BAYEUX – IPAM, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Art. 3º da Lei Complementar nº 03/2022, de 30 de junho de 2022, e de acordo com o Processo nº 17/2024:

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE com proventos proporcionais, sem paridade ao servidor o Sr. **JERÔNIMO FERREIRA MARTINS**, matrícula nº 4314, ocupante do cargo de Vigilante, lotado na Departamento de Vigilância deste município, inscrito no cadastro de Pessoas Físicas – CPF/MF nº 414.577.574-00, portador da Cédula de Identidade RG nº 978.359 – 2ª VIA - Órgão Expedidor – SSDS/PB em conformidade com **Art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela EC 103/2019; Art. 30, inciso I; Art. 34, §4º da Lei Complementar nº 03/2022.**

Art. 2º - Registre-se, publique-se.

Bayeux, PB, 04 de março de 2024.

DIÊGO DE FRANÇA MEDEIROS
Superintendente do IPAM

Publicado por:
Enio Silva Nascimento
Código Identificador:E022AB39

**IPAM - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS
SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BAYEUX
PORTARIA Nº 35 /2024**

PORTARIA Nº 35 /2024 DE 04 DE MARÇO DE 2024.

O SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BAYEUX – IPAM, Estado da Paraíba, em exercício de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Art. 3º, Parágrafo Único, da Lei Complementar nº 03/2022, de 30 de junho de 2022, de acordo com o Protocolo nº 286:

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO com proventos integrais da última remuneração a Sra. **MARIA DE FÁTIMA DE SOUZA ENRIQUE**, matrícula sob o nº. 2733, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria de Educação deste Município, inscrita no Cadastro de Pessoa Física – CPF/MF nº 309.047.504-44, portadora da

Cédula de Identidade RG nº 849.707, Órgão Expedidor - SSP/PB, com fundamento no Art. 6º, incisos I a IV, da Emenda Constitucional Nº 41 de 2003.

Art. 2º- Registre-se, publique-se.

Bayeux, PB, 04 de março de 2024.

DIÊGO DE FRANÇA MEDEIROS
Superintendente do IPAM

Publicado por:
Enio Silva Nascimento
Código Identificador:D7D9365A

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº
00001/2024**

Torna público que fará realizar através do Agente de Contratação e Equipe de Apoio, sediada na Rua Esplanada Bom Jesus, S/N - Centro - Boa Vista - PB, por meio do site <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, licitação modalidade Concorrência Eletrônica, do tipo menor preço, para: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA POLICLÍNICA DR ANTÔNIO PEREIRA DE ALMEIDA. Abertura da sessão pública: 12:00 horas do dia 08 de Abril de 2024. Início da fase de lances: 12:10 horas do dia 08 de Abril de 2024. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME/22; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (83) 33131100. E-mail: licitacaoboavista@gmail.com. Edital: www.boavista.pb.gov.br; www.tce.pb.gov.br; <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>; www.gov.br/pncp.

Boa Vista - PB, 21 de Março de 2024

FERNANDO VIEIRA DE OLIVEIRA NETO -
Agente de Contratação

Publicado por:
Kézia Silmara Costa Farias
Código Identificador:646D875F

**FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO
MUNICÍPIO DE BOA VISTA
PORTARIA Nº 004/2024 PORTARIA RETIFICADORA**

O DIRETOR PRESIDENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA – FUSEM, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o disposto no art. 40, § 7º, I, da Constituição Federal (redação dada pela EC nº 41/2003); e com fundamento no art. 211, I, *a*, do Estatuto dos Servidores do Município (Lei nº 116/1999) e Art. 18, II e Art. 19, I do Decreto 290/2007.

RESOLVE:

Art. 1º - TORNAR SEM EFEITO A PORTARIA Nº 002/2024 que concedia PENSÃO POR MORTE ao dependente da ex-servidora ativa Sra. **Maria Ângela Amâncio de Almeida**, Agente Administrativo – Nível III, matrícula nº 0539, lotada na Secretaria de Educação, Turismo e Desportos, falecida em 03 de novembro de 2022, em favor de seu cônjuge Sr. **VALÉRIO CARLOS DE ALMEIDA CRUZ**, com base na **TOTALIDADE DA REMUNERAÇÃO** em caráter **VITALÍCIO**, conforme Processo Administrativo nº 654/2022.

Art. 2º - Esta Portaria não supre a Publicação de nova Portaria de Indeferimento do pedido de concessão de Pensão por Morte supramencionado, que será posteriormente publicado.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros a 03 de novembro de 2022, data do óbito.

Boa Vista - PB, 20 de março de 2024.

GENILSON PIRES GONZAGA

Diretor Presidente

Publicado por:

Kézia Silmara Costa Farias

Código Identificador:2AEB7113

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE CANCELAMENTO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00010/2024

O Pregoeiro Oficial comunica o cancelamento da sessão pública das 09:00 hs do dia 26 de Março de 2024, destinada ao recebimento das propostas relativas ao Pregão Eletrônico nº 00010/2024, que objetiva: Aquisição de uma Pá carregadeira, em atendimento ao convênio 943018/2023, Proposta nº 043554/2023 do MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, para atender o Município de Bom Sucesso/PB, conforme descrições contidas no Termo de Referência. Justificativa: Por haver inconsistências na descrição do equipamento e não está em acordo com plano de trabalho, por razões de interesse público. Informações: no horário das 07:00 as 13:00 horas dos dias úteis, no seguinte endereço - Rua Etelvina Maria da Conceição, SN - Antônio Gonçalves de Almeida - Bom Sucesso - PB. Telefone: (83) 3448-1007. E-mail: licitacao@bomsucesso.pb.gov.br.

Bom Sucesso - PB, 20 de Março de 2024

ERICK FERREIRA DE SOUSA -

Pregoeiro Oficial

Publicado por:

Erick Ferreira de Sousa

Código Identificador:D2F90B95

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO TP 00010/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE 100 LOMBADAS NAS DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO, CONFORME PROJETO BÁSICO ANEXO AO EDITAL. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 00010/2023. DOTAÇÃO: 02 PODER EXECUTIVO 02 10 SEC.MUN. DE INFRA ESTRUTURA 02 10 00 SEC.MUN. DE INFRA ESTRUTURA 15 Urbanismo 15 451 Infra-Estrutura Urbana 15 451 0025 IMPLEMENTAÇÃO A INFRA-ESTRUTURA MUNICIPAL ELEMENTO DE DESPESAS: 4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES. VIGÊNCIA: até 20/03/2025. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Bom Sucesso e: CT Nº 00042/2024 - 20.03.24 - R & N EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E SERVICOS LTDA - R\$ 330.145,13.

Publicado por:

Erick Ferreira de Sousa

Código Identificador:50D64D05

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO TP 00011/2023

OBJETO: Contratação de empresa especializada em construção civil para construção de mata burros em concreto no município de Bom Sucesso/PB, conforme projetos e planilhas orçamentárias em anexo, conforme especificações deste Edital e elementos instrutores fornecidos. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 00011/2023. DOTAÇÃO: 02 PODER EXECUTIVO 02 06 SEC.MUN. DE AGRICULTURA M. AMB.E DESENVOLVIMENTO 02 06 00 SEC.MUN. DE AGRICULTURA M. AMB.E DESENVOLVIMENTO 20 Agricultura 20 606 Extensão Rural 20 606 0006 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA 20 606 0006 2009 0000 MANUTENÇÃO DO SETOR AGRICULTURA MEIO AMBIENTE 195 020600 4.4.90.51.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES. VIGÊNCIA: até 20/03/2025. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Bom Sucesso e: CT Nº 00043/2024 - 20.03.24 - PRIIMEE.CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI - R\$ 758.483,80.

Publicado por:

Erick Ferreira de Sousa

Código Identificador:C97A373B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO TP 00012/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PINTURA EM DIVERSOS PREDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO PB, CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA EM ANEXO. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 00012/2023. DOTAÇÃO: 02 PODER EXECUTIVO 10 SEC.MUN. DE INFRA ESTRUTURA 00 SEC.MUN. DE INFRA ESTRUTURA CONST. REC. REF. PREDIOS PUBLICOS 4 DESPESAS DE CAPITAL 4 INVESTIMENTOS 1.500.0000.100.000 4.4.90.51.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES 1.706.3110.100.001 4.4.90.51.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES 02 PODER EXECUTIVO 04 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 00 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE MANUTENÇÃO DO SAMU 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA. VIGÊNCIA: até 20/03/2025. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Bom Sucesso e: CT Nº 00044/2024 - 20.03.24 - REMAC CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS LTDA - R\$ 377.419,39.

Publicado por:

Erick Ferreira de Sousa

Código Identificador:4CB170AC

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO - TP 00013/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR OBRA DE CONSTRUÇÃO DE COBERTURA PARA ESTACIONAMENTO DA PREFEITURA, CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E PROJETO BÁSICO ANEXO. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 00013/2023. DOTAÇÃO: 02 PODER EXECUTIVO ORGÃO 10 SEC.MUN. DE INFRA ESTRUTURA UNIDADE 00 SEC.MUN. DE INFRA ESTRUTURA SEC.MUN. DE INFRA ESTRUTURA CONST. REC. REF. PREDIOS PUBLICOS ELEMENTO DE DESPESA: 4.4.90.51.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES. VIGÊNCIA: até 20/03/2025. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Bom Sucesso e: CT Nº 00045/2024 - 20.03.24 - R DUARTE ALVES CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI - R\$ 207.144,30.

Publicado por:

Erick Ferreira de Sousa

Código Identificador:A846EE3D

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO TP 00014/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR OS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE CAMPO SOCIETY NO MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO/PB.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 00014/2023. DOTAÇÃO: CONST. REC. E REFORMA DE CAMPO DE FUTEBOL – 27.812.0011.1033.0000 OBRAS E INSTALAÇÕES – 4.4.90.51.00 Fonte: 500; 700 (CONTRATO Nº 1083068–99). VIGÊNCIA: até 20/03/2025. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Bom Sucesso e: CT Nº 00046/2024 - 20.03.24 - M L S - CONSTRUCAO CIVIL LTDA - R\$ 308.462,53.

Publicado por:
Erick Ferreira de Sousa
Código Identificador:249889F8

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO TP 00015/2023

OBJETO: Construção, manutenção e conservação de estradas vicinais no Município de Bom Sucesso/PB, com recursos do contrato nº 1087110–37, conforme termo de referencia. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 00015/2023. DOTAÇÃO: 02 PODER EXECUTIVO 10 SEC.MUN. DE INFRA ESTRUTURA 00 SEC.MUN. DE INFRA ESTRUTURA RECUP. E AMPLIAÇÃO DE ESTRADAS 4 DESPESAS DE CAPITAL 4 INVESTIMENTOS 1.500.0000.100.0004.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES 1.700.0000.100.0014.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES 1.706.3110.100.0014.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES RECURSOS DO CONTRATO Nº 1087110–37. VIGÊNCIA: até 20/03/2025. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Bom Sucesso e: CT Nº 00047/2024 - 20.03.24 - MROG CONSTRUcoes E SERVICOS EIRELI - R\$ 465.056,10.

Publicado por:
Erick Ferreira de Sousa
Código Identificador:A1C5CBDC

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO TP 00016/2023

OBJETO: CONSTRUÇÃO DE UBS NO MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO/PB, COM RECURSOS DO CONTRATO Nº 12403.0500001/23–001, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 00016/2023. DOTAÇÃO: PODER 02 PODER EXECUTIVO ORGÃO 04 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE UNIDADE 00 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CONST. REC. E REFOR. DE UNIDADE DE SAUDE – 10.301.0012.1034.0000 OBRAS E INSTALAÇÕES – 4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES 1.500.1002.300.0004.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES 1.600.0000.300.0084.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES 1.706.3110.100.0014.4.90.51.00 CONTRATO Nº 12403.0500001/23–001. VIGÊNCIA: até 20/03/2025. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Bom Sucesso e: CT Nº 00048/2024 - 20.03.24 - CONSTRUTORA E LIMPEZA URBANA DANTAS LTDA - R\$ 1.041.569,63.

Publicado por:
Erick Ferreira de Sousa
Código Identificador:2B53868E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - DISPENSA Nº DV00007/2024

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº DV00007/2024, que objetiva: Contratação de empresa especializada na realização de EXAMES LABORATORIAIS, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Bom Sucesso/PB, conforme termo de referencia; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: EDCARLA MARIA DE SOUZA - R\$ 53.720,00.

Bom Sucesso - PB, 18 de Março de 2024

PEDRO CAETANO SOBRINHO -
Prefeito

Publicado por:
Erick Ferreira de Sousa
Código Identificador:821A9407

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO DP 00007/2024

OBJETO: Contratação de empresa especializada na realização de EXAMES LABORATORIAIS, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Bom Sucesso/PB, conforme termo de referencia. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº DV00007/2024. DOTAÇÃO: 02 PODER EXECUTIVO 12 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE 03.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA. VIGÊNCIA: até 20/03/2025. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Bom Sucesso e: CT Nº 00050/2024 - 20.03.24 - EDCARLA MARIA DE SOUZA - R\$ 53.720,00.

Publicado por:
Erick Ferreira de Sousa
Código Identificador:5FF7DFA7

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - DISPENSA Nº DV00009/2024

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº DV00009/2024, que objetiva: Contratação de empresa especializada para fornecimento INTEGRAL DE UMA SÓ VEZ de 1.300 bandejas de ovos de galinha caipira para eventos da semana Santa, conforme especificações técnicas e quantitativos constantes no Termo de Referência; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: NATANAEL SATURNINO DE OLIVEIRA 01818221489 - R\$ 31.850,00.

Bom Sucesso - PB, 18 de Março de 2024

PEDRO CAETANO SOBRINHO -
Prefeito

Publicado por:
Erick Ferreira de Sousa
Código Identificador:F21EC34E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO DP 00009/2024

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento INTEGRAL DE UMA SÓ VEZ de 1.300 bandejas de ovos de galinha caipira para eventos da semana Santa, conforme especificações técnicas e quantitativos constantes no Termo de Referência. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº DV00009/2024. DOTAÇÃO: 02 PODER EXECUTIVO 02 07 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL 02 07 00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL 08 Assistência Social 08 244 Assistência Comunitária 08 244 0016 MANUTENCAO DOS SERVIÇOS DE ASSISTENCIAS 08 244 0018 COMBATE A POBREZA E A CALAMIDADE 3.3.90.30.00MATERIAL DE CONSUMO. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2024. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Bom Sucesso e: CT Nº 00051/2024 - 20.03.24 - NATANAEL SATURNINO DE OLIVEIRA 01818221489 - R\$ 31.850,00.

Publicado por:
Erick Ferreira de Sousa
Código Identificador:DA7BB44B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO RESULTADO DE CHAMAMENTO PÚBLICO

CREDENCIAMENTO DE COMPRA Nº 00002/2024

OBJETO: Credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas para fornecimento de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, para a Merenda Escolar

dos Alunos da Rede Pública Municipal de Ensino, com distribuição diretamente nas escolas, nos termos do presente Edital, durante o ano de 2024. CREDENCIADOS nos termos do instrumento convocatório: ADÃO FERNANDES DOS SANTOS; CATOLEITE – COOP DOS PROD DE LEITE E DERIVADOS DE CATOLE DO; GEOVANE FERNANDES DOS SANTOS; JOÃO NUNES; MARIA IRIS DE SOUSA; NATANAEL SATURNINO DE OLIVEIRA; PALOMA CATARINE SILVA e PEDRO HENRIQUE DA SILVA. Informações: das 07:00 as 13:00 horas dos dias úteis, no endereço: Rua Etelvina Maria da Conceição, SN - Antão Gonçalves de Almeida - Bom Sucesso - PB. Telefone: (83) 3448-1007. E-mail: licitacao@bomsucesso.pb.gov.br.

Bom Sucesso - PB, 11 de Março de 2024

ERICK FERREIRA DE SOUSA -

Agente de Contratação

Publicado por:

Erick Ferreira de Sousa

Código Identificador:2093FBDE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - CREDENCIAMENTO Nº 00002/2024

Nos termos do relatório final apresentado e observado parecer da assessoria jurídica, referente ao Credenciamento nº 00002/2024, que objetiva: Credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas para fornecimento de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, para a Merenda Escolar dos Alunos da Rede Pública Municipal de Ensino, com distribuição diretamente nas escolas, nos termos do presente Edital, durante o ano de 2024; ADJUDICO o objeto e HOMOLOGO a licitação, com base nos elementos constantes do processo correspondente, os quais apontam como proponentes credenciados: ADÃO FERNANDES DOS SANTOS - R\$ 21.362,50; CATOLEITE – COOP DOS PROD DE LEITE E DERIVADOS DE CATOLE DO - R\$ 38.643,20; GEOVANE FERNANDES DOS SANTOS - R\$ 21.362,50; JOÃO NUNES - R\$ 16.622,50; MARIA IRIS DE SOUSA - R\$ 12.812,50; NATANAEL SATURNINO DE OLIVEIRA - R\$ 37.665,00; PALOMA CATARINE SILVA - R\$ 21.362,50; PEDRO HENRIQUE DA SILVA - R\$ 21.362,50.

Bom Sucesso - PB, 18 de Março de 2024

PEDRO CAETANO SOBRINHO

- Prefeito

Publicado por:

Erick Ferreira de Sousa

Código Identificador:673EC6AF

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO RESULTADO FASE HABILITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 00017/2023

OBJETO: Contratação de empresa especializada nos serviços de pavimentação de estradas vicinais no Município de Bom Sucesso/PB, com recursos do contrato nº 1088699-28, conforme projeto básico e Planilha Orçamentária em anexo. LICITANTES HABILITADOS: A.R.J. MONTEIRO CONSTRUÇÕES, E SERVIÇOS EIRELI; CONSTRUTORA SUASSUNA & MARTINS LTDA; MP CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA LTDA. LICITANTES INABILITADOS: AM ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI; ANGULO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI; ARRIMO ENGENHARIA EIRELI; CONSTRUSOL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI; F.COSTA CONSTRUÇÕES, SERVIÇOS E LOCAÇÕES EIRELI; ISA CONSTRUÇÕES, SERVIÇOS E LOCAÇÕES EIRELI; J ANDRADE LTDA; M L S – CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA; MOTIVA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI; NTC CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI; PILAR EMPREENDIMENTOS EIRELI; PILOTIS – PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA; R DUARTE ALVES CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI; SOLAR ENERGIA E CONSTRUÇÕES LTDA; SPX CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS EIRELI. Dos atos decorrentes

do procedimento licitatório, caberão recursos nos termos do Art. 109, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações. Comunica-se que, em não havendo interposição de recursos, a sessão pública para abertura dos envelopes Proposta de Preços será realizada no dia 02/04/2024, às 08:30 horas, no mesmo local da primeira reunião. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, Rua Etelvina Maria da Conceição, SN - Antão Gonçalves de Almeida - Bom Sucesso - PB, no horário das 07:00 as 13:00 horas dos dias úteis. Telefone: (83) 3448-1007. E-mail: licitacao@bomsucesso.pb.gov.br.

Bom Sucesso - PB, 21 de Março de 2024

SAMYRA ZAIRA FELIX CAETANO -

Presidente da Comissão

Publicado por:

Erick Ferreira de Sousa

Código Identificador:306B63B1

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE Nº IN00003/2024

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Inexigibilidade de Licitação nº IN00003/2024, que objetiva: Contratação de serviços técnicos especializados em assessoria e consultoria Jurídica, na área de licitações e contratos, elaboração de pareceres, atendendo as necessidades da prefeitura municipal de Bom Sucesso/PB, conforme condições, exigências estabelecidas no termo de referência; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: PHILIPPE ANIZIO VERISSIMO DE OLIVEIRA - R\$ 42.000,00.

Bom Sucesso - PB, 19 de Março de 2024

PEDRO CAETANO SOBRINHO -

Prefeito

Publicado por:

Erick Ferreira de Sousa

Código Identificador:94544E4C

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO IN 00003/2024

OBJETO: Contratação de serviços técnicos especializados em assessoria e consultoria Jurídica, na área de licitações e contratos, elaboração de pareceres, atendendo as necessidades da prefeitura municipal de Bom Sucesso/PB, conforme condições, exigências estabelecidas no termo de referência. FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº IN00003/2024. DOTAÇÃO: Recursos não Vinculados de Impostos: VIGÊNCIA: até 19/03/2025. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Bom Sucesso e: CT Nº 00049/2024 - 20.03.24 - PHILIPPE ANIZIO VERISSIMO DE OLIVEIRA - R\$ 42.000,00.

Publicado por:

Erick Ferreira de Sousa

Código Identificador:F4C55784

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - DISPENSA Nº DV00008/2024

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº DV00008/2024, que objetiva: Contratação de empresa especializada para fornecimento INTEGRAL DE UMA SÓ VEZ de gêneros alimentícios (QUEIJO) para complementação de CESTAS BÁSICAS, conforme especificações técnicas e quantitativos constantes no Termo de Referência; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: F. M. FABRICACAO DE LATICINIOS LTDA - R\$ 39.650,00.

Bom Sucesso - PB, 20 de Março de 2024

PEDRO CAETANO SOBRINHO -
Prefeito

Publicado por:
Erick Ferreira de Sousa
Código Identificador:360CA29B

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ

CAMARA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ
GESTOR E FISCAL DO CONTRATO - INEXIGIBILIDADE Nº
IN00001/2024

CÂMARA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ

GESTOR E FISCAL DO CONTRATO - INEXIGIBILIDADE Nº
IN00001/2024

Nos termos da norma vigente e observado o disposto no respectivo processo, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA EM ATENDIMENTO A DEMANDA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ – PB; DESIGNO os servidores JUANIR FREITAS ARAUJO SILVA, Assessor Legislativo, como Gestor; e MARIANA DE SOUSA ALEXANDRE, Chefe de Gabinete da Presidência, para Fiscal, do contrato decorrente da Inexigibilidade de Licitação nº IN00001/2024, especialmente para acompanhar e fiscalizar a execução do referido contrato, respectivamente.

Bonito de Santa Fé - PB, 05 de Março de 2024

JOSÉ SOARES DE BRITO FILHO
Presidente

Publicado por:
Jose Soares de Brito Filho
Código Identificador:E342DF6A

CAMARA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ
RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE Nº
IN00001/2024

CÂMARA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ

RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE Nº
IN00001/2024

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Inexigibilidade de Licitação nº IN00001/2024, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA EM ATENDIMENTO A DEMANDA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ – PB; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: ALBUQUERQUE SEGUNDO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA - R\$ 55.000,00.

Bonito de Santa Fé - PB, 05 de Março de 2024

JOSÉ SOARES DE BRITO FILHO -
Presidente

Publicado por:
Jose Soares de Brito Filho
Código Identificador:EC955063

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 13/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 03/2024

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE
SANTA FÉ, CNPJ nº 08.924.037/0001-18 E GALVAO
MAGAZINE LTDA, inscrito no CNPJ N: 09.605.345/0001-43.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, PARA
O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES E PROGRAMAS DAS
SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE BONITO
DE SANTA FÉ – PB.

VALOR GLOBAL: R\$ 9.152,80 (Nove Mil Cento e Cinquenta e
Dois Reais e Oitenta Centavos).

VIGÊNCIA: 21/03/2024 à 31/12/2024

DATA E ASSINATURA: BONITO DE SANTA FÉ – PB, 21 de
março de 2024, ANTÔNIO LUCENA FILHO, Prefeito Municipal
e empresa Contratada.

Publicado por:
Francimagna Feitosa Pinto
Código Identificador:ED83F60C

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 14/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 03/2024

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE
SANTA FÉ, CNPJ nº 08.924.037/0001-18 E INDUSTRIA E
COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA CAMPINENSE
LTDA, CNPJ: 08.158.664/0001-95.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, PARA
O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES E PROGRAMAS DAS
SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE BONITO
DE SANTA FÉ – PB.

VALOR GLOBAL: R\$ 29.476,20 (Vinte e Nove Mil Quatrocentos
e Setenta e Seis Reais e Vinte Centavos).

VIGÊNCIA: 21/03/2024 à 31/12/2024

DATA E ASSINATURA: BONITO DE SANTA FÉ – PB, 21 de
março de 2024, ANTÔNIO LUCENA FILHO, Prefeito Municipal
e empresa Contratada.

Publicado por:
Francimagna Feitosa Pinto
Código Identificador:3A88E062

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 15/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 03/2024

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE
SANTA FÉ, CNPJ nº 08.924.037/0001-18 E JOÃO VICTOR
BRITO MENEZES - ME, inscrita no CNPJ: 48.986.430/0001-50.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, PARA
O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES E PROGRAMAS DAS
SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE BONITO
DE SANTA FÉ – PB.

VALOR GLOBAL: R\$ 53.380,25 (Cinquenta e Três Mil
Trezentos e Oitenta Reais e Vinte e Cinco Centavos).

VIGÊNCIA: 21/03/2024 à 31/12/2024

DATA E ASSINATURA: BONITO DE SANTA FÉ – PB, 21 de
março de 2024, ANTÔNIO LUCENA FILHO, Prefeito Municipal
e empresa Contratada.

Publicado por:
Francimagna Feitosa Pinto
Código Identificador:98626797

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 16/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 03/2024

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ, CNPJ nº 08.924.037/0001-18 E KARLA KAROLINE FONTES MENESES, inscrita no CNPJ: 37.937.325/0001-05.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, PARA O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES E PROGRAMAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE BONITO DE SANTA FÉ – PB.

VALOR GLOBAL: R\$ 14.257,00 (Quatorze Mil Duzentos e Cinquenta e Sete Reais).

VIGÊNCIA: 21/03/2024 à 31/12/2024

DATA E ASSINATURA: BONITO DE SANTA FÉ – PB, 21 de março de 2024, ANTÔNIO LUCENA FILHO, Prefeito Municipal e empresa Contratada.

Publicado por:
Francimagna Feitosa Pinto
Código Identificador:3A654D45

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 17/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 03/2024

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ, CNPJ nº 08.924.037/0001-18 E THALES DE LAESSES HENRIQUES CHAVES, CNPJ: 36.136.131/0001-48.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, PARA O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES E PROGRAMAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE BONITO DE SANTA FÉ – PB.

VALOR GLOBAL: R\$ 199.803,20 (Cento e Noventa e Nove Mil Oitocentos e Três Reais e Vinte Centavos).

VIGÊNCIA: 21/03/2024 à 31/12/2024

DATA E ASSINATURA: BONITO DE SANTA FÉ – PB, 21 de março de 2024, ANTÔNIO LUCENA FILHO, Prefeito Municipal e empresa Contratada.

Publicado por:
Francimagna Feitosa Pinto
Código Identificador:ECFAC888

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 18/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 05/2024

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ, CNPJ nº 08.924.037/0001-18 E A EMPRESA COMERCIAL SANMAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o n. 50.663.922/0001-57.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO E DE EXPEDIENTE PARA TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE BONITO DE SANTA FÉ – PB.

VALOR GLOBAL: R\$ 19.897,00 (Dezenove Mil Oitocentos e Noventa e Sete Reais).

VIGÊNCIA: 21/03/2024 à 31/12/2024

DATA E ASSINATURA: BONITO DE SANTA FÉ – PB, 21 de março de 2024, ANTÔNIO LUCENA FILHO, Prefeito Municipal e empresa Contratada.

Publicado por:
Francimagna Feitosa Pinto
Código Identificador:948B56B0

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 19/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 05/2024

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ, CNPJ nº 08.924.037/0001-18 E A EMPRESA DIONAL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n. 40.061.199/0001-82.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO E DE EXPEDIENTE PARA TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE BONITO DE SANTA FÉ – PB.

VALOR GLOBAL: R\$ 5.240,00 (Cinco Mil Duzentos e Quarenta Reais).

VIGÊNCIA: 21/03/2024 à 31/12/2024

DATA E ASSINATURA: BONITO DE SANTA FÉ – PB, 21 de março de 2024, ANTÔNIO LUCENA FILHO, Prefeito Municipal e empresa Contratada.

Publicado por:
Francimagna Feitosa Pinto
Código Identificador:F92B96BC

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 20/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 05/2024

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ, CNPJ nº 08.924.037/0001-18 E A EMPRESA ELIANE DO NASCIMENTO CAMPOS, CNPJ: 13.094.898/0001-56.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO E DE EXPEDIENTE PARA TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE BONITO DE SANTA FÉ – PB.

VALOR GLOBAL: R\$ 33.036,50 (Trinta e Três Mil Trinta e Seis Reais e Cinquenta Centavos).

VIGÊNCIA: 21/03/2024 à 31/12/2024

DATA E ASSINATURA: BONITO DE SANTA FÉ – PB, 21 de março de 2024, ANTÔNIO LUCENA FILHO, Prefeito Municipal e empresa Contratada.

Publicado por:
Francimagna Feitosa Pinto
Código Identificador:FB4F4D7B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 21/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N.º. 05/2024

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ, CNPJ nº 08.924.037/0001-18 E A EMPRESA IRACI PALMEIRA DA COSTA SILVA, inscrita no CNPJ sob o nº 29.133.351/0001-52.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO E DE EXPEDIENTE PARA TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE BONITO DE SANTA FÉ – PB.

VALOR GLOBAL: R\$ 52.564,00 (Cinquenta e Dois Mil Quinhentos e Sessenta e Quatro Reais).

VIGÊNCIA: 21/03/2024 à 31/12/2024

DATA E ASSINATURA: BONITO DE SANTA FÉ – PB, 21 de março de 2024, ANTÔNIO LUCENA FILHO, Prefeito Municipal e empresa Contratada.

Publicado por:
Francimagna Feitosa Pinto
Código Identificador:664D090D

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 22/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N.º. 05/2024

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ, CNPJ nº 08.924.037/0001-18 E A EMPRESA JOSE ADRIAN CAMPOS PESSOA, inscrita no CNPJ sob o nº 52.134.653/0001-67.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO E DE EXPEDIENTE PARA TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE BONITO DE SANTA FÉ – PB.

VALOR GLOBAL: R\$ 72.216,90 (Setenta e Dois Mil Duzentos e Dezesseis Reais e Noventa Centavos).

VIGÊNCIA: 21/03/2024 à 31/12/2024

DATA E ASSINATURA: BONITO DE SANTA FÉ – PB, 21 de março de 2024, ANTÔNIO LUCENA FILHO, Prefeito Municipal e empresa Contratada.

Publicado por:
Francimagna Feitosa Pinto
Código Identificador:EB3AD750

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 23/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N.º. 05/2024

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ, CNPJ nº 08.924.037/0001-18 E A EMPRESA LEONARDO PERFEITO PUGLIESSI, inscrita no CNPJ sob o nº 45.709.012/0001-28.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO E DE EXPEDIENTE PARA TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE BONITO DE SANTA FÉ – PB.

VALOR GLOBAL: R\$ 2.604,00 (Dois Mil Seiscentos e Quatro Reais).

VIGÊNCIA: 21/03/2024 à 31/12/2024

DATA E ASSINATURA: BONITO DE SANTA FÉ – PB, 21 de março de 2024, ANTÔNIO LUCENA FILHO, Prefeito Municipal e empresa Contratada.

Publicado por:
Francimagna Feitosa Pinto
Código Identificador:F4D75A28

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 24/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N.º. 05/2024

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ, CNPJ nº 08.924.037/0001-18 E A EMPRESA PAPELARIA CAJAZEIRAS LTDA, CNPJ nº 41.883.167/0001-25.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO E DE EXPEDIENTE PARA TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE BONITO DE SANTA FÉ – PB.

VALOR GLOBAL: R\$ 13.194,20 (Treze Mil Cento e Noventa e Quatro Reais e Vinte Centavos).

VIGÊNCIA: 21/03/2024 à 31/12/2024

DATA E ASSINATURA: BONITO DE SANTA FÉ – PB, 21 de março de 2024, ANTÔNIO LUCENA FILHO, Prefeito Municipal e empresa Contratada.

Publicado por:
Francimagna Feitosa Pinto
Código Identificador:1ECE9EFB

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 25/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N.º. 05/2024

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ, CNPJ nº 08.924.037/0001-18 E A EMPRESA RAMALHO MAGAZINE LTDA, CNPJ nº 29.942.479/0001-02.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO E DE EXPEDIENTE PARA TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE BONITO DE SANTA FÉ – PB.

VALOR GLOBAL: R\$ 120.630,60 (Cento e Vinte Mil Seiscentos e Trinta Reais e Sessenta Centavos).

VIGÊNCIA: 21/03/2024 à 31/12/2024

DATA E ASSINATURA: BONITO DE SANTA FÉ – PB, 21 de março de 2024, ANTÔNIO LUCENA FILHO, Prefeito Municipal e empresa Contratada.

Publicado por:
Francimagna Feitosa Pinto
Código Identificador:88CB9A29

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO**

EXTRATO DO CONTRATO N.º 26/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N.º. 05/2024

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ, CNPJ nº 08.924.037/0001-18 E A EMPRESA TOP ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 48.741.157/0001-02.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO E DE EXPEDIENTE PARA TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE BONITO DE SANTA FÉ – PB.

VALOR GLOBAL: R\$ 41.532,40 (Quarenta e Um Mil Quinhentos e Trinta e Dois Reais e Quarenta Centavos).

VIGÊNCIA: 21/03/2024 à 31/12/2024

DATA E ASSINATURA: BONITO DE SANTA FÉ – PB, 21 de março de 2024, ANTÔNIO LUCENA FILHO, Prefeito Municipal e empresa Contratada.

Publicado por:
Francimagna Feitosa Pinto
Código Identificador:8EFE80D0

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO**

EXTRATO DO CONTRATO N.º 27/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N.º. 06/2024

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ, CNPJ nº 08.924.037/0001-18 E A EMPRESA BETANIAMED COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 09.560.267/0001-08.

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS E INSUMOS MÉDICOS – HOSPITALARES, DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DOS PROGRAMAS DE SAÚDE E DO HOSPITAL HONORINA TAVARES DE ALBUQUERQUE NO MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ - PB.

VALOR GLOBAL: R\$ 1.575,00 (Hum Mil Quinhentos e Setenta e Cinco Reais).

VIGÊNCIA: 21/03/2024 à 31/12/2024

DATA E ASSINATURA: BONITO DE SANTA FÉ – PB, 21 de março de 2024, ANTÔNIO LUCENA FILHO, Prefeito Municipal e empresa Contratada.

Publicado por:
Francimagna Feitosa Pinto
Código Identificador:BB809BCB

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO**

EXTRATO DO CONTRATO N.º 28/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N.º. 06/2024

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ, CNPJ nº 08.924.037/0001-18 E A EMPRESA BIOMED DISTRIBUIDORA HOSPITALAR E LABORATORIAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.936.090/0001-76.

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS E INSUMOS MÉDICOS – HOSPITALARES, DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DOS PROGRAMAS DE SAÚDE E DO HOSPITAL HONORINA TAVARES DE ALBUQUERQUE NO MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ - PB.

VALOR GLOBAL: R\$ 12.284,94 (Doze Mil Duzentos e Oitenta e Quatro Reais e Noventa e Quatro Centavos).

VIGÊNCIA: 21/03/2024 à 31/12/2024

DATA E ASSINATURA: BONITO DE SANTA FÉ – PB, 21 de março de 2024, ANTÔNIO LUCENA FILHO, Prefeito Municipal e empresa Contratada.

Publicado por:
Francimagna Feitosa Pinto
Código Identificador:7D82A34A

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO**

EXTRATO DO CONTRATO N.º 29/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N.º. 06/2024

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ, CNPJ nº 08.924.037/0001-18 E A EMPRESA CRALAB SAUDE E ODONTO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 35.397.052/0001-28.

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS E INSUMOS MÉDICOS – HOSPITALARES, DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DOS PROGRAMAS DE SAÚDE E DO HOSPITAL HONORINA TAVARES DE ALBUQUERQUE NO MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ - PB.

VALOR GLOBAL: R\$ 1.512,00 (Hum Mil Quinhentos e Doze Reais).

VIGÊNCIA: 21/03/2024 à 31/12/2024

DATA E ASSINATURA: BONITO DE SANTA FÉ – PB, 21 de março de 2024, ANTÔNIO LUCENA FILHO, Prefeito Municipal e empresa Contratada.

Publicado por:
Francimagna Feitosa Pinto
Código Identificador:41F54F36

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO**

EXTRATO DO CONTRATO N.º 30/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N.º. 06/2024

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ, CNPJ nº 08.924.037/0001-18 E A EMPRESA ECCO DISTRIBUIDORA DE MATERIAL MEDICO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 45.003.125/0001-03.

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS E INSUMOS MÉDICOS – HOSPITALARES, DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DOS PROGRAMAS DE SAÚDE E DO HOSPITAL HONORINA TAVARES DE ALBUQUERQUE NO MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ - PB.

VALOR GLOBAL: R\$ 352.733,56 (Trezentos e Cinquenta e Dois Mil Setecentos e Trinta e Três Reais e Cinquenta e Seis Centavos).

VIGÊNCIA: 21/03/2024 à 31/12/2024

DATA E ASSINATURA: BONITO DE SANTA FÉ – PB, 21 de março de 2024, ANTÔNIO LUCENA FILHO, Prefeito Municipal e empresa Contratada.

Publicado por:
Francimagna Feitosa Pinto
Código Identificador:60410F97

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO**

EXTRATO DO CONTRATO N.º 31/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N.º. 06/2024

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ, CNPJ nº 08.924.037/0001-18 E A EMPRESA ENDOMED COM E REP DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 70.104.344/0001-26.

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS E INSUMOS MÉDICOS – HOSPITALARES, DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DOS PROGRAMAS DE SAÚDE E DO HOSPITAL HONORINA TAVARES DE ALBUQUERQUE NO MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ - PB.

VALOR GLOBAL: R\$ 48.347,70 (Quarenta e Oito Mil Trezentos e Quarenta e Sete Reais e Setenta Centavos).

VIGÊNCIA: 21/03/2024 à 31/12/2024

DATA E ASSINATURA: BONITO DE SANTA FÉ – PB, 21 de março de 2024, ANTÔNIO LUCENA FILHO, Prefeito Municipal e empresa Contratada.

Publicado por:
Francimagna Feitosa Pinto
Código Identificador:34465E67

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO**

EXTRATO DO CONTRATO N.º 32/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N.º. 06/2024

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ, CNPJ nº 08.924.037/0001-18 E A EMPRESA EXPRESS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME, CNPJ: 26.156.923/0001-20.

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS E INSUMOS MÉDICOS – HOSPITALARES, DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DOS PROGRAMAS DE SAÚDE E DO HOSPITAL HONORINA TAVARES DE ALBUQUERQUE NO MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ - PB.

VALOR GLOBAL: R\$ 547.987,55 (Quinhentos e Quarenta e Sete Mil Novecentos e Oitenta e Sete Reais e Cinquenta e Cinco Centavos).

VIGÊNCIA: 21/03/2024 à 31/12/2024

DATA E ASSINATURA: BONITO DE SANTA FÉ – PB, 21 de março de 2024, ANTÔNIO LUCENA FILHO, Prefeito Municipal e empresa Contratada.

Publicado por:
Francimagna Feitosa Pinto
Código Identificador:868D2093

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO**

EXTRATO DO CONTRATO N.º 33/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N.º. 06/2024

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ, CNPJ nº 08.924.037/0001-18 E A EMPRESA IDPROMO COMERCIAL EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 17.791.755/0001-54.

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS E INSUMOS MÉDICOS – HOSPITALARES, DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DOS PROGRAMAS DE SAÚDE E DO HOSPITAL HONORINA TAVARES DE ALBUQUERQUE NO MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ - PB.

VALOR GLOBAL: R\$ 4.504,50 (Quatro Mil Quinhentos e Quatro Reais e Cinquenta Centavos).

VIGÊNCIA: 21/03/2024 à 31/12/2024

DATA E ASSINATURA: BONITO DE SANTA FÉ – PB, 21 de março de 2024, ANTÔNIO LUCENA FILHO, Prefeito Municipal e empresa Contratada.

Publicado por:
Francimagna Feitosa Pinto
Código Identificador:28531B76

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO**

EXTRATO DO CONTRATO N.º 34/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N.º. 06/2024

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ, CNPJ nº 08.924.037/0001-18 E A EMPRESA INJEFARMA CAVALCANTI E SILVA DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 09.607.807/0001-61.

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS E INSUMOS MÉDICOS – HOSPITALARES, DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DOS PROGRAMAS DE SAÚDE E DO HOSPITAL HONORINA TAVARES DE ALBUQUERQUE NO MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ - PB.

VALOR GLOBAL: R\$ 2.047,50 (Dois Mil Quarenta e Sete Reais e Cinquenta Centavos).

VIGÊNCIA: 21/03/2024 à 31/12/2024

DATA E ASSINATURA: BONITO DE SANTA FÉ – PB, 21 de março de 2024, ANTÔNIO LUCENA FILHO, Prefeito Municipal e empresa Contratada.

Publicado por:
Francimagna Feitosa Pinto
Código Identificador:536E0ADB

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO**

EXTRATO DO CONTRATO N.º 35/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N.º. 06/2024

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ, CNPJ nº 08.924.037/0001-18 E A EMPRESA MOGI MEDICAL EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 28.199.997/0001-70.

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS E INSUMOS MÉDICOS – HOSPITALARES, DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DOS PROGRAMAS DE SAÚDE E DO HOSPITAL HONORINA TAVARES DE

ALBUQUERQUE NO MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ - PB.

VALOR GLOBAL: R\$ 450,00 (Quatrocentos e Cinquenta Reais).

VIGÊNCIA: 21/03/2024 à 31/12/2024

DATA E ASSINATURA: BONITO DE SANTA FÉ – PB, 21 de março de 2024, ANTÔNIO LUCENA FILHO, Prefeito Municipal e empresa Contratada.

Publicado por:
Francimagna Feitosa Pinto
Código Identificador:4684014E

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO**

EXTRATO DO CONTRATO N.º 36/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N.º. 06/2024

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ, CNPJ nº 08.924.037/0001-18 E A EMPRESA PHARMAPLUS LTDA, inscrita no CNPJ: 03.817.043/0001-52.

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS E INSUMOS MÉDICOS – HOSPITALARES, DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DOS PROGRAMAS DE SAÚDE E DO HOSPITAL HONORINA TAVARES DE ALBUQUERQUE NO MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ - PB.

VALOR GLOBAL: R\$ 50.087,63 (Cinquenta Mil Oitenta e Sete Reais e Sessenta e Três Centavos).

VIGÊNCIA: 21/03/2024 à 31/12/2024

DATA E ASSINATURA: BONITO DE SANTA FÉ – PB, 21 de março de 2024, ANTÔNIO LUCENA FILHO, Prefeito Municipal e empresa Contratada.

Publicado por:
Francimagna Feitosa Pinto
Código Identificador:DFC97E0D

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO**

EXTRATO DO CONTRATO N.º 37/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N.º. 06/2024

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ, CNPJ nº 08.924.037/0001-18 E A EMPRESA RITA DE ANDRADE VIEIRA - ME, inscrita no CNPJ: 10.719.048/0001-08.

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS E INSUMOS MÉDICOS – HOSPITALARES, DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DOS PROGRAMAS DE SAÚDE E DO HOSPITAL HONORINA TAVARES DE ALBUQUERQUE NO MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ - PB.

VALOR GLOBAL: R\$ 112.619,35 (Cento e Doze Mil Seiscentos e Dezenove Reais e Trinta e Cinco Centavos).

VIGÊNCIA: 21/03/2024 à 31/12/2024

DATA E ASSINATURA: BONITO DE SANTA FÉ – PB, 21 de março de 2024, ANTÔNIO LUCENA FILHO, Prefeito Municipal e empresa Contratada.

Publicado por:
Francimagna Feitosa Pinto
Código Identificador:2AFED88D

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO**

EXTRATO DO CONTRATO N.º 38/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N.º. 06/2024

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ, CNPJ nº 08.924.037/0001-18 E A EMPRESA VIDA BIOTECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ: 11.308.834/0001-85.

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS E INSUMOS MÉDICOS – HOSPITALARES, DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DOS PROGRAMAS DE SAÚDE E DO HOSPITAL HONORINA TAVARES DE ALBUQUERQUE NO MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ - PB.

VALOR GLOBAL: R\$ 12.600,00 (Doze Mil e Seiscentos Reais).

VIGÊNCIA: 21/03/2024 à 31/12/2024

DATA E ASSINATURA: BONITO DE SANTA FÉ – PB, 21 de março de 2024, ANTÔNIO LUCENA FILHO, Prefeito Municipal e empresa Contratada.

Publicado por:
Francimagna Feitosa Pinto
Código Identificador:0243CF99

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO**

EXTRATO DO CONTRATO N.º 39/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N.º. 07/2024

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ, CNPJ nº 08.924.037/0001-18 E A EMPRESA APOGEU CENTER COMERCIAL DE PRODUTOS HOSPITALARES E MEDICAMENTOS, CNPJ nº 02.911.193/0001-68.

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS E INSUMOS ODONTOLÓGICOS, DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ – PB.

VALOR GLOBAL: R\$ 6.614,44 (Seis Mil Seiscentos e Quatorze Reais e Quarenta e Quatro Centavos).

VIGÊNCIA: 21/03/2024 à 31/12/2024

DATA E ASSINATURA: BONITO DE SANTA FÉ – PB, 21 de março de 2024, ANTÔNIO LUCENA FILHO, Prefeito Municipal e empresa Contratada.

Publicado por:
Francimagna Feitosa Pinto
Código Identificador:ACB5255C

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO**

EXTRATO DO CONTRATO N.º 40/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N.º. 07/2024

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ, CNPJ nº 08.924.037/0001-18 E A EMPRESA ASCAMAS COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS

HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o n. 17.305.750/0001-74.

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS E INSUMOS ODONTOLÓGICOS, DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ – PB.

VALOR GLOBAL: R\$ 3.700,00 (Três Mil e Setecentos Reais).

VIGÊNCIA: 21/03/2024 à 31/12/2024

DATA E ASSINATURA: BONITO DE SANTA FÉ – PB, 21 de março de 2024, ANTÔNIO LUCENA FILHO, Prefeito Municipal e empresa Contratada.

Publicado por:
Francimagna Feitosa Pinto
Código Identificador:E7DE6F75

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO**

EXTRATO DO CONTRATO N.º 41/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N.º. 07/2024

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ, CNPJ nº 08.924.037/0001-18 E A EMPRESA BIO LOGICA DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ nº 06.175.908/0001-12.

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS E INSUMOS ODONTOLÓGICOS, DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ – PB.

VALOR GLOBAL: R\$ 3.755,84 (Três Mil Setecentos e Cinquenta e Cinco Reais e Oitenta e Quatro Centavos).

VIGÊNCIA: 21/03/2024 à 31/12/2024

DATA E ASSINATURA: BONITO DE SANTA FÉ – PB, 21 de março de 2024, ANTÔNIO LUCENA FILHO, Prefeito Municipal e empresa Contratada.

Publicado por:
Francimagna Feitosa Pinto
Código Identificador:2EBF7639

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO**

EXTRATO DO CONTRATO N.º 42/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N.º. 07/2024

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ, CNPJ nº 08.924.037/0001-18 E A EMPRESA BIOMED DISTRIBUIDORA HOSPITALAR E LABORATORIAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.936.090/0001-76.

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS E INSUMOS ODONTOLÓGICOS, DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ – PB.

VALOR GLOBAL: R\$ 4.325,68 (Quatro Mil Trezentos e Vinte e Cinco Reais e Sessenta e Oito Centavos).

VIGÊNCIA: 21/03/2024 à 31/12/2024

DATA E ASSINATURA: BONITO DE SANTA FÉ – PB, 21 de março de 2024, ANTÔNIO LUCENA FILHO, Prefeito Municipal e empresa Contratada.

Publicado por:
Francimagna Feitosa Pinto
Código Identificador:6F6A401B

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO**

EXTRATO DO CONTRATO N.º 43/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N.º. 07/2024

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ, CNPJ nº 08.924.037/0001-18 E A EMPRESA DENTAL IPO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 50.567.060/0001-69.

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS E INSUMOS ODONTOLÓGICOS, DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ – PB.

VALOR GLOBAL: R\$ 4.218,50 (Quatro Mil Duzentos e Dezoito Reais e Cinquenta Centavos).

VIGÊNCIA: 21/03/2024 à 31/12/2024

DATA E ASSINATURA: BONITO DE SANTA FÉ – PB, 21 de março de 2024, ANTÔNIO LUCENA FILHO, Prefeito Municipal e empresa Contratada.

Publicado por:
Francimagna Feitosa Pinto
Código Identificador:1671C67E

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO**

EXTRATO DO CONTRATO N.º 44/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N.º. 07/2024

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ, CNPJ nº 08.924.037/0001-18 E A EMPRESA DENTAL PREMIUM LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 35.215.257/0001-45.

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS E INSUMOS ODONTOLÓGICOS, DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ – PB.

VALOR GLOBAL: R\$ 28.086,59 (Vinte e Oito Mil Oitenta e Seis Reais e Cinquenta e Nove Centavos).

VIGÊNCIA: 21/03/2024 à 31/12/2024

DATA E ASSINATURA: BONITO DE SANTA FÉ – PB, 21 de março de 2024, ANTÔNIO LUCENA FILHO, Prefeito Municipal e empresa Contratada.

Publicado por:
Francimagna Feitosa Pinto
Código Identificador:41252820

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO**

EXTRATO DO CONTRATO N.º 45/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N.º. 07/2024

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ, CNPJ nº 08.924.037/0001-18 E A EMPRESA DENTEMED EQUIPAMENTOS ODONTOLOGICOS LTDA-EPP, CNPJ: 07.897.039/0001-00.

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS E INSUMOS ODONTOLÓGICOS, DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ – PB.

VALOR GLOBAL: R\$ 11.320,00 (Onze Mil Trezentos e Vinte Reais).

VIGÊNCIA: 21/03/2024 à 31/12/2024

DATA E ASSINATURA: BONITO DE SANTA FÉ – PB, 21 de março de 2024, ANTÔNIO LUCENA FILHO, Prefeito Municipal e empresa Contratada.

Publicado por:
Francimagna Feitosa Pinto
Código Identificador:8155FFCD

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO**

EXTRATO DO CONTRATO N.º 46/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N.º. 07/2024

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ, CNPJ nº 08.924.037/0001-18 E A EMPRESA EMIGE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA, CNPJ: 71.505.564/0001-24.

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS E INSUMOS ODONTOLÓGICOS, DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ – PB.

VALOR GLOBAL: R\$ 7.107,50 (Sete Mil Cento e Sete Reais e Cinquenta Centavos).

VIGÊNCIA: 21/03/2024 à 31/12/2024

DATA E ASSINATURA: BONITO DE SANTA FÉ – PB, 21 de março de 2024, ANTÔNIO LUCENA FILHO, Prefeito Municipal e empresa Contratada.

Publicado por:
Francimagna Feitosa Pinto
Código Identificador:3CC297B0

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO**

EXTRATO DO CONTRATO N.º 47/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N.º. 07/2024

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ, CNPJ nº 08.924.037/0001-18 E A EMPRESA K C L COSTA COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA, CNPJ: 42.890.879/0001-34.

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS E INSUMOS ODONTOLÓGICOS, DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ – PB.

VALOR GLOBAL: R\$ 31.218,10 (Trinta e Um Mil Duzentos e Dezoito Reais e Dez Centavos).

VIGÊNCIA: 21/03/2024 à 31/12/2024

DATA E ASSINATURA: BONITO DE SANTA FÉ – PB, 21 de março de 2024, ANTÔNIO LUCENA FILHO, Prefeito Municipal e empresa Contratada.

Publicado por:
Francimagna Feitosa Pinto
Código Identificador:8212D02F

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO**

EXTRATO DO CONTRATO N.º 48/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N.º. 07/2024

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ, CNPJ nº 08.924.037/0001-18 E A EMPRESA MAXIMA DENTAL IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA, CNPJ: 28.857.335/0001-40.

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS E INSUMOS ODONTOLÓGICOS, DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ – PB.

VALOR GLOBAL: R\$ 31.573,98 (Trinta e Um Mil Quinhentos e Setenta e Três Reais e Noventa e Oito Centavos).

VIGÊNCIA: 21/03/2024 à 31/12/2024

DATA E ASSINATURA: BONITO DE SANTA FÉ – PB, 21 de março de 2024, ANTÔNIO LUCENA FILHO, Prefeito Municipal e empresa Contratada.

Publicado por:
Francimagna Feitosa Pinto
Código Identificador:6465B3D3

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO**

EXTRATO DO CONTRATO N.º 49/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N.º. 07/2024

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ, CNPJ nº 08.924.037/0001-18 E A EMPRESA ODONTOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob o nº: 09.478.023/0001-80.

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS E INSUMOS ODONTOLÓGICOS, DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ – PB.

VALOR GLOBAL: R\$ 13.501,17 (Treze Mil Quinhentos e Um Reais e Dezessete Centavos).

VIGÊNCIA: 21/03/2024 à 31/12/2024

DATA E ASSINATURA: BONITO DE SANTA FÉ – PB, 21 de março de 2024, ANTÔNIO LUCENA FILHO, Prefeito Municipal e empresa Contratada.

Publicado por:
Francimagna Feitosa Pinto
Código Identificador:A7AE32A1

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO**

EXTRATO DO CONTRATO N.º 50/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N.º. 07/2024

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ, CNPJ nº 08.924.037/0001-18 E A EMPRESA OK

DENTAL COMERCIO DE MATERIAIS ODONTO MEDICO E HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº: 23.460.299/0001-62.

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS E INSUMOS ODONTOLÓGICOS, DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ – PB.

VALOR GLOBAL: R\$ 370,80 (Trezentos e Setenta Reais e Oitenta Centavos).

VIGÊNCIA: 21/03/2024 à 31/12/2024

DATA E ASSINATURA: BONITO DE SANTA FÉ – PB, 21 de março de 2024, ANTÔNIO LUCENA FILHO, Prefeito Municipal e empresa Contratada.

Publicado por:
Francimagna Feitosa Pinto
Código Identificador: C24C67FB

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO**

EXTRATO DO CONTRATO N.º 51/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 07/2024

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ, CNPJ nº 08.924.037/0001-18 E A EMPRESA PADRAO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PADRE CALLOU LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº: 09.441.460/0001-20.

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS E INSUMOS ODONTOLÓGICOS, DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ – PB.

VALOR GLOBAL: R\$ 4.845,50 (Quatro Mil Oitocentos e Quarenta e Cinco Reais e Cinquenta Centavos).

VIGÊNCIA: 21/03/2024 à 31/12/2024

DATA E ASSINATURA: BONITO DE SANTA FÉ – PB, 21 de março de 2024, ANTÔNIO LUCENA FILHO, Prefeito Municipal e empresa Contratada.

Publicado por:
Francimagna Feitosa Pinto
Código Identificador: FDD3F69F

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO**

EXTRATO DO CONTRATO N.º 52/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 07/2024

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ, CNPJ nº 08.924.037/0001-18 E A EMPRESA RITA DE ANDRADE VIEIRA - ME, inscrita no CNPJ: 10.719.048/0001-08.

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS E INSUMOS ODONTOLÓGICOS, DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ – PB.

VALOR GLOBAL: R\$ 47.336,49 (Quarenta e Sete Mil Trezentos e Trinta e Seis Reais e Quarenta e Nove Centavos).

VIGÊNCIA: 21/03/2024 à 31/12/2024

DATA E ASSINATURA: BONITO DE SANTA FÉ – PB, 21 de março de 2024, ANTÔNIO LUCENA FILHO, Prefeito Municipal e empresa Contratada.

Publicado por:
Francimagna Feitosa Pinto
Código Identificador: F405D3DC

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO**

EXTRATO DO CONTRATO N.º 53/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 07/2024

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ, CNPJ nº 08.924.037/0001-18 E A EMPRESA V. S. COSTA & CIA LTDA, inscrita no CNPJ: 05.286.960/0001-83.

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS E INSUMOS ODONTOLÓGICOS, DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ – PB.

VALOR GLOBAL: R\$ 2.700,00 (Dois Mil e Setecentos Reais).

VIGÊNCIA: 21/03/2024 à 31/12/2024

DATA E ASSINATURA: BONITO DE SANTA FÉ – PB, 21 de março de 2024, ANTÔNIO LUCENA FILHO, Prefeito Municipal e empresa Contratada.

Publicado por:
Francimagna Feitosa Pinto
Código Identificador: B1CC5306

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 04/2024

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

OBJETO: AQUISIÇÃO GRADUAL E PARCELADA DE HORTIFRÚTIS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES E PROGRAMAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE BONITO DE SANTA FÉ – PB

O PREFEITO DA PREFEITURA DE BONITO DE SANTA FÉ, Estado da Paraíba, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe o Art. 71, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021 resolve **HOMOLOGAR**, o Processo Licitatório na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 04/2024**, em favor das empresas:

VENCEDORES:

1 - FRANCISCO CARDOZO VIEIRA 03307432443, CNPJ: 8.355.652/0001-75

Valor Global: R\$ 196.817,00 (Cento e Noventa e Seis Mil Oitocentos e Dezesseis Reais).

Bonito de Santa Fé – PB, 15 de março de 2024.

ANTONIO LUCENA FILHO
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Francimagna Feitosa Pinto
Código Identificador: CCD67656

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO**

EXTRATO DO CONTRATO N.º 12/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 04/2024

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ, CNPJ nº 08.924.037/0001-18 E JOAO VICTOR BRITO MENEZES – ME, CNPJ: 48.986.430/0001-50.

OBJETO: AQUISIÇÃO GRADUAL E PARCELADA DE HORTIFRÚTIS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES E PROGRAMAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE BONITO DE SANTA FÉ – PB.

VALOR GLOBAL: R\$ 196.817,00 (Cento e Noventa e Seis Mil Oitocentos e Dezesete Reais).

VIGÊNCIA: 15/03/2024 à 31/12/2024

DATA E ASSINATURA: BONITO DE SANTA FÉ – PB, 15 de março de 2024, ANTÔNIO LUCENA FILHO, Prefeito Municipal e empresa Contratada.

Publicado por:
Francimagna Feitosa Pinto
Código Identificador:21704F0A

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO**

EXTRATO DO CONTRATO N.º 54/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 09/2024

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ, CNPJ nº 08.924.037/0001-18 E A EMPRESA EXPRESS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME, CNPJ: 26.156.923/0001-20.

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS, DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES OS PROGRAMAS DE SAÚDE E DO HOSPITAL HONORINA TAVARES DE ALBUQUERQUE NO MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ - PB.

VALOR GLOBAL: R\$ 631.187,35 (Seiscentos e Trinta e Um Mil Cento e Oitenta e Sete Reais e Trinta e Cinco Centavos).

VIGÊNCIA: 21/03/2024 à 31/12/2024

DATA E ASSINATURA: BONITO DE SANTA FÉ – PB, 21 de março de 2024, ANTÔNIO LUCENA FILHO, Prefeito Municipal e empresa Contratada.

Publicado por:
Francimagna Feitosa Pinto
Código Identificador:6F54B92A

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO**

EXTRATO DO CONTRATO N.º 55/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 09/2024

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ, CNPJ nº 08.924.037/0001-18 E A EMPRESA APS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ: 52.568.688/0001-04.

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS, DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES OS PROGRAMAS DE SAÚDE E DO HOSPITAL HONORINA TAVARES DE ALBUQUERQUE NO MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ - PB.

VALOR GLOBAL: R\$ 1.144.753,38 (Hum Milhão Cento e Quarenta e Quatro Mil Setecentos e Cinquenta e Três Reais e Trinta e Oito Centavos).

VIGÊNCIA: 21/03/2024 à 31/12/2024

DATA E ASSINATURA: BONITO DE SANTA FÉ – PB, 21 de março de 2024, ANTÔNIO LUCENA FILHO, Prefeito Municipal e empresa Contratada.

Publicado por:
Francimagna Feitosa Pinto
Código Identificador:3DD0A3AB

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO**

EXTRATO DO CONTRATO N.º 56/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 09/2024

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ, CNPJ nº 08.924.037/0001-18 E A EMPRESA ATIVA MEDICO CIRURGICA LTDA, CNPJ: 09.182.725/0001-12.

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS, DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES OS PROGRAMAS DE SAÚDE E DO HOSPITAL HONORINA TAVARES DE ALBUQUERQUE NO MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ - PB.

VALOR GLOBAL: R\$ 27.195,00 (Vinte e Sete Mil Cento e Noventa e Cinco Reais).

VIGÊNCIA: 21/03/2024 à 31/12/2024

DATA E ASSINATURA: BONITO DE SANTA FÉ – PB, 21 de março de 2024, ANTÔNIO LUCENA FILHO, Prefeito Municipal e empresa Contratada.

Publicado por:
Francimagna Feitosa Pinto
Código Identificador:CDC13753

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO**

EXTRATO DO CONTRATO N.º 57/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 09/2024

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ, CNPJ nº 08.924.037/0001-18 E A EMPRESA CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ: 12.418.191/0001-95.

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS, DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES OS PROGRAMAS DE SAÚDE E DO HOSPITAL HONORINA TAVARES DE ALBUQUERQUE NO MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ - PB.

VALOR GLOBAL: R\$ 17.351,25 (Dezessete Mil Trezentos e Cinquenta e Um Reais e Vinte e Cinco Centavos).

VIGÊNCIA: 21/03/2024 à 31/12/2024

DATA E ASSINATURA: BONITO DE SANTA FÉ – PB, 21 de março de 2024, ANTÔNIO LUCENA FILHO, Prefeito Municipal e empresa Contratada

Publicado por:
Francimagna Feitosa Pinto
Código Identificador:F85873D1

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO**

EXTRATO DO CONTRATO N.º 58/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N.º. 09/2024

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ, CNPJ nº 08.924.037/0001-18 E A EMPRESA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES LTDA, CNPJ: 25.279.552/0001-01.

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS, DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES OS PROGRAMAS DE SAÚDE E DO HOSPITAL HONORINA TAVARES DE ALBUQUERQUE NO MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ - PB.

VALOR GLOBAL: R\$ 32.858,70 (Trinta e Dois Mil Oitocentos e Cinquenta e Oito Reais e Setenta Centavos).

VIGÊNCIA: 21/03/2024 à 31/12/2024

DATA E ASSINATURA: BONITO DE SANTA FÉ – PB, 21 de março de 2024, ANTÔNIO LUCENA FILHO, Prefeito Municipal e empresa Contratada

Publicado por:
Francimagna Feitosa Pinto
Código Identificador:2BA91AE9

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO**

EXTRATO DO CONTRATO N.º 59/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N.º. 09/2024

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ, CNPJ nº 08.924.037/0001-18 E A EMPRESA DISTRIBUIDORA SENADOR DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ: 05.382.899/0001-78.

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS, DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES OS PROGRAMAS DE SAÚDE E DO HOSPITAL HONORINA TAVARES DE ALBUQUERQUE NO MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ - PB.

VALOR GLOBAL: R\$ 5.265,75 (Cinco Mil Duzentos e Sessenta e Cino Reais e Setenta e Cinco Centavos).

VIGÊNCIA: 21/03/2024 à 31/12/2024

DATA E ASSINATURA: BONITO DE SANTA FÉ – PB, 21 de março de 2024, ANTÔNIO LUCENA FILHO, Prefeito Municipal e empresa Contratada.

Publicado por:
Francimagna Feitosa Pinto
Código Identificador:9FDA89E7

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO**

EXTRATO DO CONTRATO N.º 60/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N.º. 09/2024

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ, CNPJ nº 08.924.037/0001-18 E A EMPRESA PHARMAPLUS LTDA, CNPJ: 03.817.043/0001-52.

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS, DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES OS PROGRAMAS DE SAÚDE E DO HOSPITAL HONORINA

TAVARES DE ALBUQUERQUE NO MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ - PB.

VALOR GLOBAL: R\$ 38.530,40 (Trinta e Oito Mil Quinhentos e Trinta Reais e Quarenta Centavos).

VIGÊNCIA: 21/03/2024 à 31/12/2024

DATA E ASSINATURA: BONITO DE SANTA FÉ – PB, 21 de março de 2024, ANTÔNIO LUCENA FILHO, Prefeito Municipal e empresa Contratada.

Publicado por:
Francimagna Feitosa Pinto
Código Identificador:5EAABDCD

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO**

EXTRATO DO CONTRATO N.º 61/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N.º. 09/2024

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ, CNPJ nº 08.924.037/0001-18 E A EMPRESA SERTAO MEDICAMENTOS & HOSPITALARES & ODONTOLOGICOS LTDA, CNPJ: 32.386.986/0001-76.

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS, DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES OS PROGRAMAS DE SAÚDE E DO HOSPITAL HONORINA TAVARES DE ALBUQUERQUE NO MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ - PB.

VALOR GLOBAL: R\$ 57.550,50 (Cinquenta e Sete Mil Quinhentos e Cinquenta Reais e Cinquenta Centavos).

VIGÊNCIA: 21/03/2024 à 31/12/2024

DATA E ASSINATURA: BONITO DE SANTA FÉ – PB, 21 de março de 2024, ANTÔNIO LUCENA FILHO, Prefeito Municipal e empresa Contratada.

Publicado por:
Francimagna Feitosa Pinto
Código Identificador:01A89340

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO**

EXTRATO DO CONTRATO N.º 62/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N.º. 09/2024

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ, CNPJ nº 08.924.037/0001-18 E A EMPRESA TERRA SUL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ: 32.364.822/0001-48.

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS, DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES OS PROGRAMAS DE SAÚDE E DO HOSPITAL HONORINA TAVARES DE ALBUQUERQUE NO MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ - PB.

VALOR GLOBAL: R\$ 1.029,00 (Hum Mil e Vinte e Nove Reais).

VIGÊNCIA: 21/03/2024 à 31/12/2024

DATA E ASSINATURA: BONITO DE SANTA FÉ – PB, 21 de março de 2024, ANTÔNIO LUCENA FILHO, Prefeito Municipal e empresa Contratada.

Publicado por:
Francimagna Feitosa Pinto
Código Identificador:EB129591

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO**

EXTRATO DO CONTRATO N.º 63/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 09/2024

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ, CNPJ nº 08.924.037/0001-18 E A EMPRESA ZAFRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALRES LTDA, CNPJ: 41.347.974/0001-23.

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS, DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES OS PROGRAMAS DE SAÚDE E DO HOSPITAL HONORINA TAVARES DE ALBUQUERQUE NO MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ - PB.

VALOR GLOBAL: R\$ 5.446,35 (Cinco Mil Quatrocentos e Quarenta e Seis Reais e Trinta e Cinco Centavos).

VIGÊNCIA: 21/03/2024 à 31/12/2024

DATA E ASSINATURA: BONITO DE SANTA FÉ – PB, 21 de março de 2024, ANTÔNIO LUCENA FILHO, Prefeito Municipal e empresa Contratada.

Publicado por:
Francimagna Feitosa Pinto
Código Identificador:9C13E12E

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAU**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 0003/2024 - ESTRUTURA FÍSICA
PARA EVENTOS**

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Avenida São José, 162 - Centro - Camalau - PB, por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, para: Constitui o objeto da presente licitação a pretensa contratação de empresa especializada na locação de estrutura física para a realização de eventos no Município de Camalau-PB, conforme especificações técnicas constantes no termo de referência. Abertura da sessão pública: 08:00 horas do dia 08 de abril de 2024. Início da fase de lances: 08h10min do dia 08 de abril de 2024. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME/22; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 as 11:00 - 13 às 17:00 horas dos dias úteis, no endereço agentedecontratacaooficial@camalau.pb.gov.br supracitado. E-mail: agentedecontratacaooficial@camalau.pb.gov.br; www.camalau.pb.gov.br; www.tce.pb.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br; www.gov.br/pncp.

Camalau - PB, 21 de março de 2024

JEFERSON DOUGLAS DA SILVA
Agente de Contratação - Mat. 2017-13

Publicado por:
Jeferson Douglas da Silva
Código Identificador:AF65D2A1

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO**

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 01.092/2024

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Catingueira-PB.

CONTRATADO: CENTROSOL DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA SOLAR EIRELI

CNPJ nº 34.443.976/0001-50

OBJETO: Contratação de empresa especializada para instalar sistema fotovoltaico na unidade administrativa da prefeitura municipal, escolas, creche, unidades de saúde e SAMU do município de Catingueira-PB.

VALOR GLOBAL : R\$ 2.754.235,08 (Dois milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, duzentos e trinta e cinco reais e oito centavos)

TOMADA DE PREÇOS nº 008/2023

SUELIO FELIX DE ALENCAR

Prefeito Municipal de Catingueira –PB

Publicado por:
Rosineide Nartim s De Freitas
Código Identificador:16FFB759

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS
RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - DISPENSA Nº
DV00034/2024**

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº DV00034/2024, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTUROS E EVENTUAIS SERVIÇOS MÉDICO ESPECIALIZADO EM OFTALMOLOGIA PARA A REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS DE CATARATA E PTERÍGIO, NO INTUITO DE ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO DE COREMAS-PB; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: STROPP OFTALMOLOGICA LTDA - R\$ 31.850,00.

Coremas-PB, 20 de março de 2024

IRANI ALEXANDRINO DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Rivanildo Santos de Lira
Código Identificador:6F3A24A6

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

PROCESSO: Exposição de Motivos nº DV00034/2024. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTUROS E EVENTUAIS SERVIÇOS MÉDICO ESPECIALIZADO EM OFTALMOLOGIA PARA A REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS DE CATARATA E PTERÍGIO, NO INTUITO DE ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO DE COREMAS-PB. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21. AUTORIZAÇÃO: Secretaria Municipal de Saúde. RATIFICAÇÃO: Prefeito, em 20/03/2024.

Publicado por:
Rivanildo Santos de Lira
Código Identificador:EB7129CF

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS
EXTRATO DE CONTRATO**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTUROS E EVENTUAIS SERVIÇOS MÉDICO ESPECIALIZADO EM OFTALMOLOGIA PARA A REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS DE CATARATA E PTERÍGIO, NO INTUITO

DE ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO DE COREMAS-PB. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº DV00034/2024. DOTAÇÃO: FONTE DE RECURSO 1: 1.500.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos - LIVRE FONTE DE RECURSO 2: 1.501.0000 Outros Recursos não Vinculados FONTE DE RECURSO 4: 1.500.1002 Recursos Vinculados de Impostos - ASPS. 02.05 SECRETARIA DE SAÚDE - 10 301 3019 2032 Manutenção da Secretaria de Saúde, Fichas: 847, Elemento de despesa: 3.3.90.39 00 1.500.0000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA, Ficha: 848, Elemento de despesa: 3.3.90.39 00 1.500.1002 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA, Ficha: 849, Elemento de despesa: 3.3.90.39 00 1.501.0000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; 10 302 3022 2121 MANUT. DAS AÇÕES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBUL. E HOSPITAR - MAC, Ficha: 975, Elemento de despesa: 3.3.90.39 00 1.500.0000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA e Ficha: 976, Elemento de despesa: 3.3.90.39 00 1.500.1002 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; 10 301 3022 2120 NÚCLEOS DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA - NASF, Ficha: 958, Elemento de Despesa: 3.3.90.39 00 1.500.1002 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; 10 302 3022 2168 Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Assistência Hospitalar e Ambulatorial, Ficha: 1090, Elemento de Despesa: 3.3.90.39 00 1.621.0000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; 02.051 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, 10 301 3019 2033 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde Fichas: 1161, Elemento de despesa: 3.3.90.39 00 1.500.0000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA, Ficha: 1162, Elemento de Despesa: 3.3.90.39 00 1.500.1002 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; 10 302 3020 2111 Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção de Média e Alta Complexidade, Ficha: 1213, Elemento de Despesa: 3.3.90.39 00 1.600.0000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; 10 301 3048 2152 Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Básica, Ficha: 1251, Elemento de Despesa: 3.3.90.39 00 1.600.0000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2024.PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Coremas e: CT Nº 00141/2024 - 20.03.24 - STROPP OFTALMOLOGICA LTDA - R\$ 31.850,00.

Publicado por:
Rivanildo Santos de Lira
Código Identificador:9F22E717

PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - DISPENSA Nº DV00036/2024

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº DV00036/2024, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ORIENTAÇÃO, PLANEJAMENTO E ARTICULAÇÃO QUANTO A ELABORAÇÃO DE ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES (ETP), PROJETOS BÁSICOS, TERMOS DE REFERÊNCIAS E JUSTIFICATIVAS PARA FINS DE VIABILIZAÇÃO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS DE INTERESSE DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTE MUNICÍPIO DE COREMAS-PB; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: 53.337.400 JOANNY KATE DA SILVA LEITE - R\$ 14.850,00.

Coremas - PB, 15 de março de 2024

IRANI ALEXANDRINO DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Rivanildo Santos de Lira
Código Identificador:C6A77F2F

PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO: Exposição de Motivos nº DV00036/2024. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ORIENTAÇÃO, PLANEJAMENTO E ARTICULAÇÃO QUANTO A ELABORAÇÃO DE ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES (ETP), PROJETOS BÁSICOS, TERMOS DE REFERÊNCIAS E JUSTIFICATIVAS PARA FINS DE VIABILIZAÇÃO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS DE INTERESSE DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTE MUNICÍPIO DE COREMAS-PB. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21. AUTORIZAÇÃO: Secretaria Municipal de Administração e Planejamento. RATIFICAÇÃO: Prefeito, em 15/03/2024.

Publicado por:
Rivanildo Santos de Lira
Código Identificador:C0249276

PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ORIENTAÇÃO, PLANEJAMENTO E ARTICULAÇÃO QUANTO A ELABORAÇÃO DE ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES (ETP), PROJETOS BÁSICOS, TERMOS DE REFERÊNCIAS E JUSTIFICATIVAS PARA FINS DE VIABILIZAÇÃO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS DE INTERESSE DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTE MUNICÍPIO DE COREMAS-PB. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº DV00036/2024. DOTAÇÃO: FONTE DE RECURSO 1: 1.500.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos - LIVRE FONTE DE RECURSO 2: 1.501.0000 Outros Recursos não Vinculados 02.02 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E GESTÃO, 04 122 3004 2003 Manutenção da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão, Fichas: 158, Elemento de despesa: 3.3.90.39 00 1.500.0000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA e Ficha: 159, Elemento de Despesa: 3.3.90.39 00 1.501.0000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; 02.03 SECRETARIA DE FINANÇAS - 04 123 3005 2005 Manutenção da Secretaria de Finanças, Fichas: 198, Elemento de despesa: 3.3.90.39 00 1.500.0000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA, Ficha 199, Elemento de Despesa: 3.3.90.39 00 1.501.0000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.. VIGÊNCIA: até 20/08/2024.PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Coremas e: CONTRATO Nº 00143/2024 - 20.03.24 - 53.337.400 JOANNY KATE DA SILVA LEITE - R\$ 14.850,00.

Publicado por:
Rivanildo Santos de Lira
Código Identificador:238BD4EB

PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00002/2024

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Eletrônico nº 00002/2024, que objetiva: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS BÁSICOS E CONTROLADOS PARA A FARMÁCIA BÁSICA, CAPS, UBS, SAD E OUTRAS UNIDADES, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE COREMAS-PB; ADJUDICO o objeto e HOMOLOGO a licitação, com base nos elementos constantes do processo correspondente, os quais apontam como proponentes vencedores: ALLFAMED COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS LTDA - R\$ 98.172,00; CIRUFARMA COMERCIAL LTDA - R\$ 37.411,50; CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - R\$ 20.632,50; ESTRATTI VEGETALI FARMACIA E MANIPULAÇÃO EIRELI - R\$ 25.575,00; EXPRESS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - R\$ 47.710,50; FRANCISCO ERIKY DE SA BRAGA - R\$ 142.863,00; MCW PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES - R\$ 64.725,00; MD MATERIAL HOSPITALAR EIRELI - R\$ 12.525,00; TERRA SUL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - R\$ 5.317,50; ULTRA MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - R\$

1.650,00; ZAFRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALRES LTDA - R\$ 8.850,00.

Coremas - PB, 15 de março de 2024

IRANI ALEXANDRINO DA SILVA

Prefeito

Publicado por:

Rivanildo Santos de Lira

Código Identificador:420B704B

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO
ELETRÔNICO Nº 00004/2024**

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Eletrônico nº 00004/2024, que objetiva: AQUISIÇÃO GRADATIVA DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES, DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PERTECENTES A PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS-PB; ADJUDICO o objeto e HOMOLOGO a licitação, com base nos elementos constantes do processo correspondente, os quais apontam como proponentes vencedores: CHEVROMAIS – COMERCIO DE PECAS, ACESSORIOS E LUBRIFICANTES LTDA - R\$ 29.218,00; DANILO JOSE MARTINS DA SILVA COMERCIO DE AUTO PECAS E PNEUS LTDA - R\$ 88.300,00; EVOK IMPORTACAO E DISTRIBUICAO LTDA - R\$ 278.354,00; TACIANO TONI SERAFIM TEIXEIRA - R\$ 213.437,92.

Coremas - PB, 12 de março de 2024

IRANI ALEXANDRINO DA SILVA

Prefeito

Publicado por:

Rivanildo Santos de Lira

Código Identificador:1AC1DAA8

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO
ELETRÔNICO Nº 00007/2024**

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Eletrônico nº 00007/2024, que objetiva: AQUISIÇÃO GRADATIVA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS EM GERAL, VISANDO ATENDER A NECESSIDADE DE DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE COREMAS-PB; ADJUDICO o objeto e HOMOLOGO a licitação, com base nos elementos constantes do processo correspondente, os quais apontam como proponentes vencedores: ACM MERCANTIL LTDA - R\$ 88.810,00; DANTAS E NOBRE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA - R\$ 12.590,00; JOELSON TAVARES DE ALMEIDA - R\$ 34.510,00; RITA MARIA DE LACERDA SOUZA - R\$ 508.655,00; WS COMERCIO E SERVICOS LTDA - R\$ 900,00.

Coremas - PB, 15 de março de 2024

IRANI ALEXANDRINO DA SILVA

Prefeito

Publicado por:

Rivanildo Santos de Lira

Código Identificador:535D9DF2

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO
ELETRÔNICO Nº 00008/2024**

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Eletrônico nº 00008/2024, que objetiva: AQUISIÇÃO GRADATIVA DE HORTIFRUTIGRANJEIROS, VISANDO ATENDER A

NECESSIDADE DE DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE COREMAS-PB; ADJUDICO o objeto e HOMOLOGO a licitação, com base nos elementos constantes do processo correspondente, os quais apontam como proponente vencedor: JOELSON RODRIGUES DA SILVA - R\$ 801.618,00.

Coremas - PB, 19 de março de 2024

IRANI ALEXANDRINO DA SILVA

Prefeito

Publicado por:

Rivanildo Santos de Lira

Código Identificador:B2C43F70

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO
ELETRÔNICO Nº 00009/2024**

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Eletrônico nº 00009/2024, que objetiva: AQUISIÇÃO GRADATIVA DE CARNES, FRIOS E DERIVADOS, VISANDO ATENDER A NECESSIDADE DE DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE COREMAS-PB; ADJUDICO o objeto e HOMOLOGO a licitação, com base nos elementos constantes do processo correspondente, os quais apontam como proponentes vencedores: EDILBERTO GARRIDO DE LACERDA PEREIRA - R\$ 295.000,00; JOELSON TAVARES DE ALMEIDA - R\$ 191.000,00; RITA MARIA DE LACERDA SOUZA - R\$ 103.100,00.

Coremas - PB, 19 de março de 2024

IRANI ALEXANDRINO DA SILVA

Prefeito

Publicado por:

Rivanildo Santos de Lira

Código Identificador:7C4BAE82

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS
RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - DISPENSA Nº
DV00035/2024**

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº DV00035/2024, que objetiva: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ORTOPÉDICOS EM GERAL, VISANDO ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO DE COREMAS-PB; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: FERNANDA SANTANA ARAUJO CAVALCANTE 11596884436 - R\$ 49.183,00.

Coremas - PB, 20 de março de 2024

IRANI ALEXANDRINO DA SILVA

Prefeito

Publicado por:

Rivanildo Santos de Lira

Código Identificador:2B1871D1

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

PROCESSO: Exposição de Motivos nº DV00035/2024. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ORTOPÉDICOS EM GERAL, VISANDO ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO DE COREMAS-PB. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21. AUTORIZAÇÃO: Secretaria Municipal de Saúde. RATIFICAÇÃO: Prefeito, em 20/03/2024.

Publicado por:
Rivanildo Santos de Lira
Código Identificador:01841F03

PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS
EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ORTOPÉDICOS EM GERAL, VISANDO ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO DE COREMAS-PB. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº DV00035/2024. DOTAÇÃO: FONTE DE RECURSO 1: 1.500.0000 – Recursos não Vinculados de Impostos – LIVRE FONTE DE RECURSO 2: 1.501.0000 Outros Recursos não Vinculados FONTE DE RECURSO 3: 1.500.0000 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA FONTE DE RECURSO 4: 1.500.1002 Recursos Vinculados de Impostos – ASPS. 02.05 SECRETARIA DE SAÚDE – 10 301 3019 2032 Manutenção da Secretaria de Saúde, Fichas: 837, 838 e 839, Elemento de despesa: 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO, 10 301 3022 2120 NÚCLEOS DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA – NASF, Fichas: 954, Elemento de despesa: 3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA; 10 302 3022 2121 MANUT. DAS AÇÕES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBUL. E HOSPITAR – MAC, Ficha: 969 e 970, Elemento de Despesa: 3.3.90.30 00 MATERIAL DE CONSUMO; 02.051 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, 10 301 3019 2033 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde Fichas: 1154 e 1155, Elemento de despesa: 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 02.09 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO – 08 244 3014 2054 Manutenção dos serviços de Assistência Social, Fichas: 1598 e 1599, Elemento de despesa: 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO.. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2024.PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Coremas e: CONTRATO Nº 00142/2024 - 20.03.2024 - FERNANDA SANTANA ARAUJO CAVALCANTE 11596884436 - R\$ 49.183,00.

Publicado por:
Rivanildo Santos de Lira
Código Identificador:82194949

PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO
ELETRÔNICO Nº 00006/2024

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Eletrônico nº 00006/2024, que objetiva: EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ALGUNS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TIPO (CIMENTO, MASSAS, TINTAS, BRITA, TIJOLO, TELHAS, CERÂMICAS, PEDRAS E OUTROS) PARA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS-PB; ADJUDICO o objeto e HOMOLOGO a licitação, com base nos elementos constantes do processo correspondente, os quais apontam como proponentes vencedores: ANDRADE INDUSTRIA, COMERCIO E TRANSPORTE LTDA - R\$ 323.210,00; CARLOS P BEZERRA MATERIAIS DE CONSTRUCAO - R\$ 31.224,00; CENTRAL ATACADO LTDA - R\$ 206.930,00; GERALDO FERREIRA SOBRINHO MATERIAIS ELETRICOS - R\$ 264.766,60; GMAC - ATACADO DA CONSTRUCAO LTDA - R\$ 14.200,00; META COMERCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS EIRELI - R\$ 18.156,00; PEDREIRAS CAPOEIRAS LTDA - R\$ 126.500,00; RIVALDO ROBERTO DOS SANTOS - R\$ 369.682,80.

Coremas-PB, 21 de março de 2024

IRANI ALEXANDRINO DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Rivanildo Santos de Lira
Código Identificador:3BC51EB2

PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS
EXTRATO DE CONTRATOS

OBJETO: AQUISIÇÃO GRADATIVA DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES, DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PERTECENTES A PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS-PB. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 00004/2024. DOTAÇÃO: FONTE DE RECURSO 1: 1.500.0000 – Recursos não Vinculados de Impostos – LIVRE FONTE DE RECURSO 2: 1.501.0000 Outros Recursos não Vinculados FONTE DE RECURSO 3: 1.500.1001 Recursos Vinculados de Impostos – MDE FONTE DE RECURSO 4: 1.500.1002 Recursos Vinculados de Impostos – ASPS. FONTE DE RECURSO 5: 1.553.0000 Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) 02.01 GABINETE DO PREFEITO04 122 3002 2002 Manutenção das Atividades do Chefe de Gabinete, Fichas: 025, Elemento de despesa: 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO; 02.02 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E GESTÃO, 04 122 3004 2003 Manutenção da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão, Fichas: 151 e 152, Elemento de despesa: 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO; 02.04 SECRETARIA DE EDUCACAO – 12 122 3008 2010 Manutenção das atividades da Secretaria de Educação, Fichas: 350, 351 e 352, Elemento de despesa: 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO; 12 361 3009 2011 Manutenção do Ensino Fundamental, Fichas: 390, 391 e 391, Elemento de despesa: 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO; 12 361 3009 2030 Manutenção do Programa Nacional do Transporte Escolar – PNATE (1.553.0000 Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), Ficha: 532, 3.3.90.30 00 1.553.0000 MATERIAL DE CONSUMO; 02.05 SECRETARIA DE SAÚDE – 10 301 3019 2032 Manutenção da Secretaria de Saúde, Fichas: 837, 838 e 839, Elemento de despesa: 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO; 02.051 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, 10 301 3019 2033 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde, Fichas: 1154 e 1155, Elemento de despesa: 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO; 02.06 SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO 15 122 3055 2041 Manutenção da Secretaria de Infraestrutura, Ficha: 1452 e 1453 3.3.90.30 00 1.500.0000 e 1.501.0000 MATERIAL DE CONSUMO; 02.09 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO – 08 244 3014 2054 Manutenção dos serviços de Assistência Social, Fichas: 1598 e 1599, Elemento de despesa: 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO; 02.092 FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE 08 243 3015 2104 Manutenção do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Ficha: 1973, 3.3.90.30 00 1.500.0000 MATERIAL DE CONSUMO; 02.10 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E RECURSOS HÍDRICOS 15 544 3058 2068 Manutenção dos serviços de abastecimento d'água, Ficha: 2034 3.3.90.30 00 1.500.0000 MATERIAL DE CONSUMO; 04 122 3045 2071 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Agricultura e Recursos Hídricos, Ficha: 2072, 3.3.90.30.00 1.500.0000 MATERIAL DE CONSUMO.. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2024.PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Coremas e: CT Nº 00165/2024 - 21.03.24 - CHEVROMAIS - COMERCIO DE PECAS, ACESSORIOS E LUBRIFICANTES LTDA - R\$ 29.218,00; CT Nº 00166/2024 - 21.03.24 - TACIANO TONI SERAFIM TEIXEIRA - R\$ 213.437,92; CT Nº 00167/2024 - 21.03.24 - EVOK IMPORTACAO E DISTRIBUICAO LTDA - R\$ 278.354,00; CT Nº 00168/2024 - 21.03.24 - DANILO JOSE MARTINS DA SILVA COMERCIO DE AUTO PECAS E PNEUS LTDA - R\$ 88.300,00.

Publicado por:
Rivanildo Santos de Lira
Código Identificador:EA524FB4

PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS
EXTRATO DE CONTRATOS

OBJETO: EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ALGUNS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TIPO (CIMENTO, MASSAS, TINTAS, BRITA, TIJOLO, TELHAS, CERÂMICAS, PEDRAS E OUTROS)

PARA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS-PB. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 00006/2024. DOTAÇÃO: FONTE DE RECURSO 1: 1.500.0000 – Recursos não Vinculados de Impostos – LIVRE FONTE DE RECURSO 2: 1.501.0000 Outros Recursos não Vinculados FONTE DE RECURSO 3: 1.500.1001 Recursos Vinculados de Impostos – MDE FONTE DE RECURSO 4: 1.500.1002 Recursos Vinculados de Impostos – ASPS. 02.02 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E GESTÃO, 04 122 3004 2003 Manutenção da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão, Fichas: 151 e 152, Elemento de despesa: 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO; 02.04 SECRETARIA DE EDUCACAO – 12 122 3008 2010 Manutenção das atividades da Secretaria de Educação, Fichas: 350, 351 e 352, Elemento de despesa: 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO; 12 361 3009 2011 Manutenção do Ensino Fundamental, Fichas: 390, 391 e 391, Elemento de despesa: 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO; 02.05 SECRETARIA DE SAÚDE – 10 301 3019 2032 Manutenção da Secretaria de Saúde, Fichas: 837, 838 e 839, Elemento de despesa: 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO; 02.051 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, 10 301 3019 2033 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde, Fichas: 1154 e 1155, Elemento de despesa: 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO; 02.09 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO – 08 244 3014 2054 Manutenção dos serviços de Assistência Social, Fichas: 1598 e 1599, Elemento de despesa: 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO. 02.06 SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO – 15 122 3055 2041 Manutenção da Secretaria de Infraestrutura, Fichas: 1453, 1454, 1499, 1455, 1435, 1485, Elemento de despesa: MATERIAL DE CONSUMO. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2024. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Coremas e: CT Nº 00169/2024 - 21.03.24 - GMAC - ATACADO DA CONSTRUCAO LTDA - R\$ 14.200,00; CT Nº 00170/2024 - 21.03.24 - GERALDO FERREIRA SOBRINHO MATERIAIS ELETRICOS - R\$ 264.766,60; CT Nº 00171/2024 - 21.03.24 - ANDRADE INDUSTRIA, COMERCIO E TRANSPORTE LTDA - R\$ 323.210,00; CT Nº 00172/2024 - 21.03.24 - PEDREIRAS CAPOEIRAS LTDA - R\$ 126.500,00; CT Nº 00173/2024 - 21.03.24 - META COMERCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS EIRELI - R\$ 18.156,00; CT Nº 00174/2024 - 21.03.24 - RIVALDO ROBERTO DOS SANTOS - R\$ 369.682,80; CT Nº 00175/2024 - 21.03.24 - CARLOS P BEZERRA MATERIAIS DE CONSTRUCAO - R\$ 31.224,00; CT Nº 00176/2024 - 21.03.24 - CENTRAL ATACADO LTDA - R\$ 206.930,00.

Publicado por:

Rivanildo Santos de Lira

Código Identificador:BCE1BB32

PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS EXTRATO DE CONTRATOS

OBJETO: AQUISIÇÃO GRADATIVA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS EM GERAL, VISANDO ATENDER A NECESSIDADE DE DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE COREMAS-PB. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 00007/2024. DOTAÇÃO: FONTE DE RECURSO 1: 1.500.0000 – Recursos não Vinculados de Impostos – LIVRE FONTE DE RECURSO 2: 1.501.0000 Outros Recursos não Vinculados FONTE DE RECURSO 3: 1.500.1001 Recursos Vinculados de Impostos – MDE FONTE DE RECURSO 4: 1.500.1002 Recursos Vinculados de Impostos – ASPS. 02.01 GABINETE DO PREFEITO 04 122 3002 2002 Manutenção das Atividades do Chefe de Gabinete, Fichas: 025, Elemento de despesa: 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO; 02.02 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E GESTÃO, 04 122 3004 2003 Manutenção da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão, Fichas: 151 e 152, Elemento de despesa: 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO; 02.01 GABINETE DO PREFEITO 04 122 3002 2002 Manutenção das Atividades do Chefe de Gabinete, Fichas: 025, Elemento de despesa: 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO; 04 122 3002 2126 Manutenção das Atividades de Assessoria de Eventos e Cerimonial, Fichas: 077, Elemento de despesa: 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO; 02.04 SECRETARIA DE EDUCACAO – 12 122

3008 2010 Manutenção das atividades da Secretaria de Educação, Fichas: 350, 351 e 352, Elemento de despesa: 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO; 12 361 3009 2011 Manutenção do Ensino Fundamental, Fichas: 390, 391 e 391, Elemento de despesa: 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO; 12 361 3065 2015 Programa de Alimentação Escolar – ENSINO FUNDAMENTAL, Fichas: 418 e 419; 12 365 3010 2023 Manutenção do Pré-Escolar, Ficha: 454 3.3.90.30 00 1.500.1001 MATERIAL DE CONSUMO; 12 366 3011 2024 Manutenção do Programa Educação Jovens e Adultos – PEJA, Ficha: 467, 3.3.90.30 00 1.500.1001 MATERIAL DE CONSUMO; 12 365 3009 2080 Manutenção das Atividades da Educação Infantil, ficha: 590, Elemento de Despesa: 3.3.90.30 00 1.500.0000 MATERIAL DE CONSUMO; 02.05 SECRETARIA DE SAÚDE – 10 301 3019 2032 Manutenção da Secretaria de Saúde, Fichas: 837, 838 e 839, Elemento de despesa: 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 02.051 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, 10 301 3019 2033 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde, Fichas: 1154 e 1155, Elemento de despesa: 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO; 02.09 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO – 08 244 3014 2054 Manutenção dos serviços de Assistência Social, Fichas: 1598 e 1599, Elemento de despesa: 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO.. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2024. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Coremas e: CT Nº 00155/2024 - 21.03.24 - RITA MARIA DE LACERDA SOUZA - R\$ 508.655,00; CT Nº 00156/2024 - 21.03.24 - DANTAS E NOBRE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA - R\$ 12.590,00; CT Nº 00157/2024 - 21.03.24 - JOELSON TAVARES DE ALMEIDA - R\$ 34.510,00; CT Nº 00158/2024 - 21.03.24 - ACM MERCANTIL LTDA - R\$ 88.810,00; CT Nº 00159/2024 - 21.03.24 - WS COMERCIO E SERVICOS LTDA - R\$ 900,00.

Publicado por:

Rivanildo Santos de Lira

Código Identificador:1A7D000D

PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: AQUISIÇÃO GRADATIVA DE HORTIFRUTIGRANJEIROS, VISANDO ATENDER A NECESSIDADE DE DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE COREMAS-PB. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 00008/2024. DOTAÇÃO: FONTE DE RECURSO 1: 1.500.0000 – Recursos não Vinculados de Impostos – LIVRE FONTE DE RECURSO 2: 1.501.0000 Outros Recursos não Vinculados FONTE DE RECURSO 3: 1.500.1001 Recursos Vinculados de Impostos – MDE FONTE DE RECURSO 4: 1.500.1002 Recursos Vinculados de Impostos – ASPS. 02.01 GABINETE DO PREFEITO 04 122 3002 2002 Manutenção das Atividades do Chefe de Gabinete, Fichas: 025, Elemento de despesa: 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO; 02.02 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E GESTÃO, 04 122 3004 2003 Manutenção da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão, Fichas: 151 e 152, Elemento de despesa: 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO; 02.01 GABINETE DO PREFEITO 04 122 3002 2002 Manutenção das Atividades do Chefe de Gabinete, Fichas: 025, Elemento de despesa: 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO; 04 122 3002 2126 Manutenção das Atividades de Assessoria de Eventos e Cerimonial, Fichas: 077, Elemento de despesa: 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO; 02.04 SECRETARIA DE EDUCACAO – 12 122 3008 2010 Manutenção das atividades da Secretaria de Educação, Fichas: 350, 351 e 352, Elemento de despesa: 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO; 12 361 3009 2011 Manutenção do Ensino Fundamental, Fichas: 390, 391 e 391, Elemento de despesa: 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO; 12 361 3065 2015 Programa de Alimentação Escolar – ENSINO FUNDAMENTAL, Fichas: 418 e 419; 12 365 3010 2023 Manutenção do Pré-Escolar, Ficha: 454 3.3.90.30 00 1.500.1001 MATERIAL DE CONSUMO; 12 366 3011 2024 Manutenção do Programa Educação Jovens e Adultos – PEJA, Ficha: 467, 3.3.90.30 00 1.500.1001 MATERIAL DE CONSUMO; 12 365 3009 2080 Manutenção das Atividades da Educação Infantil, ficha: 590, Elemento de Despesa: 3.3.90.30 00 1.500.0000 MATERIAL DE CONSUMO; 02.05 SECRETARIA DE SAÚDE – 10 301 3019 2032 Manutenção da Secretaria de Saúde, Fichas: 837,

838 e 839, Elemento de despesa: 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 02.051 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, 10 301 3019 2033 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde, Fichas: 1154 e 1155, Elemento de despesa: 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO; 02.09 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO – 08 244 3014 2054 Manutenção dos serviços de Assistência Social, Fichas: 1598 e 1599, Elemento de despesa: 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2024. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Coremas e: CT Nº 00160/2024 - 21.03.24 - JOELSON RODRIGUES DA SILVA - R\$ 801.618,00.

Publicado por:
Rivanildo Santos de Lira
Código Identificador:C8A13818

PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS EXTRATO DE CONTRATOS

OBJETO: AQUISIÇÃO GRADATIVA DE CARNES, FRIOS E DERIVADOS, VISANDO ATENDER A NECESSIDADE DE DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE COREMAS-PB. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 00009/2024. DOTAÇÃO: FONTE DE RECURSO 1: 1.500.0000 – Recursos não Vinculados de Impostos – LIVRE FONTE DE RECURSO 2: 1.501.0000 Outros Recursos não Vinculados FONTE DE RECURSO 3: 1.500.1001 Recursos Vinculados de Impostos – MDE FONTE DE RECURSO 4: 1.500.1002 Recursos Vinculados de Impostos – ASPS. 02.01 GABINETE DO PREFEITO 04 122 3002 2002 Manutenção das Atividades do Chefe de Gabinete, Fichas: 025, Elemento de despesa: 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO; 02.02 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E GESTÃO, 04 122 3004 2003 Manutenção da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão, Fichas: 151 e 152, Elemento de despesa: 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO; 02.01 GABINETE DO PREFEITO 04 122 3002 2002 Manutenção das Atividades do Chefe de Gabinete, Fichas: 025, Elemento de despesa: 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO; 04 122 3002 2126 Manutenção das Atividades de Assessoria de Eventos e Cerimonial, Fichas: 077, Elemento de despesa: 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO; 02.04 SECRETARIA DE EDUCACAO – 12 122 3008 2010 Manutenção das atividades da Secretaria de Educação, Fichas: 350, 351 e 352, Elemento de despesa: 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO; 12 361 3009 2011 Manutenção do Ensino Fundamental, Fichas: 390, 391 e 391, Elemento de despesa: 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO; 12 361 3065 2015 Programa de Alimentação Escolar – ENSINO FUNDAMENTAL, Fichas: 418 e 419; 12 365 3010 2023 Manutenção do Pré-Escolar, Ficha: 454 3.3.90.30 00 1.500.1001 MATERIAL DE CONSUMO; 12 366 3011 2024 Manutenção do Programa Educação Jovens e Adultos – PEJA, Ficha: 467, 3.3.90.30 00 1.500.1001 MATERIAL DE CONSUMO; 12 365 3009 2080 Manutenção das Atividades da Educação Infantil, ficha: 590, Elemento de Despesa: 3.3.90.30 00 1.500.0000 MATERIAL DE CONSUMO; 02.05 SECRETARIA DE SAÚDE – 10 301 3019 2032 Manutenção da Secretaria de Saúde, Fichas: 837, 838 e 839, Elemento de despesa: 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 02.051 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, 10 301 3019 2033 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde, Fichas: 1154 e 1155, Elemento de despesa: 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO; 02.09 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO – 08 244 3014 2054 Manutenção dos serviços de Assistência Social, Fichas: 1598 e 1599, Elemento de despesa: 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO.. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2024. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Coremas e: CT Nº 00161/2024 - 21.03.24 - RITA MARIA DE LACERDA SOUZA - R\$ 103.100,00; CT Nº 00162/2024 - 21.03.24 - JOELSON TAVARES DE ALMEIDA - R\$ 191.000,00; CT Nº 00163/2024 - 21.03.24 - EDILBERTO GARRIDO DE LACERDA PEREIRA - R\$ 295.000,00.

Publicado por:
Rivanildo Santos de Lira
Código Identificador:EF6B702F

PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2024

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

A Prefeitura Municipal de Coremas/PB, sediada na Rua Capitão Antônio Leite, 65 - Centro - Coremas - PB, torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial, por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo MAIOR DESCONTO POR ITEM, para: **seleção da proposta mais vantajosa com a finalidade de contratação de pessoa jurídica para fornecimento contínuo e parcelado de combustíveis diversos, com atendimento de abastecimento 24h por dia, dentro da sede do município de Coremas-PB, para atender às demandas da frota municipal, das diversas secretarias e fundos, bem como dos veículos que por força contratual tenha direito ao abastecimento.** Abertura da sessão pública: **14:00 horas do dia 03 de abril de 2024.** Início da fase de lances: 14:15 horas do dia 03 de abril de 2024. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Municipal nº 116/23; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME/22; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. E-mail: licitacaocoremas@gmail.com. Edital: <https://coremas.pb.gov.br/licitacao.php>; www.tce.pb.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br; www.gov.br/pncp. - Coremas - PB, 15 de Março de 2024. -

FRANCIELHO ALVES BARRETO -
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Francieudo Soares da Silva
Código Identificador:C2A6F04B

PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2024

Pregão Presencial nº 01/2024 – Processo Administrativo 109/2024 - Objeto: **contratação de pessoa jurídica para prestar serviços de locação de veículos para atender às necessidades de diversas secretarias do município de Coremas-PB, conforme termo de referência, no edital e seus anexos.** O Município de Coremas, através de seu Pregoeiro Oficial, torna público que realizará licitação, na modalidade pregão presencial, cuja sessão pública ocorrerá na data **10/04/2024.** Horário previsto para início da sessão publicação: **09:00 (nove horas).** Local previsto para realizada a sessão pública: **Rua Maria Alves Barbosa, S/N, Centro, Coremas-PB (Auditório do Centro de Cultura Shaolin).** Download do edital: <https://www.coremas.pb.gov.br/>, <http://www.tce.pb.gov.br>, <https://www.gov.br/pncp/pt-br> ou sede da Prefeitura (horário de expediente: das 08h00min às 12h00min).

Coremas/PB, 21 de março de 2024.

FRANCIELHO ALVES BARRETO -
Pregoeiro

Publicado por:
Francieudo Soares da Silva
Código Identificador:CC2DF68D

PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2024

Pregão Presencial nº 02/2024 – Processo Administrativo 119/2024 - Objeto: **contratação de pessoa jurídica para prestar serviços de locação de veículos para transporte passageiros (alunos) de diversas localidades da Zona Rural para estudarem nas escolas localizadas no município de Coremas-PB, conforme termo de referência, no edital e seus anexos.** O Município de Coremas, através de seu Pregoeiro Oficial, torna público que realizará licitação, na modalidade pregão presencial, cuja sessão pública ocorrerá na data **10/04/2024.** Horário previsto para início da sessão publicação: **15:00 (quinze horas).** Local previsto para realizada a sessão pública: **Rua**

Maria Alves Barbosa, S/N, Centro, Coremas-PB (Auditório do Centro de Cultura Shaolin). Download do edital: <https://www.coremas.pb.gov.br/>, <http://www.tce.pb.gov.br/>, <https://www.gov.br/pncp/pt-br> ou sede da Prefeitura (horário de expediente: das 08h00min às 12h00min).

Coremas/PB, 21 de março de 2024.

FRANCIELHO ALVES BARRETO –
Pregoeiro

Publicado por:
Francieudo Soares da Silva
Código Identificador:18737EAC

PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS
EXTRATO DO DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO Nº 160/2021

Pregão Presencial nº 018/2021 - Contrato nº 160/2021 - Contratante: Município de Coremas/PB, CNPJ 08.939.936/0001-94 - Contratada: SUSGESTÃO – SERVIÇOS TÉCNICOS E ADMINISTRATIVOS, CNPJ 10.603.494/0001-52. – Objeto: de comum acordo entre as partes contratantes, prorrogar o prazo da vigência do Contrato nº 160/2021 por mais 10 (dez) meses, contemplando-se, nesta ocasião, o período de 12/02/2024 a 12/12/2024, através da qual o mesmo atingirá seu período de 41 (trinta e um) meses, nos termos do art. 57 da Lei 8.666/93, acrescendo-se ao valor do contrato R\$ 3.881.130,30 (três milhões oitocentos e oitenta e um mil cento e trinta reais e trinta centavos), correspondente à prorrogação, sendo o mesmo valor mensal do contrato original. – Signatários: Irani Alexandrino da Silva (pela Contratante) e Ronaldo Estrela dos Santos (pela Contratada)

Publicado por:
Francieudo Soares da Silva
Código Identificador:7371EA14

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATI

GABINETE DO PREFEITO
DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE
CONTAS DO COFINANCIAMENTO ESTADUAL DA
PROTEÇÃO BÁSICA E BENEFÍCIOS EVENTUAIS E IGD
2023, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social CMAS/CUBATI, no uso de suas atribuições legais dispostas na Lei Municipal nº, 459 de 21 Março de maio de 2016 e em Conformidade as deliberações plenárias, em reunião extraordinária no dia 15 de Dezembro de 2023;

Resolve;

Art. 1º “Aprova a prestação de contas PCA do Cofinanciamento Estadual da Proteção Básica e Benefícios Eventuais e IGD 2023, para os Serviços Socioassistenciais das Proteções Social Básica e Gestão dos Serviços, Programas e Projetos Socioassistenciais .
Art. 2 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Cubati, 15 de dezembro de 2023

ELANINE MARTINS BARBOSA DA SILVA
Presidente do CMAS

Publicado por:
Joyce Cunha Dos Santos
Código Identificador:8DA57FB9

GABINETE DO PREFEITO
DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DA REPROGRAMAÇÃO DE
SALDOS DOS RECURSOS ESTADUAL DA PROTEÇÃO
BÁSICA E BENEFÍCIOS EVENTUAIS 2023, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

A Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social CMAS/Cubati, no uso de suas atribuições legais dispostas na Lei Municipal nº, 459 de 21 Março de maio de 2016 e em Conformidade as deliberações plenárias, em reunião ordinária no dia 19 de fevereiro de 2024;

RESOLVE:

Art. 1 “Aprova a reprogramação de saldos em contas no dia 31 de dezembro do ano 2023, das contas do Cofinanciamento Estadual da **Proteção Básica e Benefícios Eventuais E IGD 2023**, ficando assim aprovado para utilização dos mesmo, no ano de 2024, seguindo as metas do **PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-PMAS**, para os Serviços Socioassistenciais das Proteções Social Básica , e Gestão dos Serviços, Programas e Projetos Socioassistenciais .

Art 2; Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Cubati, 19 fevereiro de 2024

ELANINE MARTINS BARBOSA DA SILVA
Presidente do CMAS

Publicado por:
Joyce Cunha Dos Santos
Código Identificador:A03FEA3D

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAL VELHO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO DA TOMADA
DE PREÇOS DE Nº 009/2023

A Prefeitura do Município de Curral Velho/PB, através do Presidente da CPL vem tornar público o resultado do julgamento da habilitação da Tomada de Preços de nº 009/2023: Licitante habilitado: ARMAGEDOM 48LP ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA. Licitantes inabilitados: JMS PAJEU CONSTRUÇOES LOCACOES E SERVICOS LTDA (ITENS: 7.5.1., 8.2.1., 8.2.4., 8.2.8., 8.2.10., 8.2.12., 8.2.14., 8.3.1., 8.3.2. E 8.3.3.); CONSTRUTORA PRINCESA DO VALE EIRELI (ITENS: 8.2.14., 8.3.1., 8.3.2. E 8.3.3.); PRIIMEE.CONSTRUÇOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI (ITEM: 8.3.3.); D K CONSTRUÇOES LTDA (ITENS: 7.5.1., 8.2.1., 8.2.2., 8.2.4., 8.3.1., 8.3.2. E 8.3.3.); CONSTRUTORA AMORIM E LOCACAO LTDA (ITENS: 8.2.1., 8.3.1., 8.3.2. E 8.3.3.); PROJEMAQ CONSTRUÇOES E SERVICOS LTDA (ITENS: 8.2.1., 8.3.1., 8.3.2. E 8.3.3.); GR CONSTRUTORA EIRELI (ITENS: 7.5.1., 8.2.3., 8.2.5., 8.2.7., 8.2.8., 8.2.10., 8.2.12., 8.3.1., 8.3.2. E 8.3.3.); ALVES CONSTRUÇOES LTDA (ITENS: 7.5.1., 8.2.1., 8.2.2., 8.2.4., 8.2.8., 8.2.10., 8.2.12., 8.2.14., 8.3.1., 8.3.2. E 8.3.3.); E C A DE MELO CONSTRUÇOES E SERVICOS LTDA (ITEM: 8.3.3.); MENDES & FERREIRA CONSTRUÇOES LTDA (ITEM: 8.3.3.); JAF CONSTRUCAO E CONSULTORIA EIRELI (ITENS: 8.2.1., 8.2.10. E 8.3.3.); R DUARTE ALVES CONSTRUÇOES E SERVICOS LTDA (ITEM: 8.3.3.); CONSTRUTORA SUME LTDA (ITENS: 7.5.1., 8.2.1., 8.2.2., 8.2.4., 8.2.5., 8.2.7., 8.2.8., 8.2.10., 8.2.12., 8.2.13., 8.2.14., 8.3.1., 8.3.2. E 8.3.3.); DEL ENGENHARIA – EIRELI (ITEM: 8.3.3.); ABILIO FERREIRA LIMA NETO LTDA (ITENS: 8.3.1., 8.3.2. E 8.3.3.);Obs.: O quadro de julgamento de habilitação está no Portal do Município <http://curralvelho.pb.gov.br/aceso-a-informacao/lici>. Fica aberto vista do processo aos interessados para conhecimento dos autos, sendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir do primeiro dia útil seguinte à publicação e ainda fica notificados os licitantes para às 14:h:00mn (quatorze horas), do dia 03/04/2024, para a 2ª Sessão Publica para abertura e julgamento das propostas de preços.

Curral Velho - PB, 21 de março de 2024

MANOEL FRANCELINO DE SOUSA NETO
Presidente da CPL

Publicado por:
Damião Allisson Cavalcante Diniz
Código Identificador:F7B5B323

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CURRAL VELHO
EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO DE Nº
007/2023**

OBJETO: Contratação de empresa com prestação de serviços de na locação de vários Softwares específicos para atender os diversos setores do Fundo Municipal de Saúde de Curral Velho/PB. **FUNDAMENTO LEGAL:** Dispensa nº 003/2023. **ADITAMENTO:** Dar continuidade a execução do objeto contratado. **PARTES CONTRATANTES** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CURRAL VELHO e E-TICONS EMPRESA DE TECNOLOGIA DE INFORMACAO & CONSULTORIA LTDA.

Curral Velho – PB, 26 de janeiro de 2024

VANUZA PEREIRA SIQUEIRA
Secretária de Saúde

Publicado por:
Damião Allisson Cavalcante Diniz
Código Identificador:CACF23ED

**PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CURRAL VELHO
EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO DE Nº
023/2023**

OBJETO: Constitui o objeto deste projeto a Contratação de assessoria técnica para acompanhamento e gerenciamento dos Contratos de repasse com recursos do Orçamento Geral da União sob gestão da Caixa Econômica Federal e operacionalização dos Convênios cadastrados nos sistemas SICONV. **FUNDAMENTO LEGAL:** Inexigibilidade nº 007/2023. **ADITAMENTO:** Dar continuidade a execução do objeto contratado. **PARTES CONTRATANTES:** Prefeitura Municipal de Curral Velho e EPC – EMPRESA PARAIBANA PRESTADORA DE SERVICOS COMBINADOS A CONVENIOS LTDA.

Curral Velho – PB, 14 de fevereiro de 2024

TÁCIO SAMUEL BARBOSA DINIZ
Prefeito

Publicado por:
Damião Allisson Cavalcante Diniz
Código Identificador:A794DCF1

**PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CURRAL VELHO
EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO DE Nº
012/2023**

OBJETO: Contratação de empresa com prestação de serviços de na locação de vários Softwares específicos para atender os setores das diversas secretarias da Prefeitura do Município de Curral Velho/PB. **FUNDAMENTO LEGAL:** Inexigibilidade nº 006/2023. **ADITAMENTO:** Dar continuidade a execução do objeto contratado. **PARTES CONTRATANTES:** Prefeitura Municipal de Curral Velho e E-TICONS EMPRESA DE TECNOLOGIA DE INFORMACAO & CONSULTORIA LTDA.

Curral Velho – PB, 26 de janeiro de 2024

TÁCIO SAMUEL BARBOSA DINIZ
Prefeito

Publicado por:
Damião Allisson Cavalcante Diniz
Código Identificador:42A16DF1

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E
PLANEJAMENTO
RESULTADO E CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE
CONTRATO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2024, DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE/PB.**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE/PB** - através de seu Pregoeiro Oficial, **COMUNICA** a todos os interessados, referente ao processo licitatório nº **006/2024**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, que tem como objetivo a locação de veículos e fretamento para transporte de alunos da rede pública em estradas vicinais da zona rural do município de Diamante – PB, que obedecerá às disposições, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, que foram declaradas **VENCEDORAS: VARELA SERVICOS E LOCACOES LTDA, CNPJ: 34.451.835/0001-80**, sediada no Sítio Pedrinhas, Nº1 Zona Rural, Governador Dix-Sept Rosado – RN; **JOSÉ FELIX DE LIMA 12045085856, CNPJ: 31.945.583/0001-57**, sediada na Rua Gustavo Pereira da Silva S/N, Centro, Diamante – PB; **J N DA SILVA NETO LTDA – ME CNPJ nº 43.131.294/0001-01**, sediada no Sítio Vaca Morta, S/N, Zona Rural, Itaporanga-PB; **ANTONIO NOGUEIRA DE FRANÇA, CPF:832.743.911-15**, sediada na Rua Laura da Costa Mangueira, Nº449, 1º Andar, Centro, Diamante – PB por terem apresentadas as propostas mais vantajosas para a administração e por terem atendidos todos os requisitos do Edital e desde já **CONVOCAMOS** a referida empresa para devida assinatura dos respectivos termos de contrato em até 05 (cinco) dias úteis, a partir desta publicação, nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021

Diamante/PB, 21 de março de 2024.

Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Francisco Jeanio Pereira Franco
Código Identificador:CB29FA89

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E
PLANEJAMENTO
RESULTADO E CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE
CONTRATO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2024, DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE/PB.**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE/PB** - através de seu Pregoeiro Oficial, **COMUNICA** a todos os interessados, referente ao processo licitatório nº **001/2024**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, que tem como objetivo a contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de Sistemas de Geração de Energia Solar Fotovoltaica, conectada à rede, do tipo On-Grid, compreendendo a elaboração do projeto executivo, a aprovação deste junto à concessionária de energia elétrica, o fornecimento de todos os materiais e equipamentos necessários, montagem, comissionamento e ativação de todos os equipamentos e materiais, a efetivação do acesso junto à concessionária de energia, o treinamento da equipe técnica, projetos “as built”, com estimativa mínima de produção não inferior à média mensal equivalente à Potência (geração) mensal = 10.000kWh/mês, potência total do sistema = 70,40 KWp e suporte técnico para instalação no Hospital Municipal de Diamante - PB, que obedecerá às disposições, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, que foi declarada **VENCEDORA: LIMPA ENERGIA LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 46.089.735/0001-34**, sediada na rua Miguel Couto, 105, Centro, campina Grande – PB e por ter apresentada a proposta mais vantajosa para a administração e por terem atendidos todos os requisitos do Edital e desde já **CONVOCAMOS** a referida empresa para devida assinatura dos respectivos termos de contrato em até 05 (cinco) dias úteis, a partir desta publicação, nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021

Diamante/PB, 21 de março de 2024.

Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Francisco Jeanio Pereira Franco
Código Identificador:A8B3A5A8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 045/2024

OBJETO: A contratação de empresa especializada ou Pessoa Física para locação de 01 Caminhão motor diesel turbo, com condutor por conta da contratada, carroceria aberta, tamanho Carroceria mínima de 4,20 x 0,40 x 2,20 m, com capacidade mínima de 04 toneladas, capacidade interna para 03 pessoas, com potência mínima de 4cilindros, 120 a 135cv, dotada de isolamento e janelas com boa ventilação manutenção e lubrificantes por conta da contratada e abastecimento por conta da contratante. Para ficar à disposição da sec. Infraestrutura em tempo integral no município de Diamante-PB, que obedecerá às disposições do art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021.

RECURSOS: Recursos Ordinários e Programas/Outros.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE/PB

CONTRATADO: JOEDNA NICOLAU DA SILVA MARTINS EIRELI-ME, CNPJ sob o nº. 11.745.713/0001-09, com sede na Rua Ananias Conserva De Sousa, 68, SALA 01 - CEP: 58780000, Centro, Itaporanga/PB.

VALOR GLOBAL DO CONTRATO R\$ 47.880,00 (quarenta e sete mil oitocentos e oitenta reais) .

DATA DA CELEBRAÇÃO/VIGENCIA: 04/03/2024 a 31/12/2024.

Publicado por:
Francisco Jeanio Pereira Franco
Código Identificador:C534F6E1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 043/2024

OBJETO: A contratação de empresa especializada para execução de obra no Abastecimento de Água Localizada no Sítio Roça Nova do Município de Diamante-PB, que obedecerá às disposições do art. 75, I, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021.

RECURSOS: Recursos Ordinários e Programas/Outros.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE/PB

CONTRATADO: FAJ CONSTRUTORA EIRELI, CNPJ: 42.286.165/0001-11, situada na Rua Francisco Abílio de Sousa, S/N, Centro Diamante – PB.

VALOR GLOBAL DO CONTRATO R\$ 19.661,46(dezenove mil seiscentos e sessenta e um reais e quarenta e seis centavos) .

DATA DA CELEBRAÇÃO/VIGENCIA: 04/03/2024 a 31/12/2024.

Publicado por:
Francisco Jeanio Pereira Franco
Código Identificador:B6F5507A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇOS PROCESSO DE DISPENSA Nº055/2024

O **MUNICÍPIO DE DIAMANTE-PB**, Estado da Paraíba, localizada à Rua Possidônio José da Costa, 881, Bairro Centro – Diamante - PB, em conformidade com o art. 75, II da Lei Federal nº 14.133/2021, Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, torna público para conhecimento dos interessados, que, fará realizar entre os dias **25 março de 2026 a 27 de março de 2024**, cotação adicional de propostas para a prestação de serviços técnicos especializados em Tecnologia da Informação (T.I.) para gestão compartilhada de todo o ambiente de processamento, incluindo operação, suporte da instalação, operação e atualizações no que tange a seara da Informática no Instituto de Previdência de Diamante - IPMD, que

o obedecerá às disposições do art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021. Segue em anexo o Termo de referência.

Os interessados deverão solicitar o projeto e protocolizar suas cotações através do e-mail cpl@diamante.pb.gov.br e no setor de licitações da prefeitura no endereço acima mencionado até às 11:30 (onze e trinta) horas do último dia para apresentação de cotações, juntamente com documentos que comprovem a regularidade, fiscal, social e trabalhista da proponente, bem como documentos comprobatórios da constituição e titularidade da mesma. Oportunidade em que a Administração escolherá a mais vantajosa.

Qualquer informação poderá ser obtida no setor de Licitação no endereço acima mencionado, nos horários de expediente normal.

Prefeitura Municipal de Diamante/PB, 21 de março de 2024.

DAMIÃO VIEIRA DE FRANÇA JÚNIOR
Agente De Contratação

VALOR COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II da Lei 14.133/2021

TERMO DE REFERÊNCIA

PARA

COTAÇÃO DE PREÇOS

DO OBJETO:

Constitui o objeto do presente Termo de Referência para a prestação de serviços técnicos especializados em Tecnologia da Informação (T.I.) para gestão compartilhada de todo o ambiente de processamento, incluindo operação, suporte da instalação, operação e atualizações no que tange a seara da Informática no Instituto de Previdência de Diamante - IPMD, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Especificação	Quant.	Unid.	Valor	Total
	prestação de serviços técnicos especializados em Tecnologia da Informação (T.I.) para gestão compartilhada de todo o ambiente de processamento, incluindo operação, suporte da instalação, operação e atualizações no que tange a seara da Informática no Instituto de Previdência de Diamante - IPMD	9	mes		

DA ESPECIFICAÇÃO E JUSTIFICATIVA

2.2 As quantidades aqui elencadas são apenas uma estimativa, não podendo ser exigida, nem considerada, como valor para pagamento mínimo. Tal estimativa poderá sofrer acréscimos ou supressões sem que isso justifique motivo para qualquer indenização ao adjudicatário.

2.3 O objeto do presente termo é essencial e justifica-se em face da necessidade de atender as demandas da prefeitura municipal.

3 – Das Obrigações da Contratada

1. A contratada terá de fornecer os produtos constantes nesse termo de imediato, após receber a solicitação da Prefeitura de Diamante.

2. Vencendo-se a Certidão Negativa de Débito - CND expedida pelo INSS e o Certificado de Regularidade de Situação junto ao FGTS-CRS expedido pela CEF, a CONTRATADA deverá anexar à Nota Fiscal as cópias devidamente atualizadas.

3. Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.

4. A contratada deverá pôr no corpo da Nota Fiscal o número do processo ao qual os produtos se referem.

5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da entrega, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido.

6. Responsabilizar-se pela qualidade dos itens fornecidos;
7. Despesas de entrega na sede do município pela contratada.

8. Em tudo agir, segundo as diretrizes da CONTRATANTE.

4 – Das obrigações da Contratante

Efetuar o pagamento na forma convencionada no presente instrumento, dentro do prazo previsto, desde que atendidas às formalidades pactuadas.

5 - Validade da Proposta

A validade da proposta deverá ser de no mínimo 60 dias.

6 - Forma de Pagamento e vigência

O pagamento será efetuado conforme realização dos serviços prestados, pelo setor competente, podendo ser prorrogado por trinta dias.

O prazo de vigência para a execução dos serviços será de 30 trinta dias com vigência do contrato até 31 de dezembro de 2024 a contar da assinatura deste instrumento, limitando-se aos devidos créditos orçamentários, nos termos do art. 105 e 106 da Lei Federal 14.133/2021, podendo ser prorrogado por igual período nos termos do disposto no art. 107 da referida norma.

7 - Critérios para Decisão da Proposta Vencedora

O critério para decisão da proposta vencedora será o de *menor preço por tem*

8 – Reajustes dos preços

O preço proposto será fixo e irrevogável.

9 – Fiscalização do Contrato –

A execução do contrato será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da Administração, com atribuições específicas, devidamente

R\$: _____ (_____)

Data: ____/____/____.

Validade do Orçamento: _____

Empresa:

Publicado por:
Francisco Jeanio Pereira Franco
Código Identificador:2AA2B70F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇOS PROCESSO DE DISPENSA Nº056/2024

O MUNICÍPIO DE DIAMANTE-PB, Estado da Paraíba, localizada à Rua Possidônio José da Costa, 881, Bairro Centro – Diamante - PB, em conformidade com o art. 75, II da Lei Federal nº 14.133/2021, Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, torna público para conhecimento dos interessados, que, fará realizar entre os dias **25 março de 2026 a 27 de março de 2024, cotação adicional de propostas para os serviços especializados em atuaria, elaboração de avaliação atuarial, elaboração de nota técnica atuarial, envio de demonstrativos ao sistema CADPREV para suprir as necessidades do instituto de previdência do município de Diamante - PB**, que o obedecerá às disposições do art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021. Segue em anexo o Termo de referência.

Os interessados deverão solicitar o projeto e protocolizar suas cotações através do e-mail cpl@diamante.pb.gov.br e no setor de licitações da prefeitura no endereço acima mencionado até às 11:30 (onze e trinta) horas do último dia para apresentação de cotações, juntamente com documentos que comprovem a regularidade, fiscal, social e trabalhista da proponente, bem como documentos comprobatórios da constituição e titularidade da mesma. Oportunidade em que a Administração escolherá a mais vantajosa.

Qualquer informação poderá ser obtida no setor de Licitação no endereço acima mencionado, nos horários de expediente normal.

Prefeitura Municipal de Diamante/PB, 21 de março de 2024.

DAMIÃO VIEIRA DE FRANÇA JÚNIOR

Agente de Contratação

VALOR COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II da Lei 14.133/2021

TERMO DE REFERÊNCIA

PARA

COTACÃO DE PREÇOS

DO OBJETO:

Constitui o objeto do presente Termo de Referência para serviços especializados em atuaria, elaboração de avaliação atuarial, elaboração de nota técnica atuarial, envio de demonstrativos ao sistema CADPREV para suprir as necessidades do instituto de previdência do município de Diamante - PB, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Especificação	Quant.	Unid.	Valor	Total
	serviços especializados em atuaria, elaboração de avaliação atuarial, elaboração de nota técnica atuarial, envio de demonstrativos ao sistema CADPREV para suprir as necessidades do instituto de previdência do município de Diamante - PB	9	mes		

DA ESPECIFICAÇÃO E JUSTIFICATIVA

2.2 As quantidades aqui elencadas são apenas uma estimativa, não podendo ser exigida, nem considerada, como valor para pagamento mínimo. Tal estimativa poderá sofrer acréscimos ou supressões sem que isso justifique motivo para qualquer indenização ao adjudicatário.

2.3 O objeto do presente termo é essencial e justifica-se em face da necessidade de atender as demandas da prefeitura municipal.

3 – Das Obrigações da Contratada

1. A contratada terá de fornecer os produtos constantes nesse termo de imediato, após receber a solicitação da Prefeitura de Diamante.

2. Vencendo-se a Certidão Negativa de Débito - CND expedida pelo INSS e o Certificado de Regularidade de Situação junto ao FGTS-CRS expedido pela CEF, a CONTRATADA deverá anexar à Nota Fiscal as cópias devidamente atualizadas.

3. Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.

4. A contratada deverá pôr no corpo da Nota Fiscal o número do processo ao qual os produtos se referem.

5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da entrega, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido.

6. Responsabilizar-se pela qualidade dos itens fornecidos;
7. Despesas de entrega na sede do município pela contratada.

8. Em tudo agir, segundo as diretrizes da CONTRATANTE.

4 – Das obrigações da Contratante

Efetuar o pagamento na forma convencionada no presente instrumento, dentro do prazo previsto, desde que atendidas às formalidades pactuadas.

5 - Validade da Proposta

A validade da proposta deverá ser de no mínimo 60 dias.

6 - Forma de Pagamento e vigência

O pagamento será efetuado conforme realização dos serviços prestados, pelo setor competente, podendo ser prorrogado por trinta dias.

O prazo de vigência para a execução dos serviços será de 30 trinta dias com vigência do contrato até 31 de dezembro de 2024 a contar da assinatura deste instrumento, limitando-se aos devidos créditos orçamentários, nos termos do art. 105 e 106 da Lei Federal 14.133/2021, podendo ser prorrogado por igual período nos termos do disposto no art. 107 da referida norma.

7 - Critérios para Decisão da Proposta Vencedora

O critério para decisão da proposta vencedora será o de *menor preço por tem*

8 – Reajustes dos preços

O preço proposto será fixo e irrevogável.

9 – Fiscalização do Contrato –

A execução do contrato será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da Administração, com atribuições específicas, devidamente

R\$: _____ (_____)

Data: ____/____/____.

Validade do Orçamento: _____

Empresa: _____

Publicado por:

Francisco Jeanio Pereira Franco
Código Identificador: F93C3840

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE EMAS

AMANDA NUNES ALBINO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO
ELETRÔNICO Nº 0006/2024

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Eletrônico nº 0006/2024, que objetiva: Aquisição de material de expediente para diversas secretarias do município de EMAS-PB.; ADJUDICO o objeto e HOMOLOGO a licitação, com base nos elementos constantes do processo correspondente, os quais apontam como proponente vencedor: BAUER COMERCIO E LICITACOES LTDA - EPP - CNPJ: 45.740.175/0001-73 - R\$ 45.019,00 (quarenta e cinco mil, e dezenove reais); PAPELARIA ROCHA LTDA – CNPJ: 00.412.020/0001-70 – R\$ 287.662,34 (duzentos e oitenta e sete mil, seiscentos e sessenta e dois reais e trinta e quatro centavos).
Emas - PB, 21 de março de 2024

ANA ALVES DE ARAÚJO LOUREIRO -
Prefeita

Publicado por:

Amanda Nunes Albino
Código Identificador: 45EB6AAD

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA

FUNPREVE -FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS
SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE ESPERANÇA
PORTARIA Nº 05/2024

PORTARIA Nº 05/2024 DE 01 DE MARÇO DE 2024

A AUTARQUIA MUNICIPAL – FUNPREVE – FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE ESPERANÇA Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas, em acordo com o art. 3º, parágrafo único, da Lei Municipal nº 474, de 29 de junho de 2022, e de acordo com o Processo nº 015/2023:

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO com provento integral da última remuneração à Servidora a Sra. **JAMMILLY CHARLANE DIAS GALDINO**, matrícula nº 1230, no cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF/MF Nº 980.761.834-72, portadora da Cédula de Identidade – RG Nº 1.598.243-2ºVIA - Órgão Expedidor - SESDS/PB, de acordo com o disposto no § 5º, **Art. 40, da CF/1988 (redação dada pela EC nº 103/2019); Art. 39, incisos I ao V, §1º e §2º, inciso I, da Lei municipal Nº 474/2022.**

Art. 2º - Registre-se, publique-se.

Esperança - PB, 01 de março de 2024.

ANDRE RICARDO COELHO DA COSTA
Presidente do FUNPREV

Publicado por:

Enio Silva Nascimento

Código Identificador: 6BF72A8E

FUNPREVE -FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS
SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE ESPERANÇA
PORTARIA Nº 06/2024

PORTARIA Nº 06/2024 DE 01 DE MARÇO DE 2024

A AUTARQUIA MUNICIPAL – FUNPREVE – FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE ESPERANÇA Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas, em acordo com o art. 3º, parágrafo único, da Lei Municipal nº 474, de 29 de junho de 2022, e de acordo com o Processo nº 005/2023:

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE com proventos proporcionais ao tempo de contribuição a Servidora a Sra. **MARIA DA CONCEIÇÃO ACIOLI BRILHANTE**, matrícula nº 816, no cargo de Orientador Educacional, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto deste Município, inscrita no Cadastro de Pessoa Física – CPF/MF Nº 078.509.564-00, portadora da Cédula de Identidade – RG Nº 229.312 – 2ª VIA -- Órgão Expedidor - SESDS/PB, com fundamento no **Art. 40, § 1º, inciso III, alínea “b”, da Constituição Federal/1988, com redação dada pela EC nº 41/2003 c/c Art. 1º da Lei nº 10.887/2004.**

Art. 2º - Registre-se, publique-se.

Esperança - PB, 01 de março de 2024.

ANDRE RICARDO COELHO DA COSTA
Presidente do FUNPREV

Publicado por:

Enio Silva Nascimento

Código Identificador: AA7DAC2C

FUNPREVE -FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS
SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE ESPERANÇA
PORTARIA Nº 07/2024

PORTARIA Nº 07/2024 DE 01 DE MARÇO DE 2024

A AUTARQUIA MUNICIPAL – FUNPREVE – FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE

ESPERANÇA Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas, em acordo com o art. 3º, parágrafo único, da Lei Municipal nº 474, de 29 de junho de 2022, e de acordo com o Processo nº 008/2023:

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO com provento integral da última remuneração, a Servidora a Sra. **MARIA ELENILDA BITTAR DE ARAÚJO**, matrícula nº 2239, no cargo de Professora, lotada na Secretaria de Educação deste Município, inscrita no Cadastro de Pessoa Física – CPF/MF Nº 490.906.404-44, portadora da Cédula de Identidade – RG Nº 2.537.500 – 2ª VIA -- Órgão Expedidor - SSDS/PB, com fundamento no **Art. 38, §4º, incisos I ao III, §5º, §6º, inciso I, da Lei Municipal nº 474/2022.**

Art. 2º - Registre-se, publique-se.

Esperança - PB, 01 de março de 2024.

ANDRE RICARDO COELHO DA COSTA

Presidente do FUNPREV

Publicado por:

Enio Silva Nascimento

Código Identificador:C71A2B64

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARACY

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARACY PB

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00001/2024

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Pedro Lopes Brasileiro, SN - Centro - Igaracy - PB, por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, para: Aquisição de combustíveis e produtos derivados de petróleo PARA ABASTECIMENTO NA CIDADE DE IGARACY, tipo gasolina comum e óleo diesel S10, destinados aos veículos de propriedade desta Prefeitura, locados, contratados, colocados à disposição ou vinculados a atividade pública municipal por disposição legal, ao Município, Fundo de Assistência Social e do Fundo Municipal de Saúde de Igaracy/PB NO RAI0 MAXIMO 30 KM. Abertura da sessão pública: 09:00 horas do dia 05 de Fevereiro de 2024. Início da fase de lances: 09:01 horas do dia 05 de Fevereiro de 2024. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME/22; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 07:00 as 13:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (..) ...E-mail: cpl@igaracy.pb.gov.br. Edital: <http://www.igaracy.pb.gov.br>; www.tce.pb.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br; www.gov.br/pncp.

Igaracy - PB, 19 de Janeiro de 2024

GEORGE CARLOS VIEIRA LOPES -

Pregoeiro Oficial

Publicado por:

George Carlos Vieira Lopes

Código Identificador:50C2156B

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPORANGA EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2024 CONCORRÊNCIA Nº 001/2024

HOMOLOGO o processo licitatório na modalidade Concorrência de nº 001/2024, que tem como objeto a AQUISIÇÃO PARCELADA DE COMBUSTÍVEL PARA ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS PERTENCENTES A CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPORANGA/PB. Com fundamento na Lei nº 14.133/2021, e em consonância com o Parecer Jurídico acostado aos autos do processo, em favor da licitante COMERCIO DE COMBUSTÍVEL E LUBRIFICANTES ITAPORANGUESE LTDA, inscrita no CNPJ nº 09.332.743/0001-33, com sede na Rua Antônio Virgulino, nº 107, Bela Vista, Itaporanga-PB, com preço unitário em R\$ 5,39 (cinco reais e trinta e nove centavos) e global de R\$ 91.630,00 (noventa e um mil seiscentos e trinta reais).

À PUBLICAÇÃO, na forma da lei.

ITAPORANGA (PB), 21 de março de 2024

ILDEAN RODRIGUS DA SILVA

Vereadora Presidente

Publicado por:

Charles Corcino da Silva

Código Identificador:931A7E5E

GABINETE DO PREFEITO

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 045/2023

INSTRUMENTO: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 045/2023

OBJETIVO: PRORROGAÇÃO DO CONTRATO - REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

OBJETO DA CONTRATAÇÃO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS A TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS E A MERENDA ESCOLAR PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA.

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2023

DO VALOR TOTAL DO CONTRATO: O valor global do presente contrato passará de R\$ 590.328,00 (quinhentos e noventa mil trezentos e vinte e oito reais) para R\$616.951,79 (Seiscentos e dezesseis mil novecentos e cinquenta e um reais e setenta e nove centavos), em atenção ao que dispõe a cláusula primeira do contrato, referente ao reajuste de 4,51% sobre o valor unitários e globais do contrato.

DO PRAZO DO CONTRATO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo prorrogar o prazo de vigência do contrato nº 00043/2023, por mais 12 (doze) meses, permanecendo vigente até 24 de fevereiro de 2024.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA, CNPJ: 08.940.694/0001-59.

CONTRATADO: FRANCISCO RANGEL DE SOUSA GUIMARÃES, inscrita no CNPJ: 10.220.459/0001-54.

Publicado por:

Edmarineudson Rodrigues Pinto

Código Identificador:AAD7753C

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL RESOLUÇÃO CMDCA N.º 002 ITAPORANGA-PB, 15 DE FEVEREIRO DE 2024.

Dispõe sobre a composição da Comissões Permanentes e Especiais para o Mandato de 2023/2025 do CMDCA – Itaporanga/PB.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Itaporanga – PB, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto na Lei Federal nº 8.069 de 1990, Lei Municipal nº 393, de 07 de novembro de 1995 e alterado pela Lei Municipal nº 718 de 03 de setembro de 2008, Resolução 105/05 do Conselho Nacional dos

Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA (com alterações da Resolução 106/05 e 116/06) e demais disposições legais vigentes.

RESOLVE:

Art. 1º Compor as Comissões Permanentes e Especiais do CMDCA, conforme previsto em seu Regimento Interno, da forma que segue:

I-Comissão Permanente de Acompanhamento e Ética dos Conselhos Tutelares

Membros Titulares: Elizabeth Rodrigues Figueiredo

Eduarda Araújo Pitas

Membros Suplentes: Flávio Porcino da Silva

Nathanniely Deisy de Araújo

II-Comissão Especial de Comissão Permanente de de Orçamento e Fundo

Membros Titulares: Roberto Manoel de Andrade

Gilvanete Antas de Sousa Carneiro

Membros Suplentes: Hélio Sidney Guimarães

Maria Roseane da Silva

III-Comissão Permanente de Normas, Registro e Inscrição

Membros Titulares: Renata Raiane Figueiredo Pitas

Flávio Porcino da Silva

Membros Suplentes: Rita Pereira da Silva

Raimundo Clementino da Silva

IV - Comissão Permanente de de Comunicação e Divulgação

Membros Titulares: Odilon Fernandes Neto

Elizabeth Rodrigues Figueiredo

Membros Suplentes:Thayse Grazielly Paulo de Assis

Girleone Sertão Candido da Silva

§ 1º As deliberações tomadas pelas comissões deverão ser submetidas a aprovação da plenária do Conselho.

Art. 2º Os pareceres emitidos pelas Comissões Temáticas terão prazo de 15 dias para serem apresentados em Sessão Plenária do CMDCA.

Art. 3º As Comissões Temáticas são instâncias de natureza técnica, permanentes ou temporárias, que fazem parte da estrutura funcional do CMDCA, e subsidiaram as deliberações do colegiado.

Art. 4º Caso haja indicação de novo representante do órgão governamental ou da sociedade civil, o indicado deverá compor a mesma Comissão ocupada pelo representante anterior.

Art. 5º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação,

Itaporanga, 15 de fevereiro de 2024.

FLÁVIO PORCINO DA SILVA

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

Publicado por:

Marlon Henrique Dos Santos Rodrigues

Código Identificador:B863B84D

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACARAÚ

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACARAÚ AVISO DE PRETENZA CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº DV00012/2024

AVISO DE PRETENZA CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº DV00012/2024

A Prefeitura Municipal de Jacaraú manifesta o interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados na contratação direta, com base no Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21, restrita à participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA

ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, EM EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS DO MUNICÍPIO DE JACARAÚ-PB. O interessado poderá obter o respectivo Termo de Referência com a especificação do objeto pretendido junto ao Setor de Contratação, sediado na Rua Augusto Luna, 45 - Centro - Jacaraú - PB, ou acessando: <https://jacarau.pb.gov.br/portal-da-transparencia/licitacoes> ou https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1. O referido órgão de contratação estará recebendo as propostas até o **dia 27 de Março de 2024**, de forma eletrônica pelo seguinte endereço: licitacaojacarau@gmail.com. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado.Telefone: (83) 9 8234-8905.

Jacaraú - PB, 21 de Março de 2024

TÁSSIO PEREIRA DA SILVA

Agente de Contratação

Publicado por:

Tassio Pereira da Silva

Código Identificador:BD0EF47E

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACARAÚ AVISO DE PRETENZA CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº DV00023/2024

AVISO DE PRETENZA CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº DV00023/2024

A Prefeitura Municipal de Jacaraú manifesta o interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados na contratação direta, com base no Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21, restrita à participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE CARRO DE SOM DE MÉDIO PORTE PARA DIVULGAÇÃO DE NOTAS, AVISOS DE CAMPANHAS VACINAIS E EVENTOS DE INTERESSE PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE JACARAÚ/PB. O interessado poderá obter o respectivo Termo de Referência com a especificação do objeto pretendido junto ao Setor de Contratação, sediado na Rua Augusto Luna, 45 - Centro - Jacaraú - PB, ou acessando: <https://jacarau.pb.gov.br/portal-da-transparencia/licitacoes> ou https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1. O referido órgão de contratação estará recebendo as propostas até o **dia 27 de Março de 2024**, de forma eletrônica pelo seguinte endereço: licitacaojacarau@gmail.com. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado.Telefone: (83) 9 8234-8905.

Jacaraú - PB, 21 de Março de 2024

TÁSSIO PEREIRA DA SILVA

Agente de Contratação

Publicado por:

Tassio Pereira da Silva

Código Identificador:5E4D5A5B

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACARAÚ AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00002/2024

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00002/2024

A Prefeitura de Jacaraú, torna público que fará através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Augusto Luna, 45 - Centro - Jacaraú - PB, por meio do site www.licitajacarau.com.br, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, restrita à

participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, visando formar Sistema de Registro de Preços objetivando contratações futuras, para: **LOCAÇÃO DE VEÍCULOS**. Abertura da sessão pública: 09:00 horas do dia 05 de Abril de 2024. Início da fase de lances: 09:05 horas do dia 05 de abril de 2024. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 11.462/23; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME/22; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (83) 8234-8905. E-mail: licitacaojacarau@gmail.com. Edital: <https://jacarau.pb.gov.br/licitacao.php>; www.tce.pb.gov.br (Mural de Licitações-Licitações Previstas); www.licitajacarau.com.br; www.gov.br/pncp.

Jacaraú - PB, 21 de Março de 2024

TASSIO PEREIRA DA SILVA -
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Tassio Pereira da Silva
Código Identificador:3724B5B9

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE DENTRO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVIOS DE RESULTADO DE PREGÃO ELETRÔNICO
012/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE DENTRO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 00012/2024

A Prefeitura Municipal de Lagoa de Dentro, através do Pregoeiro Oficial do Município, torna público o resultado da licitação modalidade Pregão Eletrônico n.º 00012/2024, cujo objeto é a aquisição de peixes, para distribuição as famílias carentes do Município de Lagoa de Dentro durante a Semana Santa. EMPRESA VENCEDORA: ADEMIR LOURENÇO DE AMORIM-ME, CNPJ nº 26.601.495/0001-06 – Valor Total: R\$ 76.230,00 (Setenta e seis mil duzentos e trinta reais).

Lagoa de Dentro(PB), 22 de março de 2024.

FÁBIO CARLOS GONÇALVES DE BRITO
Pregoeiro

Publicado por:
Fabio Carlos Gonçalves de Brito
Código Identificador:2B74080E

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALTA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALTA

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO -
DISPENSA Nº DV00022/2024

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº DV00022/2024.

Objetivo: Aquisição de óleo lubrificante, filtro de ar, filtro de óleo e filtro de combustível, óleos lubrificantes destinados a manutenção dos

veículos automotores para atender demanda do município de Malta–PB.

RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a:

CLAUDIO ROMUALDO DOS SANTOS SILVA - R\$ 44.178,00;
VITORIA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - R\$ 33.810,00.

Malta - PB, 21 de março de 2024
IGOR XAVIER DE LUCENA
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Ricardo de Sousa Nascimento
Código Identificador:523FFA7F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALTA

EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: Aquisição de óleo lubrificante, filtro de ar, filtro de óleo e filtro de combustível, óleos lubrificantes destinados a manutenção dos veículos automotores para atender demanda do município de Malta–PB.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº DV00022/2024.

DOTAÇÃO: Recursos não Vinculados de Impostos: UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02.040 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 04 122 2003 2008 Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração Objeto: Manter as atividades das Atividades da Sec. de Administração ELEMENTO DE DESEPESA: 33.90.30 materiais de consumo FONTE DE RECURSO Fonte: 1500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos.

VIGÊNCIA: 21/03/2025

PARTES CONTRATANTES:
Prefeitura Municipal de Malta e:
CT Nº 01070/2024 - 21.03.24 - VITORIA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - R\$ 33.810,00;
CT Nº 01071/2024 - 21.03.24 - CLAUDIO ROMUALDO DOS SANTOS SILVA - R\$ 44.178,00.

Malta - PB, 21 de março de 2024

IGOR XAVIER DE LUCENA
Prefeito Constitucional de Malta

Publicado por:
Ricardo de Sousa Nascimento
Código Identificador:45054663

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAÍRA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº
00011/2024 LEI Nº 14.133/2021

O PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAÍRA/PB, no uso das atribuições, torna público o resultado da licitação, modalidade Pregão, na forma eletrônica nº 00011/2024, que objetiva: Aquisição de Materiais e Reagentes para o Laboratório de Análises Clínica do Município de Manaíra – PB; Licitante(s) Vencedor(es): CLIM COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS MEDICOS E ORTOPEDICOS LTDA – CNPJ Nº 51.127.326/0001-

15 – VALOR: R\$ 23.719,20; ENIO LEITE DE OLIVEIRA JUNIOR-ME – CNPJ Nº 50.775.426/0001-95 – VALOR: R\$ 2.500,00; DENTAL IPO LTDA – CNPJ Nº 50.567.060/0001-69 – VALOR: R\$ 3.412,80; GC LAB DIAGNOSTICOS LTDA – ME – CNPJ Nº 20.352.354/0001-02 – VALOR: R\$ 17.131,22; J. J. DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – CNPJ Nº 07.187.827/0001-03 – VALOR: R\$ 7.030,00; MEDCAL FARMA HOSPITALAR LTDA – CNPJ Nº 03.319.496/0001-59 – VALOR: R\$ 2.464,20.

Manaíra - PB, 20 de março de 2024.

JAIRO JUNIOR ALVES FRANÇA
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Salvador Alves Bezerra Júnior
Código Identificador:6EA19D47

GABINETE DO PREFEITO EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00011/2024 LEI Nº 14.133/2021

OBJETO: Aquisição de Materiais e Reagentes para o Laboratório de Análises Clínica do Município de Manaíra – PB, no uso de suas atribuições legais que foram conferidas através pela lei federal nº 14.133/2021, RESOLVE: ADJUDICAR o resultado da licitação, modalidade Pregão, na forma Eletrônica, nº 00011/2024, com base nos elementos constantes do processo correspondente, a: CLIM COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS MEDICOS E ORTOPEDICOS LTDA – CNPJ Nº 51.127.326/0001-15 – VALOR: R\$ 23.719,20; ENIO LEITE DE OLIVEIRA JUNIOR-ME – CNPJ Nº 50.775.426/0001-95 – VALOR: R\$ 2.500,00; DENTAL IPO LTDA – CNPJ Nº 50.567.060/0001-69 – VALOR: R\$ 3.412,80; GC LAB DIAGNOSTICOS LTDA – ME – CNPJ Nº 20.352.354/0001-02 – VALOR: R\$ 17.131,22; J. J. DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – CNPJ Nº 07.187.827/0001-03 – VALOR: R\$ 7.030,00; MEDCAL FARMA HOSPITALAR LTDA – CNPJ Nº 03.319.496/0001-59 – VALOR: R\$ 2.464,20.

Manaíra - PB, 21 de março de 2024.

MANOEL VIRGULINO SIMÃO
Prefeito

Publicado por:
Salvador Alves Bezerra Júnior
Código Identificador:C53F6B72

GABINETE DO PREFEITO EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00011/2024 LEI Nº 14.133/2021

O Prefeito do Município de Manaíra/PB, no uso de suas atribuições legais, R E S O L V E: HOMOLOGAR, com base na Lei 14.133/2021, o resultado da licitação, modalidade Pregão, na forma Eletrônica, nº 00011/2024, que objetiva: Aquisição de Materiais e Reagentes para o Laboratório de Análises Clínica do Município de Manaíra – PB; com base nos elementos constantes do processo correspondente, os quais apontam como proponente(s) vencedor(es): CLIM COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS MEDICOS E ORTOPEDICOS LTDA – CNPJ Nº 51.127.326/0001-15 – VALOR: R\$ 23.719,20; ENIO LEITE DE OLIVEIRA JUNIOR-ME – CNPJ Nº 50.775.426/0001-95 – VALOR: R\$ 2.500,00; DENTAL IPO LTDA – CNPJ Nº 50.567.060/0001-69 – VALOR: R\$ 3.412,80; GC LAB DIAGNOSTICOS LTDA – ME – CNPJ Nº 20.352.354/0001-02 – VALOR: R\$ 17.131,22; J. J. DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – CNPJ Nº 07.187.827/0001-03 – VALOR: R\$ 7.030,00; MEDCAL FARMA HOSPITALAR LTDA – CNPJ Nº 03.319.496/0001-59 – VALOR: R\$ 2.464,20.

Manaíra - PB, 21 de março de 2024.

MANOEL VIRGULINO SIMÃO
Prefeito

Publicado por:
Salvador Alves Bezerra Júnior
Código Identificador:1948A740

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE MATARACA

GABINETE DO PREFEITO RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - DISPENSA Nº DV00005/2024

RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - DISPENSA Nº DV00005/2024

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº DV00005/2024, que objetiva: Contratação de engenheiro civil para a confecção de projetos de engenharia diversos e visitas técnicas para as obras vigentes do

OBJETO: Contratação do Cantor GLEYDSON GAVIÃO para apresentação de show musical em comemoração à tradicional festividade de São João do ano 2024 do município de Manaíra/PB.
PARTES: Prefeitura Municipal de Manaíra -PB, CNPJ nº 09.148.131/0001-95, e a empresa IDEA PRODUÇÕES E LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS E ILUMINAÇÃO LTDA - CNPJ nº 12.924.119/0001-30.
DOTAÇÃO: Unidade orçamentária: 20.600 Secretaria de Educação, Cultura e Turismo- 13 392 1012 2027 Promoção de Festas Tradicionais, Regionais e Folclóricas – ELEMENTO DE DESPESA: 3390.39 99 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.
VALOR: R\$ 145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais).
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 06 (seis) meses.

Manaíra/PB 20 de março de 2024

MANOEL VIRGULINO SIMÃO
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Salvador Alves Bezerra Júnior
Código Identificador:732F7F83

GABINETE DO PREFEITO EXTRATO DE CONTRATO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00007/2024 LEI Nº 14.133/2021

OBJETO: Locação de veículos tipo passeio e utilitário para ficar à disposição da Secretaria de Saúde o município de Manaíra/PB.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/2021, artigo 37 da Constituição Federal.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: conforme previsto no edital.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Manaíra e CT Nº 90701/2024 - LS PRODUTOS E SERVICOS LTDA – CNPJ Nº 08.532.353/0001- 44 - VALOR: R\$ 162.000,00 e; CT Nº 90702/2024 - VINICIUS PABLO VASCONCELOS SILVA EIRELI – CNPJ Nº 29.734.685/0001-81 – VALOR: R\$ 52.800,00.
VALOR TOTAL: R\$ 214.800,00

Manaíra/PB, 19 de março de 2024.

MANOEL VIRGULINO SIMÃO
Prefeito

Publicado por:
Salvador Alves Bezerra Júnior
Código Identificador:76182FE7

município, diante das necessidades do município de Mataraca; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: WAMBERTO ALCÂNTARA FARIAS - R\$ 35.000,00.

Mataraca - PB, 21 de Março de 2024

EGBERTO COUTINHO MADRUGA –
Prefeito

Publicado por:
Maria de Lourdes da Silva
Código Identificador:CA7F1C82

GABINETE DO PREFEITO CONVOCAÇÃO PARA ASSINAR CONTRATO

CONVOCAÇÃO PARA ASSINAR CONTRATO

PROCESSO: Dispensa nº DV00005/2024. OBJETO: Contratação de engenheiro civil para a confecção de projetos de engenharia diversos e visitas técnicas para as obras vigentes do município, diante das necessidades do município de Mataraca. NOTIFICAÇÃO: Convocamos a seguinte empresa para no prazo de 05 (cinco) dias consecutivos, considerados da data desta publicação, comparecer junto a Comissão Permanente de Licitação objetivando a assinatura do respectivo contrato, sob pena de incidência da cominação prevista no Art. 90, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/21: Wamberto Alcântara Farias - CPF 111690834-47. INFORMAÇÕES: na sede da CPL, Rua Daniel Toscano, 28 - Centro - Mataraca - PB, no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis. Telefone: (0..) ...

Mataraca - PB, 21 de Março de 2024

MARIA DE LOURDES DA SILVA –
Servidor Responsável

Publicado por:
Maria de Lourdes da Silva
Código Identificador:B0C86E8E

GABINETE DO PREFEITO ADJUDICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 00001/2024

ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATARACA

ADJUDICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 00001/2024

Nos termos do relatório final apresentado pela Pregoeira Oficial e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Presencial nº 00001/2024, que objetiva: Execução dos serviços de transporte diversos, destinado a Secretaria de Educação e do Gabinete deste Município; ADJUDICO o objeto da licitação, com base nos elementos constantes do processo correspondente, a: EDIVALDO VARDIÃO PEREIRA DOS SANTOS - R\$ 67.500,00; EDNALDO FRANCISCO DE CARVALHO LTDA - R\$ 370.000,00; JORGE LUIZ R DA SILVA – LTDA - R\$ 139.500,00; LUIZ GONZAGA DA SILVA - R\$ 30.000,00; RENATO COSME DOS SANTOS - R\$ 63.000,00; RINALDO LOURIVAL DE BRITO - R\$ 30.000,00; VALDIRA VIANA DA CONCEIÇÃO SILVA - R\$ 80.808,00.

Mataraca - PB, 21 de Março de 2024

EGBERTO COUTINHO MADRUGA -
Prefeito

Publicado por:
Maria de Lourdes da Silva
Código Identificador:7E6CD2D3

GABINETE DO PREFEITO ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 00001/2024

ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATARACA

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL
Nº 00001/2024

Nos termos do relatório final apresentado pela Pregoeira Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Presencial nº 00001/2024, que objetiva: Execução dos serviços de transporte diversos, destinado a Secretaria de Educação e do Gabinete deste Município; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor de: EDIVALDO VARDIÃO PEREIRA DOS SANTOS - R\$ 67.500,00; EDNALDO FRANCISCO DE CARVALHO LTDA - R\$ 370.000,00; JORGE LUIZ R DA SILVA – LTDA - R\$ 139.500,00; LUIZ GONZAGA DA SILVA - R\$ 30.000,00; RENATO COSME DOS SANTOS - R\$ 63.000,00; RINALDO LOURIVAL DE BRITO - R\$ 30.000,00; VALDIRA VIANA DA CONCEIÇÃO SILVA - R\$ 80.808,00.

Mataraca - PB, 21 de Março de 2024

EGBERTO COUTINHO MADRUGA -
Prefeito

Publicado por:
Maria de Lourdes da Silva
Código Identificador:8682088C

GABINETE DO PREFEITO CONVOCAÇÃO PARA ASSINAR CONTRATO

ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATARACA

CONVOCAÇÃO PARA ASSINAR CONTRATO

PROCESSO: Pregão Presencial nº 00001/2024. OBJETO: Execução dos serviços de transporte diversos, destinado a Secretaria de Educação e do Gabinete deste Município. NOTIFICAÇÃO: Convocamos as seguintes empresas para no prazo de 05 (cinco) dias consecutivos, considerados da data desta publicação, comparecer junto a Comissão Permanente de Licitação objetivando a assinatura do respectivo contrato, sob pena de incidência da cominação prevista no Art. 90, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/21: Edivaldo Vardião Pereira dos Santos - CPF 083599684-03. Ednaldo Francisco de Carvalho Ltda - CNPJ 18.226.819/0001-37. Jorge Luiz R da Silva - Ltda - CNPJ 29.588.669/0001-28. Luiz Gonzaga da Silva - CPF 188713644-49. Renato Cosme dos Santos - CPF 050360154-36. Rinaldo Lourival de Brito - CPF 784710364-87. Valdira Viana da Conceição Silva - CPF 019049584-78. INFORMAÇÕES: na sede da CPL, Rua Daniel Toscano, 28 - Centro - Mataraca - PB, no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis. Telefone: (0..) ...

Mataraca - PB, 21 de Março de 2024

MARIA DE LOURDES DA SILVA -
Servidor Responsável

Publicado por:
Maria de Lourdes da Silva
Código Identificador:A11B752B

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO GROSSO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00007/2024

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Eletrônico nº 00007/2024, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS REGIONAIS DE ACORDO COM O DECRETO MUNICIPAL Nº 001/2023, PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOR CESTAS BÁSICAS DESTINADAS A SUPRIR AS

NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE MATO GROSSO-PB; ADJUDICO o objeto e HOMOLOGO a licitação, com base nos elementos constantes do processo correspondente, os quais apontam como proponente vencedor: G F DE LIMA COMERCIAL LTDA - R\$ 97.790,00.

Mato Grosso - PB, 21 de Março de 2024

GIDALVA FRANCISCA DE LIMA -
Prefeita

Publicado por:
Rayane Ires da Silva Lima
Código Identificador:4C51E439

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: Contratação de empresa regionais de acordo com Decreto Municipal 001/2023 para fornecimento parcelado de MATERIAIS PERMANENTES para suprir as necessidades das diversas Secretarias do Município de Mato Grosso-PB. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 00004/2024. DOTAÇÃO: Recursos Ordinários: 02 03 SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO 04 122 0003 2004 0000 MANUT DAS ATIV DA SEC ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO 4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 1.500.0000-100 000 500 Recurso não vinculados a impostos 02 06 SECRETARIA MUNIC DE EDUCACAO E CULTURA MANUTENCAO DO FUNDEB 70, 30 E ENSINO FUNDAMENTAL 4.4.90.52.00EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 1.569.0000-200 005E 12 361 0006 2015 0000 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA 4.4.90.52.00EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 1.500.1001-200 000 12 361 0006 2094 0000 QUOTA SALARIO EDUCACAO - QSE 4.4.90.52.99 OUTROS MATERIAIS PERMANENTES 1.550.0000-200 001 12 361 0006 2131 0000 MANUTENÇÃO DO FUNDEB 30% 4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 1.541.0000-251 000 4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 1.542.0000-251 000 4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 1.543.0000-251 000 12 365 0006 2113 0000 MAN.EDUC.INFANTIL FUNDEB 30% 4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 1.541.0000-251 000 4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 1.542.0000-251 000 4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 1.543.0000-251 000 12 0006 MANUTENCAO DO FUNDEB 70, 30 E ENSINO FUNDAMENTAL 4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 1.500.1001-200 000 02 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE 10 301 0013 2037 0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 1.500.1002-300 000 02 08 SECRET MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL 08 122 0016 2045 0000 MANUT DA SEC TRAB E ASSISTENCIA SOCIAL 4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 1.500.0000-400 000 02 10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL 4.4.90.52.99 OUTROS MATERIAIS PERMANENTES 1.660.0000-400 001 4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 1.660.0000-400 001 4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 1.661.0000-400 002 02 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE4.4.90.52.00 4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 1.500.1002-300 000 10 301 0012 2033 0000 ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS PUBLICOS DE SAUDE DA ATENCAO BASICA 4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE1.601.3110-300 001 4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE1.631.0000-300 001 4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE1.632.0000-300 002 10 301 0013 2088 0000 MANUT DAS ACOES E SERV PUBLICOS DE SAUDE DA ATENCAO PRIMARIA A SAUDE 4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE1.500.1002-300 000 4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE1.600.0000-300

001 4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE1.621.0000-300 002 4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE1.601.0000-300 001. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2024.PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Mato Grosso e: CT Nº 00049/2024 - 20.03.24 - E. ALVES DE FIGUEIREDO COSTA - R\$ 214.030,00; CT Nº 00050/2024 - 20.03.24 - DIGITUS INFORMATICA - R\$ 63.770,00; CT Nº 00051/2024 - 20.03.24 - DANTAS ELETROMOVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA - R\$ 20.765,80.

Publicado por:
Rayane Ires da Silva Lima
Código Identificador:4ED0BE7E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATUAL

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços diversos junto a equipe de comunicação da Prefeitura Municipal de Mato Grosso-PB. De acordo com especificações contidas no Termo de Referência. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº DV00024/2023. RESCISÃO: Nos termos das disposições contidas no respectivo instrumento contratual e na legislação pertinente. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Mato Grosso e: CT Nº 00069/2023 - Antônio Cirilo de Lima Neto - CNPJ: 50.057.232/0001-54 - Rescindido - de comum acordo entre as partes. ASSINATURA: 21.03.24

Publicado por:
Rayane Ires da Silva Lima
Código Identificador:D021B00D

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE HOREBE

GABINETE DO PREFEITO LEI MUNICIPAL Nº 485/2024 - DISPÕE SOBRE O PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA DE MONTE HOREBE/PB PARA O PERÍODO DE 2023 A 2033 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI MUNICIPAL Nº 485/2024, DE 21 MARÇO DE 2024.

DISPÕE SOBRE O PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA DE MONTE HOREBE/PB PARA O PERÍODO DE 2023 A 2033 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTE HOREBE, ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aprovado o Plano Municipal pela Primeira Infância do Município de Monte Horebe/PB, para o período **2023/2033**, constante dos Anexos desta Lei, com vistas ao cumprimento da proteção integral às crianças Horebense da primeira infância, de 0 a 6 anos, nos termos da Lei Federal nº 13.257 de 08 de março de 2016.

Art. 2º - O Plano Municipal pela Primeira infância **PMPI-2023-2033**, é composto de ações finalísticas distribuídas em 09 eixos distintos, a saber:

1. Criança com saúde;
2. Educação;
3. As famílias e a comunidade da criança; Assistência Social às Famílias com Crianças na Primeira Infância;
4. Convivência familiar e comunitária às crianças vítimas de violação de direitos: acolhimento institucional, apadrinhamento afetivo, família acolhedora, adoção;
5. Do Direito de Brincar ao Brincar de Todas as Crianças;
6. Ação Finalística: Crianças e infâncias diversas: Políticas e ações as diferentes Infâncias;
7. Ação Finalística: Enfrentando as violências contra as crianças;

8. Ação Finalística: Assegurando o documento de cidadania para todas as crianças, e

9. Ação Finalística: Protegendo as crianças contra a pressão consumista.

Art. 3º - As ações constantes do Plano pela primeira Infância (PMPI) do Município de Monte Horebe/PB, ficam incorporadas ao Plano Plurianual (PPA) como ações transversais aos objetivos, as metas e os programas do PPA, ficando o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais ao orçamento em execução, para custeio das despesas decorrentes pelo prazo que estiver em vigor a presente lei.

Art. 4º - A presente Lei poderá ser regulamentada pelo Poder Executivo, com auxílio das Secretarias Municipais da Educação e do Desenvolvimento Social.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Constitucional de Monte Horebe/PB, em 21 de março de 2024.

MARCOS ERON NOGUEIRA

Prefeito Municipal

Publicado por:

Valdir Manuel da Silva

Código Identificador:A561890E

GABINETE DO PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 486/2024 - CRIA CARGO DE AGENTE DE CONTRATAÇÃO, COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE DE APOIO, NOS MOLDES DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021 E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI MUNICIPAL Nº 486/2024, DE 21 DE MARÇO DE 2024.

CRIA CARGO DE AGENTE DE CONTRATAÇÃO, COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE DE APOIO, NOS MOLDES DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021 E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE MONTE HOREBE, ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelas leis vigentes, etc.

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica criado (01) um cargo de provimento comissionado de Agente de Contratação com jornada de 40 horas semanais a ser provido por servidor com formação técnico-acadêmica compatível com as atribuições do cargo ou experiência comprovada em atividades relacionadas a licitações e contratos ou qualificação atestada pela própria Administração Municipal.;

§ 1º - O agente de contratação, preferencialmente, deverá ser exercido por servidor do quadro efetivo do Município de Monte Horebe/PB, como função gratificada, ou na sua falta por cargo comissionado na forma do caput e no prazo previsto do art. 176, inciso I da Lei Federal nº. 14.133/2021 ou enquanto o município tiver população inferior a 20.000 (vinte mil) habitantes.

§ 2º - Nas hipóteses de afastamentos e impedimentos legais ou, ainda, nos casos de impossibilidade prática de condução do certame pelo agente de contratação poderá ser substituído por outro servidor formalmente designado pelo Prefeito, que receberá a gratificação correspondente aos dias em que estiver no exercício da função.

Art. 2º - O agente de Contratação é pessoa designada pela autoridade competente, preferencialmente, entre servidores efetivos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

§1º - A autoridade referida no caput deste artigo deverá observar o princípio da segregação de funções, vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação.

§2º - O agente de contratação será auxiliado por equipe de apoio e responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe.

§3º - A equipe de apoio será nomeada pelo Prefeito municipal e será composta por, no mínimo, 02 (dois) servidores preferencialmente integrantes do Quadro de Pessoal Efetivo, e/ou, na falta desses, por servidores contratados ou investidos em cargo em Comissão.

§40 - Em licitação que envolva bens ou serviços especiais, o agente de contratação poderá ser substituído por comissão de contratação formada por, no mínimo, 3 (três) membros, que responderão solidariamente por todos os atos praticados pela comissão, ressalvado o membro que expressar posição individual divergente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão.

Art. 3º - A comissão de contratação corresponde ao conjunto de agentes públicos indicados pela Administração, em caráter permanente ou especial, com a função de receber, examinar e julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares.

Art. 4º - O agente de contratação, equipe de apoio e comissão de contratação estão subordinados diretamente a Secretaria de Administração e Recursos Humanos, ainda que sejam designados servidores de outras secretarias, ficando instituídas as seguintes gratificações:

FUNÇÃO GRATIFICADA GRATIFICAÇÃO

Agente de Contratação R\$ 2.500,00

Membro da Comissão de Contratação R\$ 1.800,00

Membro da Equipe de Apoio R\$ 1.500,00

§ 1º - O direito a gratificação que dispõe esta lei, perdurará enquanto o servidor estiver no exercício efetivo da função, não sendo devido a percepção no período de férias, licenças e outros afastamentos;

§ 2º - A gratificação instituída nesta lei será acrescida ao vencimento auferido pelo servidor designado para a função, como verba de caráter transitório;

§ 3º - Em se tratando de cargo em comissão nomeado para o exercício da função de agente de contratação a remuneração será o correspondente a gratificação;

Art. 5º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado, através de decreto, a atualizar o valor das gratificações até o limite do maior índice inflacionário oficial do ano anterior.

Art. 6º - O Agente de Contratação e a Comissão de Contratação contarão com assessoramento jurídico e controle interno para o desempenho das funções essenciais a execução da disposição da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Art. 7º - Poderá a Administração Pública Municipal realizar a contratação de profissionais para assessoramento técnico especializado da comissão de contratação e agente de contratação.

Art. 8º - As regulamentações inerentes a cargo ou função criados por esta lei serão realizadas por meio de decreto.

Art. 9º - Enquanto houver processos de contratação fundamentados nas Leis nº 8.666/93 e/ou 10.520/02, o agente de contratação exercerá a função de presidente da comissão de licitação e a equipe de apoio comporá os demais membros para fazer face ao art. 6º, inciso XVI, da Lei nº 8.666/93, garantindo o fiel cumprimento do regime jurídico eleito nos termos franqueados pelo art. 191 da Lei nº 14.133/21.

Art. 10 - As despesas decorrentes desta lei correrão por dotação orçamentária do orçamento vigente;

Art. 11 - Esta lei entra em vigor em sua data de publicação, revogada as disposições e contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Monte Horebe, Paraíba, em 21 de março de 2024.

MARCOS ERON NOGUEIRA

Prefeito Municipal

Publicado por:

Valdir Manuel da Silva

Código Identificador:CA4F85C3

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 056/2024 - “DISPOE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS COM FAMILIAS EM ESTADO DE VULNERABILIDADE SOCIAL E RISCO ALIMENTAR NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MONTE HOREBE, ESTADO DA PARAÍBA”

PORTARIA Nº 056/2024, DE 20 DE MARÇO DE 2024.

“DISPOE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS COM FAMILIAS EM ESTADO DE VULNERABILIDADE SOCIAL E RISCO ALIMENTAR NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MONTE HOREBE, ESTADO DA PARAÍBA”

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE MONTE HOREBE, ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas nos termos do disposto na lei orgânica do Município e o que dispõe a Lei Municipal nº. 332/2017.

CONSIDERANDO a Ação de Distribuição de Alimentos - ADA, que integra a estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, e que tem por objetivo a distribuição gratuita de alimentos de forma complementar a outras estratégias de fomento e acesso à alimentação para públicos em situação de insegurança alimentar;

CONSIDERANDO a importância da integração de políticas públicas e da intersetorialidade para garantia dos direitos fundamentais aos cidadãos e às famílias em situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

CONSIDERANDO LEI MUNICIPAL Nº. 332/2017, que destina recursos para atender doações a pessoas em situação de vulnerabilidade social em âmbito, resolve:

Art. 1º Dispor sobre procedimentos para a Ação de Distribuição de Alimentos (ADA) - em caráter emergencial - destinada às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, residentes no município de Monte Horebe.

Art. 2º A Ação de Distribuição de Alimentos objetiva complementar ações afim de garantir acesso a alimentos diante da situação de emergência e do estado de calamidade pública as famílias em estado de vulnerabilidade social e risco alimentar.

Parágrafo único. A distribuição de alimentos nos atendimentos emergências não se caracteriza como ação continuada e tem caráter temporário, a partir do decreto do estado de calamidade ou situação de emergência.

Art. 3º A ação de distribuição de alimentos será coordenada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e deverá ser provida de forma articulada com as demais ações de proteção em situações de emergência ou calamidade pública, visando garantir a segurança alimentar das famílias afetadas.

Parágrafo Único. As despesas de aquisição dos gêneros alimentícios correrão às custas de recursos financeiros municipais através de Co - Financiamento do Fundo Municipal da Assistência Social.

Art. 4º - Receberão a distribuição de alimentos famílias em estado de vulnerabilidade social e risco alimentar, beneficiárias do Programa Bolsa Família ou que estejam na fila de espera devidamente cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

§ 1º O Relatório de Execução deverá ser acompanhado da lista de beneficiários na qual deve constar o nome, NIS ou CPF e a assinatura dos recebedores das cestas de alimentos.

§ 2º Os relatórios de execução e a lista de beneficiários deverão ser submetidos à avaliação do controle social, preferencialmente o Conselho Municipal de Assistência Social

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Horebe, Estado da Paraíba, em 20 de março de 2024.

MARCOS ERON NOGUEIRA

Prefeito Municipal

Publicado por:

Valdir Manuel da Silva

Código Identificador:4796D035

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 057/2024 - HIONARA SARAIVA DE MIRANDA

PORTARIA Nº 057/2024, DE 21 DE MARÇO DE 2024.

“DISPOE SOBRE A EXONERAÇÃO A PEDIDO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL ADJUNTA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE MONTE HOREBE-PB, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 2º- EXONERAR a PEDIDO, a Senhora **HIONARA SARAIVA DE MIRANDA**, matrícula sob nº 12441, ora respondendo pelo **CARGO EM COMISSÃO de SECRETÁRIA ADJUNTA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL** do município de Monte Horebe/PB. Devendo servi-lhe de Título a presente portaria.

Art. 2º- Revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor, na data de sua publicação.

Monte Horebe, Estado da Paraíba, em 21 de março de 2024.

MARCOS ERON NOGUEIRA

Prefeito Municipal

Publicado por:

Valdir Manuel da Silva

Código Identificador:78875A4C

ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MONTEIRO EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº: 31.2.01/2023

OBJETO: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS, INCLUINDO COBERTURA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE TODAS AS PEÇAS, PARTES, COMPONENTES CORRETIVOS, INSUMOS E TODO MATERIAL NECESSÁRIO AO REGULAR FUNCIONAMENTO ATENDER AS NECESSIDADES DESTA MUNICIPALIDADE: Termo Aditivo de Prazo nº 01, Art. 57 Inciso II da Lei 8.666/93 e suas alterações. **VIGÊNCIA:** De 21/03/2024 à 31/12/2024. Data de

Assinatura: 21/03/2024. **PARTES CONTRATANTES:** FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/Anna Lorena Leite Nóbrega Lago e a **COPY LINE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA**, CNPJ 02.914.690/0001-10.

Publicado por:
Erinaldo Araujo Sousa
Código Identificador:C6FA87A6

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONTEIRO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO Nº: 31.1.01/2023

OBJETO: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS, INCLUINDO COBERTURA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE TODAS AS PEÇAS, PARTES, COMPONENTES CORRETIVOS, INSUMOS E TODO MATERIAL NECESSÁRIO AO REGULAR FUNCIONAMENTO ATENDER AS NECESSIDADES DESTA MUNICIPALIDADE: Termo Aditivo de Prazo nº 01, Art. 57 Inciso II da Lei 8.666/93 e suas alterações. **VIGÊNCIA:** De 21/03/2024 à 31/12/2024. Data de Assinatura: 21/03/2024. **PARTES CONTRATANTES:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/ ANA PAULA BARBOSA OLIVEIRA MORATO e a **COPY LINE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA**, CNPJ 02.914.690/0001-10.

Publicado por:
Erinaldo Araujo Sousa
Código Identificador:DD6455F7

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº
90021/2024 - 982095

Torna público que fará realizar através da Pregoeira Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Alcindo Bezerra de Menezes, 13 - Centro - Monteiro - PB, por meio do site www.comprasgovernamentais.gov.br, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, visando formar Sistema de Registro de Preços objetivando contratações futuras, para: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO. Abertura da sessão pública: 09:00 horas do dia 04 de Abril de 2024. Valor estimado: R\$ 733.191,37. Início da fase de lances: para ocorrer nessa mesma sessão pública. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Municipal nº 2.229/2024/24; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 11.462/23; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME/22; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 as 13:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado.E-mail: licitacaopmmonteiro@gmail.com. Edital: <https://www.monteiro.pb.gov.br/>; www.tce.pb.gov.br; www.comprasgovernamentais.gov.br; www.gov.br/pncp.

Monteiro - PB, 21 de Março de 2024

ANNE RAFAELLE DE SANTA CRUZ MELO -
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Erinaldo Araujo Sousa
Código Identificador:EA25A6C2

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO Nº: 31.0.01/2023

OBJETO: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS, INCLUINDO COBERTURA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE TODAS AS PEÇAS, PARTES, COMPONENTES CORRETIVOS, INSUMOS E TODO MATERIAL NECESSÁRIO AO REGULAR FUNCIONAMENTO ATENDER AS NECESSIDADES DESTA MUNICIPALIDADE: Termo Aditivo de Prazo nº 01, Art. 57 Inciso II da Lei 8.666/93 e suas

alterações. **VIGÊNCIA:** De 21/03/2024 à 31/12/2024. Data de Assinatura: 21/03/2024. **PARTES CONTRATANTES:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO/Anna Lorena Leite Nóbrega Lago e a **COPY LINE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA**, CNPJ 02.914.690/0001-10.

Publicado por:
Erinaldo Araujo Sousa
Código Identificador:8292C22F

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NATUBA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO

Na publicação do extrato de contrato do Pregão Eletrônico nº 00003/2024, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado da Paraíba, no dia 21/03/2024, página 47. Onde se lê: CONTRATO Nº: 000182/2024-CPL, leia-se: CONTRATO Nº: 00018/2024-CPL.

JOSE LINS DA SILVA FILHO
Prefeito

Publicado por:
Ozires Viera de Souza
Código Identificador:5F5FC505

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEDOS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE NOTIFICAÇÃO JULGAMENTO DE
PROCESSO ADMINISTRATIVO

A CPL do Município de Olivedos – PB, vem por meio de sua Assessoria Jurídica, e; Considerando os termos do Edital do PE nº 05/2023, da Inteligência da Lei 10.520/20 e do Art. 48 do Decreto 10.024/19, **notificar** a empresa, **MULTISERVICE CONSTRUCAO E LOCACAO LTDA** – CNPJ: 40.212.031/0001-20 - Endereço: Rua Andiroba- CEP: 60864585 - UF: CE — Município, Fortaleza – CEL: 82 99771-9551 – **KELVIN CORREIA CARNEIRO CABRAL** – CNPJ: 48.895.252/0001-52 – Endereço RUA BARÃO DE NAZERÉ – CEP: 55.294-580 UF: PE - Garanhuns . CEL, (87) 9615-6450

Que o julgamento da contrarrazão e/ou justificativa apresentada pelas empresas em tela ser feito no próximo dia 02/04/2024, 08:00, conforme documentação constrantes nos altos do Processo Administrativo PA00001/2024 de 23/02/2024.

Olivedos-PB, 19 de março de 2024

ALIXANDRE ASSIS RAMOS
Pregoeiro

Publicado por:
Christyan Gonçalves Aníbal
Código Identificador:A100F985

GABINETE DO PREFEITO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - CONCORRÊNCIA
ELETRÔNICA Nº 00001/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE UBS, RUA SEBASTIÃO CORDEIRO, S/N, ZONA URBANA, OLIVEDOS/PB. FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência Eletrônica nº 00001/2024. DOTAÇÃO: 02.100 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OLIVEDOS 10 301 0005 1009 – CONSTRUÇÕES, AMPL. E REFORMAS DE UNID. DE SAÚDE 1.500.1002 – Recursos vinculados de impostos – ASPS 0247 4490.5100 OBRAS E INSTALAÇÕES 1.659.3110 – Outros recursos vinculados a Saúde – Emendas Parlamentares individuais 0252 4490.5100 OBRAS E INSTALAÇÕES. **VIGÊNCIA:** até o final do exercício financeiro de 2024.**PARTES CONTRATANTES:** Prefeitura Municipal de Olivedos

e: CT Nº 00006/2024 - 15.03.24 - E&M ADMINISTRAÇÃO DE IMOVEIS E CONSTRUÇÕES LTDA - R\$ 403.668,21.

Publicado por:
Christyan Gonçalves Anfbal
Código Identificador:43BB2172

**GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE UBS, RUA SEBASTIÃO CORDEIRO, S/N, ZONA URBANA, OLIVEDOS/PB. FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência Eletrônica nº 00001/2024. DOTAÇÃO: 02.100 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OLIVEDOS 10 301 0005 1009 – CONSTRUÇÕES, AMPL. E REFORMAS DE UNID. DE SAÚDE 1.500.1002 – Recursos vinculados de impostos – ASPS 0247 4490.5100 OBRAS E INSTALAÇÕES 1.659.3110 – Outros recursos vinculados a Saúde – Emendas Parlamentares individuais 0252 4490.5100 OBRAS E INSTALAÇÕES. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2024. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Olivedos e: CT Nº 00006/2024 - 15.03.24 - E&M ADMINISTRAÇÃO DE IMOVEIS E CONSTRUÇÕES LTDA - R\$ 403.668,21

Publicado por:
Christyan Gonçalves Anfbal
Código Identificador:46BA50E9

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO VELHO**

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO ADITIVO Nº 003/2024 – CONTRATO Nº 015/2021**

Termo Aditivo nº 003/2024 – Contrato nº 015/2021

Ementa: 003º Termo Aditivo ao Contrato nº 015/2021, que si celebram o Fundo Municipal de Saúde de Ouro Velho/PB e a Empresa INNOVA DIAGNOSTICA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI na forma abaixo:

No presente termo aditivo ao **Contrato nº 015/2021** são partes: De um lado, o **Fundo Municipal de Saúde de Ouro Velho – PB**, devidamente qualificada no contrato originário e outro lado a Empresa **INNOVA DIAGNOSTICA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI** da forma já qualificada no contrato originário, por seus representantes legais ao final assinados, resolvem aditar o contrato acima, mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLAUSULA PRIMEIRA – Fica aditado o contrato por um prazo de 12 (doze) meses, iniciando em 27/04/2024 até 27/04/2025 e valor de R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais).

CLAUSULA SEGUNDA - Fica também fazendo parte integrante e complementar do presente instrumento os termos e seus anexos independentes de transcrição ou outra qualquer formalidade.

CLAUSULA TERCEIRA – Mantêm-se inalteradas e são ora ratificadas todas as demais cláusulas do contrato em vigor.

CLAUSULA QUARTA – Para todas as ações que possam advir do presente Termo Aditivo, fica eleito o foro da Comarca de Sumé – PB, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem, assim justas e contratadas, as partes assinaram o presente instrumento em 02 vias, de igual teor e para o mesmo efeito de direito, juntamente com 02 Testemunhas presenciais.

Ouro Velho/PB, em 21 de março de 2024.

AUGUSTO SANTA CRUZ VALADARES	INNOVA DIAGNOSTICA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI
Prefeito Municipal	Contratado
LIUDMILA CARNEIRO NUNES DE LIRA	DR. EMERSON VASCONCELOS SILVA FERREIRA
Secretária de Saúde	Advogado – OAB/PB nº 27787

TESTEMUNHAS: _____ CPF: _____
TESTEMUNHAS: _____ CPF: _____

Publicado por:
Antonio Henrique Menezes Nascimento
Código Identificador:07EBD199

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº 001/2024 – CONTRATO Nº 017/2023**

Termo Aditivo nº 001/2024 – Contrato nº 017/2023

Ementa: 001º Termo Aditivo ao Contrato nº 017/2023, que si celebram o Prefeitura Municipal de Ouro Velho/PB e a Empresa DEREPENTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA na forma abaixo:

No presente termo aditivo ao **Contrato nº 017/2023** são partes: De um lado, a **Prefeitura Municipal de Ouro Velho – PB**, devidamente qualificada no contrato originário e outro lado a Empresa **DEREPENTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA** da forma já qualificada no contrato originário, por seus representantes legais ao final assinados, resolvem aditar o contrato acima, mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLAUSULA PRIMEIRA – Fica aditado o contrato o valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

CLAUSULA SEGUNDA - Fica também fazendo parte integrante e complementar do presente instrumento os termos e seus anexos independentes de transcrição ou outra qualquer formalidade.

CLAUSULA TERCEIRA – Mantêm-se inalteradas e são ora ratificadas todas as demais cláusulas do contrato em vigor.

CLAUSULA QUARTA – Para todas as ações que possam advir do presente Termo Aditivo, fica eleito o foro da Comarca de Sumé – PB, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem, assim justas e contratadas, as partes assinaram o presente instrumento em 02 vias, de igual teor e para o mesmo efeito de direito, juntamente com 02 Testemunhas presenciais.

Ouro Velho/PB, em 21 de março de 2024.

AUGUSTO SANTA CRUZ VALADARES	DEREPENTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
Prefeito Municipal	Contratado
SOCORRO DE FÁTIMA VIANA FERREIRA	DR. EMERSON VASCONCELOS SILVA FERREIRA
Secretária de Educação	Advogado – OAB/PB nº 27787

TESTEMUNHAS: _____
CPF: _____

TESTEMUNHAS: _____
CPF: _____

Publicado por:
Antonio Henrique Menezes Nascimento
Código Identificador:684775B3

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº 001/2024 – CONTRATO Nº 015/2023**

Termo Aditivo nº 001/2024 – Contrato nº 015/2023

Ementa: 001º Termo Aditivo ao Contrato nº 015/2023, que si celebram o Fundo Municipal de Saúde de Ouro Velho/PB e a Empresa ULTRA SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA na Construção de Piscina de Hidroterapia, de acordo com o Plano de Ação nº 09032023-034654 – Apoio à Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer; Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano voltado à Implantação Qualificação Viária; Estrutura de Unidades de Atenção Especializada em Saúde, forma abaixo:

Pelo presente instrumento de Termo Aditivo, que entre si celebram, no presente termo aditivo ao **Contrato nº 015/2023** são partes: De um lado, **FUNDO Municipal de SAÚDE DE Ouro Velho-PB**, devidamente qualificado no contrato originário, Praça Coronel Sérgio Dantas, nº 055, Centro, Ouro Velho/PB, CNPJ nº 08.872.459/0001-97, neste ato representado pelo Prefeito Augusto Santa Cruz Valadares, Brasileiro, Divorciado, Advogado, residente e domiciliada na Avenida Jacinto Dantas Filho, nº 043, Casa 1º Andar, Centro, Ouro Velho/PB, CPF nº 039.958.644-06, Carteira de Identidade nº 6.304.598 SDS/PE, e outro lado a Empresa **ULTRA SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA** da forma já qualificada no contrato originário, Rua Reinaldo Torreão, nº 01, Centro, São José do Egito - PE, CNPJ sob nº 37.566.790/0001-87, representantes legais ao final assinados, na Construção de Piscina de Hidroterapia do referido Município, de acordo com o **Plano de Ação nº 09032023-034654 – Apoio à Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer; Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano voltado à Implantação Qualificação Viária; Estrutura de Unidades de Atenção Especializada em Saúde**, nos autos da **Tomada de Preços nº 002/2023**, resolvem aditar o contrato acima, mediante as cláusulas e condições seguintes.

Fundamentação Legal – Este Contrato reger-se-á pela Lei Federal nº 8.666/1993, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei 8.883/94 de 08 de junho de 1994 e Lei nº 9.649/98 de 27 de maio de 1998, e demais legislações pertinentes que ficam fazendo parte integrante deste contrato, independente de transcrição.

CLAUSULA PRIMEIRA – O presente termo aditivo tem por objetivo acréscimo de prazo ao **Contrato nº 015/2023-CPL**, exclusivamente no tocante ao **Plano de Ação nº 09032023-034654 – Apoio à Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer; Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano voltado à Implantação Qualificação Viária; Estrutura de Unidades de Atenção Especializada em Saúde, pelo prazo de até 31/12/2024.**

Paragrafo Único – Justifica-se o presente termo aditivo em virtude de acréscimo de prazo, conforme justificativa do Engenheiro Fiscal deste Município.

CLAUSULA SEGUNDA – Permanecem firmes, inalteradas e em pleno vigor, todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato firmado entre a Prefeitura Municipal de Ouro Velho/PB e a Empresa **ULTRA SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA** que não colidem com as estabelecidas neste termo aditivo.

Paragrafo Único – Fica também fazendo parte integrante e complementar do presente instrumento os termos e seus anexos independentes de transcrição ou outra qualquer formalidade.

CLAUSULA TERCEIRA – A contratante providenciará a publicação do respectivo extrato de aditivo nos meios de publicações oficiais (Diário Municipal, Estadual e da União), no prazo máximo de até 20 (vinte) dias a contar da sua assinatura.

Paragrafo Único – Para todas as ações que possam advir do presente Termo Aditivo, fica eleito o foro da Comarca de Sumé – PB, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem, assim justas e contratadas, as partes assinaram o presente instrumento em 02 vias, de igual teor e para o mesmo efeito de direito, juntamente com 02 Testemunhas presenciais.

Ouro Velho, 21 de março de 2024

AUGUSTO SANTA CRUZ VALADARES	ULTRA SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA
Prefeito Municipal	Contratado
LIUDMILA CARNEIRO NUNES DE LIRA	DR. EMERSON VASCONCELOS SILVA FERREIRA
Secretária de Saúde	Advogado – OAB/PB nº 27787

TESTEMUNHAS: _____, CPF: _____

TESTEMUNHAS: _____, CPF: _____

Publicado por:
Antonio Henrique Menezes Nascimento
Código Identificador:A5F61D87

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA LAVRADA

LICITAÇÃO AVISO DE RATIFICAÇÃO DP Nº 0013/2024

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA LAVRADA**

RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - DISPENSA Nº DV00013/2024

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº DV00013/2024, que objetiva: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS PARA A ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS E PASSAGENS MOLHADAS NO MUNICIPIO DE PEDRA LAVRADA; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: RICARDO SIMPLICIO MOTA - R\$ 66.000,00.

Pedra Lavrada - PB, 18 de Março de 2024

JOSÉ ANTONIO VASCONCELOS DA COSTA -
Prefeito

Publicado por:
Sandro Ferreira de Sousa
Código Identificador:94502B02

LICITAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO DP Nº 0013/2024

EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS PARA A ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS E PASSAGENS MOLHADAS NO MUNICIPIO DE PEDRA LAVRADA. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº DV00013/2024. DOTAÇÃO: Recursos não Vinculados de Impostos: 04.00 – SEC PLANEJAMENTO E COORD GERAL 04.122.1002.2012 – MANTER OS PROJETOS DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO 07.00 – SEC INFRA ESTRUTURA 15.452.1002.2036 – MANTER A SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA 33.90.39.01 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2024.PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada e: CT Nº 10031/2024 - 20.03.24 - RICARDO SIMPLICIO MOTA - R\$ 66.000,00.

Publicado por:
Sandro Ferreira de Sousa
Código Identificador:D7263747

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE PICUÍ

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE ADIAMENTO PREGÃO ELETRONICO Nº
00014/2024

Torna público o adiamento do PREGÃO ELETRONICO Nº 00014/2024 Objeto: **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA REFERENTE A MÃO DE OBRA MECÂNICA, DOS VEÍCULOS DA LINHA LEVE PERTENCENTES E AGREGADOS AO MUNICIPIO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.** Nova data de abertura da sessão pública: 09:00 horas do dia 11 de abril de 2024. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/06 e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado.Telefone: (083) 3371-2126. E-mail: pmp.cpl@picui.pb.gov.br.Edital: www.licitapicui.com.br; www.picui.pb.gov.br/licitacoes; www.tce.pb.gov.br.Motivo do Adiamento: Reformulação do edital. Mais informações: no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone/WhatsApp: (083) 3371-2126. E-mail: pmp.cpl@picui.pb.gov.br.Edital: www.picui.pb.gov.br/licitacoes ou www.tce.pb.gov.br

Picuí - PB, 21 de março de 2024

OLIVÂNIO DANTAS REMÍGIO
 Prefeito Constitucional

Publicado por:
 Wallysson Bruno Macedo Barros
Código Identificador:96BD7D69

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE ADIAMENTO PREGÃO ELETRONICO Nº
00015/2024

Torna público o adiamento do PREGÃO ELETRONICO Nº 00015/2024 Objeto: **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE AR CONDICIONADO E TORNEARIA MECÂNICA AUTOMOTIVA, DOS VEÍCULOS DA LINHA LEVE PERTENCENTES E AGREGADOS AO MUNICIPIO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.** Nova data de abertura da sessão pública: 09:00 horas do dia 12 de abril de 2024. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/06 e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado.Telefone: (083) 3371-2126. E-mail: pmp.cpl@picui.pb.gov.br.Edital: www.licitapicui.com.br; www.picui.pb.gov.br/licitacoes; www.tce.pb.gov.br.Motivo do Adiamento: Reformulação do edital. Mais informações: no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone/WhatsApp: (083) 3371-2126. E-mail: pmp.cpl@picui.pb.gov.br.Edital: www.picui.pb.gov.br/licitacoes ou www.tce.pb.gov.br

Picuí - PB, 21 de março de 2024

OLIVÂNIO DANTAS REMÍGIO
 Prefeito Constitucional

Publicado por:
 Wallysson Bruno Macedo Barros
Código Identificador:9C0D3AC5

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 1.040/2024, DE 21 DE MARÇO DE 2024.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL PARA AUTORIZAÇÃO DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Constitucional deste Município, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em conformidade com a Lei Nº 1.999/2023, de 29/12/2023, e demais legislações vigentes.

D E C R E T A

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 222.000,00 (duzentos e vinte e dois mil reais). Destinado a suplementar as seguintes dotações:

20700	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (SEC SAUDE)	
2041	MATER ATIV D MEDIA E ALTA COMPL AMBUL E HOSPITALAR	
	10.302.2005.2041.3190110000.605 VENC.E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	30.000,00
	Valor Total da Ação (2041) R\$	30.000,00
2081	MANTER AS ATIVIDADES DO SAMU	
	10.302.2005.2081.3190040000.600 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	80.000,00
	Valor Total da Ação (2081) R\$	80.000,00
2109	MANTER ATIVIDADES DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL	
	10.301.2004.2109.3190040000.600 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	50.000,00
	Valor Total da Ação (2109) R\$	50.000,00
	Valor Total do Órgão (20700) R\$	160.000,00
20800	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL(SEC PRASIS)	
2061	MANTER PROGCREAS CENTRO REF ESPEC DE ASSIST SOCIAL	
	08.244.2006.2061.3190110000.500 VENC.E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	12.000,00
	Valor Total da Ação (2061) R\$	12.000,00
2106	MANTER SERV.DE ATENDIME PROTEÇÃO INTEGRAL A FAMIL	
	08.244.2013.2106.3190040000.660 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	50.000,00
	Valor Total da Ação (2106) R\$	50.000,00
	Valor Total do Órgão (20800) R\$	62.000,00
	Valor Total R\$	222.000,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito supracitado fica anulado o crédito orçamentário no valor de R\$ 222.000,00 (duzentos e vinte e dois mil reais). Discriminado nas seguintes dotações:

20700	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (SEC SAUDE)	
2078	MANUTENÇÃO DAS ATIV.DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA	
	10.301.2004.2078.3190110200.500 VENC.E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL-PSF	100.000,00
	Valor Total da Ação (2078) R\$	100.000,00
2081	MANTER AS ATIVIDADES DO SAMU	
	10.302.2005.2081.4490520000.706 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	110.000,00
	Valor Total da Ação (2081) R\$	110.000,00
	Valor Total do Órgão (20700) R\$	210.000,00
20800	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL(SEC PRASIS)	
2050	MANUT ATIV DO SERV CONV E FORT DE VINCULO	
	08.244.2013.2050.4490520000.660 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	12.000,00
	Valor Total da Ação (2050) R\$	12.000,00
	Valor Total do Órgão (20800) R\$	12.000,00
	Valor Total R\$	222.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

OLIVÂNIO DANTAS REMÍGIO
 Prefeito Constitucional

Publicado por:
 Wallysson Bruno Macedo Barros
Código Identificador:A6C7305E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 146/2024

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE PICUI-PB, Estado da Paraíba, usando das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 37, II, da Constituição Federal e art. 63, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, tendo em vista aprovação em Concurso Público.

R E S O L V E:

Nomear **JOÃO BOSCO DA SILVA MONTEIRO JÚNIOR** para ocupar o cargo de ORIENTADOR EDUCACIONAL deste Município, sob Regime Jurídico Estatutário, nos termos da Lei complementar nº 01, de 23 de maio de 2008.

Picuí-PB, 21 de março de 2024.

OLIVÂNIO DANTAS REMÍGIO
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Wallysson Bruno Macedo Barros
Código Identificador:B257968D

GABINETE DO PREFEITO PORTARIA Nº 147/2024

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE PICUÍ-PB, Estado da Paraíba, usando de suas atribuições legais, conferidas pelas disposições contidas na Lei Orgânica e no que couber a legislação suplementar.

RESOLVE:

Conceder 02 (dois) anos de Licença para Trato de Interesse Particular, sem ônus para esta Edilidade, à servidora **JOELMA MACEDO SANTANA SILVA**, matrícula nº 2017278, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, nos termos do Artigo 91 do Estatuto dos Servidores, contados a partir de 25/04/2024 a 25/04/2026.

Picuí-PB, 21 de março de 2024.

OLIVÂNIO DANTAS REMÍGIO
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Wallysson Bruno Macedo Barros
Código Identificador:3BB75B8A

IPSEP PORTARIA Nº011 /2024-IPSEP.

O DIRETOR PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PICUÍ-IPSEP/PB, usando de suas atribuições legais, conferidas pelas disposições contidas na Lei Municipal nº 1.264/2006, especificamente o disposto no art. 48, inciso X, e na Constituição Federal, com as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais nº 20/98, 41/03 e 47/05;

RESOLVE:

I - Conceder **PENSÃO PERMANENTE POR MORTE**, ao Senhor **JOSÉ EDUARD DA SILVA**, na condição de **conjugue varão em decorrência do falecimento da Servidora Aposentada CÍCERA D'ARC FERREIRA DA SILVA**, matrícula nº 0000610, ocupante do cargo de **Agente Comunitária de Saúde**, em conformidade ao estabelecido pelo **art. 40, § 7º, I, § 8º, da Constituição Federal**, com redação dada pela EC nº 41/2003, com benefícios da integralidade, com efeitos retroativos a 11 de março de 2024.

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se.
Dê-se Ciência.
Publique-se.

Picuí/PB, em 20 de março de 2024.

PAULO SILVA LIRA
Diretor Presidente

PUBLICADO EM 21/03/2024. REPUBLICADO POR INCORREÇÃO.

Publicado por:
Wallysson Bruno Macedo Barros
Código Identificador:ACDAA557

IPSEP RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - DISPENSA Nº DV00003/2024

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº DV00003/2024, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA TÉCNICA CONTÁBIL; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: CENCAP – CENTRO DE CONTABILIDADE PÚBLICA LTDA – ME - R\$ 45.500,00.

Picuí - PB, 12 de Março de 2024

PAULO SILVA LIRA
Diretor Presidente

Publicado por:
Wallysson Bruno Macedo Barros
Código Identificador:BE4B3082

IPSEP EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - DV00003/2024

PROCESSO: Exposição de Motivos nº DV00003/2024. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA TÉCNICA CONTÁBIL. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21. AUTORIZAÇÃO: Instituto de Previdência Social dos Servidores da Prefeitura de Picuí – IPSEP. RATIFICAÇÃO: PAULO SILVA LIRA – Diretor Presidente, em 12/03/2024.

Publicado por:
Wallysson Bruno Macedo Barros
Código Identificador:20F5730C

IPSEP EXTRATO DE CONTRATO - DV00003/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA TÉCNICA CONTÁBIL. FUNDAMENTO LEGAL: Motivos nº DV00003/2024. DOTAÇÃO: Recursos Próprios: 21.100 – IPSEP INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DA PREFEITURA DE PICUI 04.122.1003.2066 – 3.3.90.39.00.00 802. VIGÊNCIA: até 12/03/2025. PARTES CONTRATANTES: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DA PREFEITURA DE PICUÍ - IPSEP e: CT Nº 001/2024 - 12/03/24 - CENCAP – CENTRO DE CONTABILIDADE PÚBLICA LTDA – ME - R\$ 45.500,00.

Publicado por:
Wallysson Bruno Macedo Barros
Código Identificador:A3006BC8

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO EXTRATO DO SEGUNDO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO
ADITIVO DE CONTRATO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DO RAMO DA ENGENHARIA CÍVIL PARA EXECUTAR OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE UMA CRECHE ESCOLAR, VISANDO ATENDER DEMANDAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CUMPRIR CONVÊNIO Nº 453/2021, FIRMADO COM O GOVERNO DO ESTADO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, por meio do Contrato n.º 00127/2022-CPL, decorrente da Tomada de Preços n.º 00009/2022. **FUNDAMENTO LEGAL:** Tomada de Preços n.º 00009/2022 e Cláusula Sétima do Contrato n.º 00127/2022-CPL. **VIGÊNCIA:** 10 (dez) meses, contrato vigente até 28/01/2025. **PARTES CONTRATANTES:** Prefeitura Municipal de Pocinhos por meio da Secretaria de Educação (Jordana Costa Soares Araújo) e Concrenor Construções do Nordeste Eireli, CNPJ nº 10.744.571/0001-94.

Assinatura: 21 de março de 2024

Publicado por:
Ana Carolina Bezerra de Melo
Código Identificador:A17A AFF3

SECRETARIA DE SAÚDE ESTADO DA PARAÍBA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POCINHOS

RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - DISPENSA Nº DV10001/2024

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº DV10001/2024, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA ADMINISTRATIVA PARA APOIO TÉCNICO JUNTO AO SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: CAAP – CONSULTORIA E ASSESSORIA EM ADMINISTRACAO PUBLICA LTDA - R\$ 26.000,00.

Pocinhos - PB, 1º de Março de 2024

KATIANE PIRES QUEIROGA GOMES SOUSA -
Secretária de Saúde

Publicado por:
Ana Carolina Bezerra de Melo
Código Identificador:39BF9477

SECRETARIA DE SAÚDE EXTRATO DO SEGUNDO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POCINHOS

EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA ADMINISTRATIVA PARA APOIO TÉCNICO JUNTO AO SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS. **FUNDAMENTO LEGAL:** Dispensa de Licitação nº DV10001/2024. **DOTAÇÃO:** Recursos não Vinculados de Impostos: ORGÃO:03.0000 UNIDADE: 03.011 PROGRAMA: 03011.10.122.1009.2032 ELEMENTO DA DESPESA: 3.3.90.39.00.00. **VIGÊNCIA:** até o final do exercício financeiro de 2024. **PARTES CONTRATANTES:** Fundo Municipal de Saúde de Pocinhos e: CT Nº 50101/2024 - 04.03.24 - CAAP - CONSULTORIA E ASSESSORIA EM ADMINISTRACAO PUBLICA LTDA - R\$ 26.000,00

Publicado por:
Ana Carolina Bezerra de Melo
Código Identificador:105ADC32

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇO DANTAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: Contratação de empresa para locação de estrutura para evento de emancipação política da cidade de Poço Dantas-PB. **FUNDAMENTO LEGAL:** Dispensa de Licitação nº DV00006/2024. **DOTAÇÃO:** Dotação prevista no orçamento vigente. **VIGÊNCIA:** até 29/05/2024. **PARTES CONTRATANTES:** Prefeitura Municipal de Poço Dantas e: CT Nº 00039/2024 - 21.03.24 - EDUARDO WAGNER FONTES DA SILVA - R\$ 21.000,00.

Publicado por:
Abimael Alves Diniz
Código Identificador:0DDDB279F

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INOVAÇÃO DO ESTADO DA PARAÍBA - CONDESPB **ESTATUTO DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, INOVAÇÃO E SAÚDE DO ESTADO DA PARAÍBA – CONDESPB.**

Pelo presente instrumento, os Municípios Consorciados adiante nominados, com leis ratificadoras do Protocolo de Intenções, com fundamento na legislação correlata, resolvem reformular a redação do Estatuto do **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INOVAÇÃO E SAÚDE DO ESTADO DA PARAÍBA–CONDESPB**, aprovado em 25 de março de 2019 e alterações posteriores, inscrito no CNPJ/MF Nº 14.593.429/0001-44, tornando assim sem efeito, a partir desta data, as cláusulas contidas no Estatuto Secundário e posteriores alterações, que passa a denominar-se a partir de 29 de fevereiro de 2024 de **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, INOVAÇÃO E SAÚDE DO ESTADO DA PARAÍBA – CONDESPB**, passando a ser constituído pelos seguintes municípios: O **MUNICÍPIO DE BERNARDINO BATISTA**, Estado da Paraíba, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.621.539/0001-20, com sede na Rua Ednete Abrantes de Abreu, S/N, centro, na cidade de Bernardino Batista-PB, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **ANTÔNIO ALDO ANDRADE DE SOUSA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade Civil, RG. Nº 2655871 – SSP/PB, inscrito no CPF/MF nº 041.837.514-38, residente e domiciliado na Rua Francisco Egídio dos Santos S/N, na cidade de Bernardino Batista-PB; **MUNICÍPIO DE POÇO DANTAS**, Estado da Paraíba, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.615.653/0001-48, com sede na Rua Odilon Francisco de Oliveira, 50, centro, na cidade de Poço Dantas-PB, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **ITAMAR MOREIRA FERNANDES**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 671.839-SSP/PB, inscrito no CPF/MF sob nº 203.515.934-20, residente e domiciliado na Rua Elisvaldo Carvalho de Almeida, s/n, centro, na cidade de Poço Dantas – PB; **JOCA CLAUDINO**, Estado da Paraíba, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.613.283/0001-00, com sede na Rua Francisca Claudino Fernandes Nº 01, centro, na cidade de Joca Claudino-PB, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **RINALDO CIPRIANO DE SOUSA**, brasileiro, casado, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 24.752.150-4 - SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 603.534.224-87, residente e domiciliado à Rua São José Operário Nº 618 – Centro, município de Joca Claudino, Estado da Paraíba; **MUNICÍPIO DE POÇO JOSÉ DE MOURA**, Estado do Paraíba, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.615.784/0001-25, com sede na Rua Avenida Frei Damião, 252, centro, na cidade de Poço de José de Moura – PB, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **PAULO BRAZ MOURA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG. Nº 653.087 – SSP/PB, inscrito no CPF/MF sob nº 236.393.184-04, residente e domiciliado no Sítio Outro Lado, Zona Rural de Poço José de Moura/PB; **MUNICÍPIO DE UIRAÚNA**, Estado do Paraíba, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 08.924.078/0001-04, com sede à Rua Rua Major José Fernandes, 146 – Centro, na cidade de Uiraúna-PB, neste ato representado por sua Prefeito Municipal Sr.ª **MARIA SULENE DANTAS SARMENTO**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG. nº 004.035.925 – SSP/PB, inscrito no CPF/MF sob nº 768.222.494-00, residente e domiciliada à Rua Cel. Alexandre Pinto Nº 211 – Bairro São José, na cidade de Uiraúna-PB, **MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO**

DO RIO DO PEIXE, Estado do Paraíba, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 08.924.029/0001-71, com sede à Rua José Nogueira Pinheiro s/n – Centro, na cidade de São João do Rio do Peixe- PB, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **LUIS CLAUDINO DE CARVALHO FLORÊNCIO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG. nº 1.975.250 – SSP/PB, inscrito no CPF/MF sob nº 019.700.804-69, residente e domiciliado no Sítio Olho D'água, Zona Rural de São João do Rio do Peixe/PB; **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS**, Estado do Paraíba, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 08.924.052/0001-66, com sede à Rua Inácio Lira Nº 363, Centro, na cidade de São José de Piranhas/PBPB, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **SANDOVAL VIEIRA LINS**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG. nº 2.490.458 – SSP/PB, inscrito no CPF/MF sob nº 046.414.134-60, residente e domiciliado à Rua Malaquias Gomes Barbosa S/N, Centro – São José de Piranhas/PB; **MUNICÍPIO DE VIEIRÓPOLIS**, Estado do Paraíba, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.613.339/0001-26, com sede à Rua Central s/n – Centro, na cidade de Vieirópolis/PB, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **JOSÉ CÉLIO ARISTÓTELES**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG. nº 590.482 – SSP/PB, inscrito no CPF/MF sob nº 284.837.824-72, residente e domiciliado à Rua Manoel Vieira do Nascimento s/n, Centro – Vieirópolis/PB; **MUNICÍPIO DE SANTA HELENA**, Estado do Paraíba, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 08.764.284/001-02, com sede à Rua Gonçalo José Vitoriano s/n – Centro, na cidade de Santa Helena/PB, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **JOÃO CLÉBER FERREIRA LIMA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG. nº 1.966.975 – SSP/PB, inscrito no CPF/MF sob nº 034.516.634-57, residente e domiciliado à Rua Josias Francisco Diniz s/n, Centro município de Santa Helena/PB; **MUNICÍPIO DE TRIUNFO**, Estado do Paraíba, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 08.924.060/0001-02, com sede à Rua José Duarte de Sá – Centro, na cidade de Triunfo/PB, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **ESPEDITO CESÁRIO DE FREITAS FILHO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG. nº 57.228.921-2 – SSP/PB, inscrito no CPF/MF sob nº 081.438.174-07, residente e domiciliado à Rua Antônio Joaquim Lisboa S/N, Centro na cidade de Triunfo/PB; **MUNICÍPIO DE SOUSA**, Estado do Paraíba, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 08.999.674/0001-53, com sede à Rua Cel. José Gomes de Sá Nº 27 – Centro, Sousa/PB, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **FÁBIO TYRONE BRAGA DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG. nº 1.437.186 – SSP/PB, inscrito no CPF/MF sob nº 840.833.284-87, residente e domiciliado à Rua Tomás Pires dos Santos Nº 101 – Centro na cidade de Sousa/PB; **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA LAGOA TAPADA**, Estado do Paraíba, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 08.999.682/0001-08, com sede à Rua Francisca Tomás da Silva Nº 1-157 – Centro, São José da Lagoa Tapada/PB, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **CLAUDIO ANTÔNIO MARQUES DE SOUSA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG. nº 979.785 – SSP/PB, inscrito no CPF/MF sob nº 423.986.814-91, residente e domiciliado à Rua Francisca Tomás da Silva Nº 60 – Centro na cidade de São José da Lagoa Tapada/PB, regendo-se pelas cláusulas seguintes:

TÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, CONSTITUIÇÃO, SEDE, ÁREA DE ATUAÇÃO E DURAÇÃO

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO E CONSTITUIÇÃO

Art. 1º. O Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável, Inovação e Saúde do Estado da Paraíba – CONDESPB constitui-se sob a forma de associação pública, de natureza autárquica, regendo-se pelo Estatuto de Consórcio Público, pela Lei nº. 11.107/2005, Decreto nº. 6.017/2007 e demais legislações aplicáveis à espécie e regulamentação de seus órgãos.

Art. 2º. O Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável, Inovação e Saúde do Estado da Paraíba – CONDESPB é composto pelos Municípios de BERNARDINO BATISTA, POÇO DANTAS, JOCA CLAUDINO, POÇO JOSÉ DE MOURA, UIRAÚNA, SOUSA, SÃO JOSÉ DA LAGOA TAPADA, VIEIRÓPOLIS, SÃO JOSÉ DE PIRANHAS, SANTA HELENA, TRIUNFO E SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE, todos com leis de ratificação do Protocolo de Intenções aprovadas pelo Poder Legislativo respectivo e em vigor.

§ 1º O rol de entes federativos integrantes do Consórcio Público poderá ser ampliado ou diminuído, a depender da retirada ou exclusão e ingresso de ente federativo.

§ 2º O ingresso de novos entes consorciados somente poderá ocorrer por meio de convite formulado pela própria Assembleia Geral, depois da necessária deliberação e aprovação da matéria por decisão de um terço do peso do número de votos, nos termos do disposto no artigo 19, incisos I e II deste Estatuto, da aceitação do convite e aprovação pelo Poder Legislativo.

§ 3º Caso aceite o convite, o ente consorciando deverá enviar resposta acompanhada da lei ratificadora do Protocolo de Intenções ou de lei autorizativa específica para a pretensão formulada, na qual disponha de forma clara sobre criação da associação pública, extensão da abrangência de atuação do consórcio público ao ente consorciando e ratificação do aceite e submissão a todos os artigos e condições contidas no Protocolo de Intenções, bem como, de sua publicação na imprensa oficial ou a esta equiparada.

§ 4º O efetivo ingresso de novo ente federado dependerá do pagamento da cota de ingresso cujo valor e forma de pagamento, serão definidos por resolução da Assembleia Geral e, ainda, da comprovação de que o Município não possui dívida para com outro consórcio intermunicipal do qual tenha participado.

Art. 3º. A ratificação do Protocolo de Intenções e das cláusulas do Estatuto por novos Municípios pode ser realizada com reserva que, aceita pelos demais entes subscritores, implicará no consorciamento parcial ou condicional.

CAPÍTULO II

DA SEDE, ÁREA DE ATUAÇÃO E DURAÇÃO

Art. 4º. O Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável, Inovação e Saúde do Estado da Paraíba – CONDESPB tem sede e foro na cidade de Uiraúna, com instalações situadas na Rua Major José Fernandes Nº 346, centro, Estado da Paraíba, CEP 58.915-000.

§ 1º Poderá o local ser alterado, desde que assim disponha a Assembleia Geral, em votação por maioria simples.

§ 2º A Assembleia Geral do Consórcio Público poderá decidir por instalar escritórios locais de forma provisória, em outros municípios, visando potencializar e agilizar o desenvolvimento de suas ações.

Art. 5º. A área de atuação do consórcio corresponde à soma das áreas territoriais dos entes consorciados com abrangência para todo Estado da Paraíba.

Art. 6º. O prazo de duração do Consórcio Público é indeterminado.

TÍTULO II

DA FINALIDADE E OBJETIVOS

CAPÍTULO ÚNICO

DAS FINALIDADES E OBJETIVOS

Art. 7º. O Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável, Inovação e Saúde do Estado da Paraíba – CONDESPB tem por finalidade a implantação/implementação de políticas públicas comprometidas com o processo de desenvolvimento e inovação, de interesses comuns dos municípios consorciados, além de promover o

bem comum nas áreas de infraestrutura, saúde, educação meio ambiente, social, agricultura e em especial:

estruturação em âmbito regional de equipamentos, máquinas e instalações para execução de obras de infraestrutura em geral;
 execução de Obras de Infraestrutura Urbana e Rural;
 execução de Obras de Infraestrutura Hídrica;
 execução de Obras de Saneamento Básico, compreendendo: Resíduos Sólidos, Esgotamento Sanitário, Abastecimento D'água e Drenagem Pluviais;
 pavimentação de vias urbanas, por diferentes processos - pavimentação asfáltica, pavimentação à paralelepípedo, elementos pré-moldados de concreto ou outros serviços de tapa-buracos da pavimentação, recapeamento de vias, execução de meio-fio, sarjetas, bem como serviços complementares necessários a execução dos serviços, quais sejam lavagem de ruas, remoção de árvores e pinturas de vias;
 apoiar as estruturas municipais de manutenção de pavimentação com capacidade de treinamento, controle de qualidade, manutenção de máquinas e veículos etc.;
 apoiar a gestão de programas e projetos na área de arborização urbana, com serviços de capacitação e treinamento de pessoal para plantio e poda de árvores, bem como, apoio a produção de mudas de espécies adequadas à arborização urbana e espécies ornamentais para praças e parques;
 iluminação pública;
 gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos, conforme determina a Lei Nº 12.305 de 02 de agosto de 2010 e suas alterações posteriores;
 implantar e gerir no setor público e/ou privado fontes renováveis de matriz energética (solar e eólica) no consórcio e municípios consorciados;
 desenvolver e implementar Políticas Públicas de Energia Limpa e Sustentável nos municípios consorciados;
 implementar melhorias na gestão pública e administrativa dos Municípios;
 gerenciamento de abatedouros público visando a sensibilização e disciplinamento dos entes consorciados, quanto às boas práticas de abate humanitário de animais, inclusive o seu transporte, conforme dispõe a Lei Federal Nº 7.889 de 23 de novembro de 1989;
 estabelecer programas integrados de modernização administrativa dos associados, através do planejamento institucional;
 firmar parcerias com os governos Federal e Estadual visando o fortalecimento dos serviços públicos, nas áreas de saúde pública, agricultura, abastecimento d'água, conservação de estradas, conservação e preservação do meio ambiente, recursos hídricos, habitação, saneamento, entre outros;
 celebrar contratos de gestão, termos de parcerias, contratos de rateio, convênios, acordos e receber auxílios, contribuições e subvenções de outras entidades e órgãos do Governo ou da iniciativa privada;
 prestar serviços aos seus associados necessários ao cumprimento de suas finalidades, fornecendo inclusive recursos humanos e materiais compatíveis com a qualidade microrregional;
 receber doações e legados;
 promover e desenvolver a capacidade administrativa, técnica e financeira dos serviços público de saúde e saneamento básico nos municípios que integram o consórcio;
 promover a prestação dos serviços de saúde de média e alta complexidade, de referência, a nível ambulatorial para a população dos municípios consorciados, observados os princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde – SUS;
 estabelecer um sistema de referência e contra referência, eficaz e eficiente aos municípios consorciados;
 incentivar e apoiar a estruturação dos serviços básicos de saúde, objetivando a universalidade e a uniformidade de atendimento médico e de auxílio ao diagnóstico, para a correta utilização dos serviços oferecidos através do Consórcio;
 viabilizar a existência de infraestrutura de saúde regional na área territorial do Consórcio;
 utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades a alocação de recurso e a orientação programática;
 planejar, organizar, controlar, avaliar as ações e os serviços de saúde, gerindo e executando toda e qualquer ação de interesse dos municípios consorciados;

dar execução, no âmbito do consórcios e municípios consorciados, à política de insumos e equipamentos para a saúde;
 gerir laboratórios públicos de saúde e hemocentros;
 executar os serviços de vigilância epidemiológica, vigilância sanitária, alimentação, nutrição, saneamento básico, imunização, vigilância ambiental, vigilância em saúde do trabalhador, vigilância de zoonoses, atenção primária da saúde, atenção especializada da saúde, exames laboratoriais, exames de imagem, reabilitação, fisioterapia, odontológico, ortodôntico, enfrentamento da COVID 19, entre outros serviços de saúde de interesse do consorciados, conforme diretrizes e normas do SUS;
 receber transferência de recursos financeiros para o custeio da Atenção Básica Primária à Saúde e da Atenção Especializada para cumprimento de metas, através de transferências voluntárias ou por meio de emendas parlamentares, tudo conforme dispõe a Lei Federal Nº 8.080 de 19 de setembro de 1990 e suas alterações;
 conjugação dos recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios na prestação de serviços de assistência à saúde da população;
 cadastrar o Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável, Inovação e Saúde do Estado da Paraíba – CONDESPB no Sistema de Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde – SCNES, para compor à base nacional de informações do SUS;
 aquisição e/ou locação de suprimentos, materiais das diversas especialidades médica, medicamentos, insumos, instrumentais, equipamentos médicos hospitalar (EMH), implementos, entre outros produtos e serviços utilizados pela atenção básica do SUS de uso compartilhado dos municípios consorciados, sob a luz da Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e Lei de Federal nº 14.133 de 1 de abril de 2021 e suas alterações;
 fazer cumprir o artigo 196 da Constituição Federal Brasileira que prescreve: “A Saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”;
 criação de instrumentos de controle, avaliação e acompanhamento dos serviços de saúde prestados à população;
 implantar e manter os serviços do Centro de Referência em Imagem e Diagnóstico;
 Implantar e manter serviços de Pronto Socorro para atendimento de urgências e emergências;
 Implantar e manter Centro Especializado em Ortodontia (CEO);
 desenvolvimento de ações conjuntas de vigilância em saúde, tanto sanitário quanto epidemiológica;
 elaboração de planos, estudos, projetos, programas e ações, com vista à captação de recursos juntos aos órgãos públicos Estadual e Federal, bem como entidades governamentais ou privadas, para aplicação nos serviços de saúde, observados os princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde – SUS;
 exercer as atividades de regulação, fiscalização e planejamento dos serviços de saúde pública, em nome dos municípios consorciados;
 contratação de prestação de serviços técnicos especializados, em todas às áreas, inclusive saúde, para operacionalidade de sistemas, elaboração de projetos técnicos, entre outros serviços de interesse dos consorciados;
 gestão com soluções de aquisição, inventário técnico, registro histórico, manutenção preventiva, manutenção corretiva e calibração aos equipamentos médicos hospitalar (EMH) adquiridos, alugados, doados ou consignados, além de consultoria no processo de acreditação hospitalar pela Organização Nacional de Acreditação (ONA), serviço de exclusividade do CONDESPB e seus consorciados;
 proporcionar ações aos pacientes e aos profissionais de saúde, a qualidade e a segurança indispensáveis aos serviços prestados pelas instituições hospitalares do CONDESPB e seus municípios consorciados;
 Organizar, fiscalizar e implantar serviços de transporte de usuários do Sistema Micro Regional de Saúde;
 desenvolver, em parceria com o Governo Federal e/ou Estadual, ações e projetos de convivência com a seca, com o objetivo de reduzir doenças provocadas pelo uso de águas contaminadas e outras ações que possam combater os agentes provocadores de doenças.

Art. 8º. São objetivos do Consórcio Público:

a gestão associada de serviços públicos em geral;
a prestação de serviços em geral, contratação e execução de infraestrutura, serviços de saúde e fornecimento de bens à administração direta ou indireta dos entes consorciados;
inclusive, de gestão, execução, manutenção, informática, pessoal técnico, procedimentos de licitação e de admissão de pessoal;
a elaboração e disponibilização de informações, estudos, programas, de planos e projetos;
a representação do conjunto dos municípios que integram, em assunto de interesse comum, relacionados as atividades de saúde, perante quaisquer outras entidades, especialmente perante as demais esferas constitucionais de governo;
a gestão associada de serviços públicos ou de interesse público na área de saúde;
o compartilhamento ou o uso em comum de instrumentos, equipamentos, implementos, veículos e máquinas para atendimento dos municípios consorciados;
desenvolver ações de acordo com as normas e procedimentos de órgãos reguladores da área da saúde, com o intuito de promover a efetiva melhoria no desempenho das unidades de saúde e hospitais do CONDESPB e seus municípios consorciados;
defender, ampliar, promover a interação, fortalecer e desenvolver a capacidade administrativa, técnica e financeira dos serviços públicos de saúde e saneamento básico nos municípios que integram este consórcio;
promoção do uso racional dos recursos técnicos e financeiros da rede municipal de saúde, gerenciando-os, juntamente com as secretarias de saúde dos municípios consorciados, de acordo com os parâmetros aceitos pelo Ministério da Saúde;
apoio e o fomento do intercâmbio de experiências e de informações entre os Municípios consorciados;
fornecimento de assistência técnica, treinamento, pesquisa e desenvolvimento dos profissionais e dos serviços de saúde pública.

Art. 9º. Para cumprimento da finalidade e objetivos expressos nos artigos 7º e 8º o Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável, Inovação e Saúde do Estado da Paraíba – CONDESPB poderá:

firmar convênios, contratos, contrato de programa, contrato de rateio, termos de parceria, contrato de gestão, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas, de outras entidades e órgãos governamentais ou não-governamentais;
ser contratado pela administração direta e indireta dos entes da Federação consorciados, dispensada a licitação, nos termos do Art. 2º, inciso III da Lei Nº 11.107 de 6 de abril de 2005;
promover as desapropriações e instituir servidões nos termos de declaração de utilidade ou necessidade pública ou de interesse social, realizada pelo ente consorciado em que o bem ou o direito se situe;
promover, por deliberação da Assembleia Geral, a constituição e gestão de fundos específicos para aplicação em atividades condizentes aos objetivos do consórcio;
celebrar contratos e ou convênios com entidades prestadoras de serviços privados de saúde, bem como controlar e avaliar sua execução;
realizar licitação para contratação de bens ou serviços da qual, nos termos do edital, decorram contratos administrativos celebrados por órgãos ou entidades dos entes consorciados, nos termos do §1.º do art. 112 da Lei n.º 8.666/93 e do art. 19 do Decreto n.º 6.017/2007, e Lei Federal n.º 14.133 de 1 de abril de 2021 e suas alterações;
realizar licitações compartilhadas e promover desapropriações ou instituir servidões nos termos de declaração de utilidade ou necessidade pública, ou de interesse social;
firmar parcerias com instituições públicas ou privadas para celebração de termos de cooperação;
adquirir e ou receber em doação ou cessão de uso, os bens que entender necessários, os quais integrarão seu patrimônio;
controlar e fiscalizar os procedimentos dos serviços privados de saúde;
realizar a publicação e/ou publicidade de seus atos e ações em portal de transparência, conforme determina a Lei Complementar Nº 131/2009 e a Lei de Acesso à Informação Nº 12.527/2011.

Art. 10. Para atingir sua finalidade e objetivos expressos neste capítulo o Consórcio Público se propõe a, dentre outras:

alavancar recursos para aplicação em obras e serviços de infraestrutura e desenvolvimento urbano;
desenvolver a melhor integração entre os entes consorciados e constituir-se num instrumento concreto de parceria destes para com outros entes da Federação e para com a iniciativa privada;
promover o planejamento, bem como, a gestão eficiente e eficaz de programas, planos, projetos e ações, relacionados aos seus objetivos;
executar obras e serviços de infraestrutura para o desenvolvimento da área de atuação abrangida pelo Consórcio Público;
fomentar o fortalecimento das especialidades de saúde existente nos municípios consorciados ou que neles vierem a se estabelecer;
organizar o sistema microregional de saúde dentro da área de jurisdição dos municípios consorciados, segundo as diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS.

TÍTULO III

DOS DIREITOS E DEVERES DOS ENTES CONSORCIADOS

CAPÍTULO I

DOS DIREITOS

Art. 11. Constituem direitos dos entes consorciados:

participar ativamente das reuniões da Assembleia Geral, por meio de proposições, debates e deliberações, com direito a voz e voto, desde que, esteja adimplente com suas obrigações operacionais e financeiras;
exigir dos demais entes consorciados e do próprio Consórcio Público o pleno cumprimento das regras estipuladas neste Protocolo de Intenções, no contrato de consórcio público, dos seus estatutos, contratos de programa e contratos de rateio, desde que adimplente com suas obrigações operacionais e financeiras;
operar compensação dos pagamentos realizados a servidor cedido ao Consórcio Público com ônus para o ente consorciado com as obrigações previstas no contrato de rateio.

CAPÍTULO II

DOS DEVERES

Art. 12. Constituem deveres dos entes consorciados:

cumprir com suas obrigações operacionais e financeiras assumidas com o Consórcio Público, sob pena de suspensão e posterior exclusão na forma deste Protocolo de Intenções;
ceder, se necessário, servidores para o Consórcio Público na forma do Protocolo de Intenções e deste Estatuto;
participar ativamente das reuniões da Assembleia Geral, por meio de proposições, debates e deliberações através do voto, sempre que convocados;
incluir, em lei orçamentária ou em créditos adicionais ou suplementares, dotações suficientes para suportar as despesas que, nos termos do orçamento do Consórcio Público, devam ser assumidas por meio de contrato de rateio, contrato de programa e contrato de gestão associada de serviços públicos, conforme for o caso;
responder solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação, no caso de extinção do Consórcio Público, até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação;
compartilhar recursos e pessoal para a execução de serviços, programas, projetos, atividades e ações no âmbito do Consórcio Público, nos termos de deliberação conjunta.

TÍTULO IV

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E REPRESENTAÇÃO

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 13. A estrutura organizacional do Consórcio Público é constituída com os seguintes órgãos:

Assembleia Geral;
Conselho Diretor;
Conselho Fiscal;
Diretoria Executiva.

SEÇÃO I

DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 14. A Assembleia Geral, composta por todos os entes federativos que integram o Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável, Inovação e Saúde do Estado da Paraíba – CONDESPB é a instância máxima de deliberação, sendo constituída pelos Chefes dos Poderes Executivos dos entes consorciados.

Art. 15. Compete à Assembleia Geral:

elaborar, aprovar e modificar o Estatuto do Consórcio Público;
eleger os membros do Conselho Diretor;
julgar os procedimentos para aplicação das penalidades de suspensão e exclusão de ente consorciado e executar a decisão correspondente;
deliberar sobre as contribuições mensais a serem definidas em contrato de rateio e respectivas cota de serviços;
aprovar:
orçamento anual do Consórcio Público, bem como respectivos créditos adicionais ou suplementares, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de eventuais contratos de rateio;
política patrimonial e financeira e os programas de investimento do Consórcio;
plano de metas;
relatório anual de atividades;
prestações de contas, depois de parecer do Conselho Fiscal;
realização de operações de crédito;
celebração de convênios;
alienação e a oneração de bens móveis e imóveis do Consórcio;
mudança de local da sede.
definir o número e as funções do quadro de pessoal;
contratar serviços de auditoria;
aprovar a extinção do consórcio;
deliberar sobre a prestação de serviços a Municípios não consorciados;
deliberar sobre o convite para ingresso de novos entes consorciados ao Consórcio Público, e em caso de aprovação, será ainda necessário a ratificação do ingresso mediante aprovação de lei específica aprovada pelo legislativo de todos os entes consorciados;
deliberar sobre assuntos gerais do consórcio.

Art. 16. A Assembleia Geral se reunirá:

ordinariamente, a cada 2 (dois) anos, até 31 de dezembro, para eleger o Conselho Diretor e o Conselho Fiscal e anualmente, até 1º dia de março para apreciar às contas anuais do Consórcio;
extraordinariamente, sempre que necessário, através de convocação do Presidente do Conselho Diretor, através de Edital.

Art. 17. As reuniões da assembleia serão convocadas pelo representante legal do Consórcio Público, por meio de ato formal (EDITAL), endereçado a todos os entes consorciados.

§ 1º. Podem também requisitar a realização de assembleias extraordinárias os entes consorciados em número mínimo de três, providência que vinculará o representante legal do Consórcio Público.

§ 2º. A convocação para a Assembleia Geral Ordinária deverá ser entregue com, no mínimo, 5 (cinco) dias de antecedência e conterá, resumidamente, a pauta de discussão, o dia, hora e local da reunião.

§ 3º. A convocação para a Assembleia Geral Extraordinária deverá ser entregue com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência e conterá, resumidamente, a pauta de discussão, o dia, hora e local da reunião.

Art. 18. As reuniões da Assembleia Geral serão instaladas, em primeira convocação, com a verificação da presença de representantes legais de entes consorciados que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do peso do número de votos, nos termos do disposto no artigo 19 incisos I e II, e em segunda convocação de qualquer peso do número de votos, nos termos do disposto no artigo 19 incisos I e II, deste Estatuto.

§ 1º Em caso de reunião da Assembleia Geral destinada a elaborar, aprovar, ou alterar o estatuto social, admissão de novos entes consorciados, e ainda, deliberar a respeito da extinção do Consórcio Público, a instalação da sessão, em primeira convocação, ocorrerá com a verificação da presença no mínimo, dois terços do peso do número de votos, nos termos o disposto no artigo 19 incisos I e II, e em segunda convocação com, no mínimo, um terço do peso do número de votos, nos termos do disposto no artigo 19 incisos I e II deste Estatuto.

§ 2º Entre uma e outra convocação, decorrerá o tempo mínimo de 30 (trinta) minutos.

Art. 19. Cada ente federativo integrante do Consórcio Público contará com um voto nas reuniões da assembleia geral, que será do Prefeito Municipal, cujo voto terá peso conforme segue:

para os Municípios consorciados sem reservas um voto terá peso 20 (vinte);

para os Municípios consorciados com reservas (consorciamento parcial) – um voto terá peso 0,50 (zero vírgula cinquenta).

Parágrafo único. Em caso de empate na votação das deliberações, prevalecerá o voto do presidente do Consórcio Público.

Art. 20. Participarão da Assembleia Geral os Chefes do Poder Executivo de cada ente consorciado, ou representante com poderes específicos registrados em instrumento particular formalizado exclusivamente para tal fim.

SEÇÃO II

DO CONSELHO DIRETOR

Art. 21. O Conselho Diretor é responsável pela direção do Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável, Inovação e Saúde do Estado da Paraíba – CONDESPB, sendo constituído por 3 (três) membros, eleitos pela Assembleia Geral, sendo um deles o Presidente do Consórcio Público, o Vice-Presidente e o Secretário.

Art. 22. O Presidente será o representante legal do Consórcio Público, a quem compete representar os municípios integrantes, em assuntos de interesse comum, perante quaisquer outras entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais, representar o Consórcio ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, podendo firmar convênios e contratos, bem como, constituir procuradores “ad judícia”.

§ 1º Os integrantes do Conselho Diretor serão escolhidos pela Assembleia Geral, obrigatoriamente, entre um dos prefeitos dos Municípios que compõe o Consórcio Público, por maioria simples dos presentes, observadas as disposições dos incisos I e II do artigo 19, em havendo chapa única a eleição será por aclamação.

§ 2º O mandato dos integrantes do Conselho Diretor perdurará por 2(dois) anos, permitida uma recondução para o mandato subsequente.

§ 3º O mandato encerrar-se-á sempre no dia 31 de dezembro, não podendo exceder o período de dois anos contido no parágrafo anterior.

§ 4º O primeiro mandato se inicia quando da escolha do representante em Assembleia Geral, e o demais sempre no 1º dia de janeiro do ano seguinte à escolha.

§ 5º A eleição em períodos que coincidam com o final do mandato eletivo dos Chefes do Poder Executivo, será entre os prefeitos já eleitos e diplomados pela Justiça Eleitoral, cuja eleição será realizada na última quinzena do término do mandato e o eleito tomará posse no dia 1º de janeiro.

§ 6º Por ocasião do período eleitoral, havendo necessidade de afastamento, licença ou renúncia do Presidente e não sendo possível

sua substituição pelo vice-presidente ou subsequentemente pelo Secretário, a Assembleia Geral poderá autorizar que o seu vice-prefeito assuma interinamente a presidência do Consórcio Público, salvo se este também não estiver impedido de assumir em decorrência de reeleição, oportunidade na qual a Assembleia Geral deliberará sobre suspensão das atividades por período determinado, até que o retorno ao cargo de presidente pelo chefe do poder executivo, não represente mais violação a lei eleitoral.

Art. 23. Na ausência do Presidente, o Consórcio Público será representado e gerido pelo Vice-Presidente, e na ausência deste, pelo Secretário.

Art. 24. O Conselho Diretor reunir-se-á:

ordinariamente, a cada 3(três) meses;
extraordinariamente, sempre que a finalidade do órgão assim exigir.

Art. 25. As reuniões serão formalmente convocadas pelo Presidente do Consórcio Público, com antecedência mínima de 2(dois) dias úteis.

Parágrafo único. O ato de convocação conterá, resumidamente, a pauta de discussão, o dia, hora e local da reunião.

Art. 26. Compete ao Conselho Diretor:

realizar as atividades vinculadas à implementação das finalidades do Consórcio Público;
autorizar e adotar as providências necessárias à efetivação de processos seletivos públicos, promover a contratação e demissão de funcionários, e realizar todos os demais atos referentes ao quadro pessoal;
elaborar o Plano de Metas e Proposta Orçamentária Anual;
elaborar a Prestação de Contas Anual e Relatório de Atividades Anual;
elaborar e prestar contas dos auxílios e subvenções concedidas ao Consórcio para ser apresentada à Assembleia Geral e ao Órgão Concessor;
dar publicidade anualmente a Prestação de Contas Anual do Consórcio;
realizar as medidas solicitadas pela Assembleia Geral e pelo Conselho Fiscal;
propor à Assembleia Geral a alteração dos termos do Estatuto de Consórcio Público.

Art. 27. Compete ao Presidente do Consórcio Público, entre outras atividades inerentes ao exercício da função de representante legal:

convocar e presidir as reuniões da Assembleia Geral;
convocar e presidir as reuniões do Conselho Diretor;
decidir, em caso de empate, nas deliberações do Conselho Diretor;
representar o Consórcio ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, podendo firmar contratos ou convênios, bem como, constituir procuradores “ad judicium”;
ordenar as despesas do Consórcio Público;
autorizar a realização de aquisições de materiais e serviços e o procedimento licitatório correspondente;
instaurar e instruir procedimentos para aplicação da penalidade de suspensão ou exclusão de ente consorciado;
instaurar processos administrativos para a verificação de condutas irregulares e aplicação de sanções aos empregados vinculados ao Consórcio Público, exceto daqueles cedidos pela administração municipal de qualquer dos entes federativos integrantes do Consórcio Público;
abrir e movimentar, juntamente com o Diretor Executivo, contas bancárias e recursos financeiros do Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável e Inovação e Saúde do Estado da Paraíba – CONDEPB, podendo esta competência ser delegada total ou parcialmente;
outras atividades inerentes ao cargo e ao funcionamento do Consórcio Público.

Parágrafo único – O Presidente do Consórcio Público, poderá delegar ao Diretor Executivo as atribuições constantes nos incisos V, VI e VIII.

SEÇÃO III

DO CONSELHO FISCAL

Art. 28. O Conselho Fiscal é constituído por 3(três) prefeitos que ocuparão o cargo de titulares, tendo como suplentes seus respectivos vice-prefeitos.

§ 1º. Os membros do Conselho Fiscal serão escolhidos entre os Prefeitos integrantes do consórcio, para um mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida uma única recondução.

§ 2º. Caso não haja Prefeitos para preencher o número de membros do Conselho Fiscal, este poderá ser preenchido por vice-prefeitos, dos Prefeitos associados;

Art. 29. O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização, assessoramento e deliberação.

Art. 30. O Conselho Fiscal reunir-se-á:

ordinariamente, em uma oportunidade por ano, realizada na primeira quinzena de fevereiro, para apreciar a prestação de contas anual;
extraordinariamente, sempre que a finalidade do órgão assim exigir.

§ 1º. As reuniões serão convocadas por quaisquer de seus integrantes efetivos, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, por ato de convocação que contenha, a pauta de discussão, o dia, hora e local da reunião.

§ 2º. Somente serão instaladas as reuniões do Conselho Fiscal com a presença da integralidade de seus componentes, e suas deliberações serão adotadas por maioria simples.

Art. 31. Compete ao Conselho Fiscal:

fiscalizar a administração financeira e contábil e monitorar os procedimentos financeiros do Consórcio Público, sugerindo ações e diretrizes de atuação ao Conselho Diretor;
opinar sobre a proposta orçamentária, balanços, prestação de contas e relatórios de contas a serem submetidas à Assembleia Geral;
recomendar à Assembleia Geral sobre a necessidade de realização de auditorias internas ou externas;
requerer ao Presidente do Consórcio Público a convocação de reunião extraordinária da Assembleia Geral para debater e deliberar a respeito de verificações efetuadas pelo órgão.

SEÇÃO IV

DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 32. A Diretoria Executiva é o órgão gestor do Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável, Inovação e Saúde do Estado da Paraíba – CONDESPB, sendo constituída por quatro membros, sendo um Diretor Executivo, um Diretor Adjunto, e dois Assessores Técnicos, nomeados por indicação do Presidente.

§ 1º. O Diretor Executivo e o Diretor Adjunto deverão comprovar desempenho compatível para o exercício da função, possuir nível superior, experiência mínima de 5 (anos) no serviço público, cuja análise curricular ficará a cargo do Presidente do Consórcio, com parecer da sua Assessoria Jurídica.

§ 2º. Os Assessores Técnicos deverão comprovar desempenho compatível para o exercício da função, possuir nível superior em uma das seguintes áreas: administração, economia, contabilidade, engenharia, arquitetura, serviço social ou computação, cuja análise curricular ficará a cargo do Presidente do Consórcio, com parecer da sua Assessoria Jurídica.

§ 3º. Caso os Diretores ou Assessores seja servidor público cedido por outro órgão da Administração Pública, com ônus para o Consórcio, poderá haver a aplicação de adicional de função na forma prevista no item 3.2 do anexo II.

§ 4º. Caso os Diretores ou Assessores seja servidor público cedido por outro órgão da Administração Pública, com ônus para o órgão de origem, poderá haver a aplicação de adicional de função por parte do Consórcio, na forma prevista no item 3.3 do anexo II.

Art. 33. Compete à Diretoria Executiva:

executar todos os atos administrativos demandados pela Assembleia Geral, Conselho Diretor e Conselho Fiscal, bem como, assistir esses órgãos quando da realização de reuniões e outros compromissos; realizar todas as providências administrativas necessárias ao desempenho das finalidades do Consórcio Público; executar outras atividades delegadas pelo Presidente; ao Diretor Executivo, a abertura e movimentação, juntamente com o Presidente do Conselho Diretor ou a quem este delegar, contas bancárias e recursos financeiros do Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável e Inovação e Saúde do Estado da Paraíba – CONDESPB.

Art. 34. O órgão será composto pelo Diretor Executivo, Diretor Executivo Adjunto e os dois Assessores Técnicos, todos considerados cargos de confiança, de livre nomeação e exoneração pelo Presidente do Consórcio.

CAPÍTULO II

DA REPRESENTAÇÃO

Art. 35. Os entes federativos consorciados serão representados pelo Consórcio Público junto ao governo Estadual e Federal e demais governos municipais, em todos os assuntos relacionados à finalidade da união intermunicipal.

Parágrafo único. Os representantes legais dos entes consorciados serão comunicados a respeito de atos e agendas a serem realizados, podendo consignar suas considerações a respeito.

TÍTULO V

DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

CAPÍTULO I

DO QUADRO DE PESSOAL

Art. 36. O Quadro de Pessoal é composto dos cargos comissionados e empregos públicos, funções gratificadas, remuneração e as atribuições constantes do Anexo I e II do presente Estatuto, sujeitos ao regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, conforme preceitua o art. 4º, inc. IX, da Lei n.º 11.107/05.

§ 1º Os cargos em comissão são de livre nomeação e exoneração do Presidente do Consórcio, nos termos do art. 37, inciso II, da Constituição Federal.

§ 2º Os empregos públicos serão preenchidos por meio de processo de seleção competitiva pública, cujas regras serão disciplinadas por meio de Edital, de acordo com as normas que orientam a Administração Pública (art. 37, CF), no entanto, a ocupação não gera direito a estabilidade.

§ 3º O regime jurídico adotado aos ocupantes dos empregos públicos será aquele previsto na Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, sendo os mesmos vinculados ao Regime Geral de Previdência Social-RGPS.

§ 4º Com a extinção, o pessoal cedido ao Consórcio Público retornará aos seus órgãos de origem, e os empregados públicos terão automaticamente rescindidos seus contratos de trabalho com o consórcio, nos termos do § 2º, do artigo 29 do Decreto nº 6017/2007, sem prejuízos dos seus direitos.

§ 5º. O Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável, Inovação e Saúde do Estado da Paraíba – CONDESPB poderá realizar contratação de pessoal por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, com fulcro no art. 37, inciso IX da Constituição Federal, enquanto não se

proceder à seleção competitiva pública, no limite previsto do item 1.0 do anexo I do Quadro de Empregos Público.

CAPÍTULO II

DAS CONTRATAÇÕES

Art. 37. As contratações de bens, obras e serviços realizadas pelo Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento, Inovação e Saúde do Estado da Paraíba – CONDESPB observarão as normas de licitações públicas e de contratos administrativos.

Parágrafo Único. O Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável, Inovação e Saúde do Estado da Paraíba – CONDESPB poderá realizar processo licitatório na modalidade Sistema de Registro de Preço (SRP), voltado a futuras e eventuais contratações de fornecimento de bens e/ou prestação de serviços comuns, desde que o objeto a ser licitado esteja inserido no rol de propósitos associativo do Consórcio, obedecendo ao que dispõe a Lei Federal Nº 8.666/93 e o Decreto Nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e Lei Federal nº 14.133 de 1 de abril de 2021 e suas alterações.

Art. 38. Os editais de licitações e os extratos de contratos celebrados pelo Consórcio Público deverão ser publicados no órgão oficial.

TÍTULO VI

DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 39. A execução das receitas e das despesas do Consórcio obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas, previstas na Lei Federal nº 4.320/64, estando sujeito a fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba-TCE, competente para apreciar as contas de seu representante legal, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos que os entes da Federação consorciados vierem a celebrar com o Consórcio Público.

CAPÍTULO II

DO PATRIMÔNIO E DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 40. O patrimônio do Consórcio Público será constituído:

pelos bens e direitos que adquirir a qualquer título;
pelos bens e direitos que lhe forem transferidos por entidades públicas ou privados.

Parágrafo único – Os bens e direitos adquiridos de forma conjunta, somente serão revertidos ao ente consorciado, sua cota parte, por ocasião da extinção do consórcio.

Art. 41. Constituem recursos financeiros do Consórcio Público:

a entrega mensal de recursos financeiros, de acordo com o contrato de rateio;
a remuneração dos próprios serviços prestados;
os auxílios, contribuições e subvenções concedidas por entidades públicas ou privadas;
saldos do exercício;
doações e legados;
produto de alienação de seus bens livres;
produto de operações de crédito;
as rendas eventuais, inclusive, as resultantes de depósito e de aplicação financeira.
As contribuições mensais feitas pelos municípios associados, definidos pela Assembleia Geral.

§1º Os recursos, rendas, contribuições e eventuais saldos operacionais serão aplicados integralmente na manutenção e desenvolvimento dos objetivos e finalidades do Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável, Inovação e Saúde do Estado da Paraíba – CONDESPB.

§2º É vedada a distribuição de resultados, dividendos, bonificações ou parcelas do patrimônio do CONDEPB, sob qualquer forma ou pretexto.

CAPÍTULO III

DO USO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS

Art. 42. Os entes consorciados terão acesso aos bens adquiridos e aos serviços prestados pelo Consórcio Público, mediante deliberação da Assembleia Geral.

Art. 43. Respeitado o teor da legislação municipal de cada um dos consorciados, cada ente federativo poderá colocar à disposição do Consórcio Público os bens móveis ou imóveis de sua própria administração para uso comum, mediante instrumento de contrato de parceria.

Parágrafo único – O Consórcio Público poderá receber em comodato bens móveis, imóveis, usinas e equipamentos de poderes públicos, Governo Federal, Estadual e Municipal com a finalidade de executar ações de interesses dos entes consorciados, inclusive bens relacionados à saúde pública.

CAPÍTULO IV

DO CONTRATO DE RATEIO

Art. 44. Os Municípios consorciados somente destinarão recursos financeiros ao Consórcio Público mediante contrato de rateio, com previsão dos programas e projetos a serem desenvolvidos em cada área de atuação.

§ 1º O contrato de rateio será formalizado em cada exercício financeiro e seu prazo de vigência não será superior ao das dotações que o suportam, com exceção dos contratos que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados em plano plurianual ou a gestão associada de serviços públicos custeados por tarifas ou outros preços públicos.

§ 2º Cada ente consorciado efetuará a previsão de dotações suficientes na lei orçamentária ou em créditos adicionais, sob pena de suspensão e, depois, exclusão do Consórcio Público.

§ 3º Constitui ato de improbidade administrativa, nos termos do disposto no art. 10, inciso XV, da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992, celebrar contrato de rateio sem suficiente e prévia dotação orçamentária, ou sem observar as formalidades previstas em Lei.

§ 4º As cláusulas do contrato de rateio não poderão conter disposição tendente a afastar, ou dificultar a fiscalização exercida pelos órgãos de controle interno e externo ou pela sociedade civil de qualquer dos entes da Federação consorciados.

§ 5º Os entes consorciados, isolados ou em conjunto, bem como o consórcio público, são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio.

Art. 45. Havendo restrição na realização de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o ente consorciado, mediante notificação escrita, deverá informá-la ao consórcio público, apontando as medidas que tomou para regularizar a situação, de modo a garantir a contribuição prevista no contrato de rateio.

Parágrafo único. A eventual impossibilidade de o ente consorciado cumprir obrigação orçamentária e financeira estabelecida em contrato de rateio obriga o consórcio público a adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites.

Art. 46. É vedada a aplicação dos recursos entregues por meio de contrato de rateio, inclusive os oriundos de transferências ou

operações de crédito, para o atendimento de despesas classificadas como genéricas.

§ 1º Entende-se por despesa genérica aquela em que a execução orçamentária se faz com modalidade de aplicação indefinida.

§ 2º Não se considera como genérica as despesas de administração e planejamento, desde que previamente classificadas por meio de aplicação das normas de contabilidade pública.

CAPÍTULO V

DO EXERCÍCIO SOCIAL E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 47. O exercício social encerrar-se-á, anualmente, em 31 de dezembro de cada ano.

Art. 48. A contabilidade do consórcio será realizada de acordo com as normas de contabilidade pública, com observância, em especial, da Lei nº. 4.320/64 e Lei Complementar nº. 101/2000.

Parágrafo único: A contabilidade do Consórcio deverá permitir que se reconheça a gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus entes consorciados.

Art. 49. Até o dia 20 de fevereiro de cada ano o Presidente deverá apresentar a Assembleia Geral, para deliberação, a prestação de contas anual do exercício anterior e o parecer do Conselho Fiscal.

Art. 50. A prestação de contas do Consórcio Público observará no mínimo:

os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade nos moldes da Lei nº 4.320/64;

a publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras do consórcio, incluindo as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para o exame de qualquer cidadão;

a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto de auxílios ou convênios, conforme previsto em regulamento; a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será realizada, conforme determina o parágrafo único do Art. 70 da Constituição Federal.

TÍTULO VII

DA RETIRADA, INCLUSÃO, EXCLUSÃO DE ENTE CONSORCIADO

CAPÍTULO I

DA RETIRADA

Art. 51. Qualquer ente federativo poderá se retirar do Consórcio Público, desde que seu representante legal apresente ato formal na Assembleia Geral, com antecedência de 30(trinta) dias.

§ 1º Os bens cedidos ao consórcio público pelo ente que se retira somente serão revertidos ou retrocedidos no caso de expressa previsão do instrumento de transferência.

§ 2º A retirada não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira e o consórcio público.

CAPÍTULO II

DA INCLUSÃO

Art. 52. O ingresso de novos entes, que poderão aderir parcialmente as cláusulas do Protocolo de Intenções e do Estatuto do Consórcio Público, deverá ser autorizado pela Assembleia Geral por decisão de um terço do peso do número de votos, nos termos do disposto no artigo 19, incisos I e II deste Estatuto, e ratificado pelo Poder

Legislativo de todos os entes consorciados, obedecido as disposições dos artigos 2º e 3º deste Estatuto.

CAPÍTULO III

DA EXCLUSÃO

Art. 53. A exclusão de entes federativos do Consórcio Público, aplicável depois de prévia suspensão, acontecerá na hipótese descrita no § 5º, artigo 8º, da Lei nº. 11.107/2005.

§ 1º As providências serão determinadas em procedimento administrativo instaurado para tal finalidade, no qual serão observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

§ 2º No período de suspensão, é facultado ao ente consorciado suspenso pedir a sua reabilitação.

§ 3º A exclusão prevista neste artigo não exime o consorciado do pagamento de débitos decorrentes do tempo em que permaneceu inadimplente, e também das obrigações anteriormente assumidas.

Art. 54. Constituirá, ainda, justa causa para a exclusão do consórcio público, a inadimplência do ente consorciado que impeça o consórcio a receber transferências voluntárias ou celebrar convênios para transferência de recursos financeiros com Estado e União.

§ 1º A comprovação do cumprimento das exigências para a realização de transferências voluntárias ou celebração de convênios para transferência de recursos financeiros deverá ser feita por meio de extrato emitido pelo subsistema Cadastro Único de Exigências para Transferências Voluntárias - CAUC, ou por outro meio que venha a ser estabelecido por instrução normativa da Secretaria do Tesouro Nacional.

§ 2º Constituirá ainda também inadimplência do ente consorciado, aquele que deixar de contribuir mensalmente com o Consórcio, em um total de 6 (seis) meses de contribuição.

TÍTULO VIII

DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO

Art. 55. A alteração e a extinção de Contrato de Consórcio Público dependerão de instrumentos aprovados pela Assembleia Geral, ratificado mediante lei por todos os entes consorciados.

§ 1º Os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos reverterão aos consorciados proporcionalmente aos investimentos feitos ao Consórcio.

§ 2º Até que haja decisão que indique os responsáveis pelas obrigações, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, assegurados o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

§ 3º Com a extinção, o pessoal cedido ao Consórcio Público retornará aos seus órgãos de origem e os empregados públicos terão automaticamente rescindidos seus contratos de trabalho com o consórcio, nos termos do § 2º do artigo 29 do decreto nº 6017/2007.

§ 4º A retirada ou a extinção do consórcio não prejudicará as obrigações já constituídas, inclusive os contratos de programa, cuja extinção dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas.

TÍTULO IX

DA PUBLICAÇÃO DOS ATOS, ESTATUTO E DISPOSIÇÕES FINAIS

CAPÍTULO I

DA PUBLICAÇÃO DOS ATOS

Art. 56. O Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável, Inovação e Saúde do Estado da Paraíba – CONDESPB, obedecendo ao princípio da publicidade, publicará no órgão oficial as decisões que digam respeito a terceiros e as de natureza orçamentária, financeira, contratual e de pessoal, inclusive as que digam respeito à

admissão de pessoal, bem como, permitirá que qualquer pessoa tenha acesso a suas reuniões e aos documentos que produzir, salvo, nos termos da lei, os considerados sigilosos por prévia e motivada decisão.

Art. 57. O presente Estatuto será publicado no órgão oficial, podendo ser de forma reduzida, desde que a publicação indique o local e o sítio da rede mundial de computadores – internet, em que se poderá obter o texto integral.

CAPÍTULO II

DO ESTATUTO

Art. 58. O Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável, Inovação e Saúde do Estado da Paraíba – CONDESPB é organizado por meio deste Estatuto Social cujas disposições, sob pena de nulidade deverão atender a todas as cláusulas previstas do Protocolo de Intenções, de criação do consórcio firmado pelos entes federativos.

Art. 59. As alterações estatutárias produzirão seus efeitos após aprovação da Assembleia Geral, mediante publicação no órgão oficial, podendo ser de forma reduzida, desde que esta indique o local e o sítio da rede mundial de computadores – internet, em que se poderá obter o texto integral.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 60. O Município consorciado ficará responsável pela manutenção institucional do Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável, Inovação e Saúde do Estado da Paraíba – CONDESPB, devendo fixar as despesas em lei, bem como, a autorização para abertura de créditos adicionais e suplementares no Orçamento Municipal, as quais serão determinadas em contrato de rateio específico pactuado entre todos os entes federativos consorciados quando da aprovação do Estatuto Social da Entidade.

Art. 61. Qualquer dos entes consorciados, desde que adimplente com suas obrigações poderá exigir o pleno cumprimento das cláusulas do contrato de Consórcio Público.

Art. 62. Aplicam-se ao quadro de pessoal do Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável, Inovação e Saúde do Estado da Paraíba – CONDESPB às disposições constantes no Protocolo de Intenções e suas alterações.

Art. 63. O extrato do presente Estatuto será publicado na imprensa oficial do Consorcio Publico.

Art. 64. Os casos omissos neste Estatuto serão dirimidos por deliberação da Assembleia Geral e pela legislação aplicável à espécie.

Art. 65. O presente Estatuto entra em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral e após a publicação no órgão oficial.

Uiraúna – Paraíba, 29 de fevereiro de 2024.

LUIS CLAUDINO DE CARVALHO FLORÊNCIO

Pref. São João do Rio do Peixe

Presidente

Publicado por:

Abimael Alves Diniz

Código Identificador:D6DF999D

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBAL

GABINETE
CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 003/2024 EXTRATO DOS
CONTRATOS N.º 235/2024, N.º 236/2024 E N.º 237/2024

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS EM

CONFEÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS PARCIAL E TOTAL, MAXILAR E MANDIBULAR EM RESINA ACRÍLICA.

CONTRATO N.º 235/2024

CONTRATADO: TIAGO FERREIRA LICARIAO

CNPJ: 22.212.188/0001-74

VALOR: R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais).

PRAZO DO CONTRATO: até 15/03/2025

CONTRATO N.º 236/2024

CONTRATADO: RICARDO DE SOUSA BRAGA

CNPJ: 29.577.267/0001-28

VALOR: R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais).

PRAZO DO CONTRATO: até 15/03/2025

CONTRATO N.º 237/2024

CONTRATADO: IMPLANTEX SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS LTDA

CNPJ: 29.080.282/0001-66

VALOR: R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais).

PRAZO DO CONTRATO: até 15/03/2025

Rubrica Orçamentária: 02.150 Fundo Municipal de Saúde - 10 301 1049 2073 Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção Primária - 10 301 1049 2077 Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção Primária - Recursos Próprios - 15001002 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - 16000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Pombal-PB, 15 de março de 2024.

ABMAEL DE SOUSA LACERDA

Prefeito / Contratante

TIAGO FERREIRA LICARIAO

Contratado

RICARDO DE SOUSA BRAGA

Contratado

IMPLANTEX SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS LTDA

Contratado

Publicado por:

Thatiane de Araujo Costa

Código Identificador:9428C3EA

GABINETE

PORTARIA GP/PMP Nº 052/2023

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE POMBAL, Estado da Paraíba, no uso das atribuições Legais, que lhe são conferidas pelo art. 23 inciso IV, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o pleito de Vacância por posse em cargo inacumulável formulado pela servidora abaixo nominada, gerando o processo administrativo nº 346/2024, decorrente de sua convocação para assumir cargo efetivo inacumulável com o que atualmente desenvolve neste Poder Executivo Municipal;

CONSIDERANDO ainda os termos do parecer nº 019/2024 emitido pela Procuradoria Geral do Município;

CONSIDERANDO por fim, o disposto no art. 35, inciso VI da Lei Municipal nº 717/1991.

RESOLVE:

Art. 1º - DECLARAR VAGO, o cargo público de **Auxiliar de Serviços Gerais (Zona Urbana)**, exercido pela Sr(a). **JOSÉ WERTEVAN PEREIRA DE LIMA**, servidor(a) público(a) municipal, **Mat.: 1272**, lotado(a) na Secretaria de Saúde, em virtude de sua **POSSE EM OUTRO CARGO INACUMULÁVEL**, conforme documentação probatória arquivada nos referidos autos.

Art. 2º - Fica concedido o pagamento de verbas laborais, caso faça jus, na forma e nos limites da legislação vigente.

Art. 3º - Proceda-se com o devido registro e arquivamento desta Portaria na pasta funcional do(a) servidor(a), com ciência à(ao) interessado(a) e à secretaria municipal de lotação, com baixa provisória de sua pasta funcional, até o transcurso do prazo legal, onde, em não havendo manifestação de retorno expresso da interessada, será dada baixa definitiva em seu assento funcional.

Art. 4º - Esta portaria entra vigor na data de sua publicação.

Gabinete do(a) Prefeito(a) Constitucional do Município de Pombal, Estado da Paraíba, em 21 de março de 2024.

ABMAEL DE SOUSA LACERDA

Prefeito Constitucional de Pombal-PB

Publicado por:

Fernanda Priscila de Souza Bandeira

Código Identificador:6AC5B74E

GABINETE

EXTRATO DE CONTRATOS POR EXCEPCIONAL

INTERESSE PÚBLICO 21/03/2024

CEIP nº 367/2024 (Republicado por incorreção no valor do contrato)

Nome Completo Michelle Pereira de Almeida

CPF 088.831.764-64

Cargo Professor de Creche

Lotação Secretaria de Educação

Objetivo da Contratação na necessidade imprescindível e urgente dos serviços profissionais do(a) contratado(a) em unidade pública de educação municipal, por prazo determinado, tendo em vista a existência de vaga e a ausência de concurso público/processo seletivo vigente, até que seja realizado o referido certame, circunstância essa com previsão na legislação municipal.

Fundamento Legal Art. 2º, inc. XII da LM nº 1084/2001 e alt post.

Valor Mensal 4.474,09

Duração do Contrato 06 meses

Data Início - Assinatura 01/02/2024

CEIP nº 419/2024 (Republicado por incorreção no valor do contrato)

Nome Completo EDNALDO SÁTIRO DE ALENCAR DANTAS

CPF 708.742.574-92

Cargo Médico PSF (Convênio Residência médica)

Lotação Secretaria de Saúde

Objetivo da Contratação na necessidade excepcional, objetivando a não interrupção dos serviços de saúde à população, ante a ausência de médicos concursados e tendo em vista ainda o convênio firmado entre o município de Pombal-PB/Prefeitura Municipal e CEESP, FIP e município de Patos-PB/Pref Municipal, para absorção de médicos em regime de residência médica, na forma da Portaria nº 3.147/2012, do Ministério da Saúde e Lei Municipal nº 1.872, de 11 de abril de 2019 e alterações posteriores, dentro do Programa de Residência em Medicina de Família e Comunidade (PRMFC)

Fundamento Legal Art. 2º, inc. XII da LM nº 1084/2001 e alt post.

Valor Mensal 9.300,00

Duração do Contrato 06 meses

Data Início - Assinatura 01/03/2024

CEIP nº 461/2024

Nome Completo RAFAEL GOMES DE LUCENA

CPF 073.078.044-92

Cargo Médico PSF (Convênio Residência médica)

Lotação Secretaria de Saúde

Objetivo da Contratação na necessidade excepcional, objetivando a não interrupção dos serviços de saúde à população, ante a ausência de médicos concursados e tendo em vista ainda o convênio firmado entre o município de Pombal-PB/Prefeitura Municipal e CEESP, FIP e município de Patos-PB/Pref Municipal, para absorção de médicos em regime de residência médica, na forma da Portaria nº 3.147/2012, do Ministério da Saúde e Lei Municipal nº 1.872, de 11 de abril de 2019

e alterações posteriores, dentro do Programa de Residência em Medicina de Família e Comunidade (PRMFC)
Fundamento Legal Art. 2º, inc. XII da LM nº 1084/2001 e alt post.
Valor Mensal 9.300,00
Duração do Contrato 06 meses
Data Início - Assinatura 07/03/2024

CEIP nº 475/2024 (Republicado por incorreção no valor do contrato)

Nome Completo Filipe Batista de Lima
CPF 092.941.704-62
Cargo Professor da Educação Básica II (MAG II)
Lotação Secretaria de Educação
Objetivo da Contratação na necessidade imprescindível e urgente dos serviços profissionais do(a) contratado(a) em unidade pública de educação municipal, por prazo determinado, tendo em vista a existência de vaga e a ausência de concurso público/processo seletivo vigente, até que seja realizado o referido certame, circunstância essa com previsão na legislação municipal.
Fundamento Legal Art. 2º, inc. XII da LM nº 1084/2001 e alt post.
Valor Mensal 4.474,09
Duração do Contrato 06 meses
Data Início - Assinatura 11/03/2024

CEIP nº 479/2024

Nome Completo EMILY THAMIREZ SOARES FERNANDES
CPF 717.571.184-03
Cargo Auxiliar de Serviços Gerais (Zona Urbana)
Lotação Secretaria de Saúde
Objetivo da Contratação substituir servidor(a) em gozo de benefício legal de férias, qual seja: LINDOVANIA DE ARAUJO TRIGUEIRO - Auxiliar de Serviços Gerais (Zona Urbana) - Matrícula 0032 e a imprescindibilidade e urgência dos serviços profissionais contratados, que detém o devido amparo na legislação municipal
Fundamento Legal Art. 2º, inc. V da LM nº 1084/2001 e alt post.
Valor Mensal 1.412,00
Duração do Contrato 1 Mês
Data Início - Assinatura 14/03/2024

CEIP nº 480/2024

Nome Completo EMILLY KATLEY FERREIRA RODRIGUES
CPF 116.362.934-09
Cargo Odontólogo 30 horas
Lotação Secretaria de Saúde
Objetivo da Contratação na necessidade imprescindível e urgente dos serviços profissionais da contratada na unidade de saúde respectiva, por prazo determinado, tendo em vista a existência de vaga e a ausência de concurso ou processo seletivo vigente com candidato(a) aprovado(a) para o referido cargo, até que se adotem as providências para realização de novo certame público/processo seletivo
Fundamento Legal Art. 2º, inc. XII da LM nº 1084/2001 e alt post.
Valor Mensal 2.888,35
Duração do Contrato 06 meses
Data Início - Assinatura 18/03/2024

CEIP nº 481/2024

Nome Completo Antenor Vieira de Souza Filho
CPF 028.389.164-59
Cargo Motorista
Lotação Secretaria de Educação
Objetivo da Contratação na necessidade imprescindível e urgente dos serviços profissionais do(a) contratado(a) em unidade pública municipal, por prazo determinado, tendo em vista a existência de vaga e a ausência de concurso público/processo seletivo vigente, até que seja realizado o referido certame, circunstância essa com previsão na legislação municipal.
Fundamento Legal Art. 2º, inc. XII da LM nº 1084/2001 e alt post.
Valor Mensal 2.260,78
Duração do Contrato 06 meses
Data Início - Assinatura 18/03/2024

CEIP nº 482/2024

Nome Completo Elisângela Rodrigues Vieira

CPF 073.548.114-83

Cargo Auxiliar de Serviços Gerais (Zona Urbana)

Lotação Secretaria de Educação

Objetivo da Contratação na necessidade imprescindível e urgente dos serviços profissionais do(a) contratado(a) em unidade pública de educação municipal, por prazo determinado, tendo em vista a existência de vaga e a ausência de concurso público/processo seletivo vigente, até que seja realizado o referido certame, circunstância essa com previsão na legislação municipal.

Fundamento Legal Art. 2º, inc. XII da LM nº 1084/2001 e alt post.

Valor Mensal 1.412,00

Duração do Contrato 06 meses

Data Início - Assinatura 18/03/2024

CEIP nº 483/2024

Nome Completo Ingrid Gomes de Santana

CPF 110.435.524-80

Cargo Cuidador (Zona Urbana)

Lotação Secretaria de Educação

Objetivo da Contratação na necessidade imprescindível e urgente dos serviços profissionais do(a) contratado(a) em unidade pública de educação municipal, por prazo determinado, tendo em vista a existência de vaga e a ausência de concurso público/processo seletivo vigente, até que seja realizado o referido certame, circunstância essa com previsão na legislação municipal.

Fundamento Legal Art. 2º, inc. XII da LM nº 1084/2001 e alt post.

Valor Mensal 1.586,76

Duração do Contrato 06 meses

Data Início - Assinatura 18/03/2024

CEIP nº 484/2024

Nome Completo Valdeiza dos Santos Mateus

CPF 086.084.674-10

Cargo Cuidador (Zona Urbana)

Lotação Secretaria de Educação

Objetivo da Contratação na necessidade imprescindível e urgente dos serviços profissionais do(a) contratado(a) em unidade pública de educação municipal, por prazo determinado, tendo em vista a existência de vaga e a ausência de concurso público/processo seletivo vigente, até que seja realizado o referido certame, circunstância essa com previsão na legislação municipal.

Fundamento Legal Art. 2º, inc. XII da LM nº 1084/2001 e alt post.

Valor Mensal 1.586,76

Duração do Contrato 06 meses

Data Início - Assinatura 18/03/2024

CEIP nº 485/2024

Nome Completo Doniel Duarte Souto

CPF 719.110.424-40

Cargo Cuidador (Zona Urbana)

Lotação Secretaria de Educação

Objetivo da Contratação na necessidade imprescindível e urgente dos serviços profissionais do(a) contratado(a) em unidade pública de educação municipal, por prazo determinado, tendo em vista a existência de vaga e a ausência de concurso público/processo seletivo vigente, até que seja realizado o referido certame, circunstância essa com previsão na legislação municipal.

Fundamento Legal Art. 2º, inc. XII da LM nº 1084/2001 e alt post.

Valor Mensal 1.586,76

Duração do Contrato 06 meses

Data Início - Assinatura 18/03/2024

CEIP nº 486/2024

Nome Completo Paloma Alencar de Almeida

CPF 105.301.024-98

Cargo Cuidador (Zona Urbana)

Lotação Secretaria de Educação

Objetivo da Contratação na necessidade imprescindível e urgente dos serviços profissionais do(a) contratado(a) em unidade pública de educação municipal, por prazo determinado, tendo em vista a existência de vaga e a ausência de concurso público/processo seletivo vigente, até que seja realizado o referido certame, circunstância essa com previsão na legislação municipal.

Fundamento Legal Art. 2º, inc. XII da LM nº 1084/2001 e alt post.

Valor Mensal 1.586,76
Duração do Contrato 06 meses
Data Início - Assinatura 18/03/2024

CEIP nº 487/2024

Nome Completo Tais Cristina dos Santos Santana

CPF 706.614.154-73

Cargo Cuidador (Zona Urbana)

Lotação Secretaria de Educação

Objetivo da Contratação na necessidade imprescindível e urgente dos serviços profissionais do(a) contratado(a) em unidade pública de educação municipal, por prazo determinado, tendo em vista a existência de vaga e a ausência de concurso público/processo seletivo vigente, até que seja realizado o referido certame, circunstância essa com previsão na legislação municipal.

Fundamento Legal Art. 2º, inc. XII da LM nº 1084/2001 e alt post.

Valor Mensal 1.586,76

Duração do Contrato 06 meses

Data Início - Assinatura 18/03/2024

CEIP nº 488/2024

Nome Completo Joselia Silva Barreto

CPF 087.532.334-09

Cargo Cuidador (Zona Urbana)

Lotação Secretaria de Educação

Objetivo da Contratação na necessidade imprescindível e urgente dos serviços profissionais do(a) contratado(a) em unidade pública de educação municipal, por prazo determinado, tendo em vista a existência de vaga e a ausência de concurso público/processo seletivo vigente, até que seja realizado o referido certame, circunstância essa com previsão na legislação municipal.

Fundamento Legal Art. 2º, inc. XII da LM nº 1084/2001 e alt post.

Valor Mensal 1.586,76

Duração do Contrato 06 meses

Data Início - Assinatura 18/03/2024

CEIP nº 489/2024

Nome Completo Kallyandro de Lima Ferreira

CPF 715.898.354-41

Cargo Cuidador (Zona Urbana)

Lotação Secretaria de Educação

Objetivo da Contratação na necessidade imprescindível e urgente dos serviços profissionais do(a) contratado(a) em unidade pública de educação municipal, por prazo determinado, tendo em vista a existência de vaga e a ausência de concurso público/processo seletivo vigente, até que seja realizado o referido certame, circunstância essa com previsão na legislação municipal.

Fundamento Legal Art. 2º, inc. XII da LM nº 1084/2001 e alt post.

Valor Mensal 1.586,76

Duração do Contrato 06 meses

Data Início - Assinatura 18/03/2024

CEIP nº 490/2024

Nome Completo Mariana Ribeiro dos Santos

CPF 073.190.644-64

Cargo Cuidador (Zona Urbana)

Lotação Secretaria de Educação

Objetivo da Contratação na necessidade imprescindível e urgente dos serviços profissionais do(a) contratado(a) em unidade pública de educação municipal, por prazo determinado, tendo em vista a existência de vaga e a ausência de concurso público/processo seletivo vigente, até que seja realizado o referido certame, circunstância essa com previsão na legislação municipal.

Fundamento Legal Art. 2º, inc. XII da LM nº 1084/2001 e alt post.

Valor Mensal 1.586,76

Duração do Contrato 06 meses

Data Início - Assinatura 19/03/2024

CEIP nº 491/2024

Nome Completo YOHANNA MILLENY FIRMINO AZEVEDO

CPF 096.702.094-80

Cargo MEDICO RESIDENTE

Lotação Secretaria de Saúde

Objetivo da Contratação na necessidade excepcional, objetivando a não interrupção dos serviços de saúde à população, ante a ausência de médicos concursados e tendo em vista ainda o convênio firmado entre o município de Pombal-PB/Prefeitura Municipal e CEESP, FIP e município de Patos-PB/Pref Municipal, para absorção de médicos em regime de residência médica, na forma da Portaria nº 3.147/2012, do Ministério da Saúde e Lei Municipal nº 1.872, de 11 de abril de 2019 e alterações posteriores, dentro do Programa de Residência em Medicina de Família e Comunidade (PRMFC)

Fundamento Legal Art. 2º, inc. XII da LM nº 1084/2001 e alt post.

Valor Mensal 9.300,00

Duração do Contrato 06 meses

Data Início - Assinatura 19/03/2024

Publicado por:

Fernanda Priscila de Souza Bandeira

Código Identificador:F402A991

GABINETE

EXTRATO ADITIVO CONTRATO N.º 268/2022

ADITIVO: Terceiro aditivo do contrato n.º 268/2022

OBJETO: SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE - RSS, PROVENIENTE DOS GRUPOS A, B E E.

CONTRATADA: TRASH COLETA E INCINERAÇÃO DE LIXO HOSPITALAR LTDA

CNPJ: 10.482.492/0001-52

MOTIVO: Prorrogação de Prazo

VIGENCIA DO ADITIVO: 05 de abril de 2024 a 31 de dezembro de 2024.

FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA: art. 57, II da Lei 8.666/93.

Pombal, 21 de março de 2024.

ABMAEL DE SOUSA LACERDA

Prefeito/ Contratante

TRASH COLETA E INCINERAÇÃO DE LIXO HOSPITALAR LTDA

Contratado

Publicado por:

Jackelyne de Oliveira Silva

Código Identificador:4E36E06D

GABINETE

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL GP/PMP N.º 022/2024

Pombal-PB, 21 de março de 2024.

À Ilma. Contratada

CLARO MED EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA, localizado na Rua Rio Paraná, Nº 185, Jardim do Café, Cambé/PR, Cep: 86.185-300, inscrito no CNPJ sob o nº 13.719.523/0001-34;

O MUNICÍPIO DE POMBAL/PB, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita sob o CNPJ o nº 08.948.697/0001-39, com sede na Praça Monsenhor Valeriano Pereira, nº 15, Centro, Pombal-PB, CEP 58840-000, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, **ABMAEL DE SOUSA LACERDA**, brasileiro casado, médico, no exercício de mandato eletivo de Prefeito Municipal, vem, através do presente documento, **NOTIFICAR** a mencionada empresa, nos termos do **Contrato n. 792/2023**, oriundo do **Pregão Eletrônico n. 40/2023**, para que apresente, **em um prazo de 24h**, informações/justificativa, e sane as irregularidades apontadas nas alegações a seguir alinhavadas.

Da inobservância ao prazo de entrega do(s) item(ns) contratado(s), fornecido(s) à Secretaria Municipal de Saúde, abaixo discriminados (Requisição Administrativa n. 15561):

CÓD.	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	UNID.
	Escada com 2 degraus: Aço Inox. Degraus revestidos em Material Sintético Anti Derrapante. Estrutura em tubos redondos. Pés Tubulares 3/4 em Aço Inox com Ponteiros;	PRADO / 2 DRGRAUS	UND

Aduzem as cláusulas 7.1 e 9.1.5 do referido contrato o seguinte:

[DOS PRAZOS, LOCAL, CONDIÇÕES DE ENTREGA E VIGÊNCIA]

7.1 A entrega será de forma parcelada de acordo com a necessidade da Prefeitura e quando requisitada, deverá ser em entregue em até 25 (vinte e cinco) dias após o recebimento da ordem de fornecimento/compra, contendo a especificação dos materiais, marcas e a quantidade, devidamente autorizada e identificada.

[DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO]

9.1.5. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

Consta nos arquivos desta edilidade que a(s) solicitação(ões) para entrega do(s) item(ns) vencido(s) pela empresa à Secretaria Municipal de Saúde foi(foram) feita(s) e a empresa devidamente notificada.

Contudo, até o presente momento, não houve a entrega dos itens requisitados, conforme informado pela referida secretaria. Assim, a empresa já se encontra em mora perante o município.

Desse modo, como a responsabilidade contida no contrato firmado com esta edilidade para sanar toda e qualquer irregularidade, no que diz respeito ao cumprimento do prazo de fornecimento é da empresa contratada, o município de Pombal vem **NOTIFICAR** Vossa Senhoria, nos termos do **Contrato n. 792/2023**, para que apresente, **em 24h**, informações/justificativa sobre o atraso na entrega do(s) produto(s) requisitado(s).

Vale salientar que a não apresentação de reposta no prazo aventado ensejará na adoção de providências administrativas e judiciais cabíveis à espécie pela edilidade municipal.

ABMAEL DE SOUSA LACERDA

Prefeito Constitucional

Publicado por:

Fernanda Priscila de Souza Bandeira

Código Identificador:320B4C46

GABINETE

**RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
(INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 002/2024)**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBAL - PB

CONTRATADO: IMPRENSA NACIONAL

CNPJ: 04.196.645/0001-00

Valor: R\$ 58.029,72 (Cinquenta e Oito Mil e Vinte e Nove Reais e Setenta e Dois Centavos).

Período contratação: até 31/12/2024

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 14.133/21 Art. 74, Inciso I.

RATIFICO nos termos do artigo 74 da Lei Federal n.º 14.133/21 a Inexigibilidade de Licitação **n.º 002/2024**, em conformidade com o parecer jurídico emanado pela Assessoria Jurídica no dia 18 de março de 2024.

Pombal-PB, 21 de março de 2024.

ABMAEL DE SOUSA LACERDA

Prefeito Constitucional

Publicado por:

Thatiane de Araujo Costa

Código Identificador:5B2BE417

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEAD/PMP N.º 0282/2024**

O Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhes são permitidas pela Lei Orgânica do Município, pelo Estatuto dos Servidores Públicos do município (Lei Municipal n.º 717/91) e demais instrumentos normativos aplicáveis,

CONSIDERANDO as conclusões que emergiram da Sindicância Administrativa n.º 001/2023, instituída pelas Portaria SEAD n.º 280/2023, a partir dos fatos narrados no Ofício UPA/SMS/PMP n.º 001/2023, dando conta de possível prática caracterizadora de abandono de cargo, por força do contido na Lei Municipal n.º 717/91 e alterações posteriores;

CONSIDERANDO, o interesse público, que determina a necessária apuração das irregularidades eventualmente praticadas por servidor público do município, no exercício de suas atribuições, conforme indicadas no relatório final da citada sindicância;

CONSIDERANDO ainda, tratar-se de prática e conduta que, em se configurando, poderá ensejar penalidade prevista no art. 148, inciso II, da Lei Municipal n.º 717/90 e alterações posteriores; e

CONSIDERANDO por fim, que a Constituição Federal equiparou os expedientes administrativos aos judiciais, no que concerne ao resguardo de garantias do(s) acusado(s), e ainda o risco de anulação desses expedientes por vícios formais e ainda reconhecendo que os servidores possuem conduta ilibada e, portanto, estão aptos a participarem dos trabalhos de apuração de cometimento ou não de falta grave em processo administrativo para esse fim constituído.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, os servidores deste município: **Jordão de Sousa Martins**, servidor ocupante do cargo efetivo de Procurador do Município, mat.: 0893, **Aldicélia do Nascimento Oliveira Calado**, servidor(a) do quadro efetivo deste Poder Executivo Municipal, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, mat.: 2041 e **Luana Lane Vieira da Silva**, servidor(a) do quadro deste Poder Executivo Municipal, ocupante do cargo de Coordenadora de Saúde Bucal, mat.: 1930 para, sob a Presidência do(a) primeiro(a), comporem a **COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR**, que fica por este ato instituída, na forma do art. 159 e ss da Lei Municipal n.º 717/91 e alterações posteriores, destinada a apurar as circunstâncias e os fatos indicados no Relatório Final da Sindicância Administrativa n.º 001/2023, bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos, a fim de identificar possível violação dos deveres funcionais contidos no art. 132 ou cometido quaisquer das condutas vedadas pelo art. 133, ambos da legislação municipal supracitada.

Art. 3º - A comissão instituída por esta portaria será a de **n.º 001/2024** e terá prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão dos seus trabalhos, podendo ser prorrogado por igual período, mediante prévia justificativa.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, em 21 de março de 2024.

DJONIERISON JOSÉ FELIX DE FRANÇA

Secretário Municipal de Administração

Prefeitura de Pombal-PB

Publicado por:
Marília Tatiana da Silva Costa
Código Identificador:617B7D82

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXABA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO 007/2024

AVISOS DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2024

A pregoeira da Prefeitura Municipal de Quixaba/PB, torna público que realizará no sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2024** cujo objeto é: A Contratação de empresa visando fornecimento parcelado de material de expediente e papelaria destinado as diversas secretarias do município de Quixaba/PB, nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que regulamenta o pregão eletrônico, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações. O edital está disponível nos sites: www.portaldecompraspublicas.com.br, www.quixaba.pb.gov.br ou Mural de Licitações do TCE-PB. A sessão pública na forma eletrônica será aberta às 09:00hs (Horário de Brasília) do dia 04/04/2024. Esclarecimentos no horário das 08h:00 às 17h:00 de segunda a sexta feira.

FABRÍCIA ARAÚJO CANDEIA
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Allane Candeia de Macedo Guedes
Código Identificador:E74862AB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO PREGÃO PRESENCIAL 006/2024

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXABA/PB
PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2024

OBJETO: Aditivar o contrato de prestação dos serviços de locação de veículos, em bom estado de uso e conservação de segurança, manutenção e troca de pneus por conta da contratada, para trafegar principalmente, em estradas vicinais da Zona Rural do município, pelo período de 11 (onze) meses, para atender as necessidades da secretaria de educação do município de Quixaba-PB, **AUMENTANDO A ROTA ORIGINALMENTE CONTRATADA EM MAIS 16 KM POR DIA, ACRESCENTANDO O SÍTIO BOA ESPERANÇA.**

RECURSOS: 15000000 Recursos não vinculados de Impostos; 15001001-MDE; 15001002- FUS

CONTRATADO: IVANILDO DA NÓBREGA ALVES, CPF Nº 753.194.034-53, residente no sítio Quixaba, Zona Rural, Quixaba/PB.

VALOR TOTAL: R\$ 53.571,54 (cinquenta e três mil e quinhentos e setenta e um reais e cinquenta e quatro centavos) já com o quantitativo aditivado de R\$ 6.079,04 (seis mil e setenta e nove reais e quatro centavos).

DATA DA VIGÊNCIA: 31/12/2024.

Publicado por:
Allane Candeia de Macedo Guedes
Código Identificador:CC0387F0

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DOS GARROTES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO DISPENSA DE
LICITAÇÃO Nº 0013/2024

OBJETO: Contratação de empresa para executar os serviços de dedetização dos prédios públicos vinculados ao município de Santana

dos Garrotes/PB, que obedecerá às disposições do art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021.

RECURSOS: Recursos Ordinários e/ou Convênios.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DOS GARROTES/PB

CONTRATADO: JOSÉ VIEIRA DA SILVA FILHO - DEDETIZAÇÃO EM RESIDÊNCIAS, QUINTAIS E FORROS EM GERAL - CNPJ: 18.008.900/0001-40, com sede na Rua São Paulo, 211, centro, Diamante/PB, CEP: 58.994-000.

VALOR GLOBAL DO CONTRATO: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

DATA DA CELEBRAÇÃO/VIGÊNCIA: 19/03/2024 a 31/12/2024.

Publicado por:
Robson Marcos Delfino Laurêncio
Código Identificador:F5CDCBDA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO DISPENSA DE
LICITAÇÃO Nº 0014/2024

OBJETO: Contratação de empresa para executar o sistema completo para Gestão de Contratos e Controle de Estoque específico do Setor Público e Controle de Compras, ambiente Web, no município de Santana dos Garrotes/PB, que obedecerá às disposições do art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021.

RECURSOS: Recursos Ordinários e/ou Convênios.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DOS GARROTES/PB

CONTRATADO: FACILITA - CONSULTORIA E ASSESSORIA EM GESTÃO PÚBLICA - CNPJ: 44.448.734/0001-03, com sede na Rua Projetada, s/n, setor 04, bairro João Diniz, Itaporanga/PB, CEP: 58.780-000.

VALOR GLOBAL DO CONTRATO: R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), com valor mensal de R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais).

DATA DA CELEBRAÇÃO/VIGÊNCIA: 19/03/2024 a 31/12/2024.

Publicado por:
Robson Marcos Delfino Laurêncio
Código Identificador:99BE4CD9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE 4º ADITIVO DE PRAZO E VALOR DE
CONTRATO PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DOS
GARROTES/PB PREGÃO PRESENCIAL Nº 0023/2021

OBJETO: Contratação de serviço contínuo especializado, no planejamento, execução e controle de prestações de contas dos convênios federais e estaduais, junto aos sistemas (SICONV, SIMEC, SUASWEB, SIGPC/FNDE, SGIPACTO/ESTADO, SISMOB, GEO-referenciamento- TCE/PB; assessoria e consultoria na elaboração de projetos técnicos, junto ao município e acompanhamento dos pleitos junto aos Ministérios e Secretarias do Estado, obedecendo às disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17/01/2002, Decreto Federal nº 3.555, de 08/08/2000, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber a Lei 8.666, de 21/06/93 com suas alterações posteriores.

RECURSOS – UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/INFRA ESTRUTURA; SECRETARIA DE EDUCAÇÃO; SECRETARIA DE FINANÇAS; SECRETARIA DE SAÚDE/FMS e SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL/FMAS/PROGRAMAS/OUTROS; **ELEMENTO DE DESPESA:** 3390.39 outros serviços de terceiros pessoa jurídica. (art. 55, inciso V, da Lei nº 8.666/93), da Prefeitura Municipal.

CONTRATADO: FC ASSESSORIAE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL E PÚBLICA LTDA - PRESTCONTAS - CNPJ: 16.747.441/0001-91, sediada na Rua Elias Ásfora, 1195, Quadra 34, Lote P12, Patos/PB, CEP: 58.701-300.

VALOR: R\$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais), com valor mensal de R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais), já com valor aditivado de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).

DATA DA VIGENCIA: 28/12/2024.

Publicado por:
Robson Marcos Delfino Laurêncio
Código Identificador:34A5137C

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO E CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO
CONTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 003/2024**

A Câmara Municipal de Santana dos Garrotes/PB, localizada à Rua Renato Teotônio, Centro, CEP: 58.795-000 – Santana dos Garrotes - PB, através de seu Agente de Compras, **COMUNICA** a todos os interessados, referente a dispensa de licitação nº 003/2024, que tem como objeto a contratação de empresa para executar a obra na Câmara Municipal de Santana dos Garrotes-PB, localizada na Rua Renato Teotônio, Centro, Santana dos Garrotes – PB, que obedecerá às disposições do art. 75, inciso I, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, em conformidade com a Lei, que foi declarada **VENCEDORA** a empresa: **J. ANDRADE LTDA – CONSTRUTORA ANDRADE – CNPJ Nº 07.367.680/0001-25, com sede na Rua Luziano Gerlisson de Sousa Lucena, 37, Conjunto Antônio Lopes, Coremas – PB, com valor global de R\$ 111.905,49 (cento e onze mil novecentos e cinco reais e quarenta e nove centavos), por ter apresentado a proposta mais vantajosa para administração e por ter atendido todos os requisitos, e desde já CONVOCAMOS** a referida empresa para devida assinatura do respectivo termo de contrato em até 05 (cinco) dias úteis, a partir desta publicação, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 em sua redação final
Câmara Municipal de Santana dos Garrotes/PB, 21 de março de 2024.

DAMIÃO CESAR PEREIRA DE BRITO
Agente de Compras

Publicado por:
Robson Marcos Delfino Laurêncio
Código Identificador:699B1AF3

**SECRETARIA DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO DISPENSA DE
LICITAÇÃO Nº 0015/2024**

OBJETO: Contratação de empresa para a prestação de serviços de assessoria em saúde na atenção básica e na operacionalização de programas e de projetos junto ao conselho municipal de saúde no que se refere ao monitoramento dos sistemas de informatização da saúde, tais como: EGESTOR, SAIPS, E-SUS E FNS. Elaborando os projetos básicos para cadastro nos sistemas e planejamento financeiro no que se diz a respeito do remanejamento dos blocos e acompanhamento, monitoramento do sistema DIGISUS e instrumentos de gestão, elaboração de proposta para incentivo e implantação de serviços de políticas públicas., no município de Santana dos Garrotes/PB, que obedecerá às disposições do art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021.

RECURSOS: Recursos Ordinários e/ou Convênios.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DOS GARROTES/PB

CONTRATADO: SARAH MARIA BERNARDINO TAVARES - CNPJ: 31.933.686/0001-05 – sediada na Rua Doutor Pedro Firmino, 600, Andar térreo, Brasília, Patos/PB, CEP: 58.700-350.

VALOR GLOBAL DO CONTRATO: R\$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais), com valor mensal de R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais).

DATA DA CELEBRAÇÃO/VIGENCIA: 19/03/2024 a 31/12/2024.

Publicado por:
Robson Marcos Delfino Laurêncio
Código Identificador:F002D1DA

**SECRETARIA DE TRANSPORTES E MOBILIDADE URBANA
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO DISPENSA DE
LICITAÇÃO Nº 0016/2024**

OBJETO: Contratação de empresa para fornecer (aluguel) Software de Controle de Combustível 100% WEB, com integração no posto de Combustível licitado (contratado), bem como acesso na nossa secretaria de Controle Interno, comunicando simultaneamente, com vista a disponibilizar a entidade pública mecanismos de controle para prevenção de erros, fraudes e desperdícios, trazendo benefícios e o correto atendimento à população do município de Santana dos Garrotes – PB, que obedecerá às disposições do art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021.

RECURSOS: Recursos Ordinários e/ou Convênios.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DOS GARROTES/PB

CONTRATADO: HC2 SOLUÇÕES EM GESTÃO PÚBLICA LTDA - CNPJ: 44.608.136/0001-54, sediada na Rua Escritor Rui Barbosa, 618, Apto 103, 1º andar, Edifício João Alves, Centro, Patos/PB, CEP: 58.700-060.

VALOR GLOBAL DO CONTRATO: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), com valor mensal de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

DATA DA CELEBRAÇÃO/VIGENCIA: 19/03/2024 a 31/12/2024.

Publicado por:
Robson Marcos Delfino Laurêncio
Código Identificador:883466C7

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTINHO**

**GABINETE DO PREFEITO(A)
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - CONCORRÊNCIA
ELETRÔNICA Nº 00001/2024**

Nos termos do relatório final apresentado pelo Agente de contratação e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente a Concorrência Eletrônica nº 00001/2024, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR OS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO EM DIVERSAS RUAS NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTINHO/PB, CONFORME PROJETO E PLANILHA ORCAMENTARIA; ADJUDICO o objeto e HOMOLOGO a licitação, com base nos elementos constantes do processo correspondente, os quais apontam como proponente vencedor: ICCP CONSTRUÇÕES LTDA - R\$ 352.386,00. Ficando desde já convocada a vencedora a comparecer no prazo de cinco dias úteis, para assinatura do contrato.

São Bentinho - PB, 21 de Março de 2024

MÔNICA DOS SANTOS FERREIRA –
Prefeita

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTINHO**

EXTRATO DE REVOGAÇÃO

A Prefeita Constitucional do Município de São Bentinho – PB, no uso de suas prerrogativas que lhe confere a lei, resolve **REVOGAR** o Pregão Eletrônico 00013/2024 que tem como objeto “Contratação dos serviços de transporte de estudantes da zona rural para a sede do município, incluindo veículos e condutores devidamente habilitados, para atender a demanda da secretaria de educação do município de São Bentinho/PB”. A revogação tem amparo legal no Art. 71, II, da Lei 14.133/21 e Súmula 473 do STF. O Ato de Revogação caberá manifestação dos interessados no prazo de 03 (três) dias úteis, em cumprimento ao disposto no Art. 71, § 3º, da Lei nº 14.133/2021. O Termo de Revogação está anexado no Sistema do Portal de Compras Públicas, e o acesso ao processo está disponível aos interessados para conhecimento do inteiro teor da Decisão. Informações: no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no seguinte endereço - Rua

Francisco Felinto dos Santos, 08 - Centro - São Bentinho - PB. E-mail: saobentinhopb.licitacoes@gmail.com.

São Bentinho/PB, 20 de março de 2024.

MÔNICA DOS SANTOS FERREIRA
Prefeita

Publicado por:
Monica Pereira Dos Santos
Código Identificador:4C5EF793

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS

GABINETE DA PREFEITA
LEI ORDINÁRIA N.º 472, DE 19 DE MARÇO DE 2024

LEI ORDINÁRIA N.º 472, DE 19 DE MARÇO DE 2024.

Dispõe sobre a abertura de créditos adicionais especiais para o fim que especifica e adota outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS, ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições constitucionais e legais, faz saber que a Câmara Municipal aprova e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), destinado a preservar a manutenção do equilíbrio das contas do erário, bem como objetivando o saneamento do planejamento orçamentário e a melhor execução do cumprimento das metas previstas na Lei Orçamentária Anual do Município.

Parágrafo único. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das seguintes rubricas orçamentárias:

00.212 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO DOMINGOS

10.301.1011.2163 – Remuneração do Piso da Enfermagem

Recurso: **16050000** - Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem.

3.1.90.04.00 – Contratação por tempo determinado.....R\$ 120.000,00

TotalR\$ 120.000,00

Art. 2º. Constituem fontes de recursos para atender a execução do crédito especial mencionado no art. 2º, a fim de se respeitar às disposições legais previstas na Lei Federal n.º 4.320/64, a anulação das dotações a seguir:

00.212 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO DOMINGOS

10.301.1011.2163 – Remuneração do Piso da Enfermagem

Recurso: **16050000** - Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem.

3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....R\$ 120.000,00

TotalR\$ 120.000,00

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de São Domingos – PB, em 19 de março de 2024.

ADEILZA SOARES FREIRES
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Jefferson Peixoto de Sousa
Código Identificador:6C20F5F7

GABINETE DA PREFEITA
LEI ORDINÁRIA N.º 473, DE 19 DE MARÇO DE 2024

LEI ORDINÁRIA N.º 473, DE 19 DE MARÇO DE 2024.

Institui o piso salarial profissional dos ocupantes do cargo público de Odontólogo no âmbito do Município de São Domingos – PB e adota outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS, ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições constitucionais e legais, faz saber que a Câmara Municipal aprova e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído o piso salarial profissional para os ocupantes do cargo público de Odontólogo no Município de São Domingos - PB, nos termos desta Lei.

Art. 2º. O piso salarial profissional dos Odontólogos, para uma jornada de trabalho de 30 (trinta) horas semanais, não poderá ser inferior a R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos) reais.

Parágrafo único. É autorizado o pagamento proporcional do piso salarial profissional nos casos em que o agente possuir carga horária semanal inferior a 30 (trinta) horas.

Art. 3º. Farão jus ao piso salarial profissional criado por esta Lei os ocupantes do cargo público de Odontólogo que tenham sido investidos mediante prévia aprovação em concurso público.

Art. 4º. O piso salarial estabelecido nesta Lei será reajustado anualmente, com base no índice de correção oficial adotado pelo Governo Federal na atualização do salário-mínimo.

Art. 5º. Fica estabelecido que o piso salarial instituído por esta Lei não poderá ser reduzido em virtude de acordos, convenções coletivas de trabalho ou negociações sindicais.

Art. 6º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a 1º de março de 2024, ficando revogadas as disposições anteriores em sentido contrário.

Gabinete do Chefe do Poder Executivo de São Domingos – PB, em 19 de março de 2024.

ADEILZA SOARES FREIRES
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Jefferson Peixoto de Sousa
Código Identificador:257FBBA6

GABINETE DA PREFEITA
LEI ORDINÁRIA N.º 474, DE 19 DE MARÇO DE 2024

LEI ORDINÁRIA N.º 474, DE 19 DE MARÇO DE 2024.

Institui o dia municipal da conscientização sobre o autismo no calendário oficial de datas e eventos do Município de São Domingos – PB e adota outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS, ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições constitucionais e legais, faz saber que a Câmara Municipal aprova e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído no calendário oficial de datas e eventos do Município de São Domingos o dia municipal da Conscientização sobre o Autismo, a ser realizado anualmente no dia 02 de abril.

Art. 2º. No dia da Conscientização sobre o Autismo deverão ser realizadas diversas atividades nas unidades que atendem os autistas, campanhas, eventos de inclusão, com palestras, divulgações, seminários e panfletagem direcionadas à atenção necessária às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Art. 3º. A data visa informar e orientar a população sobre o autismo, a importância do diagnóstico precoce, as formas de tratamento, os serviços de apoio à família e respeito ao cidadão autista, bem como busca impedir a discriminação e preconceito contra todos aqueles que apresentam o Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Chefe do Poder Executivo de São Domingos – PB, em 19 de março de 2024.

ADEILZA SOARES FREIRES

Chefe do Poder Executivo

Publicado por:

Jefferson Peixoto de Sousa

Código Identificador:899F7F6B

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
REPUBLICADO POR CORREÇÃO DE INFORMAÇÕES

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO
HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00086/2023

Onde leia-se: Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Eletrônico nº 00086/2023, que objetiva: AQUISIÇÃO PARCELADA DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO/PB; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor de: A FAVARIN DISTRIBUIDORA LTDA - R\$ 21.920,00; BIOMED DIST. HOSP. N.S. CONCEIÇÃO LTDA - R\$ 8.499,50; DL MEDICAMENTOS LTDA - R\$ 1.996,00; FARMAGUEDES COMÉRCIO DE PROD. FARM., MÉDICOS E HOSP. LTDA ME - R\$ 1.421,90; LIVMED MATERIAIS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA - R\$ 13.074,49; **M.TESTA CONFECCAO - R\$ 642,50;** MED & FARMA COMERCIO ATACADISTA MEDICAMENTOS LTDA - R\$ 6.369,80; ODONTOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA - R\$ 34.489,25; VESCIA MARIA FERNANDES DUARTE EIRELI - R\$ 25.872,22; VIDA NATURALIS COMERCIO ATACADISTA LTDA - R\$ 5.311,85.

Leia-se: Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Eletrônico nº 00086/2023, que objetiva: AQUISIÇÃO PARCELADA DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO/PB; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor de: A FAVARIN DISTRIBUIDORA LTDA - R\$ 21.920,00; BIOMED DIST. HOSP. N.S. CONCEIÇÃO LTDA - R\$ 8.499,50; DL MEDICAMENTOS LTDA - R\$ 1.996,00; FARMAGUEDES COMÉRCIO DE PROD. FARM., MÉDICOS E HOSP. LTDA ME - R\$ 1.421,90; LIVMED MATERIAIS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA - R\$ 13.074,49; **INFINITI CONFECCAO LTDA - R\$ 642,50;** MED & FARMA COMERCIO ATACADISTA MEDICAMENTOS LTDA - R\$ 6.369,80; ODONTOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA

- R\$ 34.489,25; VESCIA MARIA FERNANDES DUARTE EIRELI - R\$ 25.872,22; VIDA NATURALIS COMERCIO ATACADISTA LTDA - R\$ 5.311,85.

São Francisco - PB, 19 de Março de 2024

GERONCIO SUCUPIRA JUNIOR -

Prefeito

Publicado por:

Francisco Lopes de Lima

Código Identificador:88E92C98

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA LAGOA
TAPADA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA LAGOA
TAPADA

EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: Locação de impressora a laser para atender as necessidades de diversas secretarias do município de São José da Lagoa Tapada/PB. **FUNDAMENTO LEGAL:** Dispensa de Licitação nº DV00006/2024. **DOTAÇÃO:** Recursos não Vinculados de Impostos: 04.122.2003.2005 MANUT ADM DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 500. Recurso não Vinculado de Impostos. 3.3.90.39.001 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA 10.122.2003.2060 MANUTENÇÃO E ADM DA SEC MUN DE SAÚDE 500. Recurso não Vinculado de Impostos. 3.3.90.39.001 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA 10.301.1012.2117 MANUTENÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DAS UNIDADES BASICA DE SAÚDE 500. Recurso não Vinculado de Impostos. 600. Transferência Fundo a Fundo de Recursos do SUS Proveniente do gov 3.3.90.39.001 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA 12.361.2003.2028 MANUT E ADM DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 500. Recurso não Vinculado de Impostos. 3.3.90.39.001 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA 12.361.1003.2093 MANUTENÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR 500. Recurso não Vinculado de Impostos. 540. Transferência do FUNDEB – Impostos e Transferência de Impostos 3.3.90.39.001 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA 2080 FUNDO M ASSIST SOCIAL – FMASSJLT 08.244.1001.2104 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL 660. Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social 3.3.90.39.01 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA JURIDICA. **VIGÊNCIA:** até 21/03/2025. **PARTES CONTRATANTES:** Prefeitura Municipal de São José da Lagoa Tapada e: CT Nº 00068/2024 - 21.03.24 - QUEIROGA & ABRANTES LTDA - ME - R\$ 57.000,00.

Publicado por:

Jose Macio de Andrade

Código Identificador:24BA361C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA

PORTARIA Nº 02/2024.

A Secretária Municipal de Educação de São José da Lagoa Tapada, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Designar os servidores, Paloma Araújo Silva Leite matrícula nº 406, Vera Lucia Soares de Sousa matrícula nº 163, Francisca Viturino de Sousa nº119 e Damiana de Sousa matrícula nº 1176 para, sob a Presidência da primeira, constituírem a Comissão do Processo Seletivo Simplificado para a Contratação Temporária de Excepcional

Interesse Público, edital 02/2024, a ser realizado pela Prefeitura do Município de São José da Lagoa Tapada – PB.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Secretaria de Educação do Município de São José da Lagoa Tapada – PB, em 12 de março de 2024.

ALINE SARMENTO COURA
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Carlos Antonio Braga de Sá
Código Identificador:ACD7B5F8

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE ESPINHARAS

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO – PREGÃO ELETRÔNICO
00003/2024

OBJETO: Aquisição de Medicamentos para os programas de assistência farmacêutica básica, programa de hipertensão e diabetes e programa de saúde mental para distribuição gratuita nas unidades básicas de saúde do Município de São José de Espinharas/PB. **FUNDAMENTO LEGAL:** Pregão Eletrônico nº 00003/2024. **DOTAÇÃO:** UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: CONFORME CONTRATO. **VIGENCIA:** 12 (doze) meses. **PARTES CONTRATANTES:** Prefeitura Municipal de São José de Espinharas e: A COSTA COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - CNPJ Nº 02.977.362/0001-62, CONTRATO Nº 90301/2024 - VALOR: R\$ 85.559,00; ATIVA MEDICO CIRURGICA LTDA - CNPJ Nº 09.182.725/0001-12, CONTRATO Nº 90302/2024 - VALOR: R\$ 59.000,00; CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ Nº 12.418.191/0001-95, CONTRATO Nº 90303/2024 - VALOR: R\$ 21.490,00; Endomed Comercio e Representações de Medicamentos Ltda - CNPJ Nº 70.104.344/0001-26, CONTRATO Nº 90304/2024 - VALOR: R\$ 78.151,90; EXPRESS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ Nº 26.156.923/0001-20, CONTRATO Nº 90305/2024 - VALOR: R\$ 13.268,00; K M KRUPINSKI MAIS SAUDE ATACADO DE MEDICAMENTOS - CNPJ Nº 50.531.688/0001-04, CONTRATO Nº 90306/2024 - VALOR: R\$ 11.670,00; MD MATERIAL HOSPITALAR EIRELI - CNPJ Nº 07.294.636/0001-32, CONTRATO Nº 90307/2024 - VALOR: R\$ 4.432,00; MED & FARMA COMERCIO ATACADISTA MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ Nº 41.778.326/0001-21, CONTRATO Nº 90308/2024 - VALOR: R\$ 59.088,00; NNMED - DISTRIBUICAO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ Nº 15.218.561/0001-39, CONTRATO Nº 90309/2024 - VALOR: R\$ 28.012,00; PHARMAPLUS LTDA - CNPJ Nº 03.817.043/0001-52, CONTRATO Nº 90310/2024 - VALOR: R\$ 44.946,00; SUFRAMED COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA - CNPJ Nº 03.246.587/0001-01, CONTRATO Nº 90311/2024 - VALOR: R\$ 470,00. São José de Espinharas/PB, 20 de março de 2024.

ANTÔNIO GOMES DA COSTA NETTO
Prefeito

Publicado por:
Jose Matheus Paulo Morais
Código Identificador:3B596F95

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO – PREGÃO ELETRÔNICO
00004/2024

OBJETO: Aquisição de Material Médico para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e seus órgãos do município de São José de Espinharas-PB. **FUNDAMENTO LEGAL:** Pregão Eletrônico nº 00004/2024. **DOTAÇÃO:** UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: CONFORME CONTRATO. **VIGENCIA:** 12 (doze) meses. **PARTES**

CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de São José de Espinharas e: Cirúrgicas Ceron Equipamentos Hospitalares e Veterinários Ltda Me - CNPJ Nº 18.258.209/0001-15, CONTRATO Nº 90401/2024 - VALOR: R\$ 210,00, Endomed Comercio e Representações de Medicamentos Ltda - CNPJ Nº 70.104.344/0001-26, CONTRATO Nº 90402/2024 - VALOR: R\$ 43.855,28, LIVMED MATERIAIS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ Nº 43.463.126/0001-05, CONTRATO Nº 90403/2024 - VALOR: R\$ 161,5; MED & FARMA COMERCIO ATACADISTA MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ Nº 41.778.326/0001-21; CONTRATO Nº 90404/2024 - VALOR: R\$ 14.819,00, ODONTOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA – ME – CNPJ Nº 09.478.023/0001-80, CONTRATO Nº 90405/2024 - VALOR: R\$ 30.915,28; PAULO RICARDO CORDEIRO DE GOIS – CNPJ Nº 32.407.715/0001-50, CONTRATO Nº 90406/2024 - VALOR: R\$ 9.020,95.

São José de Espinharas, 18 de março de 2024.

ANTÔNIO GOMES DA COSTA NETTO
Prefeito

Publicado por:
Jose Matheus Paulo Morais
Código Identificador:BF788051

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO – PREGÃO ELETRÔNICO
00007/2024

OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de material de limpeza, destinados às diversas secretarias e Fundos Municipais de Saúde e Assistência Social de São José de Espinharas/PB. **FUNDAMENTO LEGAL:** Pregão Eletrônico nº 00007/2024. **DOTAÇÃO:** UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: CONFORME CONTRATO. **VIGENCIA:** 12 (doze) meses. **PARTES CONTRATANTES:** Prefeitura Municipal de São José de Espinharas e: BEETHOVEN DOS SANTOS DA SILVA, CNPJ Nº 09.323.745/0001-66, CONTRATO Nº 90701/2024 – VALOR R\$ 108.708,10; CRISTINA LUIZA DA SILVA, CNPJ Nº 03.546.167/0001-40, CONTRATO Nº 90702/2024 - VALOR R\$ 106.337,06; INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA CAMPINENSE LTDA, CNPJ Nº 08.158.664/0001-95, CONTRATO Nº 90703/2024 – VALOR R\$ 5.640,58. São José de Espinharas, 20 de março de 2024.

ANTÔNIO GOMES DA COSTA NETTO
Prefeito

Publicado por:
Jose Matheus Paulo Morais
Código Identificador:1FABBCFF

GABINETE DO PREFEITO
INEXIGIBILIDADE Nº 00005/2024 – LEI 14.133/21

O Prefeito do Município de São José de Espinharas/PB, no uso das atribuições legais e constitucionais que lhe são conferidas, resolve: **RATIFICAR**, nos termos do art. 74 da Lei 14.133/21 o presente processo de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 00005/2024, que tem como objeto: Contratação de serviços especializados na área de contabilidade para organização/elaboração e assessoramento da folha de pagamento, emissão de GPSs/DARFs, recursos humanos, quanto as normas tributárias e administrativas em cumprimento as novas prerrogativas do e-Social, EFD-Reinf/DCTFWeb, gerar arquivo/informações para o TCE/PB e preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo pertencentes a Prefeitura Municipal de São José de Espinharas/PB, em favor de: **LINDOALDO MEDEIROS MARQUES**, CNPJ Nº 19.550.718/0001-80, com o Valor Global ofertado de R\$ 46.800,00 (QUARENTA E SEIS MIL E OITOCENTOS REAIS) e um Valor mensal de R\$ 3.900,00 (Três mil e novecentos reais). Para assinar o contrato nos termos da Lei 14.133/21. São José de Espinharas-PB, 20 de março de 2024.

ANTÔNIO GOMES DA COSTA NETTO

Prefeito

Publicado por:

Jose Matheus Paulo Moraes

Código Identificador:A1408450**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº
00018/2024**

A Prefeitura Municipal de São José de Espinharas – PB, torna público a licitação sob modalidade Pregão na forma Eletrônica, do tipo menor preço, para Aquisição de peças para veículos leves, ônibus e outros veículos das diversas secretarias do município de São José de Espinharas – PB e dos Fundos Municipais de Saúde e Assistência Social. Data e horário do início da disputa: **09:30hs/mim do dia 08/04/2024**. Fundamento legal: Lei 14.133/21 e subsidiárias. LOCAL: Portal de Compras Públicas – www.portaldecompraspublicas.com.br. Modo de Disputa: Aberto. Edital: www.portaldecompraspublicas.com.br, <https://www.gov.br/pncp/pt-br> e TCE/PB, Outros esclarecimentos poderão ser fornecidos na sede da Prefeitura Municipal, das 08:00 às 13:00hs, através do Setor de Licitação, na Praça Bossuet Wanderley, 61 - Centro - São José de Espinharas – PB e e-mail: licitacao@saojosedeespinharas.pb.gov.br.

São José de Espinharas – PB, 21 de Março de 2024.

ARNÓBIO SOARES DE SOUSA NETO

Secretário de Administração e Recursos Humanos

Publicado por:

Jose Matheus Paulo Moraes

Código Identificador:70A1B170**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO BONFIM****PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO BONFIM-PB
EXTRATO DE CONTRATO**

OBJETO: Aquisição de material de consumo, expediente e didático para as secretarias do Município de São José do Bonfim/PB e aos Fundos Municipais de Saúde e Assistência Social do município de São José do Bonfim/PB.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão eletrônico nº 00006/2024.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: CONFORME CONTRATO: Prefeitura Municipal de São José do Bonfim e: - COMERCIAL SANMAR LTDA, CNPJ Nº 50.663.922/0001-57, VALOR: R\$ 9.915,00; - J G DA CRUZ JUNIOR JJ REPRESENTACAO, CNPJ Nº 51.228.218/0001-39, VALOR: R\$ 17.676,30; - JOSE FLORENTINO DE MELO, CNPJ Nº 24.511.222/0001-37, VALOR: R\$ 189.040,50; - TOP ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA, CNPJ Nº 48.741.157/0001-02, VALOR: R\$ 72.187,50; - UNICA SANEANTES LTDA, CNPJ Nº 43.392.983/0001-61, VALOR: R\$ 18.959,20; - VINICIUS JOSE NOGUEIRA CAVALCANTI, CNPJ Nº 28.330.631/0001-98, VALOR: R\$ 112.218,50. Valor Total: R\$ 419.997,00.

São José do Bonfim - PB, 11 de Março de 2024.

ESAU RAUEL ARAUJO DA SILVA NOBREGA

Prefeito

Publicado por:

Joseildo Alves Monteiro

Código Identificador:D943F0EB**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO BREJO DO
CRUZ****GABINETE DA PREFEITA
LEI N.º486/2024****Lei N.º486/2024**

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ, ESTADO DA PARAÍBA, A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ - PB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais, apresenta a seguinte lei.

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito adicional Especial na importância de R\$ 304.800,00 (TREZENTOS E QUATRO MIL E OITOCENTOS REAIS), as verbas das dotações orçamentárias, do Fundo Municipal de Saúde de São José do Brejo do Cruz – PB, constantes do Anexo I, desta Lei.

Art. 2.º - Constitui fonte de recursos para cobertura do presente crédito especial, na forma da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, prevista no Art. 43, § 1.º, Incisos II, na forma abaixo discriminada:

I - O excesso de arrecadação dos recursos previstos na Emenda Individual de autoria do Parlamentar Efraim Filho, que se destina a aquisição de veículo VAN destinado Saúde para transporte Sanitário Eletivo, c/ acessibilidade para 01 cadeirante, no valor de R\$ 304.800,00 (TREZENTOS E QUATRO MIL E OITOCENTOS REAIS).

Art. 3.º - Fica autorizado a inclusão do projeto constante do anexo I, no Anexo de Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias e no plano de contratações anual.

Art. 4.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, em São José do Brejo do Cruz - PB, em 21 de março de 2024.

ANA MARIA DA SILVA OLIVEIRA

Prefeita Municipal

Anexo I - Crédito Adicional Especial

Entidade	CLoc./Func/Prog/Catgo	Discriminação da Entidade	Valor
Poder	02	PODER EXECUTIVO	
Unidade	021300	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Função	10	Saúde	
SubFunção	302	Atenção Básica	
Programa	0048	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	
Proj./Ativ.	10.301.0048.1009.0000	aquisição de veículo VAN destinado Saúde para transporte sanitário eletivo, c/ acessibilidade para cadeirante	
Fonte STN	1.601.3110	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	
Categoria	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	
Grupo	4.4.00.00.00	Investimentos	
Modalidade	4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	
Elemento	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R\$ 304.800,00
TOTAL			R\$ 304.800,00

Gabinete da Prefeita, em São José do Brejo do Cruz - PB, em 21 de março de 2024.

ANA MARIA DA SILVA OLIVEIRA

Prefeita Municipal

Publicado por:

Eliane Saraiva Cardoso Dantas

Código Identificador:5803F554**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SABUGI**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SABUGI
RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - DISPENSA Nº
DV00001/2024

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº DV00001/2024, que objetiva: AQUISIÇÃO DE PEIXE PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AS PESSOAS CARRENTES NA SEMANA SANTA DESTES MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DO SABUGÍ, CONFORME TERMO DE REFERENCIA EM ANEXO; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: INDUSTRIA CRUZ DE PESCADOS LTDA - R\$ 51.000,00.

São José do Sabugí - PB, 21 de Março de 2024

JOÃO DOMICIANO DANTAS SEGUNDO -
 Prefeito

Publicado por:
 Alixandre Assis Ramos
Código Identificador:39D86E97

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SABUGI
EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEIXE PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AS PESSOAS CARRENTES NA SEMANA SANTA DESTES MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DO SABUGÍ, CONFORME TERMO DE REFERENCIA EM ANEXO. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº DV00001/2024. DOTAÇÃO: 11.000 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – 08 244 3003 2037 MANUT. DOS PROG.DE ASSIST. SOCIAL– REC.PRÓPRIOS – 0027.3390.32.99.1.500.0000.MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA – RECURSOS PROPRIOS.. VIGÊNCIA: até 30/04/2024.PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de São José do Sabugi e: CT Nº 00012/2024 - 21.03.24 - INDUSTRIA CRUZ DE PESCADOS LTDA - R\$ 51.000,00.

Publicado por:
 Alixandre Assis Ramos
Código Identificador:6595AE4A

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DE TAIPU

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEIXE TIPO CORVINA INTEIRO E CONGELADO. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 00003/2024. DOTAÇÃO: Recursos não Vinculados de Impostos: 02.090 Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social 08 244 1002 2040 Manutenção da Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social 08 244 1002 2043 Manutenção de Benefícios Eventuais 15001000 Recursos Livres (Ordinário) 17040000 Transferência da União Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural 3390.32 99 Material de Distribuição Gratuita. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2024.PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de São Miguel de Taipu e: CT Nº 00016/2024 - 19.03.24 - ADEMIR LOURENÇO DE AMORIM - R\$ 59.950,00.

Publicado por:
 João Gabriel Rocha Vital
Código Identificador:04D00F69

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO
UMBUZEIRO

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO Nº 03/2024 - CMAS

RESOLUÇÃO Nº 03/2024- CMAS

Dispõe sobre a aprovação do uso dos Recursos do Cofinanciamento Estadual da Rede SUAS do município de São Sebastião do Umbuzeiro-PB do exercício de 2023.

O Conselho Municipal de Assistência Social- CMAS de São Sebastião do Umbuzeiro-PB, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com a Lei Municipal nº 399/2017.

CONSIDERANDO a deliberação da reunião extraordinária deste Conselho realizada no dia 18 de março de 2024;

CONSIDERANDO que os recursos recebidos do Cofinanciamento Estadual foram executados de forma correta respeitando os princípios da Administração Pública, as regulações e normativas do SUAS e, observando o princípio da finalidade e objetivo a que se destina cada recurso;

CONSIDERANDO a atual conjuntura em relação aos repasses e seus valores, e que os Serviços, Programas e Benefícios foram ofertados de forma regular e contínua, respeitando os critérios estabelecidos em Lei;

E CONSIDERANDO ainda as demais diretrizes e normativas do SUAS-Sistema Único de Assistência Social;

RESOLVE:

Art. 1º - Deliberar quanto a aprovação do Cofinanciamento Estadual do exercício de 2023;

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na presente data, devendo ser publicada.

São Sebastião do Umbuzeiro-PB, 18 de março de 2024.

AUDILENE ALVES DE FREITAS CAMPOS
 Presidente do CMAS

Publicado por:
 Joao Paulo Pereira da Silva
Código Identificador:6C51DC9F

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOLEDADE

CAMARA MUNICIPAL DE SOLEDADE
ATO DA MESA DIRETORA Nº 004/2024

ATO DA MESA DIRETORA Nº 004/2024

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SOLEDADE, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei Orgânica do Município c/c a Resolução 05 de 21 de Outubro de 1977 (Regimento Interno).

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor DIEGO GOMES GONÇAVEIS, ocupante do cargo Comissionado de Diretor Geral desta Casa Legislativa, férias de 30 (trinta) dias no período de 20 de março a 20 de abril de 2024.

Art. 2º - Este Ato da Mesa entrará em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e Publique.

Gabinete da Mesa Diretora da Câmara Municipal de vereadores de Soledade – PB, 19 de março de 2024.

JOSÉ ALVES DE MIRANDA NETO
 Presidente

ALEXANDRE EMANUEL NERY DANTAS

2º Secretário

Publicado por:

José Alves de Miranda Neto

Código Identificador:9530D53B**ESTADO DA PARAÍBA****PREFEITURA MUNICIPAL SALGADO DE SÃO FÉLIX****COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO****AVISO DE 2ª NOTIFICAÇÃO - TOMADA DE PREÇO Nº 00005/2023**

Extrato de Comunicação - TP00005/2023 Contratada: Construções e Serviços Routh Eireli – CNPJ nº 42.017.588/0001-36 situada na rua FRANCISCO ANTONIO BEZERRA, 15 - GATO PRETO - SOUSA – PB. Concedemos Prazo de 03 (três) dias para o cumprimento da CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO - PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 00126/2023-CPL - 23.08.23. Salgado de São Félix - PB, 21 de Março de 2024.

PETRONILO VIEIRA NETO -

Secretário de Infra Estrutura

Publicado por:

Jose Cristiano da Silva Cavalcante

Código Identificador:A38DF1F6**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO****AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00003/2024**

Torna público que fará realizar através da Pregoeira Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua José Silveira, 7 - Centro - Salgado de São Felix - PB, por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, visando formar Sistema de Registro de Preços objetivando contratações futuras, para: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA E INFORMATIZAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE, ENGLOBALANDO A DISPONIBILIZAÇÃO DE SOFTWARES, HARDWARES, TREINAMENTO DE PROFISSIONAIS, SUPORTE TÉCNICO PRESENCIAL E REMOTO, CONECTIVIDADE, E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS. O OBJETIVO É VIABILIZAR A UTILIZAÇÃO DO PRONTUÁRIO ELETRÔNICO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, AUTOMATIZAR AS ATIVIDADES DOS AGENTES DE SAÚDE, E IMPLEMENTAR UM BANCO DE DADOS UNIFICADO DOS USUÁRIOS, CONFORME AS NORMAS DA POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO BÁSICA (PNAB) E AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS ESTABELECIDAS NO RESPECTIVO TERMO DE REFERÊNCIA. Abertura da sessão

pública: 14:00 horas do dia 10 de Abril de 2024. Início da fase de lances: 14:01 horas do dia 10 de Abril de 2024. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 11.462/23; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME/22; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. E-mail: cpl@salgadosaofelix.pb.gov.br. Edital: PORTAL DE TRANSPARÊNCIA DA PM DE SALGADO DE SÃO FELIX; www.tce.pb.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br.

Salgado de São Felix - PB, 22 de Março de 2024

AMANDA ALVES DA SILVA -

Pregoeira Oficial

Publicado por:

Jose Cristiano da Silva Cavalcante

Código Identificador:048770C8
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE PRETENSÃO CONTRATAÇÃO DIRETA -
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº DV00009/2024

A Prefeitura Municipal de Salgado de São Felix manifesta o interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados na contratação direta, com base no Art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21, restrita à participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE IMPRESSORA E SCANNER PARA ATENDER A DEMANDA DIVERSAS SECRETARIAS DESTA MUNICÍPIO. O interessado poderá obter o respectivo Termo de Referência com a especificação do objeto pretendido junto ao Setor de Contratação, sediada na Rua José Silveira, 7 - Centro - Salgado de São Felix - PB, ou acessando: PORTAL DE TRANSPARÊNCIA DA PM DE SALGADO DE SÃO FELIX. O referido órgão de contratação estará recebendo as propostas até o dia 27 de Março de 2024, nos horários e endereços abaixo indicados, e que poderão ser encaminhadas também pelo e-mail: cpl@salgadosaofelix.pb.gov.br. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Salgado de São Felix - PB, 21 de Março de 2024

AMANDA ALVES DA SILVA -

Presidente da Comissão

Publicado por:

Jose Cristiano da Silva Cavalcante

Código Identificador:C772F273**ESTADO DA PARAÍBA****PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE**
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇOS PROCESSO DE DISPENSA Nº053/2024

O MUNICÍPIO DE DIAMANTE-PB, Estado da Paraíba, localizada à Rua Possidônio José da Costa, 881, Bairro Centro – Diamante - PB, em conformidade com o art. 75, II da Lei Federal nº 14.133/2021, Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, torna público para conhecimento dos interessados, que, fará realizar entre os dias **25 março de 2026 a 27 de março de 2024, cotação adicional de propostas para a aquisição de Gêneros Alimentícios** Para suprir a necessidade do município de Diamante-PB, que o obedecerá às disposições do art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021. Segue em anexo o Termo de referência.

Os interessados deverão solicitar o projeto e protocolizar suas cotações através do e-mail cpl@diamante.pb.gov.br e no setor de licitações da prefeitura no endereço acima mencionado até às 11:30 (onze e trinta) horas do último dia para apresentação de cotações, juntamente com documentos que comprovem a regularidade, fiscal, social e trabalhista da proponente, bem como documentos comprobatórios da constituição e titularidade da mesma. Oportunidade em que a Administração escolherá a mais vantajosa.

Qualquer informação poderá ser obtida no setor de Licitação no endereço acima mencionado, nos horários de expediente normal.

Prefeitura Municipal de Diamante/PB, 21 de março de 2024.

DAMIÃO VIEIRA DE FRANÇA JÚNIOR

Agente De Contratação

VALOR COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II da Lei 14.133/2021
TERMO DE REFERÊNCIA
PARA
COTACÃO DE PREÇOS
DO OBJETO:

Constitui o objeto do presente Termo de Referência para a aquisição de Gêneros Alimentícios para suprir a necessidade do município de Diamante-PB, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Especificação	Quant.	Unid.	Valor	Total
	Achocolatado em pó, instantâneo embalagem resistente 200 g	300	Unid.		
	Açúcar cristal branco	500	Kg		
	Adoçante líquido primeira qualidade 100 ml	20	Unid.		
	Arroz parborizado tipo 1	500	Kg		
	Azeite de Oliva virgem 200g	10	Unid.		
	Azeitonas em conservas 100g	60	Unid.		
	Balas sortidas de boa qualidade embalagem de 700g	30	Kg		
	Biscoito água e sal tipo cream craker embalagem 700g	100	Unid.		
	Biscoito doce tipo Maria embalagem de 400g	100	Unid.		
	Biscoito maisena com 400g	100	Unid.		
	Biscoito tipo comum doce e salgado diversos sabores e de boa qualidade 400g	100	Unid.		
	Bolacha Recheada diversos sabores embalagem 130g	200	Unid.		
	Café em pó embalagem 250g	500	Unid.		
	Caldo de carne tabletes com 19g	100	Unid.		
	Caldo de Galinha tabletes com 19g	100	Unid.		
	Carne de boi	51	KG		
	Carne de Charque de boa qualidade embalagem à vácuo 500g	100	Pc		
	Chás diversos de boa qualidade embalados adequadamente c/10 envelopes ...	30	Cx		
	Chocolate Granulado 130g	60	Unid.		
	Coco Ralado 50g	40	Unid.		
	Colorífico/coloral	40	Kg		
	Creme de Leite embalagem 200g	200	Unid.		
	Ervilha em conserva 320g	60	Unid.		
	Extrato de Tomate de boa qualidade embalagem 260g	120	und		
	Farinha de Trigo enriquecido com fermento embalagem de 1Kg	30	Kg		
	Fécula de Mandioca de boa qualidade embalagem 1Kg	30	Kg		
	Feijão tipo Preto	100	Kg		
	Flocos de Milho de boa qualidade embalagem resistente 500g	200	Unid.		
	Iogurte de boa qualidade diversos sabores embalagem de ate 1L	300	Lt		
	Ketchup de boa qualidade embalagem 400g	50	Unid.		
	Leite condensado embalagem 395g	100	Unid.		
	Leite de coco de 200ml	20	Unid.		
	Leite em pó desnatado embalagem resistente 400g	500	Unid.		
	Leite em pó integral embalagem resistente 200g	500	Unid.		
	Macarrão tipo espagete de boa qualidade sem modificações embalagem resistente contendo 500g	400	Unid.		
	Maionese de boa qualidade embalagem 500g	30	Unid.		
	Margarina de boa qualidade com embalagem resistente 500g	200	Unid.		
	Milho para mungunzá de boa qualidade embalagem 500g	50	Unid.		
	Milho para pipoca inteiro de boa qualidade embalagem de 500g	100	Unid.		
	Milho verde embalagem 200g	100	Unid.		
	Molho de alho 150ml	40	Unid.		
	Molho de pimenta 150ml	40	Unid.		
	Molho tipo soya 150ml	40	Unid.		
	Mostarda 190g	20	Unid.		
	Óleo de soja refinado com peso líquido 900ml	180	Lt		
	Presunto misto de boa qualidade fresco em fatias	30	Kg		
	Proteína texturizada de soja embalagem 400g	200	Unid.		
	Queijo tipo muçarela de boa qualidade fatiado	50	Kg		
	Rapadura de boa qualidade	50	Unid.		
	Refrigerante sabor cola 2Lt	50	Lt		
	Refrigerante sabor guaraná 2Lt	50	Lt		
	Refrigerante sabor laranja 2Lt	50	Lt		
	Sal refinado iodado embalagem de 1Kg	60	Kg		
	Salsicha de boa qualidade acondicionada adequadamente embalagem plásticas resistente	50	Kg		
	Sardinha enlatada em óleo comestível e molho de tomate de boa qualidade sem modificações 130g	250	Unid.		
	Suco de fruta concentrado sabor caju acondicionado em garrafas resistente 500 ml	50	Gf		
	Suco de fruta concentrado sabor goiaba acondicionado em garrafas resistente 500ml	50	Gf		
	Suco de fruta concentrado sabor manga acondicionado em garrafas resistente 500ml	50	Gf		
	Suco de fruta concentrado sabor maracujá acondicionado em garrafas resistente 500ml	50	Gf		
	Suco de fruta concentrado sabor uva acondicionado em garrafas resistente 500ml	50	Gf		
	Tempero misto (condimento)	60	Kg		
	Vinagre de álcool embalagem 500ml	30	Gf		
	Linguiça Mista	80	Kg		
	Carne moída	50	Kg		
	Mortadela de boa qualidade	40	Kg		
	Frango	80	Kg		
	Feijão Carioca	100	Unid.		
	Ovos	60	Unid.		
	Pão de Forma Tradicional 500g	60	Unid.		

DA ESPECIFICAÇÃO E JUSTIFICATIVA

2.2 As quantidades aqui elencadas são apenas uma estimativa, não podendo ser exigida, nem considerada, como valor para pagamento mínimo. Tal estimativa poderá sofrer acréscimos ou supressões sem que isso justifique motivo para qualquer indenização ao adjudicatário.

2.3 O objeto do presente termo é essencial e justifica-se em face da necessidade de atender as demandas da prefeitura municipal.

3 – Das Obrigações da Contratada

1. A contratada terá de fornecer os produtos constantes nesse termo de imediado, após receber a solicitação da Prefeitura de Diamante.

2. Vencendo-se a Certidão Negativa de Débito - CND expedida pelo INSS e o Certificado de Regularidade de Situação junto ao FGTS- CRS expedido pela CEF, a CONTRATADA deverá anexar à Nota Fiscal as cópias devidamente atualizadas.

3. Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.

4. A contratada deverá pôr no corpo da Nota Fiscal o número do processo ao qual os produtos se referem.

5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da entrega, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido.

6. Responsabilizar-se pela qualidade dos itens fornecidos;

7. Despesas de entrega na sede do município pela contratada.

8. Em tudo agir, segundo as diretrizes da CONTRATANTE.

4 – Das obrigações da Contratante

Efetuar o pagamento na forma convencionada no presente instrumento, dentro do prazo previsto, desde que atendidas às formalidades pactuadas.

5 - Validade da Proposta

A validade da proposta deverá ser de no mínimo 60 dias.

6 - Forma de Pagamento e vigência

O pagamento será efetuado conforme realização dos serviços prestados, pelo setor competente, podendo ser prorrogado por trinta dias.

O prazo de vigência para a execução dos serviços será de 30 trinta dias com vigência do contrato até 31 de dezembro de 2024 a contar da assinatura deste instrumento, limitando-se aos devidos créditos orçamentários, nos termos do art. 105 e 106 da Lei Federal 14.133/2021, podendo ser prorrogado por igual período nos termos do disposto no art. 107 da referida norma.

7 - Critérios para Decisão da Proposta Vencedora

O critério para decisão da proposta vencedora será o de *menor preço por tem*

8 – Reajustes dos preços

O preço proposto será fixo e irrevogável.

9 – Fiscalização do Contrato –

A execução do contrato será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da Administração, com atribuições específicas, devidamente

R\$: _____ (_____)

Data: ____/____/____.

Validade do Orçamento: _____

Empresa:

Publicado por:
Francisco Jeanio Pereira Franco
Código Identificador:EA6F21B2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇOS PROCESSO DE DISPENSA Nº054/2024

O **MUNICÍPIO DE DIAMANTE-PB**, Estado da Paraíba, localizada à Rua Possidônio José da Costa, 881, Bairro Centro – Diamante - PB, em conformidade com o art. 75, II da Lei Federal nº 14.133/2021, Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, torna público para conhecimento dos interessados, que, fará realizar entre os dias **25 março de 2026 a 27 de março de 2024, cotação adicional de propostas para a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de locação de softwares específico** para suprir a necessidade do instituto de previdência do município de Diamante-PB, que o obedecerá às disposições do art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021. Segue em anexo o Termo de referência.

Os interessados deverão solicitar o projeto e protocolizar suas cotações através do e-mail cpl@diamante.pb.gov.br e no setor de licitações da prefeitura no endereço acima mencionado até às 11:30 (onze e trinta) horas do último dia para apresentação de cotações, juntamente com documentos que comprovem a regularidade, fiscal, social e trabalhista da proponente, bem como documentos comprobatórios da constituição e titularidade da mesma. Oportunidade em que a Administração escolherá a mais vantajosa.

Qualquer informação poderá ser obtida no setor de Licitação no endereço acima mencionado, nos horários de expediente normal.

Prefeitura Municipal de Diamante/PB, 21 de março de 2024.

DAMIÃO VIEIRA DE FRANÇA JÚNIOR

Agente De Contratação

VALOR COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II da Lei 14.133/2021

TERMO DE REFERÊNCIA

PARA

COTAÇÃO DE PREÇOS

DO OBJETO:

Constitui o objeto do presente Termo de Referência para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de locação de softwares específico para suprir a necessidade do instituto de previdência do município de Diamante-PB, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Especificação	Quant.	Unid.	Valor	Total
	O SIAFIC INSTITUÍDO ATRAVÉS DO DECRETO 10.540 DE 05/11/2020: SISTEMA ÚNICO E INTEGRADO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA, ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE. É O SOFTWARE ÚNICO E INTEGRADO DE CONTABILIDADE PÚBLICA QUE DEVE SER ADOTADO OBRIGATORIAMENTE PELAS ENTIDADES PÚBLICAS. EM LINHAS GERAIS, O SIAFC É SOLUÇÃO TECNOLÓGICA QUE VISA REGISTRAR OS ATOS E FATOS RELACIONADOS COM A ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTARIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. SISCONTÁBIL: O SOFTWARE FACILITA O CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DAS MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS E PATRIMONIAIS DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS, GARANTINDO O EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO, O APLICATIVO REALIZA A ESCRITURAÇÃO DOS ATOS E FATOS ADMINISTRATIVOS REGISTRANDO-OS DE ACORDO COM AS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO. O PORTAL TEM COMO OBJETIVO MOSTRAR INFORMAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	9	mes		
	SISPORTAL DA TRANSPARÊNCIA FISCAL: O PORTAL TEM COMO OBJETIVO MOSTRAR INFORMAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ESTIMULANDO E AMPLIANDO A DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS, CONTRIBUINDO ASSIM, COM A MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA E FORTALECENDO A DEMOCRACIA ALIADA AO IMPLEMENTO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL. ATENDENDO ASSIM AOS DISPOSITIVOS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL ATUALIZADA PELA LC131/09.	9	mes		

DA ESPECIFICAÇÃO E JUSTIFICATIVA

2.2 As quantidades aqui elencadas são apenas uma estimativa, não podendo ser exigida, nem considerada, como valor para pagamento mínimo. Tal estimativa poderá sofrer acréscimos ou supressões sem que isso justifique motivo para qualquer indenização ao adjudicatário.

2.3 O objeto do presente termo é essencial e justifica-se em face da necessidade de atender as demandas da prefeitura municipal.

3 – Das Obrigações da Contratada

1. A contratada terá de fornecer os produtos constantes nesse termo de imediato, após receber a solicitação da Prefeitura de Diamante.
2. Vencendo-se a Certidão Negativa de Débito - CND expedida pelo INSS e o Certificado de Regularidade de Situação junto ao FGTS- CRS expedido pela CEF, a CONTRATADA deverá anexar à Nota Fiscal as cópias devidamente atualizadas.
3. Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.
4. A contratada deverá pôr no corpo da Nota Fiscal o número do processo ao qual os produtos se referem.
5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da entrega, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido.
6. Responsabilizar-se pela qualidade dos itens fornecidos;
7. Despesas de entrega na sede do município pela contratada.
8. Em tudo agir, segundo as diretrizes da CONTRATANTE.

4 – Das obrigações da Contratante

Efetuar o pagamento na forma convencionada no presente instrumento, dentro do prazo previsto, desde que atendidas às formalidades pactuadas.

5 - Validade da Proposta

A validade da proposta deverá ser de no mínimo 60 dias.

6 - Forma de Pagamento e vigência

O pagamento será efetuado conforme realização dos serviços prestados, pelo setor competente, podendo ser prorrogado por trinta dias. O prazo de vigência para a execução dos serviços será de 30 trinta dias com vigência do contrato ate 31 de dezembro de 2024 a contar da assinatura deste instrumento, limitando-se aos devidos créditos orçamentários, nos termos do art. 105 e 106 da Lei Federal 14.133/2021, podendo ser prorrogado por igual período nos termos do disposto no art. 107 da referida norma.

7 - Critérios para Decisão da Proposta Vencedora

O critério para decisão da proposta vencedora será o de **menor preço por tem**

8 – Reajustes dos preços

O preço proposto será fixo e irrevogável.

9 – Fiscalização do Contrato –

A execução do contrato será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da Administração, com atribuições específicas, devidamente

R\$: _____ (_____)

Data: ____/____/____.

Validade do Orçamento: _____

Empresa:

Publicado por:
Francisco Jeanio Pereira Franco
Código Identificador:A36B7446

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO CMDCA Nº 003 ITAPORANGA, 21 DE MARÇO DE 2024

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 003 Itaporanga, 21 de março de 2024

Dispõe sobre o Registro de Entidades Governamentais e Não-Governamentais e Inscrição de Programas e projetos com atividades voltadas para crianças e adolescentes no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Itaporanga – PB.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Itaporanga – PB, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto na Lei Federal nº 8.069 de 1990, Lei Municipal nº 393, de 07 de novembro de 1995, alterado pela Lei Municipal nº 718 de 03 de setembro de 2008, Resolução 105/05 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA (com alterações da Resolução 106/05 e 116/06) e demais disposições legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Regularizar os procedimentos de registro de entidades Governamentais e Não governamentais e inscrição de programas e projetos de atendimento na forma do disposto nos artigos 90 e 91 da Lei Federal 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

§1º A inscrição é um procedimento em que o CMDCA avalia e autoriza a execução dos serviços, programas e projetos de proteção à infância e juventude.

§2º As organizações da sociedade civil que executam programas a que se refere o art. 90 da Lei 8.069/90 somente poderão funcionar depois de registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual comunicará o registro ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária.

§3º A concessão da inscrição está condicionada ao efetivo respeito às regras e princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como às resoluções expedidas pelos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente em todos os níveis.

Art. 2º São requisitos para o registro no CMDCA Itaporanga/PB:

- I - Oferecer instalações, conforme as regras de acessibilidade estabelecidas pela norma ABNT NBR 9050;
- II – Possuir condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades no âmbito da política de atendimento da criança e do adolescente;
- III – Ter em seu quadro funcional, corpo técnico qualificado para o trabalho com crianças e adolescentes;
- III – Apresentar plano de trabalho compatível com os princípios da Lei nº 8.069/90 e da Lei Municipal nº 393, de 07 de novembro de 1995, alterado pela Lei Municipal nº 718 de 03 de setembro de 2008;
- IV – Constituir em seu estatuto, o atendimento ao público de crianças e adolescentes;
- V – Ter em seus quadros, pessoas idôneas.

Art. 3º O CMDCA instituirá uma comissão para os procedimentos de registro e inscrição.

Art. 4º Os documentos necessários para a concessão do registro de entidades Governamentais e Não-governamentais são:

- I – Serviços e Programas de Entidades Governamentais:
 - a) Ficha de Requerimento (adquirida no CMDCA-Itaporanga);
 - b) Ficha de Identificação (adquirida no CMDCA-Itaporanga);
 - c) Lei ou Decreto que criou a entidade/serviço;
 - d) Cópia do Ato de Nomeação do respectivo diretor ou coordenador;
 - e) Projeto Político Pedagógico e Regimento Interno;
 - f) Relação de todos os funcionários e voluntários da instituição especificando escolaridade e função;
 - g) Declaração firmada pelo gestor municipal atestando a idoneidade e a qualificação dos profissionais para as funções que exercem;
 - h) Relação contendo endereços das crianças e adolescentes atendidas com data de nascimento;
 - i) Plano de trabalho para o exercício do ano em curso compatível com os princípios da Lei nº 8.069/90 (ECA);
 - j) Alvará de funcionamento (municipal) da entidade;
 - k) Declaração firmada pelo gestor municipal de que oferece instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança, conforme as regras de acessibilidade estabelecidas pela norma ABNT NBR 9050.
- I – Serviços e Programas de Entidades Não -Governamental:
 - a) Ficha de Requerimento (adquirida no CMDCA-Itaporanga);
 - b) Ficha de Identificação (adquirida no CMDCA-Itaporanga);
 - c) Cópia do estatuto da entidade devidamente publicado e que expresse trabalho com criança/adolescente;
 - d) Cópia da ata de eleição da última diretoria da entidade;
 - e) Cópia da Carteira de Identidade e CPF do representante legal da entidade;
 - f) Certidão negativa de antecedentes criminais do responsável legal da entidade;
 - g) Relação de todos os funcionários/voluntários da instituição especificando escolaridade e função;
 - h) Declaração firmada por dois (02) membros da diretoria atestando a idoneidade e a qualificação dos colaboradores para as funções que exercem;

- i) Relação contendo endereços das crianças e adolescentes atendidas com data de nascimento;
- j) Plano de trabalho para o exercício do ano em curso compatível com os princípios da Lei nº 8.069/90 (anexo III);
- k) Alvará de funcionamento (municipal) da entidade;
- l) Declaração firmada por dois (02) membros da diretoria de que oferece instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança;
- m) Comprovante de Inscrição no CNPJ, Certidão Negativa de Débitos (CND) do FGTS, Certidão Negativa Conjunta de Débitos da Receita Federal e Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos Previdenciários (INSS) e Certidão Negativa de Débito Municipal.

Art. 5º Os documentos necessários para a concessão de inscrição de programas/projetos são:

- a) Ficha de Requerimento (adquirida no CMDCA-Itaporanga);
- b) Ficha de Identificação (adquirida no CMDCA-Itaporanga);
- c) Relação de todos os profissionais e voluntários da instituição especificando escolaridade e função;
- d) Cópia do RG e CPF do representante legal e Certidão de Antecedentes Criminais fornecida pelo Fórum de Justiça da Comarca onde o mesmo reside;
- f) Relação contendo endereços das crianças e adolescentes atendidas com data de nascimento;
- g) Projeto e Plano de trabalho para o exercício do ano em curso compatível com os princípios da Lei nº 8.069/90 (ECA);
- h) Alvará de funcionamento (municipal) da entidade;
- i) Declaração firmada pelo gestor municipal de que oferece instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança;

Art. 6º As entidades terão, obrigatoriamente, que atualizar seu registro/inscrição a cada 2 (dois) anos;

§1º A entidade deverá comunicar ao CMDCA as eventuais alterações, de endereço, composição da diretoria, estatutos e qualquer alteração da execução do programa de atendimento.

§2º O registro de entidades Governamentais e Não governamentais e inscrição de programas e projetos, poderão ser cancelados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Itaporanga, a qualquer tempo, em caso de descumprimento ou infração de qualquer dispositivo desta Resolução e dos princípios estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente, garantindo-se o direito à defesa e ao contraditório.

Art. 7º São documentos necessários para atualização do registro:

- I – Ficha de Requerimento;
- II - Ficha de Identificação;
- III - Relação de todos os funcionários/voluntários da instituição especificando escolaridade e função;
- IV - Declaração firmada por dois (02) membros da diretoria atestando a idoneidade e a qualificação dos colaboradores para as funções que exercem;
- V - Relação dos nomes, idade e endereços das crianças e adolescentes atendidas;
- VI - Plano de Trabalho para o exercício do ano em curso compatível com os princípios da Lei nº 8.069/90 (ECA);
- VII - Relatório de atividade do ano anterior;
- VIII - Declaração firmada por dois (02) membros da diretoria de que oferece instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança;

§ 1º O Alvará de funcionamento (municipal) deverá ser apresentado no ato da atualização do registro caso haja mudança no endereço da entidade.

Art. 8º Para as Entidades que ofereçam o serviço de Acolhimento Institucional serão exigidos para o registro e/ou atualização, além dos documentos constantes nos art. 3º e art. 4º, os seguintes documentos:

- I - Regimento Interno da Entidade;
- II - Projeto Político Pedagógico da Entidade;
- III - Licença da Vigilância Sanitária, com validade de um (01) ano;
- IV - Atestado de Vistoria do Corpo de Bombeiros, com validade de um (01) ano.

Art. 9º Cabe a comissão/diretoria do CMDCA manter atualizado banco de dados, acerca das entidades registradas e inscrição dos Programas/projetos.

Art. 10 Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação,

Itaporanga, 21 de março de 2023.

RENATA RAIANE FIGUEIREDO PITAS

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

ANEXO I

REQUERIMENTO DE REGISTRO DE ENTIDADE NÃO GOVERNAMENTAL

- () Registro de entidade
- () Renovação de Registro

Entidade:

Nome do Representante Legal de Entidade:

Endereço da Entidade:

Bairro:

CNPJ:

Telefone:

E-mail:

Período de vigência do mandato da atual diretoria:

O representante legal da entidade, acima descrita, vem à presença do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Itaporanga/PB requerer a inscrição da entidade, conforme regime de:

- () orientação e apoio sociofamiliar;
- () apoio socioeducativo em meio aberto;
- () acolhimento familiar/família acolhedora; () acolhimento institucional;
- () apadrinhamento;
- () liberdade assistida
- () prestação de serviços à comunidade.

Assinatura do representante legal de entidade**Itaporanga, de de 2024****Documentos que devem ser anexados**

- () Cópia do estatuto da entidade atualizado, registrado em Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;
- () Cópia da ata de eleição da última diretoria da entidade;
- () Cópia da Carteira de Identidade e CPF do representante legal da entidade;
- () Certidão negativa de antecedentes criminais do responsável legal da entidade;
- () Relação de todos os funcionários/voluntários da instituição especificando escolaridade e função;
- () Declaração firmada por dois (02) membros da diretoria atestando a idoneidade e a qualificação dos colaboradores para as funções que exercem;
- () Relação contendo endereços das crianças e adolescentes atendidas com data de nascimento;
- () Plano de trabalho para o exercício do ano em curso compatível com os princípios da Lei nº 8.069/90
- () Alvará de funcionamento (municipal) da entidade;
- () Declaração firmada por dois (02) membros da diretoria de que oferece instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança;
- () Comprovante de Inscrição no CNPJ, Certidão Negativa de Débitos (CND) do FGTS, Certidão Negativa Conjunta de Débitos da Receita Federal e Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos.

ANEXO II**REQUERIMENTO DE REGISTRO DE ENTIDADE GOVERNAMENTAL**

- () Registro de serviço
- () Renovação de Registro.

Programa / Serviço:**Nome do responsável legal pelo serviço/ programa:****Endereço do Programa / Serviço:****Telefone:****E-mail:**

O responsável legal pelo serviço, acima descrita, vem à presença do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Visconde do Rio Branco requerer o registro do serviço de atendimento em regime de:

- () orientação e apoio sociofamiliar;
- () apoio socioeducativo em meio aberto;
- () acolhimento familiar/família acolhedora; () acolhimento institucional;
- () apadrinhamento;
- () liberdade assistida;
- () prestação de serviços à comunidade.

Assinatura do representante legal de entidade**Itaporanga, de de 2024****Documento que deve ser anexado**

- () Lei ou Decreto que criou a entidade/serviço;
- () Cópia do Ato de Nomeação do respectivo diretor ou coordenador;
- () Projeto Político Pedagógico;
- () Regimento Interno;
- () Relação de todos os funcionários e voluntários da instituição especificando escolaridade e função;
- () Declaração firmada pelo gestor municipal atestando a idoneidade e a qualificação dos profissionais para as funções que exercem;
- () Relação contendo endereços das crianças e adolescentes atendidas com data de nascimento;
- () Plano de trabalho para o exercício do ano em curso compatível com os princípios da Lei nº 8.069/90 (ECA);
- () Alvará de funcionamento (municipal) da entidade;
- () Declaração firmada pelo gestor municipal de que oferece instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança, conforme as regras de acessibilidade estabelecidas pela norma ABNT NBR 9050.

ANEXO III**REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO DE PROJETOS**

- () Inscrição de Projeto
- () Reavaliação de inscrição.

Projeto:**Nome do responsável legal:****Endereço do Projeto:****Telefone:****E-mail:**

O responsável legal infra-assinado, vem requerer a inscrição de seu projeto no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme trabalho descrito abaixo;

Assinatura do representante legal de entidade**Itaporanga, de de 2024****Documento que deve ser anexado**

- () Relação de todos os profissionais e voluntários da instituição especificando escolaridade e função;

- () Cópia do RG e CPF do representante legal;
- () Certidão de Antecedentes Criminais fornecida pelo Fórum de Justiça da Comarca onde o mesmo reside;
- () Relação contendo endereços das crianças e adolescentes atendidas com data de nascimento;
- () Projeto;
- () Plano de trabalho para o exercício do ano em curso compatível com os princípios da Lei nº 8.069/90 (ECA);
- () Alvará de funcionamento (municipal) da entidade;
- () Declaração firmada pelo gestor municipal de que oferece instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança;

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Ilustríssimo(a) Senhor(a),
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA
Itaporanga - PB
Eu, _____, Brasileiro(a), _____ portador da identidade nº _____, órgão expedidor _____ e inscrito no C.P.F. sob o nº _____, residente e domiciliado à rua _____, exercendo o cargo de presidente da entidade denominada _____, CNPJ _____ DECLARO, para efeito de que dispõe a alínea “d”, § 1º, artigo 91, da Lei Federal 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, que não é de meu conhecimento que exista nos quadros desta entidade nenhuma pessoa, inclusive eu, cuja conduta desabone a integridade moral ou que tenha, contra si, sentença condenatória criminal transitada em julgado. Fico ciente que a falsidade dessa declaração importa no cancelamento automático de Registro da mencionada entidade no CMDCA, nos termos da legislação supracitada, além das penalidades civis, criminais e administrativas previstas na legislação vigente.

Itaporanga, _____ de _____ de 2024.

Representante legal da entidade

ANEXO V

PLANO DE TRABALHO	
ENTIDADE:	
() Programa de Proteção em Regime:	
<input type="checkbox"/> orientação e apoio sociofamiliar; <input type="checkbox"/> apoio socioeducativo em meio aberto; <input type="checkbox"/> acolhimento familiar/família acolhedora; <input type="checkbox"/> apadrinhamento; <input type="checkbox"/> acolhimento institucional.	
() Programa Socioeducativo em Regime:	
<input type="checkbox"/> liberdade assistida <input type="checkbox"/> prestação de serviços à comunidade.	
PÚBLICO-ALVO (Observar o §1º, artigo 7º, Resolução de Registro e Inscrição)	
OBJETIVOS (Observar o §2º, artigo 7º, Resolução de Registro e Inscrição)	
CAPACIDADE DE ATENDIMENTO. (Observar o §3º, artigo 7º, Resolução de Registro e Inscrição)	
FORMA DE EXECUÇÃO (Observar o §4º, artigo 7º, Resolução de Registro e Inscrição)	
RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS (Observar o §5º, artigo 7º, Resolução de Registro e Inscrição)	
INFRAESTRUTURA PARA A REALIZAÇÃO DO TRABALHO (Observar o §6º, artigo 7º, Resolução de Registro e Inscrição)	
ABRANGÊNCIA TERRITORIAL (Observar o §7º, artigo 7º, Resolução de Registro e Inscrição)	
IMPACTO SOCIAL ESPERADO COM O TRABALHO (Observar o §8º, artigo 7º, Resolução de Registro e Inscrição)	
FORMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO TRABALHO (Observar o §9º, artigo 7º, Resolução de Registro e Inscrição)	
Representante legal da entidade	

Itaporanga, _____ de _____ de 2024.

ANEXO VI
RELATÓRIO DE ATIVIDADES ANO XX
I. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Nome:	
Endereço:	
Bairro:	Município:
CEP:	Telefone:
Email:	
Representante Legal:	
Profissão:	Contato:
OBS:	

II. OBJETIVO GERAL DA ENTIDADE:
III. DESCRIÇÃO DA ATIVIDADES, SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS:

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE REALIZADA:
PÚBLICO-ALVO:
QUANTIDADE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ATENDIDOS:
Nível de Proteção Social: () Básica () Média () Alta Complexidade
Origem dos recursos que foram utilizados:
() próprios _____
() convênios _____
() doações _____

() outros _____

Ações desenvolvidas:

- () Recepção e acolhida
 () Acompanhamento de famílias
 () Acompanhamento de indivíduos
 () Grupo ou oficina de convivência e atividades socioeducativas com famílias
 () Grupo ou oficina de convivência e atividades socioeducativas geracionais / intergeracionais
 () Visitas Domiciliares
 () Busca ativa
 () Atividades de inclusão digital
 () Encaminhamento de famílias ou indivíduos para a rede de serviço socioassistencial
 () Encaminhamento de famílias ou indivíduos para outras políticas públicas
 () Encaminhamento para inserção de famílias no Cadastro Único

- () Articulação e fortalecimento de grupos sociais locais
 () Produção de Material socioeducativo
 () Campanhas socioeducativas
 () Palestras
 () Outros, especificar. OBS.: Poderá ser anexado informações complementares, caso ache relevante para complementação deste documento.

Capacidade de Atendimento da Entidade:

Nº de usuários atendidos no ano:

Nº de usuários encaminhados para outros serviços de proteção social:

Nº de famílias atendidas no ano:

Nº de famílias do Programa Bolsa Família:

Nº de família no BPC:

Nº de usuários Cumprindo Medida Socioeducativa Meio Aberto:

Nº de usuários portadores de deficiência:

Nº de usuários LGBTQIAP+:

Nº de usuários Cadastrados/Referenciados no Serviço:

Recursos Humanos Envolvidos:**

Categoria Profissional

Assistente Social

Psicólogo

Advogado

Monitor

Cuidador

Cozinheiro

Área Administrativa

Voluntários

Pedagogo

Orientador Social

Educador de Arte

Educador Físico

Técnico de Nível Médio

Estagiário

Outro. Especificar:

Forma de participação dos usuários nas atividades:

() Reuniões () Avaliação do Serviço () Caixa de Sugestão () Instrumento de coleta de dados () Atividades de convivência () Outros. Especificar:

*Deve corresponder com os serviços prestados e dentro das normas de acessibilidade da ABNT.

* Conforme NOB/SUAS/RH.

** Demonstração das estratégias que serão utilizadas em todas as etapas do plano: elaboração, execução, avaliação e monitoramento. (Itens incluídos pela resolução CNAS 33/2010).

Itaporanga, de de 2024

Assinatura do Técnico Responsável

Assinatura do Representante Legal da Entidade

ANEXO VII

DECLARAÇÃO SOBRE INSTALAÇÕES E CONDIÇÕES MATERIAIS

Ilustríssimo Senhor,

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

Itaporanga - PB

Eu, _____, Brasileiro(a), _____ portador da identidade nº _____, órgão expedidor _____ e inscrito no C.P.F. sob o nº _____, residente e domiciliado à rua _____, exercendo o cargo de presidente da entidade denominada _____, CNPJ _____ DECLARO, que a entidade possui instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o atendimento de crianças e adolescentes, conforme as regras de acessibilidade estabelecidas pela norma ABNT NBR 9050.

Itaporanga, _____ de _____ de 2024.

Representante legal da Entidade

Publicado por:
Marlon Henrique Dos Santos Rodrigues
Código Identificador:4FB2D210

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO CMDCA Nº 01 ITAPORANGA – PB, DE 16 DE JANEIRO DE 2024.

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Aplicação do Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA da Cidade de Itaporanga/PB – Exercício 2024.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA- Itaporanga/PB, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal n.º 393/1995, alterada pela Lei Municipal n.º 878/2014, e com base na Lei Federal n.º 8.069/1990,

Considerando que cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA deliberar e controlar as ações da política municipal de atendimento à criança e ao adolescente e deliberar acerca da utilização dos recursos do Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA;

Considerado a Deliberação da 16 de janeiro de 2024 reunião ordinária do CMDCA, que dispõe sobre a atualização e aprovação do Plano de Aplicação do FIA/2024;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a atualização do Plano de Aplicação Financeira, fixando rubricas para a utilização dos recursos do FIA no ano de 2024, com base nos valores estimados para aplicação nas linhas de ação aprovadas, conforme abaixo:

META I		Qualificação e fortalecimento do controle social e serviço de proteção e defesa de crianças e adolescentes de Itaporanga.		
Ação	Prazo	Responsável (is)	Parceiro(s)	Previsão (R\$)
1.Realizar ações de Capacitação aos Conselheiros de Direitos para o desenvolvimento das suas atribuições e funções;	Ação continuada (anual)	CMDCA	SEMASI PREFEITURA	R\$ 4.000,00
2.Promover capacitação para os Conselheiros Tutelares.	Ação continuada	CMDCA	SEMASI PREFEITURA	R\$ 4.000,00
3.Coordenar a construção do Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes de Itaporanga	Ano 2024	CMDCA	SEMASI PREFEITURA	R\$ 2.000,00
META II – Promoção de seminários e material informativo do CMDCA e FIA				
1.Promover seminários de sensibilização para as violações de direitos de crianças e adolescentes aos profissionais e famílias.	Ação continuada	CMDCA	SEMASI PREFEITURA MP CT	R\$ 4.000,00
2.Elaborar informativo do CMDCA, contendo: suas ações e análise da situação da infância e juventude; informações sobre o ECA; atividades das entidades governamentais e não- governamentais.	Ação continuada	CMDCA	Representantes das políticas setoriais Organizações da sociedade civil MP CT	R\$ 2.500,00
Total de Recursos				R\$ 16.500,00

Art. 2º - Os valores estabelecidos neste Plano de Aplicação poderão ser alterados sempre que houver maior disponibilidade de recursos no FIA.

Art. 3º - Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação, tornado sem efeito as disposições em contrário.

Itaporanga – PB, de 16 de janeiro de 2024.

FLÁVIO PORCINO DA SILVA

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

Publicado por:
Marlon Henrique Dos Santos Rodrigues
Código Identificador:AC8EC463

SUPERINTENDÊNCIA ITAPORANGUENSE DE TRANSPORTES E TRÂNSITO
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO POR INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 21/2024

SUPERINTENDÊNCIA ITAPORANGUENSE DE TRANSPORTES E TRÂNSITO – SITTRANS
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO POR INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 21/2024

A Superintendência de Transportes e Trânsito deste município, neste ato representado pelo seu Superintendente, designado como autoridade de trânsito, com fulcro no artigo 281 e 282 do Código de Trânsito Brasileiro, na Resolução 619/2016 do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, considerando que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, devolveu as Notificações de Autuação por Infração de Trânsito após esgotadas as tentativas de ciência por meio de notificação via remessa postal, notifica os proprietários dos veículos, abaixo relacionados, para apresentarem defesa de autuação no prazo de 30 (trinta) dias, junto à Autoridade Municipal de Trânsito de Itaporanga-PB, a contar da presente publicação, nos termos da resolução do CONTRAN Nº 619/2016.

Caso o infrator não tenha sido identificado no momento da autuação e tratando-se de infração de competência de condutor, para fins de pontuação, o proprietário do veículo, a partir desta data, tem o prazo de 15 dias para apresentá-lo na SITTRANS, sob pena de ser considerado o responsável pela pontuação decorrente, nos termos do artigo 257, §7º e 8º da Lei Federal Nº 9.503/97. O formulário da apresentação do real infrator pode ser encontrado na SITTRANS, sito a Rua João da Mata, Alto do Ginásio. Ou remetido, através de correspondência, de preferência mediante aviso de recebimento.

Nº	PLACA/UF	Nº AUTO DE INFRAÇÃO	DATA DA INFRAÇÃO	ENQUADRAMENTO	CODIGO DO DESDOBRAMENTO	DATA LIMITE PARA RECURSO
1	QFS4048/PB	V010046143	28/02/2024	ART.181, XVII do CTB	5541-1	05/04/2024
2	RLX3A16/PB	V010049207	28/02/2024	ART.181, XVII do CTB	5541-1	03/04/2024
3	PGS6601/PB	V010046557	06/02/2024	ART.181, XVII do CTB	5541-1	25/03/2024
4	KFW0042/PE	V010048499	24/02/2024	ART.181, XVII do CTB	5541-1	03/04/2024
5	PFL4469/PE	V010048207	15/02/2024	ART.181, XVII do CTB	5541-1	29/03/2024
6	QFF4793/PB	V010048782	02/03/2024	ART.181, XVII do CTB	5541-1	10/04/2024
7	QFY8149/PB	V010050287	04/03/2024	ART.181, XVII do CTB	5541-1	10/04/2024
8	QFJ2E85/PB	V010047847	21/02/2024	ART.181, XVII do CTB	5541-1	29/03/2024
9	BJS1381/PB	V010046976	31/01/2024	ART.181, XVII do CTB	5541-1	25/03/2024
10	NQF2592/PB	V010048332	23/02/2024	ART.181, XVII do CTB	5541-1	03/04/2024
11	MMW5842/PB	V010048324	20/02/2024	ART.181, XVII do CTB	5541-4	29/03/2024
12	OFZ3175/PB	V010041818	29/01/2024	ART.181, XVII do CTB	5541-4	25/03/2024
13	FGZ0C69/PB	V010047204	31/01/2024	ART.181, XVII do CTB	5541-4	25/03/2024
14	QSG6E37/PB	V010044728	06/02/2024	ART.181, XVII do CTB	5541-4	25/03/2024
15	MMT3154/PB	V010048502	24/02/2024	ART.181, XVII do CTB	5541-4	03/04/2024
16	MNG7383/PB	V010046151	28/02/2024	ART.181, XVII do CTB	5541-4	05/04/2024
17	NPY2G84/PB	V010046275	02/02/2024	ART.181, XVIII do CTB	5550-0	25/03/2024
18	OFH5G84/PB	V010047395	07/02/2024	ART.181, XX do CTB	7625-2	25/03/2024
19	QFD7794/PB	V010041605	29/01/2024	ART.186, II do CTB	5738-0	25/03/2024
20	RLX6A63/PB	V010046925	10/02/2024	ART.186, II do CTB	5738-0	25/03/2024
21	OET0422/PB	V010049371	02/03/2024	ART.186, II do CTB	5738-0	10/04/2024
22	QFA2110/PB	V010049436	05/03/2024	ART.186, II do CTB	5738-0	10/04/2024
23	NQI1038/PB	V010046747	06/02/2024	ART.186, II do CTB	5738-0	17/03/2024
24	QSF6H24/PB	V010048588	28/02/2024	ART.186, II do CTB	5738-0	05/04/2024
25	KKY1821/AL	V010047549	10/02/2024	ART. 208 do CTB	6050-1	29/03/2024
26	NQG6159/PB	V010046895	09/02/2024	ART. 208 do CTB	6050-1	25/03/2024
27	IAN1E25/PB	V010046348	09/02/2024	ART. 208 do CTB	6050-1	25/03/2024
28	QSM7C07/PB	V010051031	05/03/2024	ART. 244, I do CTB	7030-1	10/04/2024

Demais informações devem ser obtidas através de comparecimento a sede administrativa da SITTRANS, localizado na Rua João da Mata, Alto do Ginásio e através do e-mail: sittrans@itaporanga.pb.gov.br e pelo TEL: (83)3451-2871.

Itaporanga-PB, 21 de março de 2024.

PHILLIPE NEVES HERCULANO

Superintendente de Transporte e Trânsito

Publicado por:

Marlon Henrique Dos Santos Rodrigues

Código Identificador:58692C0C

SUPERINTENDÊNCIA ITAPORANGUENSE DE TRANSPORTES E TRÂNSITO EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE DE MULTA POR INFRAÇÃO DE TRÂNSITO-N.º 21/2024

SUPERINTENDÊNCIA ITAPORANGUENSE DE TRANSPORTES E TRÂNSITO – SITTRANS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE DE MULTA POR INFRAÇÃO DE TRÂNSITO-N.º 21/2024

A SUPERINTENDÊNCIA ITAPORANGUENSE DE TRANSPORTES E TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE ITAPORANGA, ESTADO DA PARAÍBA, autarquia municipal, com personalidade jurídica própria, de direito público, patrimônio próprio, e autonomia administrativa, financeira e patrimonial, localizada a Rua João da Mata, S/N- Bairro Alto do Ginásio – Itaporanga - PB, inscrita no CNPJ sob o nº 27.268.996/0001-77, neste ato representado pelo seu Superintendente, **PHILLIPE NEVES HERCULANO** designado como autoridade de trânsito através da Lei Municipal nº 805/2011, com base nas competências elencadas no Art. 24 da Lei Federal nº 9.503/97 – CTB, com fulcro nos seus Art. 280 e 281, e ainda, a Resolução nº 619/2016 do Conselho Nacional de Trânsito-CONTRAN, e considerando que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT devolveu as Notificações de Penalidade de Multa por Infração de Trânsito encaminhada aos proprietários dos veículos, não comprovando a entrega aos destinatários, notifica-os das respectivas penalidades, concedendo-lhes o mesmo prazo registrado nas Notificações de Penalidades de Multa, identificado através da data limite para o recurso da Notificação de Penalidade de Multa conforme será expresso em tabela no final deste Edital, e posteriormente divulgado no Diário Oficial do Município e no site oficial da Prefeitura Municipal de Itaporanga/PB, para, caso queiram, apresentarem Recurso junto a JARI do município de Itaporanga /PB, e ainda, se preferir, efetuar o pagamento da multa, nos termos das Resoluções nº 299/2008 e 619/2016 do Conselho Nacional de Trânsito- CONTRAN, e do Código de Trânsito Brasileiro. O Recurso deverá ser dirigido à Autoridade de Trânsito da SITTRANS e instruído conforme a Resolução nº 299/2008 do CONTRAN, contendo no mínimo: requerimento assinado com as razões do recurso; cópia do auto de infração ou documento contendo a placa do veículo e número do auto de infração; cópia do CRLV; cópia do documento de identificação do requerente que comprove sua assinatura; procuração, quando for o caso; quando pessoa jurídica, documento que comprove a representação. O recurso poderá ser apresentado pelo e-mail: sittrans@itaporanga.pb.gov.br; enviado por remessa postal para a Rua João da Mata, s/n - Alto do Ginásio - ITAPORANGA-PB – CEP 58780-000; ou na forma presencial na própria sede da SITTRANS. Ao proprietário cabe a responsabilidade nas esferas penal, cível e administrativa, pela veracidade das informações E dos documentos fornecidos. Não será conhecido o Recurso apresentado fora do prazo, sem reconhecimento de legitimidade, sem assinatura ou sem os documentos necessários, exigidos pela legislação. Seguem os dados na seguinte ordem: placa/UF, nº Auto de Infração, data do cometimento, Código/Desdobramento, data limite para recurso.

Nº	PLACA/UF	Nº AUTO DE INFRAÇÃO	ENQUADRAMENTO	DATA DA INFRAÇÃO	DATA LIMITE PARA RECURSO
01	NNH6A41/PB	V010043969	ART. 181, IV do CTB	30/12/2023	25/03/2024
02	NQA2329/PB	V010041017	ART. 181, XI do CTB	11/12/2023	25/03/2024
03	RLY6D10/PB	V010041702	ART. 181, XVII do CTB	23/12/2023	25/03/2024
04	OGC0F63/PB	V010042277	ART. 181, XVII do CTB	23/12/2023	25/03/2024
05	NPW2647/PB	V010042199	ART. 181, XVII do CTB	23/12/2023	25/03/2024
06	HUO7838/PB	V010042202	ART. 181, XVII do CTB	23/12/2023	25/03/2024
07	QSD5I55/PB	V010039767	ART. 181, XVII do CTB	27/12/2023	25/03/2024
08	JGG3739/PB	V010044418	ART. 181, XVII do CTB	29/12/2023	25/03/2024
09	DGC4J87/PB	V010042938	ART. 181, XVII do CTB	29/12/2023	25/03/2024
10	QFF0128/PB	V010043027	ART. 181, XVII do CTB	30/12/2023	25/03/2024
11	CYZ3H06/PB	V010038507	ART. 181, XVII do CTB	13/12/2023	25/03/2024
12	EFT5024/PB	V010038434	ART. 181, XVII do CTB	19/12/2023	25/03/2024

13	MOVX5H46/PB	V010038442	ART. 181, XVII do CTB	19/12/2023	25/03/2024
14	MOV6105/PB	V010038752	ART. 181, XVII do CTB	21/12/2023	25/03/2024
15	NQF2E37/PB	V010042946	ART. 181, XVII do CTB	29/12/2023	25/03/2024
16	NPV4E70/PB	V010039058	ART. 181, XVII do CTB	15/01/2024	04/04/2024
17	MON7141/PB	V010041547	ART. 181, XVII do CTB	22/12/2023	25/03/2024
18	CAE8528/PB	V010044574	ART. 181, XVII do CTB	20/01/2024	13/04/2024
19	QFY8J92/PB	V010041637	ART. 181, XVII do CTB	23/12/2023	25/03/2024
20	MOE9239/PB	V010038914	ART. 181, XVII do CTB	22/12/2023	25/03/2024
21	NQK0G52/PB	V010039449	ART. 181, XVII do CTB	23/12/2023	25/03/2024
22	PXR4592/PB	V010043802	ART. 181, XVII do CTB	12/01/2024	04/04/2024
23	NPS6086/PB	V010042187	ART. 181, XVII do CTB	22/12/2023	25/03/2024
24	MOS0D39/PB	V010042334	ART. 181, XVII do CTB	29/12/2023	25/03/2024
25	PBA0I53/PB	V010041907	ART. 181, XVII do CTB	29/12/2023	25/03/2024
26	MOW6980/PB	V010043942	ART. 181, XVII do CTB	30/12/2023	25/03/2024
27	QFW6574/PB	V010041346	ART. 181, XVIII do CTB	10/01/2024	30/03/2024
28	MNH6G99/PB	V010042865	ART. 181, XVIII do CTB	30/12/2023	25/03/2024
29	MOL4221/PB	V010041157	ART. 181, XVIII do CTB	15/12/2023	25/03/2024
30	NPV8578/PB	V010041885	ART. 181, XVIII do CTB	24/01/2024	13/04/2024
31	OFC1963/PB	V010041777	ART. 181, XVIII do CTB	24/01/2024	13/04/2024
32	QSI3J12/PB	V010045333	ART. 181, XX do CTB	24/01/2024	13/04/2024
33	QFI2915/PB	V010039775	ART. 181, XX do CTB	27/12/2023	25/03/2024
34	QSE9526/PB	V010038744	ART. 186, II do CTB	21/12/2023	25/03/2024
35	QFC5384/PB	V010041494	ART. 186, II do CTB	21/12/2023	25/03/2024
36	OFB6196/PB	V010043837	ART. 186, II do CTB	29/12/2023	25/03/2024
37	OFB8H87/PB	V010043365	ART. 186, II do CTB	30/12/2023	25/03/2024
38	NPZ9262/PB	V010043907	ART. 186, II do CTB	30/12/2023	25/03/2024
39	QFB6144/PB	V010043926	ART. 186, II do CTB	30/12/2023	25/03/2024
40	QFB2638/PB	V010039635	ART. 186, II do CTB	28/12/2023	25/03/2024
41	SKUSH76/PB	V010041478	ART. 186, II do CTB	16/12/2023	25/03/2024
42	ORM3644/SE	V010043977	ART. 186, II do CTB	04/01/2024	30/03/2024
43	NPZ1967/PB	V010042385	ART. 186, II do CTB	30/12/2023	25/03/2024
44	OFY3941/PB	V010039481	ART. 208 do CTB	23/12/2023	25/03/2024
45	QFI1953/PB	V010037837	ART. 208 do CTB	27/12/2023	25/03/2024
46	QFE5C98/PB	V010043373	ART. 208 do CTB	02/01/2024	25/03/2024
47	SLB2A18/PB	V010041532	ART. 208 do CTB	21/12/2023	25/03/2024
48	QFU7F64/PB	V010039813	ART. 244, I do CTB	27/12/2023	25/03/2024
49	QSM7C07/PB	V010044809	ART. 244, I do CTB	25/01/2024	13/04/2024

Total de penalidades publicadas neste edital: **49(QUARENTA E NOVE)**. Demais informações Devem ser obtidas através do e-mail: sittrans@itaporanga.pb.gov.br e pelo Tel(83)3451-2871.

Itaporanga/PB, 21 de março de 2024.

PHILLIPE NEVES HERCULANO
Superintendente de Transporte e Trânsito.

Publicado por:
Marlon Henrique Dos Santos Rodrigues
Código Identificador:8DAE6D6C

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NATUBA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: RP 00010/2024

Aos 21 dias do mês de Março de 2024, na sede da Comissão de Contratação da Prefeitura Municipal de Natuba, Estado da Paraíba, localizada na Rua Presidente Epitácio Pessoa - Centro - Natuba - PB, nos termos da Decreto Federal nº 11.462, de 31 de Março de 2023; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; e, ainda, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 00002/2024 que objetiva o registro de preços para: AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIAS PARA SIMPLES REMOÇÃO; resolve registrar o preço nos seguintes termos:

Órgão e/ou entidade integrante da presente Ata de Registro de Preços: PREFEITURA MUNICIPAL DE NATUBA - CNPJ nº 09.072.448/0001-95.

VENCEDOR: FIORI VEICULO S.A						
CNPJ: 35.715.234/0008-76						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	P.UNIT.	P.TOTAL
1	AMBULÂNCIA TIPO FURGONETA DE SIMPLES REMOÇÃO – 0KM, ano fabricação/ano modelo 2023/2024 ou 2024/2024. Veículo tipo furgoneta c/ carroceria em aço ou monobloco e original de fábrica, cor branca, 0 km, air–bag p/ os ocupantes da cabine, freio c/ABS nas 4 rodas, vidros elétricos, direção hidráulica, APARELHO DE SOM JÁ INSTALADO, COM RÁDIO AM/FM, CONEXÃO BLUETOOTH E USB PARA PEN DRIVE; adaptado p/ ambulância de SIMPLES REMOÇÃO. Motor dianteiro; 4 cilindros; combustível: gasolina ou gasolina e/ou álcool misturados em qualquer proporção (flex); potência mínima de 85 cv; tanque de combustível mínimo 45L. Equipamentos obrigatórios exigidos pelo CONTRAN; cabine/carroceria: portas em chapa, c/ revestimento interno em poliestireno, c/ fechos interno e externo, resistentes e de aberturas de fácil acionamento. Altura interna do veículo deve ser original de fábrica. O pneu estepe não deve ser acondicionado no salão de atendimento. Sist. elétrico: original do veículo, c/ montagem de bateria de no mínimo 60 Ah do tipo sem manutenção, 12 volts. O Sist. elétrico dimensionado p/ o emprego simultâneo de todos os itens especificados do veículo e equipamentos, quer c/ a viatura em movimento ou estacionada, sem risco de sobrecarga no alternador, fiação ou disjuntores. Sinalizador frontal principal do tipo barra linear ou em formato de arco ou similar, c/ módulo único e lente inteira ou múltiplas lentes, c/ compr. mín de 1.000 mm e máx de 1.300 mm, largura mín de 250 mm e máx de 500 mm e altura mín de 55 mm e máx de 110 mm, instalada no teto da cabine do veículo. Laudo que comprove o atendimento à norma SAE J575, SAE J595 e SAE J845, no que se refere aos ensaios contra vibração, umidade, poeira, corrosão, deformação e fotometria classe 1, p/ o sinalizador luminoso frontal principal. Sinalização acústica c/ amplificador de potência mín de 100 WRMS @13,8 Vcc, mín de 3 tons distintos, sist. de megafone c/ ajuste de	FIAT	UND	3	126.810,00	380.430,00

ganho e pressão sonora a 01 (um) metro de no mín100 dB @13,8 Vcc; laudo que comprove o atendimento à norma SAE J1849, no que se refere a requisitos e diretrizes nos sistemas de sirenes eletrônicas c/ um único autofalante. Sist. portátil de oxigênio completo, mín 3L. A cabine deve ser c/ o sist. original do fabricante do chassi ou homologado pela fábrica p/ ar condic.; ventilação, aquecedor e desembaçador. O compartimento do paciente, deve ser original do fabricante do chassi ou homologado pela fábrica um Sist. de Ar Condic. e ventilação nos termos do item 5.12 da NBR 14.561/2000. Ventilador oscilante no teto; capac. térmica do sist. de ar condic. do compartimento traseiro deve ser de no mín 12.000 BTUs. Maca retrátil, em duralumínio; c/ no mín 1.800 mm de comprimento. Provida de sist. de elevação do tronco do paciente de mín 45 graus, e suportar peso mín de 100 kg. Com colchonete. Deverão ser apresentados: autorização de funcionamento de empresa do fabricante e registro ou cadastramento dos produtos na Anvisa; Garantia de 24 meses. Ensaio atendendo à norma ABNT NBR 14561/2000 e AMD Standard 004, feito por laboratório devidamente credenciado. A distribuição dos móveis e equipamentos no salão de atendimento deve prever: dimensionar o espaço interno, visando posicionar, de forma acessível e prática, a maca, bancos, equipamentos e aparelhos a serem utilizados no atendimento às vítimas. As paredes internas, piso e a divisória deverão ser em plástico reforçado c/ fibra de vidro laminadas ou acrilonitrila butadieno estireno autoestinguível, ambos c/ espessura mín de 3mm, moldados conforme geometria do veículo, c/ a proteção antimicrobiana, tornando a superfície bacteriostática. Um suporte p/ soro e plasma; um pega mão ou balaústres vertical, junto a porta traseira esquerda, p/ auxiliar no embarque c/ acabamento na cor amarela. Armário superior p/ objetos, na lateral direita, acima da maca, em ABS autoestinguível ou compensado naval revestido interna e externamente em material impermeável e lavável (fórmica ou similar). Alarme sonoro de ré. Acompanh					
TOTAL					380.430,00

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS:

O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

A cada efetivação da contratação do objeto registrado decorrente desta Ata, devidamente formalizada através do respectivo Contrato, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de licitação que a precedeu, modalidade Pregão Eletrônico nº 00002/2024, parte integrante do presente instrumento de compromisso. A presente Ata de Registro de Preços, durante sua vigência poderá ser utilizada:

Pela Prefeitura Municipal de Natuba, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle desta Ata, representada pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa.

Por órgãos ou entidades da administração pública, observadas as disposições do Pregão Eletrônico nº 00002/2024, que fizerem adesão a esta Ata, mediante a consulta e a anuência do órgão gerenciador.

Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão;

Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

As aquisições ou as contratações adicionais mediante adesão à ata não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento do quantitativo do item do instrumento convocatório e registrado na ata do registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

O quantitativo decorrente das adesões à ata não poderá exceder, na totalidade, à metade do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;

Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata de registro de preços;

Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

O usuário da ata, sempre que desejar efetivar a contratação do objeto registrado, fará através de solicitação ao gerenciador do sistema de registro de preços, mediante processo regular.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA CONTRATAÇÃO:

As obrigações decorrentes da execução do objeto deste certame, constantes da Ata de Registro de Preços, serão firmadas com o fornecedor registrado, observadas as condições estabelecidas no presente instrumento e a contração será formalizada por intermédio do respectivo Contrato.

O prazo para retirada do Contrato, será de 05 (cinco) dias consecutivos, considerados da data da convocação.

O quantitativo do objeto a ser executado será exclusivamente o fixado no correspondente Contrato e observará, obrigatoriamente, o valor registrado na respectiva Ata.

Não atendendo à convocação para retirar o Contrato, e ocorrendo esta dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o licitante perderá todos os direitos que porventura tenha obtido como vencedor da licitação.

É permitido ao Órgão Realizador do Certame, no caso do licitante vencedor não comparecer para retirar o Contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação e sucessivamente, para fazê-lo em igual prazo do licitante vencedor, aplicadas aos faltosos às penalidades cabíveis.

O contrato ou instrumento equivalente, decorrente do presente certame, quando for o caso, deverá ser assinado no prazo de validade da respectiva Ata de Registro de Preços.

O contrato que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

O Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações

administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contatar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de dois anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de cinco anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

Integram esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico nº 00002/2024 e seus anexos, e a seguinte proposta vencedora do referido certame:

- FIORI VEICOLO S.A.
35.715.234/0008-76
Valor: R\$ 380.430,00

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO:

Para dirimir as questões decorrentes da utilização da presente Ata, fica eleito o Foro da Comarca de Umbuzeiro.

Natuba - PB, 21 de Março de 2024

JOSE LINS DA SILVA FILHO –
Prefeito

Publicado por:
Ozires Viera de Souza
Código Identificador:DDC7AACD

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEDOS

GABINETE DO PREFEITO
ANEXO 1 – DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

Câmara Municipal de Olivedos		C.N.P.J.: 35.576.669/0001-00
Poder Legislativo		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL DOS ULTIMOS 12 MESES		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A DEZEMBRO 2023		
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		
DESPESA COM PESSOAL	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	659.455,63	0,00
Pessoal Ativo	659.455,63	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	543.933,40	0,00
Obrigações Patronais	115.522,23	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária e Deduções Constitucionais	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	659.455,63	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	23.025.705,01	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) e ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (VI)	0,00	
RCL AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	23.025.705,01	100,00 %
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (IIIa + IIIb)	659.455,63	2,86 %
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.381.542,30	6,00 %
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.312.465,19	5,70 %
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.243.388,07	5,40 %
Fonte: Câmara Municipal de Olivedos		
SUELDO MEDEIROS TORRES	CLEONALDO LEONARDO DE OLIVEIRA	
Contador	Presidente	

Publicado por:
Sergio Marcos Torres da Silva
Código Identificador:058C0B72

GABINETE DO PREFEITO
ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS

Estado da Paraíba		Câmara Municipal de Olivedos			
Poder Legislativo		C.N.P.J.: 35.576.669/0001-00			
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL					
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA					
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL					
JANEIRO A DEZEMBRO 2023					
RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")					
DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2023			
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre	
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Parcelamento e Renegociação de dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00	
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00	
Com Instituição Não financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00	
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	
DEDUÇÕES (II)	0,00	28.848,69	28.370,64	0,00	
Disponibilidade de Caixa¹	0,00	28.848,69	28.370,64	0,00	
Disponibilidade de Caixa	0,00	34.480,19	28.370,64	0,00	
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00	0,00	
(-) Depósitos Restituíveis E Valores Vinculados	0,00	5.631,50	0,00	0,00	
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA² (DCL) (III) = (I - II)	0,00	(28.848,69)	(28.370,64)	0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	0,00	22.841.462,58	22.402.224,21	23.025.705,01	
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, § 1º, da CF	0,00	0,00	0,00	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (RCLa) = (IV - V)	0,00	22.841.462,58	22.402.224,21	23.025.705,01	
% da DC sobre a RCL (I/RCLa)	0,00	0,00	0,00	0,00	
% da DCL sobre a RCL (III/RCLa)	0,00	(0,13)	(0,13)	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%=>	0,00	27.409.755,10	26.882.669,05	27.630.846,01	
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <%=>	0,00	24.668.779,59	24.194.402,15	24.867.761,41	
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2023			
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre	
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00	
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DCL)	0,00	0,00	0,00	0,00	
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	
RP NÃO-PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Contratual de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00	
Apropriação de Depósitos Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	
Fonte: Câmara Municipal de Olivedos					
SUELDO MEDEIROS TORRES		CLEONALDO LEONARDO DE OLIVEIRA			
Contador		Presidente			

Publicado por:
 Sergio Marcos Torres da Silva
 Código Identificador:49525211

GABINETE DO PREFEITO
 ANEXO 3 - DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

Poder Legislativo	Câmara Municipal de Olivedos			
	C.N.P.J.:35.576.669/0001-00			
	RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL			
	DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES			
	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A DEZEMBRO 2023				
RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")				
Garantias Concedidas	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2023		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Garantias Concedidas	0,00	0,00	0,00	0,00
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) =(I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	0,00	22.841.462,58	22.402.224,21	23.025.705,01

(-) Transferências Obrig. da União relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
RCL AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) =(VI - VII)	0,00	22.841.462,58	22.402.224,21	23.025.705,01
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III § 1º do art. 59 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00
Contragarantias Recebidas	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2023		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Contragarantias Recebidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DOS ESTADOS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) =(IX + X + XI + XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Fonte: Câmara Municipal de Olivedos				

SUELDO MEDEIROS TORRES

Contador

CLEONALDO LEONARDO DE OLIVEIRA

Presidente

Publicado por:
Sergio Marcos Torres da Silva
Código Identificador:AB20E9CE

GABINETE DO PREFEITO
ANEXO 4 - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO - ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS - QUADRIMESTRE

Câmara Municipal de Olivedos			
Poder Legislativo		C.N.P.J.: 35.576.669/0001-00	
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL			
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A DEZEMBRO 2023			
RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")			
Operações de Crédito	Valor Realizado no Período		
	VALOR REALIZADO		
	No Quadrimestre de Referência	de	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Operações de Crédito	0,00		0,00
Mobiliária	0,00		0,00
Interna	0,00		0,00
Externa	0,00		0,00
Contratual	0,00		0,00
Interna	0,00		0,00
Empréstimos	0,00		0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00		0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00		0,00
Assunção Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00		0,00
Operações de Crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (I)	0,00		0,00
Externa	0,00		0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00		0,00
Empréstimos	0,00		0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00		0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00		0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (II)	0,00		0,00
TOTAL (III)	0,00		0,00
Apuração do Cumprimento dos Limites	Apuração do Cumprimento dos Limites		
	VALOR REALIZADO		
	VALOR %	SOBRE A RCL AJUSTADA	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	23.025.705,01	0,00	
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	0,00	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI)= (IV - V)	23.025.705,01	0,00	
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00	
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII)= (IIIa + VII - Ia - IIa)	0,00	0,00	
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	3.684.112,80	16,00	
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	3.315.701,52	14,40	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.611.799,35	7,00	
Outras Operações Que Integram a Dívida Consolidada	Valor Realizado no Período		
	VALOR REALIZADO		
	No Quadrimestre de Referência	de	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00		0,00
Tributos	0,00		0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00		0,00
FGTS	0,00		0,00
Operacoes De Credito Parcelamentos De Dividas De Demais Contribuicoes Sociais	0,00		0,00
Operações de Reestruturação e Recomposição do Principal de Dívidas	0,00		0,00

Fonte: Câmara Municipal de Olivedos

SUELDO MEDEIROS TORRES
Contador

CLEONALDO LEONARDO DE OLIVEIRA
Presidente

Publicado por:
Sergio Marcos Torres da Silva
Código Identificador:BA82E1D9

GABINETE DO PREFEITO
ANEXO 5 – DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

Câmara Municipal de Olivedos										
Poder Legislativo		C.N.P.J.: 35.576.669/0001-00								
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL										
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR										
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL										
JANEIRO A DEZEMBRO 2023										
RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")										
IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (g)=(a-(b+c+d+e)-f)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Empenhados e não liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)					
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados a Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados a Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Extraorçamentários Vinculados a Precatórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Extraorçamentários Vinculados a Depósitos Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Extraorçamentários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fonte: Câmara Municipal de Olivedos										
SUELDO MEDEIROS TORRES					CLEONALDO LEONARDO DE OLIVEIRA					
Contador					Presidente					

Publicado por:
Sergio Marcos Torres da Silva
Código Identificador:54769E73

GABINETE DO PREFEITO
ANEXO 6 – DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

Câmara Municipal de Olivedos			
Poder Legislativo		C.N.P.J.: 35.576.669/0001-00	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
RGF - Anexo 6 (LRF, Art. 48)			
JANEIRO A DEZEMBRO 2023/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO			
Receita Corrente Líquida		Receita Corrente Líquida	
		Valor Até o Quadrimestre	
Receita Corrente Líquida		23.025.705,01	
Receita Corrente Líquida Ajustada Para Calculo Dos Limites De Endividamento Demonstrativo Simplificado		23.025.705,01	
Receita Corrente Líquida Ajustada		23.025.705,01	
Dívida Consolidada		Dívida Consolidada	
		Até o 1º Quadrimestr	Até o 2º Quadrimestre
Dívida Consolidada Líquida			Até o 3º Quadrimestre
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		27.630.846,01	120,00
Garantias de Valores		Garantias de Valores	
		VALOR	% SOBRE A RCL

Total das Garantias Concedidas		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
Operações de Crédito	Operações de Crédito	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito	Operações de Crédito	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	3.684.112,80	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.611.799,35	7,00
Restos a Pagar	Restos a Pagar	
	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A
Valor Total		
Fonte: Câmara Municipal de Olivedos		
Nota Explicativa:		
SUELDO MEDEIROS TORRES	CLEONALDO LEONARDO DE OLIVEIRA	
Contador	Presidente	

Publicado por:
Sergio Marcos Torres da Silva
Código Identificador:BB2E3426

DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS

AGORA COM ATOS DE INTERESSE PRIVADO

Licenciamento ambiental e demais atos legais de interesse privado das pessoas físicas ou jurídicas de direito privado cuja legislação de regência determine a divulgação e a publicidade agora tem um novo espaço, mas ágil e com menor custo.

saiba mais em:

www.diariomunicipal.com.br/famup

(61) 4063-6162



GABINETE DO PREFEITO

ANEXO 1 – DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL DETALHADA MENSALMENTE

Câmara Municipal de Olivedos															
C.N.P.J.: 35.576.669/0001-00															
Estado da Paraíba															
Poder Legislativo															
FISCALDEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL															
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL															
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL DOS ULTIMOS 12 MESES ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL															
JANEIRO A DEZEMBRO/2023															
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")															
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (NOS ÚLTIMOS 12 MESES)													TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	JAN/2023	FEV/2023	MAR/2023	ABR/2023	MAI/2023	JUN/2023	JUL/2023	AGO/2023	SET/2023	OUT/2023	NOV/2023	DEZ/2023			
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	50.624,52	54.300,50	44.876,45	54.608,54	54.408,50	67.507,91	44.984,45	64.340,25	54.431,18	44.984,45	68.363,80	56.025,08	659.455,63	0,00	
Pessoal Ativo	50.624,52	54.300,50	44.876,45	54.608,54	54.408,50	67.507,91	44.984,45	64.340,25	54.431,18	44.984,45	68.363,80	56.025,08	659.455,63	0,00	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	41.838,45	44.876,45	44.876,45	44.876,45	44.984,45	48.614,45	44.984,45	44.984,45	44.984,45	44.984,45	48.944,45	44.984,45	543.933,40	0,00	
Obrigações Patronais	8.786,07	9.424,05	0,00	9.732,09	9.424,05	18.893,46	0,00	19.355,80	9.446,73	0,00	19.419,35	11.040,63	115.522,23	0,00	
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária e Deduções Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	50.624,52	54.300,50	44.876,45	54.608,54	54.408,50	67.507,91	44.984,45	64.340,25	54.431,18	44.984,45	68.363,80	56.025,08	659.455,63	0,00	
Nota Explicativa:															

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	23.025.705,01	
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (V)	0,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) e ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (VI)	0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	23.025.705,01	100,00 %
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (IIIa + IIIb)	659.455,63	2,864 %
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.381.542,30	6,000 %
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.312.465,19	5,700 %
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.243.388,07	5,40 %
Fonte: Câmara Municipal de Olivedos		

Câmara Municipal de Olivedos	
C.N.P.J.: 35.576.669/0001-00	
Estado da Paraíba	
Poder Legislativo	
FISCALDEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL	
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL DOS ULTIMOS 12 MESES	
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A DEZEMBRO/2023	
SUELDO MEDEIROS TORRES	CLEONALDO LEONARDO DE OLIVEIRA
Contador	Presidente

Publicado por:

Sergio Marcos Torres da Silva

Código Identificador:51C4DDC7